

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS

Roberta Cristina de Oliveira Saçço

PASSADO (RE)NEGADO: Vozes que emergem de corpos silenciados

Juiz de Fora

2021

Roberta Cristina de Oliveira Saçço

PASSADO (RE)NEGADO: Vozes que emergem de corpos silenciados

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários; área de concentração: Teorias da Literatura e Representações Culturais; da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Enilce do Carmo Albergaria Rocha

Juiz de Fora

2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SAÇÇO, Roberta Cristina de Oliveira .

PASSADO (RE)NEGADO : Vozes que emergem de corpos silenciados / Roberta Cristina de Oliveira SAÇÇO. -- 2021.
232 f.

Orientadora: Enilce do Carmo Albergaria ROCHA

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, 2021.

1. Testemunho. 2. Trauma. 3. Ditadura. I. ROCHA, Enilce do Carmo Albergaria , orient. II. Título.

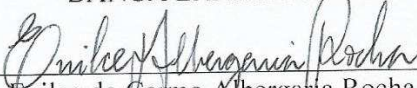
Roberta Cristina de Oliveira Saçço

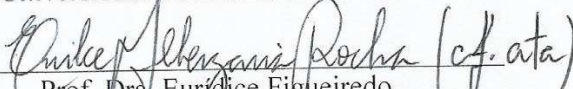
PASSADO (RE) NEGADO: Vozes que emergem de corpos silenciados

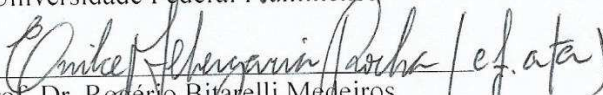
Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários; área de concentração: Teoria da Literatura e Representações Culturais da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do Grau de Doutora em Letras.

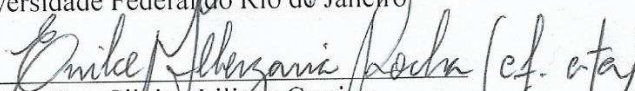
Aprovada em 8 de novembro de 2021.

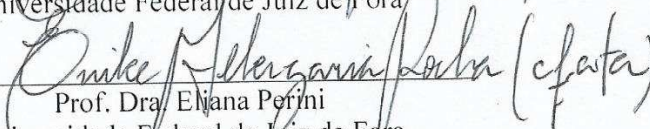
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dra. Enilce do Carmo Albergaria Rocha - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora


Prof. Dra. Eurídice Figueiredo (cf. ata)
Universidade Federal Fluminense


Prof. Dr. Rogério Bitarelli Medeiros (cf. ata)
Universidade Federal do Rio de Janeiro


Prof. Dra. Silvana Lilianna Carrizo (cf. ata)
Universidade Federal de Juiz de Fora


Prof. Dra. Eliana Perini (cf. ata)
Universidade Federal de Juiz de Fora

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir que eu trilhasse todo o percurso sem que nada, jamais, abalasse a minha fé. A Ele toda honra, toda glória, pelo século dos séculos.

Aos meus pais, Luiz e Silvana, que um dia acreditaram que a educação tinha o poder de transformar vidas. Essa tese é a prova de que os esforços deles pela minha educação valeram a pena.

Ao meu filho, Lucas, minha razão de viver e meu maior amor nessa vida.

Ao meu marido, Giordani, que esteve ao meu lado durante todo o percurso acadêmico, torcendo e acreditando em mim mais do que eu mesma.

Aos meus irmãos, Rafaela e Marcelo, pela amizade e pela torcida.

A minha avó Aparecida por ser presença desde os meus primeiros passos na vida. Pela delicadeza da preocupação quando eu já não encontrava mais esse altruísmo entre os meus.

Aos meus avós Alcino, Lecy e Alvaniro, pelas memórias que permanecem vivas em mim. Em especial, a minha avó Lecy, que hoje estaria vibrante com a conquista desse título. Nossa conexão é para a eternidade.

Ao meu sogro e a minha sogra, Nilzo e Lourdes, pelo apoio incondicional e por sempre sofrer com as minhas angústias e vibrar com as minhas conquistas.

Aos amigos que fiz nessa jornada, Alíria, Cristiane, Ione, Jaqueline, Karla, Lucas; vocês estarão para sempre na minha vida.

A amiga, Elisângela Gomes, uma companheira leal, parceira de leituras, estudos, teorias e sonhos. Nossos caminhos se cruzaram no mestrado e desde então Deus tem abertas portas para que estejamos sempre próximas.

A minha orientadora, Profa. Dra. Enilce do Carmo Albergaria Rocha, pela dedicação, parceria e apoio nessa jornada tão dolorosa que foi trabalhar com trauma. Sua amizade é uma das minhas maiores conquistas dessa jornada.

Aos membros da banca por aceitar fazer parte de etapa tão importante da minha vida.

À coordenação do PPG Letras: Estudos Literários, na pessoa da Profa. Dra. Silvana Liliana Carrizo.

À Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio institucional.

“Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?”
(BENJAMIN, 1987 [1940], p. 223).

“[...] os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.” (BENJAMIN, 1987 [1940], p. 224-225).

“A história sem sangue é mentira, é construção ideológica, é memória encobridora. [...] A história do Brasil é uma história de apagamentos muito brutal, muito violenta. Benjamin tem muito a nos ensinar hoje.” (SELIGMANN-SILVA, 2020, não paginado).

RESUMO

A presente tese se insere dentro da discussão em torno de testemunho e trauma. Nosso propósito é estabelecer relações entre o trauma provocado por episódios historicamente violentos e formas estéticas de representação. Nesse sentido, histórias de vida e literatura se entrecruzam e trazem para o campo simbólico o elemento traumático, a fim de ampliar na sociedade seus espaços de escuta. Por isso, propomos uma leitura que pretende reunir os testemunhos orais prestados à Comissão Nacional da Verdade e a literatura produzida a partir de sua instauração, numa análise comparativa que visa compreender como os casos reais podem falar dentro da ficção e como o texto literário pode atuar na transformação do trauma individual em trauma coletivo. Esta pesquisa se desdobra em torno da análise de obras literárias e testemunhos orais que se utilizam da narrativa para elaboração do trauma histórico associado às perdas causadas pela ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Tanto o testemunho quanto a ficção literária se dispõem do recurso narrativo como possibilidade de se superar o trauma vivenciado. Em linhas gerais, esta tese pretende discutir, por meio de pressupostos teóricos freudianos, o conceito de trauma em termos de historicidade, ou seja, pretendemos situar a perda no nível histórico, como defende o teórico americano Dominick LaCapra (2005). Nossa análise será composta por tipos de textos distintos: *K. Relato de uma busca* (2014), de Bernardo Kucinski, obra literária que transfere para personagens ficcionalizados um exemplo historicamente concreto; *O corpo interminável* (2019), de Claudia Lage, ficção literária; e o testemunho de Hildegard Angel, irmã do desaparecido político Stuart Angel Jones e filha de Zuzu Angel, vítima do regime militar ditatorial. Por meio do espelhamento entre o real e o literário, cujo foco recai sobre o desaparecimento forçado de pessoas, procuramos demonstrar que a literatura preenche lacunas, ilumina obscuridades e reflete sobre os vazios que o registro histórico não poderia alcançar. Concluimos que a arte quebra o silêncio, busca o sentido e a compreensão simbólica tão necessários para elaboração do trauma.

Palavras-chave: Testemunho. Trauma. Ditadura.

ABSTRACT

The present thesis is inserted within the discussion around testimony and trauma. Our purpose is to establish relationships between the trauma caused by historically violent episodes and aesthetic forms of representation. In this sense, life stories and literature intersect and bring to the symbolic field the traumatic element, in order to expand in society its listening spaces. Therefore, we propose a reading that intends to bring together the oral testimonies given to the National Truth Commission and the literature produced after its establishment, in a comparative analysis that aims to understand how real cases can speak within fiction and how the literary text can act in the transformation of individual trauma into collective trauma. This research unfolds around the analysis of literary works and oral testimonies that use narrative to elaborate the historical trauma associated with the losses caused by the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). Both testimony and literary fiction make use of narrative as a possibility to overcome the trauma experienced. In general terms, this thesis intends to discuss, through Freudian theoretical assumptions, the concept of trauma in terms of historicity, that is, we intend to situate the loss at the historical level, as advocated by the American theorist Dominick LaCapra (2005). Our analysis will be composed of distinct types of texts: *K. Relato de uma busca* (2014), by Bernardo Kucinski, a literary work whose personal drama corresponds to a historically concrete example; *O corpo interminável* (2019), by Claudia Lage, literary fiction; and the testimony of Hildegard Angel, sister of the politically disappeared Stuart Angel Jones and daughter of Zuzu Angel, a victim of the dictatorial military regime. Through the mirroring between the real and the literary, whose focus is on the forced disappearance of people, we seek to demonstrate that literature fills gaps, illuminates obscurities, and reflects on the voids that the historical record could not reach. We conclude that art breaks the silence, seeks the symbolic meaning and understanding so necessary for the elaboration of trauma.

Keywords: Testimony. Trauma. Dictatorship.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	DITADURA E ARQUIVO: O POTENCIAL ESTÉTICO E POLÍTICO DA LITERATURA	17
2.1	O HISTÓRICO BRASILEIRO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA BARBÁRIE	17
2.2	A LUTA POR VERDADE E JUSTIÇA NO BRASIL	31
2.3	A LITERATURA COMO ARQUIVO	49
3	LITERATURA DE TESTEMUNHO: A HISTÓRIA PODE E DEVE SER OUTRA	60
3.1	A “HISTÓRIA A CONTRAPELO”: UMA NOVA FORMA DE NARRAR O PRESENTE	67
3.2	TESTEMUNHO: COMO PENSAR A HISTÓRIA SOB O PONTO DE VISTA DA VÍTIMA	75
3.2.1	Miguel Barnet em <i>Biofragia de un Cimarrón</i>	76
3.2.2	Concurso literário da revista <i>Casa de las Américas</i>	81
3.2.3	Rigoberta Menchú em <i>Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la consciência</i>	85
3.2.4	A influência do testemunho europeu nas discussões sobre o testemunho	89
3.3	TESTEMUNHO NO BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO DE DIVERSAS CORRENTES	94
4	A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA HISTÓRICA NO BRASIL: SOBRE TRAUMAS E SOBREVIVÊNCIAS	99
4.1	MAPEAMENTO HISTÓRICO-CONCEITUAL DO TRAUMA	99
4.2	TESTEMUNHO COMO PONTE ENTRE O TRAUMA INDIVIDUAL E O TRAUMA COLETIVO	103
4.3	TRAUMA HISTÓRICO	154
5	DESAPARECIMENTO FORÇADO: A BUSCA POR MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA	167
5.1	FAZER DESAPARECER: A TORTURA REMANESCENTE DE MUITAS FORMAS	178
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
	REFERÊNCIAS	214

1 INTRODUÇÃO

A presente tese se insere na discussão entre testemunho e trauma. Nosso propósito é investigar em que medida a literatura se associa aos testemunhos prestados pelos sobreviventes e pelos familiares de desaparecidos políticos, de forma a dar visibilidade à experiência histórica sobre a violência de Estado durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Nesse sentido, é relevante para esta tese atestar o potencial histórico, estético e político da literatura como um arquivo da ditadura. Buscamos encontrar, na produção literária a respeito desse passado recente, o lugar da literatura como um arquivo da ditadura. Para isso, constituímos um *corpus* que se difere no plano estrutural e se aproxima na conexão temática.

A estratégia utilizada consiste na análise dos testemunhos e documentos que dialoguem com as obras literárias objeto desta tese, a saber: *K. Relato de uma busca* (2014), de Bernardo Kucinski e *O corpo interminável* (2019), de Cláudia Lage. Os testemunhos sobre um desaparecido político, Stuart Edgar Angel Jones, bem como outros relatos documentados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), foram selecionados para estabelecer o referido diálogo. Nossa intenção é trazer a documentação histórica como uma das fontes de embasamento das narrativas.

Esta pesquisa é conduzida pelas vozes que foram silenciadas ao longo do processo histórico. Acreditamos que a literatura, ao criar personagens e estabelecer suas relações no tempo e no espaço, age no imaginário social e nos faz pensar. Dessa maneira, as obras literárias serão analisadas como formas de elaboração da experiência traumática, integradas ao processo mais amplo de busca por direito, verdade e justiça.

O desaparecimento forçado de pessoas é o fio condutor para a interpretação das narrativas. Sendo assim, inicialmente, faremos uma breve apresentação das obras literárias e da história de vida de Stuart Edgar Angel Jones e, naturalmente, de sua mãe, Zuzu Angel, também vitimada por militares.

O caso do desaparecido político de Stuart Edgar Angel Jones inspirou uma produção cinematográfica, *Zuzu Angel* (2006), dirigida por Sérgio Rezende. Stuart foi torturado e assassinado pela ditadura militar. Sua mãe, Zuzu Angel, famosa estilista, não se calou e incomodou a repressão a ponto de ser vítima de um acidente de carro forjado pelos militares, que a levou à morte. Nesse caso, a história do filho desaparecido se mistura com a história da mãe que, ao não se silenciar diante daquilo que aconteceu com o filho, foi calada pelos mesmos que fizeram seu filho desaparecer.

Em *K. Relato de uma busca* (2014), de Bernardo Kucinski, a narrativa se desenvolve em torno do desaparecimento da irmã do autor e das reações do pai diante desse sumiço da filha. Ana Rosa Kucinski Silva era professora universitária e lecionava no Departamento de Química da Universidade de São Paulo, além de fazer parte de um grupo de resistência ao governo. Ela saiu para almoçar com o marido e ambos nunca mais foram vistos. Embora, na obra literária, Ana Rosa seja uma ausência – o nome dela sequer é citado –, o leitor é levado a relacionar a narrativa ficcional com o testemunho do autor. Assim, *K.* é uma história de busca, primeiro, pela vida e, depois, quando a esperança desvanece, pelo corpo. A ausência do corpo e dos rituais de luto atravessam a narrativa como uma tortura que se atualiza nos familiares de desaparecidos políticos.

A outra narrativa que será analisada é *O corpo interminável* (2019), de Cláudia Lage, cuja autora não tem relação direta com o regime militar. A escritora e roteirista narra a trajetória de um filho que tenta resgatar a história da mãe desaparecida durante a ditadura. A narrativa se desenvolve em torno do desaparecimento da mãe do protagonista que, em virtude da sua ausência, é criado pelo avô materno, que se silencia diante do neto em relação ao que sabe, antes e depois do desaparecimento. Pela busca do personagem Daniel por algo que o leve à história da mãe perpassam outras narrativas, de outras mulheres que se envolveram na luta contra a repressão política daqueles anos. A linha temática utilizada na construção do romance leva o leitor a tentar fazer conexões com essas histórias. De forma não óbvia, a autora interrompe a sequência dos acontecimentos que envolvem o núcleo principal e trata de experiências secundárias que, ao mesmo tempo em que se distanciam da história principal, aproximam-se pela linha temática. Nesse caso, a literatura atua como um espaço de acolhimento de testemunhos múltiplos.

Na leitura das obras e dos testemunhos selecionados como *corpus* desta tese, outras vozes, presentes no relatório final da CNV¹, emergem em paralelo e se fazem ouvir. São as vozes dos que se ergueram e dos que se calaram diante da ausência de um ente querido e que, na medida do possível, puderam ser resgatadas pela via do testemunho. Sabemos que muitas histórias de vida permanecem submersas nesse mar de lama que, ainda hoje, tenta inundar a sociedade. Por isso, nossa análise visa percorrer os caminhos da busca pelo corpo forçadamente desaparecido, sendo uma busca por memória, verdade e justiça.

¹ Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei nº 12.528/2011, investigou as graves violações de direitos humanos cometidas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988, por "agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado" (BRASIL, 2011).

A literatura se associa a outros campos de estudo como a história, a psicanálise, a sociologia, a filosofia e entendemos que essa articulação é essencial para compreendermos melhor as lacunas deixadas pelo silêncio forçado sobre os anos da ditadura. Nesse trabalho de memória, além dos historiadores, protagonistas nesse processo, intelectuais, escritores, artistas, compositores, entre outros somam suas vozes a fim de compor esse imenso arquivo da ditadura.

Esta tese nasce de uma necessidade de melhor abordar e compreender em que medida as experiências traumáticas, relacionadas a contextos históricos e políticos violentos, afetam tanto a vida das vítimas quanto da sociedade na qual elas estão inseridas. Embora a ditadura civil-militar brasileira tenha sido um período de muita violência de Estado, ainda hoje o passado não é consenso. Uma suposta aparência de legalidade, consubstanciada por uma espécie de autoritarismo disfarçado de sensação de bem-estar social, fez com que parte da população creditasse aos militares um controle da criminalidade e da corrupção que, de fato, não ocorreu.

Enquanto pessoas eram presas, torturadas, mortas e desaparecidas nos porões da ditadura, a imprensa era cerceada para não fazer jornalismo no termo da palavra, e parte dela integrava a própria narrativa dos militares. Devido a isso, ainda hoje há quem naturalize a violência daqueles anos ou a minimize, e endosse um coro pequeno, mas barulhento e organizado, que pede a volta dos militares e o fechamento das instituições democráticas como o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, a modelo do AI-5 – o mais duro dos Atos Institucionais e a expressão mais cruel do regime.

Por isso, entender o que está acontecendo hoje no Brasil passa, necessariamente, por uma reflexão sobre o passado histórico, o autoritarismo e o cenário de perdas que permeou e permeia nossa história desde o “descobrimento”. Até mesmo a utilização das expressões históricas enraizadas na nossa cultura e que há muitos anos estiveram presentes nos livros didáticos testemunham a crença da superioridade de um povo em detrimento de outros. É essa superioridade que dá ao dominador a crença no direito de cometer as maiores arbitrariedades e ter a exclusividade do poder político, jurídico, institucional, a ponto de restringir liberdades públicas e individuais.

Pretendemos, com esta pesquisa, contribuir para a construção do conhecimento em Ciências Humanas, no que se refere à compreensão da história traumática do Brasil numa perspectiva interdisciplinar em que a História, as Artes – em especial a Literatura – e a Psicanálise possam dar sua contribuição. Assim, entender o passado, para que possamos compreender o presente, é o meio para, enfim, agirmos no futuro de modo a evitar que as

experiências traumáticas de outrora se atualizem e se repitam cada vez mais atrozes e cruéis.

No caso da ideia do chamado descobrimento, por exemplo, os acontecimentos históricos foram narrados sob o ponto de vista do etnocentrismo europeu. Por isso, mesmo sendo uma terra habitada durante milhares de anos por povos originários, ainda há entre nós a narrativa do “descobrimento do Brasil”, como se nossa história tivesse começado com a chegada dos portugueses. Além disso, segue ao descobrimento uma série de eventos registrados e narrados pelo ponto de vista do dominador, exercendo, até os dias de hoje, influência no pensamento social brasileiro.

Embora o *corpus* desta tese deva estar fundamentado no desaparecimento forçado de pessoas durante a ditadura civil-militar brasileira, é importante compreender a história do Brasil em um aspecto mais amplo, que vá para além dos limites das obras aqui analisadas.

Reiteramos que as escolhas linguísticas são ideológicas e ampliam o abismo social ao nomear os povos dominados. É como se coubesse a essas populações a responsabilidade por seu próprio infortúnio e, ao dominador, a benevolência de sua libertação simbólica, como aconteceu com os indígenas e com os negros africanos escravizados.

Por essas e outras razões, podemos inferir, com base em Dominick LaCapra (2005), que o passado histórico do Brasil é um cenário de perdas que precisam ser narradas para serem compreendidas. A falta dessa narrativa faz com que nosso presente seja constantemente ameaçado por fragmentos do passado que voltam para cobrar juízo e justiça histórica.

De acordo com Maria Aparecida Aquino, em *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978)*, o autoritarismo no Brasil é algo que deve ser analisado no plano da longa duração histórica. A autora explica:

Se, institucionalmente, ele pode ser definido em marcos cronológicos rígidos, socialmente, ele tende a proliferar seus tentáculos ramificando-se por todo o tecido social, apresentando grandes dificuldades de desativação mesmo após encerrada a sua fase institucional. (AQUINO, 1999, p. 17).

Por isso, diante da complexidade do tema, é preciso evocar outras categorias de pensamento como o testemunho, o trauma e a memória. De acordo com Beatriz Sarlo, em *Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*, a vítima tem o direito de narrar a história:

(...) e ao exercê-lo, embora subsista a parte incompreendida do passado, e a narração não consiga responder às perguntas que a geraram, a lembrança como processo subjetivo abre uma exploração necessária ao sujeito que lembra (e ao mesmo tempo o separa de quem resiste a lembrar). (SARLO, 2007, p. 56).

Lília Schwarcz, em *Sobre o autoritarismo brasileiro*, aponta que o ato de “evadir-se do passado, é característico de governos autoritários que, não raro, lançam mão de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e de manutenção de poder” (SCHWARCZ, 2019, p. 19). Essa narrativa urgente e necessária, no caso de traumas históricos, encontra caminhos pela via do testemunho, por se tratar de um gênero a partir do qual grupos historicamente silenciados podem narrar o mundo dentro do qual foram vítimas. De acordo com a autora:

A história não só carrega consigo algumas lacunas e incompreensões frente ao passado, como se comporta, muitas vezes, qual campo de embates, de desavenças e disputas. Por isso ela é, por definição, inconclusa. Já a memória traz invariavelmente para o centro da análise uma dimensão subjetiva ao traduzir o passado na primeira pessoa e a ele dedicar uma determinada lembrança: daquele que a produz. Assim, ela recupera o “presente do passado” e faz com que o passado vire também presente. (SCHWARCZ, 2019, p. 19-20).

Propomos, então, uma leitura que pretende reunir os testemunhos orais prestados à Comissão Nacional da Verdade e a literatura produzida a partir de sua instauração, numa análise comparativa que visa compreender como os casos reais podem falar dentro da ficção e como o texto literário pode atuar na transformação do trauma individual em trauma coletivo. No âmbito dos estudos psicanalíticos, propomos um enfoque no trauma individual e nas repercussões coletivas e históricas dessa experiência. No caso do Brasil, é preciso abordar as experiências traumáticas acumuladas e reconhecer sua reverberação coletiva, bem como a transmissão para as gerações futuras.

Entendemos que, ao optar por um *corpus* analítico com distanciamento histórico e recuo temporal, conseguiremos adentrar no trauma enquanto conceito e como fenômeno. Nesse caso, abordamos como dramas pessoais e literários se entrelaçam para quebrar o silêncio que envolve as graves violações de direitos humanos no Brasil ditatorial.

Nessa perspectiva, o testemunho individual, daqueles que sofreram uma grave injustiça, é acolhido pela literatura que, através do recurso ficcional, preenche as lacunas deixadas tanto pelo testemunho oral, muitas vezes fragmentado e carregado de emoção e

subjetividade, quanto pelo registro histórico, marcado pela objetividade. O texto literário cria subjetividades e desperta empatia pela dor do outro.

Em termos teóricos, esta tese se propõe a fazer um estudo do testemunho e do trauma no que se refere aos processos históricos ligados ao autoritarismo de Estado no Brasil, especialmente a ditadura civil-militar brasileira. Discutir o trauma na sociedade brasileira é também revisar um passado mais distante, a começar pela colonização. Em nosso inconsciente nacional ecoam vozes indígenas, africanas, negras e militantes de muitos tempos. No Brasil, é possível afirmar que nossos três maiores traumas continuam em curso: os traumas indígenas, da escravidão e da ditadura ainda ecoam nos dias de hoje. Por isso é tão importante ouvir essas vozes e, ademais, entendermos como a literatura cria condições para que os fatos possam adquirir dimensão simbólica.

Como nossa sociedade se acostumou a negar as atrocidades cometidas ao longo da história, ela não suporta o testemunho, sendo necessário recorrer à arte para se entender o que acontece no Brasil. A verdade dilacera a imagem que construímos de nós mesmos, faz com que o “bom brasileiro”, na figura daqueles que catequizaram os indígenas e salvaram sua alma, e que lutaram pela abolição da escravidão, mas que lançaram os recém-libertos a qualquer sorte ou azar, confronte-se com uma imagem diversa daquela que cuidadosamente construiu para si – hoje representado pelo “cidadão de bem”.

Em relação ao testemunho, o sobrevivente, ao narrar suas memórias, tem a possibilidade de reparar, remendar e até mesmo omitir os fatos. No entanto, o reconhecimento da necessidade de compartilhar a experiência em contraponto à falta de palavras que possam dar conta do horror sofrido coloca a vítima diante de um paradoxo que a faz emudecer. Nesse caso, a vítima, de fato, acredita que somente conseguirá reconstruir sua vida se deixar para trás aquilo que a fez sofrer. Mas não se trata simplesmente de esquecer, pois a memória traumática não está sob o controle da vítima; pelo contrário, o trauma atua de forma desestruturante no psiquismo. É uma ferida aberta, que, mesmo forçadamente encoberta, pode infeccionar. Embora o esquecimento seja uma fase do processo, ele é extremamente prejudicial à cicatrização da ferida quando esta não é anteriormente cuidada, mesmo porque a memória do trauma sempre volta, provocando lembranças involuntárias e reações intensas de angústia, dor e sofrimento. Não é possível esquecer.

De acordo com Ana Maria Rudge (2016), o traumatismo tem como traço fundamental o fato de se dar à revelia do sujeito, desalojando-o de suas antigas referências e submetendo-o à experiência da repetição, que, como forma de simbolização, implica

sua transformação da passividade à atividade. Assim, “com a simbolização envolvida o sujeito toma outra posição” (RUDGE, 2016, p. 609). Para a autora, a tentativa de subjetivar por meio da linguagem e assumir a experiência é central para elaborar o trauma.

Baseada nessa relação entre trauma e linguagem, em que o efeito terapêutico do testemunho é colocado como forma de enfrentamento de um passado autoritário, a literatura se associa à psicanálise e se coloca como elemento multiplicador, em conjunto com outras áreas de conhecimento, a fim de ampliar os estudos sobre esse tema tão urgente e necessário.

Assumimos, nesta tese, que embora o Brasil seja um país latino-americano e historicamente tenha feito parte do cordão ditatorial dos anos 1960, há elementos socioculturais específicos da nossa sociedade, determinantes para entender a complexidade do testemunho no país.

As formulações influenciaram uma determinada conceituação do testemunho no Brasil, por Márcio Seligmann-Silva (2001), que se apoiou em Freud, para associar o testemunho como uma ponte para elaboração do trauma. O trauma só pode ser elaborado pela via da narrativa, seja oral ou escrita. Assim, lançaremos mão de dois conceitos desenvolvidos por Eurídice Figueiredo: o esquecimento individual e o coletivo. Para a autora:

o esquecimento individual se dá quando uma pessoa, após um trauma, recalca o vivido que provocou o sofrimento, jogando-o no porão do inconsciente; ao não conseguir fazer o trabalho de luto, a pessoa produz sintomas, de maneira repetitiva. Para haver cura, é preciso relembrar, reviver o trauma através da palavra, ou seja, da narrativa, nas sessões de psicanálise ou através da escrita. (FIGUEIREDO, 2017, p. 28-29).

O esquecimento coletivo, por sua vez, acontece quando um grupo social quer esquecer e ou denegar o passado. A denegação é a dupla negação que afirma que não aconteceu aquilo que, de fato, aconteceu. E essa talvez possa ser uma das maiores atrocidades no que se refere ao testemunho. Quando a vítima acredita que a paz no plano coletivo depende do seu silêncio, ela carrega para si ainda mais peso. Há quem verdadeiramente acredite na narrativa oficial e defenda os argumentos apresentados, mas há aqueles que entendem o processo político e histórico e, ainda assim, apostam no silêncio como forma de reconciliação nacional. A segunda situação é ainda mais grave na medida em que essas pessoas têm influência e cooperam para que figuras autoritárias

sempre apareçam em nossa história e provoquem sérios danos em nossa organização social.

Em relação à metodologia, a base desta pesquisa é bibliográfica e documental. Analisaremos a fortuna crítica do testemunho na América Latina a partir da década de 1960, quando emergiram as ditaduras e a busca por direito das minorias sociais no continente. Em seguida, faremos um estudo dos principais conceitos freudianos, a fim de entender a relação que o testemunho guarda com a situação traumática. Embora exista uma associação entre o trauma individual e o trauma coletivo, temos, no Brasil, uma fortuna crítica restrita a respeito do trauma histórico, o que causa estranhamento em razão das bases violentas e, conseqüentemente, traumáticas pelas quais o Brasil foi amoldado ao longo de sua história.

A pesquisa bibliográfica será realizada a partir dos materiais já publicados, como livros, revistas científicas, teses, dissertações, anais de eventos e artigos. A partir dessas fontes, será possível extrair a fundamentação teórica para investigação e identificar o estado da arte, a fim de mapear nosso objeto e ampliar as referências.

Além da pesquisa bibliográfica, realizaremos a pesquisa documental, que se utiliza de uma maior multiplicidade de documentos, valendo-se de fontes elaboradas, como documentos institucionais de órgãos públicos e outras organizações – como o *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade* (BRASIL, 2014), o projeto *Brasil: nunca mais* (ARNS, 1985), o *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* (COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS *et. al.*, 1995), Leis e Projetos de Leis, entre outros –; e documentos pessoais e testemunhos prestados para comissões estaduais. Como parâmetros, as fontes documentais são de domínio público, disponíveis e recomendadas para estudo acadêmico.

Buscaremos, no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, testemunhos que dialogam com as narrativas literárias, a fim de buscar conexões possíveis para entender o trauma provocado pelo desaparecimento nos familiares das vítimas.

Quanto à organização dos capítulos, esta tese se apresenta da forma como descrevemos a seguir.

No segundo capítulo, intitulado “Ditadura e arquivo: o potencial estético e político da literatura de testemunho”, trabalharemos com o conceito de arquivo de Eurídice Figueiredo (2017) e com a definição de julgamento artístico de Shoshana Felman (2014). Ao apontar a literatura como arquivo da ditadura, Figueiredo (2017) busca as representações da ditadura em obras literárias, levando em conta a subjetividade da

narrativa e seu potencial artístico transformador. Da mesma forma, Felman (2014) vê a arte como estratégia revolucionária, propondo integrar uma visão literária com uma visão jurídica, com a intenção de confrontar provas do Direito e provas da Arte. A proposta de ambas autoras é reconhecer na literatura o potencial para tornar público aquilo que as forças políticas tentaram esconder e, nesse sentido, transformar traumas privados em traumas coletivos. No capítulo em questão, buscaremos o aparato conceitual necessário, portanto, para reconhecer a literatura como um arquivo da ditadura.

No terceiro capítulo, “Literatura de testemunho: a história pode e deve ser outra”, buscaremos na literatura seu potencial no revisionismo histórico, ao dar voz para aqueles que foram tirados da cena política. De acordo com Walter Benjamin (1987 [1940]), é preciso escrever a história a contrapelo, ou seja, do ponto de vista dos vencidos, a fim de revelar aquilo que se encontra por baixo dos registros oficiais. Em seguida, faremos uma revisão de literatura sobre o testemunho na América Latina e buscaremos os pontos de contato com a produção literária publicada no Brasil, de modo particular.

No quarto capítulo, “A perpetuação da violência histórica no Brasil: sobre traumas e sobrevivências”, buscaremos estabelecer as relações entre o trauma das vítimas da ditadura civil-militar brasileira e suas formas estéticas de representação. Trata-se de um capítulo de base teórica, no qual propomos uma leitura sobre a terminologia do trauma associada aos testemunhos dos sobreviventes e familiares de desaparecidos e ao texto literário. Nossa intenção é trazer para o campo dos estudos literários elementos da teoria freudiana que nos ajudem a compreender o processo psíquico que envolve as vítimas da violência do Estado, bem como o impacto do trauma individual no plano histórico.

No quinto capítulo, “Desaparecimento forçado: a busca por memória, verdade e justiça”, buscaremos entender os caminhos percorridos pelos familiares de mortos e desaparecidos em sua trajetória, ao buscarem por verdade, memória e justiça. Para isso, procuraremos, nos testemunhos e no texto literário, narrativas individuais que nos ajudem a compreender como o luto pela morte inconclusa de um ente querido pode determinar um cenário de perdas coletivas que precisam ser narradas para serem compreendidas.

Os cinco capítulos desta tese buscam, assim, oferecer uma leitura na qual discursos sobre o trauma da ditadura civil-militar brasileira se cruzam e entrecruzam, através do texto literário e dos testemunhos, com o fim específico de romper com um ciclo de silenciamento imposto no Brasil.

2 DITADURA E ARQUIVO: O POTENCIAL ESTÉTICO E POLÍTICO DA LITERATURA

No Brasil, assim como a vítima que se calou por anos, a sociedade não aceitou debater as sequelas da repressão e acreditou que a anistia ampla e irrestrita seria a única forma de sair de um regime desgastado resguardando ambas as partes. De fato, a violência que se instaurou como política de Estado precisava de um fim e aqueles que permaneciam no poder não aceitariam a transição sem que alguma garantia lhes fosse dada. Comprendemos que não se tratou de uma transição fácil de se negociar. Todavia, foi inaceitável acreditar que as barbáries cometidas com o respaldo da lei poderiam ser facilmente esquecidas.

2.1 O HISTÓRICO BRASILEIRO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA BARBÁRIE

O Brasil tem o histórico de institucionalizar a barbárie; a escravidão estava prevista na Lei, a ditadura civil-militar foi respaldada por dezessete Atos Institucionais, mas isso não legitima, do ponto de vista moral e humano, nenhum desses momentos históricos. No decorrer da história do país, mesmo quando não há leis que institucionalizem as atrocidades, parte do pensamento popular ocupa esse lugar, como é o caso, por exemplo, dos atos dos bandeirantes. A figura do bandeirante está enraizada no imaginário social, e esses indivíduos são vistos, principalmente no estado de São Paulo, como desbravadores de terras, responsáveis pela construção do país ao expandir suas fronteiras. No entanto, o contexto factual foi outro; entre os séculos XVI e XVII, os bandeirantes acabaram por institucionalizar a violência em nome de um projeto de poder baseado no lucro. Pesa sobre eles a violência contra a população indígena e a destruição de quilombos. O avanço dos bandeirantes pelo território brasileiro foi uma prática extremamente rentável; eles contribuíram para desenvolver a economia da colônia, e suas descobertas de metais e pedras preciosas possibilitaram o início do Ciclo do Ouro.

Em relação à escravidão, a mão de obra foi legalizada pelo Estado nos mais diversos tipos de trabalho. Os africanos escravizados eram levados para os engenhos produtores de açúcar, para os centros de mineração, para as fazendas de café, e também para realizar outras atividades, como as domésticas, por exemplo.

O golpe militar, quanto aos interesses do poderio econômico da época em que ocorreu, visava impedir o avanço nas políticas públicas de direitos aos menos favorecidos. A ideia inicial era não permitir que o governo eleito, do presidente João Goulart, promovesse as reformas de base, que incluíam modificações nas estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Essas reformas pretendiam garantir a superação do subdesenvolvimento e permitir uma diminuição das desigualdades sociais.

Com essa pequena exposição pretendemos mostrar que, ao fazer os recortes necessários para adentrarmos especificamente no objeto desta tese, entendemos que o evento histórico que nos propomos a analisar, a ditadura civil-militar (1964-1985), não pode ser compreendido em fatias estáticas no tempo e no espaço. Ele tem relação com as raízes de violência desde a colonização, violência esta que, ainda hoje, causa danos irreparáveis à sociedade como um todo. Por isso, buscamos traçar conexões entre eventos aparentemente desvinculados, mas que, na verdade, estão ligados pela via do trauma que causaram nos âmbitos da individualidade, da coletividade e da história.

Em *Escribir la historia, escribir el trauma* (2005), o historiador Dominick LaCapra propõe uma adaptação dos conceitos psicanalíticos do trauma individual para uma análise histórica associada ao emprego da crítica sociocultural e política, a fim de tornar compreensível os efeitos do trauma na cultura. A partir dessa proposição, o passado histórico é o cenário de perdas que podem ser narradas em termos temporais (passado, presente e futuro), pois elas se atualizam e, ao serem reativadas, são reconfiguradas e transformadas no presente ou no futuro. Esse é o caso do Brasil, onde a violência histórica deixou rastros de sangue desde a colonização. Por essa razão, é preciso conhecer, pela via dos testemunhos, esse passado que está submerso e que foi silenciado em nome de um projeto de poder que, até hoje, produz seus efeitos.

Em relação aos povos originários, a interpretação equivocada da história faz com que discursos contra a demarcação de terras ganhem apoio da sociedade, que vê o indígena como um agravo ao direito à propriedade. Embora a constituição reconheça os direitos desses povos sobre suas terras, definido enquanto direito originário, isto é, anterior à criação do próprio Estado, na prática, essa lei não funciona. Ainda que esforços tenham sido feitos por governos progressistas para garantir a aplicação da Lei, a eleição da extrema direita para o mais alto cargo da república, em 2018, dificultou ainda mais a situação dos povos originários no Brasil. A insistência em “socializar” o índio desrespeita a constituição que garante a eles o direito à diferença nos costumes, na língua, nas crenças e nas tradições.

Fazendo um adendo à questão dos povos originários e sua relação com a ditadura militar, objeto desta tese, segundo o relatório final da CNV, ao menos 8.350 indígenas foram mortos em massacres, expulsos de suas terras, contaminados por doenças infectocontagiosas, presos, torturados e submetidos a maus tratos. Mas como não há dados individuais e provas materiais sobre cada indígena desaparecido, esse número pode ser maior. A CNV chegou ao número de 434 mortos e desaparecidos no Brasil no mesmo período. Isso mostra que a situação dos indígenas durante a ditadura é, ao mesmo tempo, grave e carente de estudos precisos.

Ainda em relação à ditadura militar, de acordo com Eduardo Galeano, o diretor do Serviço de Proteção aos Índios, designado pela ditadura de Castelo Branco foi acusado, com provas, de cometer 42 tipos diferentes de crimes contra os índios.

Sabe-se que os indígenas foram metralhados desde helicópteros e pequenos aviões, que lhes foi inoculado o vírus da varíola, que foi lançado dinamite sobre suas aldeias e que lhes foram presenteados açúcar misturado com estricnina e sal com arsênico. [...] O escândalo veio a público em 1968. (GALEANO 2012 [1940], p. 11).

Além dos indígenas, outro povo vítima da barbárie institucionalizada e que, até o presente, sofre as consequências da violência física e simbólica, são os negros. O Brasil foi o último país ocidental a abolir a escravidão. De acordo com Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho, em *Uma história do negro no Brasil* (2006), não há precisão em relação aos números, mas estima-se que, entre o século XVI e meados do século XIX, mais de 11 milhões de homens, mulheres e crianças africanos foram forçados a deixar o continente africano em direção às Américas: “A maioria dos cativos, cerca de 4 milhões, desembarcou em portos do Brasil. Por isso nenhuma outra região americana esteve tão ligada ao continente africano por meio do tráfico como o Brasil”. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 39).

Sob a égide da tortura, os negros capturados e escravizados foram submetidos às mais degradantes condições de vida no “Novo Mundo”, experienciando situações subumanas. De acordo com Lilia Schwarcz (2018), historiadora e professora do departamento de antropologia da USP, ainda que a abolição tenha sido um processo de luta da sociedade, com destaque aos próprios negros que se dedicaram ao combate à escravidão, como Luis Gama, Dragão do Mar, André Rebouças, entre outros, a “libertação” foi atribuída pela história oficial à bondade da princesa Izabel. Não houve políticas de inserção do “cidadão” recém liberto na sociedade e nem a percepção de que

o país perpetrou, por mais de trezentos anos, uma das mais brutais violações da humanidade. Segundo a historiadora, em entrevista à *BBC Brasil*:

A abolição foi um processo de luta da sociedade brasileira. Não foi uma lei. Não foi um presente da princesa (Isabel), como romanticamente se diz. Muitos setores de classe média e de profissionais liberais aderiram à causa abolicionista, que vira suprapartidária na década de 1880. É importante destacar sobretudo a atuação dos escravizados, dos negros, dos libertos, que pressionaram muito o tempo todo, seja por insurreições, seja por rebeliões coletivas, rebeliões individuais, suicídios, envenenamentos. (SCHWARCZ, 2018, s/p).

A fala da pesquisadora é importante porque retrata a idiossincrasia das elites brasileiras no que se refere a processos históricos revolucionários que poderiam culminar em transformações sociais profundas. No caso da escravidão, a luta pela liberdade não foi uma luta branca. Ao contrário, foi uma batalha concebida, estruturada e organizada pelos próprios negros. No entanto, tal como foi encenada, fez com que o bônus da luta passasse dos esforços do oprimido para a “bondade” do opressor. Essa faceta das nossas elites não tem nada de despropositada; é por meio dessa astúcia que eles monopolizam o discurso e manipulam a memória. Assim o fizeram na abolição e tornaram a fazê-lo na redemocratização, nosso objeto de pesquisa.

Por consequência, ações afirmativas em benefício da população negra causam, em parte da sociedade, sobretudo nos grupos historicamente privilegiados, um sentimento que vai do incômodo à revolta. Isso se dá principalmente quando essas políticas públicas afetam algum privilégio dessas classes, no intuito de nivelar as oportunidades, como as cotas nas universidades públicas, por exemplo. As cotas são um marco na história do Brasil por se tratarem da primeira vez em que o Estado busca algum tipo de reparação contra as injustiças históricas cometidas contra essa população. É notável que as universidades públicas, num passado recente, formavam um número muito maior de pessoas brancas, ainda que a maior parte da população brasileira – em torno de 54% – seja composta por pessoas negras e pardas (PRUDENTE, 2020). Embora o número de alunos negros matriculados no ensino superior tenha aumentado, em 2019, representavam apenas 38,15% do total (COSTA, 2020). Isso significa que, mesmo com ações afirmativas, o cenário de desigualdade permanece e, diferentemente do que acredita parte da sociedade privilegiada, essas concessões não implicam em perda de direitos pela população branca.

É importante estabelecer essa analogia para que possamos compreender o trauma histórico que ronda nossos processos de memória. A necessidade de esquecer o passado sem se efetuar qualquer tipo de reparação passou pela história do Brasil e seus danos ainda permanecem. Como no decorrer do processo histórico não foi realizado o debate acerca da violência que se tornou estrutural e o testemunho das vítimas não foi acolhido pela sociedade, a tendência é a repetição. Nossas amargas experiências revolucionárias não foram enfrentadas, por isso, enquanto nação, estaremos sempre aquém da elaboração no plano histórico. Em todos os períodos da história do Brasil, desde o pré-colonial até a República, as rupturas democráticas foram resolvidas com a força da Lei. Sempre os poderes recorreram à Lei para nos lembrar de que temos que esquecer para seguir em frente. Querem nos fazer esquecer que negros foram açoitados, que indígenas foram dizimados e isso só é possível dada à ausência de uma política da memória.

Ao contrário do que acontece em outros países, não temos espaços de memória geridos pela União que visem à legitimação da identidade nacional, que, no caso do Brasil, foi construída sob bases violentas. O mais novo vestígio da aposta no esquecimento enquanto projeto nacional foi a instalação do Museu do Amanhã, na zona portuária do Rio de Janeiro, inaugurado em 2015. O território onde o museu foi construído era a porta de entrada do maior contingente de negros escravizados da história da humanidade.

Em artigo publicado na revista *Geledés*, “Não consigo entrar no Museu do Amanhã”, o interlocutor social da ONG Viva Rio, Ronilso Pacheco, fala sobre o incômodo que lhe causa o novo museu:

Mais de meio milhão dos escravos e escravas que por aqui passaram, adentraram pelo Valongo, onde está o Museu do Amanhã. Seus corpos estão ali embaixo (sob a terra, ou lançados ao mar). Alguém aqui imagina a construção de um Museu do Amanhã no território dos campos de concentração em Auschwitz?”. Pacheco conclui: “A construção do Museu do Amanhã é a afirmação de que se o passado é de negros, ‘então não nos interessa’. Não há o que preservar. Deixem esses corpos esquecidos, como lixo que se decompõe em aterro sanitário. (PACHECO, 2016, s/p).

De fato, a construção do monumento nesse lugar tão significativo para a história só foi possível devido à amnésia de uma sociedade que a cultiva e tem orgulho de passar por cima de seus fatos históricos como se isso fosse necessário para continuar vivendo e seguir em frente. Realmente, sociedades europeias e latino-americanas, como veremos adiante, jamais permitiriam que um passado tão marcado fosse ocultado à sombra de um futuro manchado de sangue inocente.

Átila Tolentino, em “Os museus e as vozes das memórias de resistência” (2017), adverte para os esquecimentos presentes nas lacunas, nos não-ditos, nos vazios. Essa análise é adequada ao caso do Museu do Amanhã, uma vez que o apagamento presente na ausência, ao se permitir construir um futuro sob os escombros de corpos silenciados, carrega significado. Isso porque não há possibilidade de fazer desaparecer as cicatrizes de uma população, ou de esconder as atrocidades de outra com uma simples assinatura arquitetônica moderna e uma bela placa indicando que aquilo que está por vir das vozes emudecidas é futuridade e sinais de um horizonte vindouro. De acordo com o autor,

Supostamente porque no museu tudo é signo. Até mesmo as lacunas, os não-ditos, os vazios, os relegados à insignificância carregam significados. E é preciso lê-los e compreender o jogo de forças (políticas, econômicas e simbólicas) que perpassa a batalha entre a memória e o esquecimento nas narrativas museológicas. (TOLENTINO, 2017, s/p).

Eurídice Figueiredo (2017) chama atenção para questão da musealização que no Brasil é tão impotente. A pesquisadora cita Aleida Assmann, que, em *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural* (2011), afirma que a conservação de locais traumáticos, transformados em museus, é orientada pela convicção de que as atrocidades cometidas naquele lugar devem ser ancoradas de forma duradoura na memória histórica da sociedade. Se levarmos em conta a questão do Museu do Amanhã, o Brasil subverte a lógica, apagando as memórias das referidas atrocidades, e não o faz de forma involuntária. Por aqui, o esquecimento é uma arma política e hegemônica sempre que saímos de situações de guerras e conflitos sociais. A Lei da Anistia² é um exemplo disso.

Voltando à institucionalização da ditadura civil-militar brasileira, é preciso deixar claro que ela se estabeleceu com base numa incoerência jurídica. Isso porque os militares editaram dezessete decretos de forma constitucional, os quais tinham como função garantir legitimidade, do ponto de vista jurídico, a um sistema que sequestrava, torturava, matava e fazia desaparecer corpos. Entre esses decretos está o AI-5, que ganhou notoriedade no cenário nacional contemporâneo a partir da eleição de um apoiador do regime, Jair Messias Bolsonaro, para o mais alto cargo da república, em 2018. Com o AI-5, o congresso foi fechado, mandados eletivos foram cassados, grandes lideranças populares foram presas e o direito ao *habeas corpus* foi suspenso para quem fosse acusado

² Lei da Anistia é a denominação popular dada à lei nº 6.683, promulgada pelo presidente João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979.

de crimes políticos. Assim, pessoas acusadas de envolvimento em questões de ordem política passariam a ser julgadas pela Justiça Militar, totalmente controlada pelos militares. Era também o início da censura. Emissoras de televisão e de rádio, bem como redações de jornais, foram ocupadas por censores e artistas foram presos.

No dia seguinte à publicação do AI-5, ainda perplexo, um dos editores do *Jornal do Brasil*, Alberto Dines, driblou a censura e publicou em forma de previsão do tempo o clima que o país vivia naqueles dias. O texto era pequeno, mas figurava na primeira página, ao lado da logomarca do jornal: "Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx: 38°, em Brasília. Mín: 5°, nas Laranjeiras". (LETIERI, 2018, s/p).

Mesmo com o país mergulhado em uma profunda crise humanitária, com pessoas sendo forçadamente desaparecidas e torturadas, os militares seguiam ganhando apoio da população. Para consumir esse processo de institucionalização do golpe, o cálculo político do governo se baseava numa economia próspera, que perdurou de 1967 a 1973. Esse período, conhecido como “milagre econômico”, foi caracterizado pela aceleração do PIB (Produto Interno Bruto), pela industrialização e por baixa inflação. Com essa estratégia, o Brasil alcançou taxas médias de crescimento muito elevadas e sem precedentes. Assim como aconteceu com a escravidão, a ditadura era lucrativa para as elites.

Outro instrumento capitalizado pela ditadura e que ajudou a construir uma imagem positiva do regime foi o tricampeonato brasileiro de futebol. O governo ditatorial usou a repercussão de um campeonato mundial e construiu uma campanha nacional patriótica. Dessa forma, criou-se um clima de união dos brasileiros em torno de um senso de nacionalismo. O hino semioficial da seleção foi usado como mote de um governo que avançava: “Noventa milhões em ação / Pra frente, Brasil, do meu coração / (...) De repente é aquela corrente pra frente / Parece que todo o Brasil deu a mão / (...) Todos juntos, vamos, pra frente, Brasil”. Aliada a tudo isso, a censura fez com que boa parte dos brasileiros sequer tivessem a dimensão do que acontecia nos porões da ditadura.

De acordo com o professor de História Brasileira na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carlos Fico, em entrevista à *BBC News Brasil*, a não construção de uma memória traumática a modelo dos nossos vizinhos sul-americanos tem relação com a censura política, aliada à propaganda oficial e, também, ao milagre econômico:

Se você associa a censura vigorosa com essa propaganda política e os benefícios decorrentes do crescimento econômico, com todo mundo

comprando eletrodomésticos, carros, até casa própria, essa combinação explica por que no Brasil não se construiu uma memória traumática como na Argentina. Então, aqui, muita gente hoje lembra positivamente daquela época. (FICO, 2018, s/p).

Fico aponta que nunca houve no país uma ruptura clara com a ditadura e isso está associado à falta de uma memória traumática. De tempos em tempos, percebemos no Brasil indícios dessa visão autoritária que busca atalhos constitucionais para impor ao povo políticas impopulares. O professor cita uma famosa frase de Delfim Neto, então ministro da Fazenda de Costa e Silva, signatário do AI-5, que conseguiu, em virtude da dissolução do congresso, fazer uma reforma tributária que durou 25 anos. Segundo ele, eventualmente, é preciso medidas autoritárias para impor decisões certas. Para Carlos Fico,

O AI-5 foi uma espécie de paroxismo de uma tradição que, no entanto, vem de longa data, infelizmente, no Brasil. Eu a chamo de utopia autoritária. É a ideia de que o povo é despreparado. De que o congresso Nacional é um obstáculo. E que, portanto, eventualmente seria conveniente, admissível, fazer algumas coisas fora dos parâmetros constitucionais. (FICO, 2018, s/p).

O que pretendemos demonstrar é que, mesmo com o processo de redemocratização em curso, não foi uma tarefa fácil dar início ao reconhecimento do direito à verdade e à justiça. Todos aqueles que ousaram se opor ao regime eram apontados como terroristas e representavam, de acordo com a narrativa oficial, uma ameaça à nação. A disputa de memória, infelizmente, consolidou-se favoravelmente aos militares, que, em nome da moral e da ordem, construíram uma narrativa quase que impenetrável. Por isso romper com esse círculo de silêncio foi e continua sendo tão difícil no Brasil.

Com todo esse histórico de silenciamento, a transição democrática foi uma aposta no esquecimento e, por esse motivo, a importância de se discutir a ideia de esquecimento vai atravessar essa tese. Por aqui, esquecer é um instrumento político. É com base nessa máxima que vamos tentar compreender o Brasil. Essa será nossa questão ao tratar do testemunho e do trauma na cena literária brasileira contemporânea.

Entendemos, portanto, que o esquecimento no Brasil nunca foi apenas oriundo do trauma; a opção pelo silêncio foi recurso das elites para deslocar o discurso. A alta aristocracia brasileira sempre soube que discurso é poder, que ele reorganiza a sociedade, e que promove e consagra o vencedor pós-catástrofe. Da mesma forma, a ausência do debate minimiza os esforços revolucionários e coopera para que a vítima do trauma leve ainda mais tempo para fazer emergir suas dores.

Como apontamos anteriormente, procuramos, na medida do possível, limitar nossa pesquisa ao foco na ditadura civil-militar. No entanto, a repetição, como objeto fundamental deste estudo, nos faz voltar o olhar para o passado, como fizemos ao resgatar o trauma da colonização e da escravidão, ou para o presente, a fim de examinarmos como essas práticas se atualizam na contemporaneidade. Para fins de análise, vamos nos deter em alguns pontos específicos, por entendermos que a história do Brasil é bastante complexa para se esgotar em uma tese.

Com o olhar voltado para atualidade, recentemente observamos que o sistema político brasileiro mais uma vez se prestou a institucionalizar um golpe de Estado. O impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 foi um golpe político, parlamentar, jurídico e midiático. A destituição da presidente da República cumpriu todos os trâmites e requisitos legais e teve a aprovação de 367 deputados. Quanto ao aspecto jurídico, Rousseff foi acusada de cometer dois crimes de responsabilidade: as “pedaladas fiscais”³ e a liberação de créditos suplementares sem autorização legislativa. No entanto, o que chamou a atenção durante o rito foi que, entre as declarações de voto dos parlamentares, a grande maioria dos deputados favoráveis ao afastamento da presidenta nem sequer citaram o aspecto jurídico do processo. O que a sociedade brasileira assistiu, no dia 17 de abril de 2016 na Câmara Federal, foi um linchamento público da presidenta, um protocolo necessário para institucionalizar o *impeachment* e afastar acusações de golpe de Estado.

É nesse sentido que reafirmamos que a história não pode ser esquecida. A falta de rememoração dos eventos históricos, tal como de fato ocorreram no Brasil, cooperam para que forças políticas e institucionais se associem a setores da sociedade insatisfeitos e usem o próprio aparato de Estado para derrubar governos que não lhes sejam vantajosos. Por essa razão é tão importante compreendermos a noção de arquivo, que será desenvolvida neste capítulo.

Na contemporaneidade, o desprezo às instituições democráticas ronda a nossa democracia desde as manifestações de 2013, tornando-se mais visível com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. O presidente tinha, entre seus motes de campanha, precisamente a postura contra o *establishment*, embora discursivamente falasse em respeito à

³ “Pedalada fiscal” é um termo usado para se referir a operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional, não previstas na legislação. Esse tipo de operação consiste em atrasar o repasse de verba a bancos públicos e privados com a intenção de suavizar a situação fiscal do governo em um determinado mês ou ano, apresentando melhores indicadores econômicos ao mercado financeiro e aos especialistas em contas públicas.

democracia. Durante a campanha presidencial, em 21 de outubro de 2018, foi divulgado um vídeo não datado no qual o então deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidenciável Jair Bolsonaro, afirmava: “se quiser fechar o STF, você sabe o que você faz? Você não manda nem um jipe. Manda um soldado e um cabo. Não é querer desmerecer o soldado e o cabo não”. (POZZEBOM, 2018).

A declaração recebeu o repúdio de diversos setores da sociedade. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso declarou, em sua conta na rede social *Twitter*:

As declarações do dep. E Bolsonaro merecem repúdio dos democratas. Prega a ação direta, ameaça o STF. Não apoio chicanas contra os vencedores, mas estas cruzaram a linha, cheiram a fascismo. Têm meu repúdio, como quaisquer outras, de qualquer partido, contra leis, a Constituição. (CARDOSO, 2018).

Já no exercício da presidência, Jair Bolsonaro encontra, nas vias legislativas, resistência na aprovação de decretos e projetos encaminhados pelo governo ao congresso. Diante disso, em 9 de setembro de 2019, outro filho do presidente, Carlos Bolsonaro, declarou em sua conta no *Twitter*:

Por vias democráticas a transformação que o Brasil quer não acontecerá na velocidade que almejamos... e se isso acontecer. Só vejo todo dia a roda girando em torno do próprio eixo e os que sempre nos dominaram continuam nos dominando de jeitos diferentes! (BOLSONARO, 2019).

Esse tipo de declaração não tem a aprovação dos democratas, sejam eles de esquerda, de centro ou de direita, tratando-se de um discurso isolado, de extrema direita. Contudo, ele ainda encontra adeptos em parte da população. Assim como nos anos em que o governo militar esteve no poder, forças políticas apostam em medidas autoritárias e fora das vias constitucionais para silenciar o debate público e democrático.

Mesmo antes de se lançar candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro, como deputado federal, sempre se referiu ao regime militar com nostalgia. Um levantamento do jornal *Estadão* mostrou que Jair Bolsonaro fez menções ao regime militar por pelo menos 252 vezes no plenário da Câmara⁴. O levantamento foi realizado com a transcrição de suas falas enquanto deputado federal no período de 2001 a 2018.

⁴ Segundo explica o jornalista responsável pela matéria: “Para chegar a esses números, o Estado compilou e analisou todos os discursos cuja transcrição está disponível na seção de Notas Taquigráficas do site da Câmara dos Deputados. Nos dados, estão contemplados 18 dos 28 anos em que Bolsonaro ocupou o posto de deputado federal pelo Rio de Janeiro. Das 901 falas catalogadas, 252 (28%) mencionam o período histórico da ditadura”. (MENEGAT, 2019).

Entre os assuntos mais citados nos discursos estiveram eventos como o golpe de 31 de março de 1964, a promulgação do AI-5, a Lei da Anistia e a Comissão da Verdade:

Ler os pronunciamentos ajuda a entender parte dos valores e simbolismos que a presidência de Jair Bolsonaro carrega. [...] Suas falas quase sempre colocam em oposição o regime – tido como defensor da ordem nacional – e as figuras da esquerda política da época – descritas como delinquentes, terroristas ou marionetes de Cuba e União Soviética. Geralmente em tom elogioso e nostálgico, os discursos ora dão crédito aos militares por “salvar o país do comunismo” e reprimir a oposição de esquerda, ora negam que o regime tenha cometido violações de direitos humanos – o que está em desacordo com o consenso historiográfico atual. (MENEGAT, 2019).

O tom do parlamentar aumentou quando começou a tramitar no Congresso a lei que instituiria a Comissão Nacional da Verdade como órgão que teria a função de investigar a repressão política e os ataques aos direitos humanos cometidos pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988. Entre os temas mais citados pelo então deputado estavam a negação de que pessoas eram forçadamente desaparecidas, perseguidas e torturadas.

Durante a votação pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rouseff, Jair Bolsonaro homenageou na tribuna da Câmara dos Deputados o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra: “Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rouseff! Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é sim!” (MENEGAT, 2019).

O homenageado em questão foi um coronel do Exército Brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército, um dos órgãos mais atuantes na repressão política durante a ditadura. Conhecido pelo codinome de Dr. Tibiriçá, Ustra foi acusado pelo desaparecimento e morte de pelo menos sessenta pessoas. Durante sua gestão, pelo menos quinhentos casos de tortura teriam sido cometidos nas dependências do DOI-CODI. Denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF), Ustra foi o único militar brasileiro declarado torturador pela Justiça.

Mesmo tendo suas declarações refutadas por documentos oficiais, Jair Bolsonaro não cessou de fazer a defesa do regime militar e negar os crimes cometidos pelas Forças Armadas. Entre as diversas manifestações favoráveis à ditadura, como a insistência em comemorar o golpe e a negação dos crimes cometidos pelo regime, um de seus atos resultou em considerável comoção na sociedade brasileira. Em 30 de julho de 2019, já no exercício da presidência da república, Bolsonaro afirmou que Fernando Santa Cruz, pai de Felipe Santa Cruz, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na ocasião, foi morto por militantes do grupo Ação Popular:

“O pai do Santa Cruz integrava a AP (Ação Popular de Pernambuco), era o grupo terrorista mais sanguinário que tinha. Esse pessoal tinha umas ramificações pelo Brasil, e uma delas, grande, no Rio de Janeiro. O pai dele, bastante jovem ainda, veio para o Rio de Janeiro. De onde eu obtive essas informações? Com quem eu conversei na época, oras bolas” [...] “o pessoal da AP do Rio de Janeiro ficou estupefato” com a vinda de Fernando Santa Cruz para o Rio de Janeiro, porque a ação poderia comprometer a segurança do grupo. “Eles resolveram sumir com o pai do Santa Cruz, essa é a informação que eu tive na época sobre esse episódio”, disse. “Não foram os militares que mataram ele, não, tá? É muito fácil culpar os militares por tudo o que acontece”, acrescentou. (MOLICA; SIQUEIRA, 2019, s/p).

O presidente não apresentou provas e, ao ser questionado com a apresentação dos documentos apresentados pela CNV, desmereceu o trabalho da comissão. Um documento de 1978, originário do Ministério da Aeronáutica, reconhece que Fernando Santa Cruz foi preso no dia 22 de fevereiro de 1974, no Rio de Janeiro. Há duas hipóteses, de acordo com a CNV, para explicar o desaparecimento de Fernando Santa Cruz:

Há pelo menos duas hipóteses para explicar as circunstâncias de desaparecimento de Fernando e Eduardo. A primeira diz respeito à possibilidade de terem sido levados do Rio de Janeiro, onde foram capturados, para o DOI-CODI do II Exército, em São Paulo. [...] Essa indicação do DOI-CODI/SP como possível órgão responsável pelo desaparecimento de Fernando e Eduardo aponta para a possibilidade de os corpos dos dois militantes terem sido encaminhados para sepultamento como indigentes no Cemitério Dom Bosco, em Perus. A segunda hipótese é a de Fernando e Eduardo terem sido encaminhados para a Casa da Morte, em Petrópolis, e seus corpos levados posteriormente para incineração em uma usina de açúcar. Esta hipótese é embasada, sobretudo, no depoimento prestado pelo ex-delegado do DOPS/ES, Claudio Guerra, que afirmou que os corpos dos dois militantes teriam sido incinerados na Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes (RJ). Em depoimento prestado à CNV, o agente chegou a reconhecer formalmente uma foto de Fernando de Santa Cruz e apontá-lo como uma das vítimas que teria recolhido na Casa da Morte para transportar para a usina. (BRASIL, 2014, p. 1603-1604).

Nas conclusões sobre o caso, o relatório final da CNV é taxativo. A partir da análise documental e do testemunho dos familiares, o caso do desaparecimento de Fernando Santa Cruz é apontado da seguinte forma: “conclui-se que Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira foi preso e morto por agentes do Estado brasileiro e permanece desaparecido, sem que os seus restos mortais tenham sido entregues à sua família”. (CNV, 2014, p. 1607).

O extenso relatório da CNV é um documento oficial, um arquivo das atrocidades que foram cometidas por agentes do Estado durante a ditadura civil-militar. Como a declaração de Bolsonaro colocou sob suspeita esse documento, Felipe Santa Cruz, filho

do desaparecido, pediu esclarecimento ao presidente da República via Supremo Tribunal Federal (STF):

Santa Cruz pleiteia a notificação do presidente da República para apresentar as seguintes explicações:

- “a) se efetivamente tem conhecimento das circunstâncias, dos locais, dos fatos e dos nomes das pessoas que causaram o desaparecimento forçado e assassinato do Sr. Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira;
- b) em caso positivo, quais informações o Requerido detém, como as obteve e como as comprova;
- c) se sabe e pode nominar os autores do crime e onde está o corpo do Sr. Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira;
- d) ainda, em caso afirmativo, a razão por não ter denunciado ou mandado apurar a conduta criminosa revelada; e
- e) se afirmou aos órgãos de comunicação social e aos sites referidos no preâmbulo deste petítório que o falecido Sr. Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira teria sido assassinado não por militares, mas por seus companheiros de ideias libertárias (Ação Popular)”. (CANAL CIÊNCIAS CRIMINAIS, 2019, p. 19).

Como resposta, o Ministro Luís Roberto Barroso deu prazo de quinze dias para que Bolsonaro respondesse à interpelação, caso fosse de sua vontade. Mesmo sendo uma interpelação tímida, a atitude do ministro do STF funcionou como um recado de que as instituições brasileiras ainda estariam funcionando e atentas a possíveis desrespeitos à democracia. Em resposta ao STF, Bolsonaro respondeu:

Não tive qualquer intenção de ofender quem quer que seja, muito menos a dignidade do interpelante ou de seu pai. No tocante à forma pela qual teria ocorrido a morte do pai do interpelante, limitei-me a expor minha convicção pessoal em função de conversas que circulavam à época. (MENEZES, 2019, s/p).

Em nota, Felipe Santa Cruz repudiou e lamentou a postura do presidente, colocando-se na mesma posição do pai, em defesa da democracia, em sua página na rede social *Twitter*: “Por fim, afirmo que o que une nossas gerações, a minha e a do meu pai, é o compromisso inarredável com a democracia, e por ela estamos prontos aos maiores sacrifícios” (SANTA CRUZ, 2019).

Como apontado anteriormente, quando o assunto é a ameaça à democracia, forças políticas e sociais tendem a repudiar atos e declarações que se coloquem nessa direção. O que percebemos é que essas forças não falam em reparação, mas temem que o Brasil volte a um período de exceção. Autoridades brasileiras e internacionais condenaram a postura do presidente, como a Anistia Internacional, segundo declaração da diretora executiva Jurema Werneck, em publicação na rede social *Facebook*:

É terrível que o filho de um desaparecido pelo Regime Militar tenha que ouvir do presidente do Brasil, que deveria ser o defensor máximo do respeito e da justiça no país, declarações tão duras. O Brasil deve assumir sua responsabilidade, e adotar todas as medidas necessárias para que casos como esses sejam levados à justiça. O direito à memória, justiça, verdade e reparação das vítimas, sobreviventes e suas famílias deve ser defendido e promovido pelo Estado Brasileiro e seus representantes. (WERNECK, 2019, s/p).

Em relação a Fernando Santa Cruz, Bolsonaro foi confrontado com provas de todas as ordens, a saber: *habeas corpus* a pedido das famílias para os presos pelo regime; cartas pessoais; cartas-resposta da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, reconhecimento de prisão de Santa Cruz pelo Ministério da Aeronáutica; carta-resposta do II Exército à família da vítima; carta-resposta do ministro da Justiça Armando Falcão à Comissão Interamericana de Direitos Humanos; pronunciamento do ministro da Justiça; relatório do Ministério da Marinha; testemunhos prestados à Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva; depoimento de Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS/ES; depoimento de Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento do Exército. Essa série de documentos são públicos e estão disponíveis para consulta de qualquer cidadão (BRASIL, 2014, p. 1598- 1600).

Não avançaremos enquanto o autoritarismo for reforçado e enquanto discursos favoráveis ao totalitarismo continuarem ecoando na sociedade. É preciso romper com o negacionismo em torno das violências perpetradas pelo Estado. As reações de repúdio são bem-vindas, mas não são suficientes para que essa ruptura se dê de modo efetivo. O processo de redemocratização seguiu o mesmo *modus operandi* desde a colonização, enterrando histórias na vala comum do esquecimento. Por isso, ainda que as reações de repúdio sejam consideradas um avanço na direção do reconhecimento de que certas declarações e atos ameaçam a ordem democrática, elas não têm o poder de fazer cessar os crimes contra a democracia – até porque as mesmas vozes que repudiam ainda temem “cutucar a ferida” e acabar por tornar “o problema ainda maior”. É preciso fazer emergirem todas as dores do passado, para que a sociedade possa elaborar os traumas históricos que, de tempos em tempos, se atualizam e causam ainda mais dores, mais mortes, mais sangue e silenciamento.

Propomos, nesta tese, que novos arquivos sejam abertos; além dos documentos oficiais, as artes, sobretudo a literatura, com seu potencial estético e político, pode compor essa documentação da barbárie no Brasil. Precisamos construir uma memória histórica dos povos originários, dos negros escravizados, das revoluções e das ditaduras. Ainda que

tardio, o processo de memorialização no Brasil nunca se fez tão necessário. Não são esses os únicos grupos marginais da sociedade brasileira, mas, iniciado o processo, outros grupos poderão ocupar seus devidos espaços.

2.2 A LUTA POR VERDADE E JUSTIÇA NO BRASIL

Neste capítulo, propomos uma análise de três documentos como importantes fontes de arquivo da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): *Brasil: Nunca mais* (ARNS, 1985), *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* (COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS *et. al.*, 1995) e o *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade* (BRASIL, 2014). Nossa intenção é mostrar como esses documentos foram gerados e como as forças que atuaram durante a ditadura continuaram atuando para impedir que eles fossem publicados. Em *A literatura como arquivo da ditadura brasileira* (2017), Eurídice Figueiredo afirma que é imprescindível se referir a esses três momentos tanto para a apuração quanto para o arquivamento dos documentos que tratam das graves violações dos direitos humanos durante o período.

O primeiro projeto de denúncia dos crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura foi o livro *Brasil: Nunca mais*, conduzido pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e o pastor presbiteriano Jaime Wright. A obra foi publicada em 1985, quatro meses depois do fim do regime militar. De acordo com relatório final da CNV, é considerada a maior iniciativa da sociedade brasileira na denúncia dos crimes praticados pelas Forças Armadas durante a ditadura civil-militar, sendo um “trabalho de impacto, no sentido de revelar à consciência nacional, com as luzes da denúncia, uma realidade obscura ainda mantida em segredo nos porões da repressão política hipertrofiada após 1964”. (BRASIL, 2014, p. 24).

Esse projeto apenas se tornou possível porque advogados conseguiram retirar os autos dos processos criminais dos cartórios da Justiça Militar para análise no processo de anistia. Eles temiam que os autos fossem destruídos, assim como aconteceu no fim do Estado Novo, e tiraram cópias de todos os documentos a que tiveram acesso. Embora publicado em 1985, sua realização se deu clandestinamente entre os anos de 1979 e 1985.

Figueiredo (2017) lembra que, para conceber o projeto, Dom Evaristo Arns se baseava no livro *Vigiar e punir* de Michel Foucault, segundo o qual é possível “reconstruir boa parte da história de uma época através do processo penal arquivado no Poder

judiciário de cada país”. (ARNS apud FIGUEIREDO, 2017, p. 16). Assim, a inspiração para o projeto é explicitada na obra:

No mundo todo, a questão da repressão política é quase sempre levantada a partir de denúncias dos atingidos, ou de relatos elaborados por entidades que se dedicam à defesa dos Direitos Humanos. Emotivos ou equilibrados, são testemunhos que ajudam a revelar uma história oculta. Mas tropeçam, às vezes, na desconfiança daqueles que alegam serem depoimentos tendenciosos, por partirem de vítimas que, na sua maioria, teriam motivações políticas. A pesquisa "BRASIL: NUNCA MAIS" (BNM) conseguiu superar esse dilema, estudando a repressão exercida pelo Regime Militar a partir de documentos produzidos pelas próprias autoridades encarregadas dessa tão controversa tarefa. (ARNS, 1985, p. 22).

Ademais, considera-se que o livro é uma reportagem investigativa no campo dos Direitos Humanos. Foram copiados 707 processos completos e dezenas de outros incompletos, num total que ultrapassou um milhão de páginas fotocopiadas em duas vias, para que uma pudesse ser guardada, sem riscos, fora do país. O primeiro relatório, que levou cinco anos para ser produzido, reuniu aproximadamente cinco mil páginas. Esse texto inicial foi distribuído para universidades, bibliotecas e centros de documentação e entidades voltadas para a defesa dos direitos humanos no Brasil e no exterior.

Durante o tempo em que a investigação estava sendo desenvolvida, muitas foram as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores, que corriam riscos caso fossem descobertos. Eles nem mesmo tinham a certeza de que sua empreitada chegaria ao fim ou se conseguiriam publicá-la. As forças que atuaram na repressão ainda tinham poder e estavam dispostos a tudo para manter seu prestígio:

Em abril de 1981, por exemplo, quando o Projeto BNM se encontrava em pleno desenvolvimento, o acidente terrorista do Riocentro, que vitimou dois militares do DOI-CODI, um deles fatalmente, veio evidenciar que os órgãos de repressão estudados pela pesquisa permaneciam em ação, ainda eram capazes de crimes tão dementes, quanto aquele que se tentava praticar contra milhares de jovens reunidos para um show de música popular brasileira, em comemoração ao 19 de Maio. É inegável que os envolvidos com o Projeto BNM passavam por um certo susto em episódios assim. (ARNS, 1985, p. 23).

Mesmo com a advertência de que aquilo que se pretendia era um trabalho no sentido de revelar à consciência nacional uma realidade obscura, mantida em segredo, para que práticas de tortura nunca mais acontecessem, o *Brasil: Nunca mais* abalou as estruturas das Forças Armadas. O exército reagiu criando o *Projeto Orvil* (FIGUEIREDO, 2011), coordenado pelo general Leônidas Pires Gonçalves. Porém, antes de adentrarmos na questão específica do *Orvil* como uma reação ao *Brasil: Nunca mais*, é preciso avançar

no tempo, para compreendermos que as forças que atuavam na década de 1980 até os dias atuais desfrutaram de prestígio e influência.

Em maio de 2015, um ano após a entrega do relatório final da CNV, o general Leônidas Pires Gonçalves, identificado como torturador pela comissão, recebeu honras militares na ocasião de sua morte. Gonçalves atuou de forma intensa nos anos de ditadura militar; não chegou a ser uma das figuras mais importantes do aparelho repressivo, mas fez parte da engrenagem. Ele chefiou o Estado-Maior do I Exército e, por consequência, o Comando de Operações de Defesa Interna (CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro, entre março de 1974 e novembro de 1976. O general foi incluído na lista da CNV que trata da responsabilidade pela gestão de estruturas e condução de procedimentos destinados à prática de graves violações de direitos humanos:

General de Exército. Chefe do Estado-Maior do I Exército de 1974 a 1976, período em que foi responsável pela chefia do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e por ações no âmbito da Operação Radar, contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e do episódio conhecido como Massacre da Lapa, contra a cúpula dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). (BRASIL, 2014, p. 869).

Em forma de ataque às conclusões da CNV, o general Eduardo Villas Bôas⁵ discursou no velório de Leônidas, declarando que “soldados do seu Exército não consentirão que a retidão de seu caráter e a transcendência de sua alma sejam maculados por versões históricas capciosas”. (LEAL, 2015, s/p).

Na mesma ocasião, Miguel Coelho Neto Pires Gonçalves saiu em defesa do pai: “Lastimamos certas imposturas políticas e ideológicas que tentam transformar fatos inverídicos em verdades históricas. Com isso, caluniando pessoas e mistificando episódios” (LEAL, 2015, s/p).

Como dito anteriormente, Leônidas Pires Gonçalves foi um importante agente da ditadura militar, mesmo não fazendo parte do núcleo mais importante do regime. No livro-reportagem *Olho por olho: os livros secretos da ditadura* (2011), Lucas Figueiredo revela alguns dos bastidores da reação dos militares a *Brasil: nunca mais*:

Quando veio o golpe, Leônidas, então com 42 anos, servia como tenente-coronel no Estado-Maior do Exército sob as ordens do general Humberto Castello Branco, nome mais alto da lista dos conspiradores e, posteriormente primeiro ditador do regime militar. [...] Leônidas não era da ala dos duros do regime militar, mas isso não o impediu de ser respeitado e prestigiado pela

⁵ Eduardo Dias da Costa Villas Bôas é general e atuou como Comandante do Exército Brasileiro de 5 de fevereiro de 2015 até 11 de janeiro de 2019.

cúpula do Exército (e a recíproca foi verdadeira) nos momentos mais violentos da ditadura, nos governos de Arthur da Costa e Silva (1967-69) e Emílio Garrastazu Médici (1969-74). (FIGUEIREDO, 2011, p. 12).

Nesse sentido, o já mencionado *Orvil* foi um projeto elaborado com a pretensão de ser uma resposta do próprio Exército:

Como é fácil imaginar, foi grande o baque nos quartéis. Àquela altura, as Forças Armadas já estavam resignadas por terem sido forçadas a ceder o poder de volta aos civis, mas tinham concebido um script diferente para o início do processo de redemocratização. A ousadia do *Brasil: Nunca Mais* teria troco. (FIGUEIREDO, 2011, p. 10).

O *Brasil: nunca mais* reuniu 710 processos, 10.034 inquéritos policiais e 7.367 acusações em processos criminais. Era, incontestavelmente, o arquivo mais importante sobre a ditadura, embora ainda fosse inviável para leitura, pelo caráter excessivamente técnico dos documentos. Como o objetivo era trazer à tona as atrocidades submersas daquele período, outro projeto foi necessário a fim de tornar as informações acessíveis a maior parte da população, com uma leitura fluida e com número bem menor de páginas, como descreve Lucas Figueiredo:

O Projeto A era sem dúvida de uma riqueza extraordinária, um documento destinado a servir, nas décadas seguintes, como fonte de pesquisa quase infinita. Suas 6.891 páginas o tornavam, porém, praticamente inacessível à leitura pela maioria dos mortais. Para resolver a questão, d. Paulo Evaristo Arns idealizou o Projeto B: um livro de fácil leitura que resumisse todo o Projeto A num espaço 95% menor. (FIGUEIREDO, 2011, p. 42).

Lançada em 15 julho de 1985, exatos quatro meses após o final do regime, a obra foi o primeiro projeto de pesquisa documental realizado pela sociedade civil sobre a tortura política no país, conforme explicamos anteriormente. No entanto, ela foi entendida pelos militares como uma quebra do pacto de silêncio acordado pela Lei da Anistia (1979):

O acordo em torno do silêncio, porém, durou menos de cem dias [...]. Para desalento das Forças Armadas, além de recordar-se de muita coisa, o cardeal decidira não guardar as lembranças para si. A caserna se enfureceu com a revelação em praça pública dos pecados mais bem guardados do regime militar. Dentre os mais de 400 mil componentes das três forças, um em especial sentiu a pancada: o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. O atlético e imponente general, de 63 anos, acabara de assumir o posto mais alto da carreira castrense e, como se ainda fosse pouco, desfrutava da confortável posição de fiador do cambaleante presidente José Sarney. (FIGUEIREDO, 2011, p. 59-60).

Sarney tomou posse como presidente em 15 de março de 1985. Naquela ocasião, o general Leônidas Pires Gonçalves atuava no governo, tendo sido indicado para o cargo de ministro do Exército por Tancredo Neves e atuando de forma decisiva no episódio que sucedeu sua morte. Tancredo foi eleito o primeiro presidente da Nova República, de forma indireta, mas não chegou a assumir o cargo. Um dia antes de sua posse apresentou um mal-estar, precisando ser internado e operado. Após 38 dias de internação e sete cirurgias, faleceu no dia 21 de abril de 1985, aos 75 anos. Dessa forma, José Sarney tomou posse em seu lugar.

Com a morte de Tancredo Neves, o cenário político começava a mudar. Tancredo era um nome de consenso entre as oposições, mas como, numericamente, no Colégio Eleitoral, a oposição estava em desvantagem no Senado, a escolha de José Sarney como vice-presidente, senador da Arena, viabilizaria sua eleição:

Acreditamos que a vitória de Tancredo Neves é chancelada pelas multidões, contudo, o primeiro presidente civil desde o golpe militar em 1964 é eleito pelo Colégio Eleitoral, o que significa o apoio do PMDB, mas também, de políticos com longa história no partido dos militares – Arena e depois PDS – pois na Câmara dos Deputados, a oposição (somando todos os quatro partidos – PMDB, PDT, PTB e PT) superava o número do PDS com 240 a 235, mas no Senado, o PDS gozava de uma vantagem de 46 sobre os 23 senadores da oposição, o que fazia com que no Colégio Eleitoral o PDS conservasse uma maioria de 359 a 321. (SKIDMORE apud CHICARINO, 2012).

Em se tratando do Brasil, a mentalidade política dominante sempre foi “conciliadora”, mesmo que a suposta conciliação passasse por cima de dor e sofrimento. Nesse caso, José Sarney, um político de muitas faces, haja vista que fora uma das principais lideranças da Arena – partido que deu sustentação política à ditadura –, era a única alternativa para evitar uma retomada dos militares. Logo, Tancredo Neves, ao saber, um dia antes da posse, que corria risco de morte caso não fosse submetido a cirurgia urgente, chamou o filho Tancredo Augusto Tolentino, que, em depoimento em janeiro de 1995, revelou os bastidores do dia em que o destino do Brasil rumo à redemocratização estava sendo traçado:

Eles estão mesmo querendo me operar, meu filho. Mas eu não quero, não posso agora. Só depois da posse. Vá lá e converse com o Pinheiro”. O filho vai ao médico, volta aflito: “Olhe, pai, não tem solução. Diz o Pinheiro que não é uma operação complicada e que não há outro jeito. Perguntei-lhe o que acontece se o senhor não se operar. E ele me respondeu: Se o seu pai não se operar, vai morrer”. Tancredo só cede ao ter certeza da posse de Sarney. Instrui Dornelles: “Mas tem que ser o Sarney, Dornelles!”. Sabedoria e pragmatismo. A posse do vice confirmaria os mandatos, não haveria cargo vago. Sem Sarney, se o impedimento demorasse, poderia haver nova eleição. Tancredo, ainda a Dornelles: “Sendo assim, eu passo o problema para os médicos. Se eles acharem que eu tenho que ser operado, e aqui, eles é que têm que tomar a

decisão. A minha preocupação era o problema político. Se você me garante, eu entrego a eles a responsabilidade pela parte médica. (COUTO, 2005, p. 10).

Sarney conversa com Ulysses Guimarães⁶, presidente da Câmara dos Deputados. Diante da pressão do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves – que mais tarde seria o idealizador do *Orvil* – Ulysses, que na visão dos militares representava a possibilidade de revanchismo, cede à orientação de um jurista e apoia Sarney:

Sarney e Ulysses conversam, mostram grandeza. Sarney diz que deseja tomar posse junto com Tancredo e se retira. Ulysses, anos depois: “Segui as instruções do meu jurista. O meu ‘Pontes de Miranda’ [general Leônidas] estava lá fardado e com a espada me cutucando que quem tinha de assumir era o Sarney”. (COUTO, 2005, p. 10).

De acordo com Olavo Egydio Setúbal, cofundador, ao lado de Tancredo Neves, do Partido Popular – que reuniu setores moderados egressos da Arena e do MDB –, em reunião na Câmara dos Deputados na ocasião da internação de Tancredo, uma pessoa levantou o questionamento de quem deveria tomar posse, Sarney ou Ulysses Guimarães. Ulysses disse:

‘Vamos ver como é a Constituição’. Aí, naquele tumulto, 10 horas da noite, no fim de algum tempo acharam vários exemplares da Constituição. O Ulysses então leu: ‘No dia tal tomará posse o presidente da República ou o vice-presidente, [vírgula]’. Quer dizer, como a vírgula separa os dois, a posse é diferente. Então, pela vírgula, quem tem que tomar posse é o vice-presidente da República. (COUTO, 2005, p. 10).

Naquela ocasião, havia um desentendimento entre José Sarney e o presidente João Batista Figueiredo⁷. Sarney era visto como inimigo por Figueiredo, porque escolheu se aliar à oposição em favor da Nova República, a ponto de admitir a posse de Ulysses Guimarães ou do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves. Nas palavras de Ronaldo Costa Couto: “Juridicamente vencido, mas não convencido, ele vai se recusar a transmitir o cargo e a faixa presidencial a Sarney”. (COUTO, 2005, p. 10).

De acordo com Figueiredo, o general Leônidas, fazendo uso do cargo a ele indicado, de ministro do Exército, manifestou sua opinião:

[...] quando Tancredo Neves foi hospitalizado, Leônidas foi que dissipou uma das dúvidas mais dramáticas da história do país: quem deveria tomar posse no lugar do presidente eleito. A Constituição era algo ambígua a respeito. Uma

⁶ Ulysses Silveira Guimarães foi um político e advogado brasileiro, um dos principais opositores à ditadura militar. Foi presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, que inaugurou a nova ordem democrática, após 21 anos sob a ditadura militar.

⁷ João Baptista de Oliveira Figueiredo foi o último presidente do Brasil na ditadura militar, de 1979 a 1985.

ala defendia a assunção de Sarney, o vice-presidente eleito, mas outra entendia que era Ulysses Guimarães, o já empossado presidente da Câmara dos Deputados, quem tinha o direito de subir a rampa do Palácio do Planalto. Todas as incertezas desapareceram, contudo, quando, num telefonema noturno a Sarney, o general Leônidas, indicado por Tancredo para comandar o Ministério do Exército, manifestou sua posição: de acordo com a sua leitura do texto constitucional, o correto seria o vice assumir (ainda que naquele momento Sarney não o fosse de fato). O general então deu por encerrada a discussão jurídica e, para não deixar uma nesga de dúvida que fosse, despediu-se de Sarney com um vigoroso “boa noite, presidente!”. Dali em diante, ninguém mais questionou o assunto. (FIGUEIREDO, 2011, p. 60).

Quatro meses após a posse e resolvido o impasse da sucessão, sob *corpus insepultus* e, como lembra Walter Benjamin⁸ (1985), sob ecos de vozes que emudeceram, o tão negociado silenciamento parecia estar sendo cumprido. Assim aponta Figueiredo:

Depois de 21 anos no poder, tudo o que os militares queriam era esquecer. Ou melhor: selecionar as lembranças daqueles 7.654 dias. Seria melhor para todos que fosse assim, diziam eles. A velocidade – e sobretudo a serenidade – da transição da ditadura para a democracia dependia disto: esquecimento (FIGUEIREDO, 2011, p. 59).

No entanto, para romper com o esquecimento imposto, D. Evaristo Arns consegue abalar os poderes da Nova República, uma vez que os militares, de forma indireta, ainda exerciam seu poder. De acordo com Figueiredo (2011), o general Leônidas tinha a tarefa de assegurar que tanto um lado quanto o outro cumprisse o combinado. Então, no pacto do esquecimento, as Forças Armadas aceitaram devolver o poder aos civis desde que estes não fizessem cobranças sobre o que havia acontecido no submundo do regime militar:

Assim, uma das prioridades da gestão do novo ministro era proteger os homens que, segundo suas palavras, haviam colocado “a própria vida em risco no combate ao terrorismo e à subversão” – homens que agora o *Brasil: Nunca Mais* apontava como bestas-feras. (FIGUEIREDO, 2011, p. 60).

O fato é que a responsabilidade pela tortura, pela morte e pelo desaparecimento de pessoas durante o período da ditadura sempre foi negada pelos militares e, todas as vezes em que a história é posta em debate, acusam os opositores do regime de serem “revanchistas”.

Foi temendo uma retaliação que o general Leônidas atuou contra Ulysses Guimarães na ocasião da morte de Tancredo Neves. Ainda que o texto constitucional de fato apontasse para a posse do vice-presidente, os militares se certificaram de atuar

⁸ “Pois não somos tocados por um sopro de ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?” (BENJAMIN, 1987 [1940], p. 223).

para que um político deflagrado opositor da ditadura não chegasse ao poder. Não esperavam, contudo, que por trás da cena política a sociedade civil estivesse se organizando, e manipular a história não seria tão fácil. Com *Brasil: Nunca mais*, a guerra recomeçara, dessa vez no âmbito discursivo.

Ainda em 1985, como ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves incumbiu o Centro de Informação do Exército de produzir um livro que fosse uma resposta a *Brasil: Nunca mais*. É preciso compreender que a disputa de memória é uma arma de guerra. A história é construída também por palavras, que a registram e perpetuam. O Centro de Informação do Exército – que havia sido administrador da Casa da Morte⁹ –, por ordem de Leônidas, estava de volta à guerra: “Só que dessa vez não lutaria com fuzis, câmaras de tortura ou agentes infiltrados. Usaria palavras”. (FIGUEIREDO, 2011, p. 65).

Como deveria ser mantido em segredo, o projeto recebeu um nome-código, *Orvil*, a palavra “livro” escrita de trás para frente. O escolhido para organizar as informações que o Centro de Informação do Exército dispunha em um livro que fizesse frente ao *Brasil: Nunca mais* foi o coronel Agnaldo Del Nero Augusto, chefe da seção e um escritor anticomunista compulsivo; “ele acreditava que, mesmo perdendo um olho, era preciso remexer no passado”. (FIGUEIREDO, 2011, p. 68). Depois de pronto, o *Orvil* foi dividido em dois tomos, totalizando 919 páginas.

De acordo com Figueiredo (2011), no início de 1988, com o país no clima de publicação da primeira constituição pós-ditadura militar, o general Leônidas procurou o presidente José Sarney para pedir autorização para publicar o referido livro. Enquanto Leônidas queria guerra, Sarney optava pela estabilidade política: “O presidente fez cara de valete de paus, olhou dentro dos olhos do general e, com muito jeito, disse-lhe que preferia ficar cego das duas vistas a mexer no passado” (FIGUEIREDO, 2011, p. 104). Enterrar o passado foi uma obsessão nos anos que sucederam a Lei da Anistia (1979):

“Para que criar um problema que não existe?”, ponderou Sarney. Antes que o ministro respondesse, o presidente completou o raciocínio: não fazia sentido despertar rancores naquele momento; as feridas, tanto de um lado quanto de outro, começavam a cicatrizar. O melhor para o Exército e para o país, afirmou Sarney, era que Leônidas esquecesse aquele livro. (FIGUEIREDO, 2011, p. 104).

⁹ Casa da Morte foi um centro clandestino de tortura e assassinatos que funcionava numa casa na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. A casa só ficou conhecida após as denúncias da única sobrevivente, Inês Etienne Romeu.

Outro projeto de denúncia igualmente importante é o *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, publicado em 1995 pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos em parceria com o Instituto de Estudo da Violência do Estado (IEVE) e com o Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e PE. O dossiê é resultado dos esforços dos familiares de desaparecidos para sistematizar informações disponíveis no *Brasil: Nunca mais*, nos acervos dos institutos médico-legais de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco e em diversas delegacias de ordem política e social no Brasil. No mesmo ano, no âmbito do dossiê, foi sancionada a Lei nº 9.140/1995, que reconhecia a responsabilidade do Estado brasileiro pelos desaparecimentos praticados pela ditadura militar de presos sob custódia. Em seu anexo I, a lei disponibiliza os nomes e os dados de 136 desaparecidos, a partir do trabalho realizado pelos familiares, e concede a eles poderes para identificar aqueles que, em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas, faleceram em dependências policiais ou assemelhadas, por causas não naturais.

Como afirmamos no início deste subcapítulo, nossa intenção é de mostrar como os arquivos que foram abertos para investigar os crimes da ditadura não tiveram trânsito livre, mesmo que tenham sido publicados após a redemocratização.

De suma importância para o processo que envolve políticas de memória, ambos *Brasil: Nunca mais* e o *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* foram considerados na Lei nº 12.528/2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade. Além disso, a comissão viabilizou um incremento qualitativo e quantitativo, ao buscar ser mais ampla na verificação dos crimes de tortura e desaparecimentos entre 1964 e 1988:

Nesse sentido, o trabalho da CNV foi capaz de fazer justiça a trabalhadores rurais, indígenas e clérigos assassinados durante a ditadura, o que em regra não pôde ser apreciado pela CEMDP. Além disso, a CNV avançou no tocante à identificação da autoria de graves violações de direitos humanos, fator determinante para o efetivo cumprimento do direito à verdade. Pode-se assegurar, por fim, que este Relatório, especialmente em seu volume III, destinado aos casos de mortes e desaparecimento, fez o exame atento das conclusões da CEMDP, bem como dos documentos constantes dos processos administrativos abertos por iniciativa de familiares de vítimas. (BRASIL, 2014, p. 27).

Moreira Filho, professor da PUCRS e Conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, no artigo “Comissão da Verdade não buscava investigar, mas

sistematizar” (COSTA; FACHIN, 2015), publicado pela revista *Carta Maior*, explica a importância da comissão e valoriza os esforços tanto de *Brasil: Nunca mais* quanto da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Segundo ele, essas iniciativas trabalharam na investigação das violações dos direitos humanos produzidas pelo Estado sob o domínio do governo militar. A CNV, por sua vez, teve o trabalho de sistematizar e fazer investigações pontuais em pouco tempo:

É claro que houve um acréscimo em algumas investigações pontuais aqui e ali, mas não se pode deixar de reconhecer que a grande importância do relatório da Comissão não está no aspecto investigativo. Está no fato de que é a primeira vez que o Estado brasileiro assume aquelas 377 pessoas listadas como responsáveis, aqueles lugares apontados e aquela estrutura de violência e perseguição. Uma coisa é ter esses dados apontados de forma clandestina, ainda durante a Ditadura, como o Brasil Nunca Mais. Outra é ver o próprio Estado, através de uma comissão criada por lei, dizendo isso. Esse, para mim, é o grande ganho desse relatório. (COSTA; FACHIN, 2015, s/p).

No Brasil, essa posição de enfrentamento foi o que podemos chamar de um “parto a fórceps”, pois, como defende Moreira Filho, as comissões mexem com assuntos que afetam aqueles que estão ligados aos poderes políticos e econômicos, o que gera diversos conflitos. No caso brasileiro, de modo evidente, as Forças Armadas se sentiram ameaçadas com o trabalho da CNV e nenhuma declaração institucional da então presidenta Dilma Rousseff, afirmando seu compromisso tanto com a verdade histórica e com a memória dos militantes quanto com os pactos que foram feitos para o restabelecimento da democracia – em alusão clara à Lei da Anistia –, foi capaz de acalmar os ânimos. Em discurso na cerimônia de entrega do relatório final da Comissão, em 10 de dezembro de 2014, Rousseff afirmou:

Assim como respeitamos e reverenciamos e sempre o faremos, todos os que lutaram pela democracia, todos os que tombaram nessa luta enfrentando a truculência ilegal do Estado e nós jamais poderemos deixar de enaltecer esses lutadores e lutadoras, também reconhecemos e reverenciamos os pactos políticos que nos levaram à redemocratização. (ROUSSEFF, 2014, s/p).

Em 2010, quatro anos antes da entrega do relatório final da CNV, o Supremo Tribunal Federal rejeitou por sete votos a dois a revisão da Lei de Anistia proposta pela OAB, visando não quebrar os pactos que conduziram o Brasil a uma democracia. O ministro Cezar Peluso sugeriu que a ação julgada não trata do chamado “direito à verdade histórica”, porque há como se apurar responsabilidades históricas sem modificar a Lei de Anistia. Essa afirmação reforça o parecer do Procurador Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, na ocasião em que o Supremo Tribunal Federal julgou

improcedente a revisão da Lei de Anistia. Fica clara a posição favorável do procurador para que o Estado brasileiro favoreça a discussão sobre a verdade histórica, não com caráter punitivo, mas educacional, para que novas gerações conheçam sua história e cooperem para construção de uma sociedade que preze pelo Estado Democrático de Direito. Segundo o relator da ação:

É evidente que reconhecer a legitimidade da Lei da Anistia não significa apagar o passado. Nesse sentido, o estado democrático de direito, para além da discussão acerca da punibilidade, precisa posicionar-se sobre a afirmação e concretização do direito fundamental à verdade histórica. (GRAU, 2010, p. 20).

O que podemos concluir é que, julgando improcedente a ação movida pela OAB a respeito da revisão da Lei de Anistia, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a possibilidade de acesso aos documentos históricos como forma de exercício do direito fundamental à verdade e, de acordo com o Procurador Geral da República, feito isso, “o Brasil certamente estará em condições de, atento às lições do passado, prosseguir na construção madura do futuro democrático”. (GRAU, 2010, p.72).

Mesmo diante da recusa do STF em rever a Lei de Anistia (GRAU, 2010) e do parecer da presidenta Dilma Rousseff em favor de manter os pactos que favoreceram a redemocratização (2014), o correr da história nos mostrou que os militares não interpretaram de forma positiva as tentativas da sociedade civil de se inteirar sobre a verdade histórica, mesmo que essa atitude não tenha influência sobre a revisão de pactos. O que se coloca diante da negativa das Forças Armadas em assumir a responsabilidade sobre as graves violações de direitos que ocorreram durante a ditadura pode ser a manutenção de uma memória pessoal positiva dos militares que atuaram naqueles anos. Ainda que não tenhamos mais algumas importantes fontes primárias, suas respectivas famílias, muitas vezes, zelam para que as memórias dos militares permaneçam intocadas.

Anos mais tarde, no dia 4 de dezembro de 1995, por meio da Lei nº 9.140, o Estado brasileiro, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, reconheceu como mortas dezenas de pessoas que, em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, encontravam-se desaparecidas. Também previu a criação de uma Comissão Especial que, entre outras atribuições, tinha as seguintes competências:

Art. 4º Fica criada Comissão Especial que, face à situação política mencionada no art. 1º e, em conformidade com este, tem as seguintes atribuições:

I - proceder ao reconhecimento de pessoas:

a) desaparecidas, não relacionadas no Anexo I desta Lei;

b) que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, tenham falecido, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas;

II - envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados;

III - emitir parecer sobre os requerimentos relativos a indenização que venham a ser formulados pelas pessoas mencionadas no art. 10 desta Lei. (BRASIL, 1995).

Nesse ato, o Estado brasileiro, ao reconhecer que pessoas foram mortas e forçadamente desaparecidas durante a ditadura civil-militar, acenou para uma reparação, ainda que simbólica. Sendo assim, um arquivo é aberto, dessa vez vinculado ao Estado.

Todavia, antes que a lei fosse sancionada, houve uma negociação política que viabilizou sua instauração. Em 28 de agosto de 1991, aconteceu uma audiência pública na Câmara Federal em comemoração aos 12 anos da Anistia. Foi nesse encontro que futuros acordos com o governo começaram a ser negociados com familiares de mortos e desaparecidos. O discurso do deputado federal do PCdoB, Aroldo Lima, reconheceu os esforços desses familiares e cobrou o apoio da casa legislativa. De acordo com Sheila Santos, “[...] temos a responsabilidade de apoiar essa luta e fazer todos os esforços para que a Pátria esclareça, afinal, onde estão aquelas pessoas que resistiram ao arbítrio. Onde estão?” (2008, p. 134).

A partir desse encontro, as articulações para a criação da Comissão tiveram início no parlamento brasileiro. Em resposta à reivindicação dos familiares de mortos e desaparecidos foi criada uma Comissão de Representação Externa da Câmara Federal que desenvolveu um trabalho de apoio às famílias durante três anos, entre 1991 e 1994. A Comissão foi bastante ativa e importante durante esse período que antecedeu o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, das mortes e dos desaparecimentos forçados. De acordo com Santos, a Comissão

acompanhou as buscas no cemitério de Perus, contribuiu no esclarecimento de casos de desaparecidos brasileiros no Chile e na Argentina, realizou audiências públicas nos Estados, analisou documentos sobre as vítimas da repressão e entrevistou familiares e ex- presos políticos. Vale ressaltar que a Comissão Externa foi o primeiro apoio efetivo aos familiares no que se refere às ações do governo federal. (SANTOS, 2008, p. 135).

Diante da repercussão dos trabalhos da Comissão Externa, o ministro da Justiça do governo Itamar Franco, Maurício Correa, comprometeu-se a estudar uma lei voltada para a reparação. De acordo com Santos, foi possível estabelecer um acordo entre o

Ministério da Justiça e a Comissão Externa em relação a uma minuta de um Projeto de Lei de reparação às vítimas da ditadura.

Esse projeto de lei foi elaborado por membros da Comissão de Familiares, Grupo Tortura Nunca Mais, entidades defensoras dos direitos humanos e representantes da Comissão Externa. Além da proposta de uma lei de reparação às vítimas, os familiares também reivindicaram a formação de uma comissão com representantes da sociedade civil para apurar os casos de mortes e desaparecimentos ocorridos no período de 1964 a 1985. (SANTOS, 2008, p. 137).

Embora as articulações tenham tido início durante a gestão presidencial de Itamar Franco, não foi em seu governo que a Comissão Externa, presidida pelo deputado Nilmário Miranda, logrou êxito. O deputado federal, em depoimento, afirmou que a decisão de Itamar Franco em não dar andamento ao projeto da Câmara foi influenciada por sua assessoria militar. De qualquer forma, na ocasião, o mandato do presidente chegava ao fim e ficaria a cargo do próximo se comprometer ou não com esse processo de responsabilização do Estado pelos crimes cometidos pela ditadura:

Houve uma divisão dentro do governo Itamar Franco, pelo que fomos informados, o José de Castro, que era o advogado geral da União, era um conselheiro muito próximo do Itamar e a assessoria militar do Itamar desaconselhou a tocar para frente esse projeto, então, ele tirou o respaldo do Maurício Correia. Foi um desalento muito grande para os familiares [...]. (SANTOS, 2008, p. 137).

Em maio de 1994, os familiares lançaram uma ‘Carta Compromisso’ aos candidatos à Presidência da República, insistindo na proposta apresentada ao presidente Itamar Franco. “Em agosto, para lembrar os 15 anos da Lei da Anistia, a Comissão de Familiares organizou um ato de entrega da carta aos representantes dos principais candidatos à Presidência.” (TELES apud SANTOS, 2008, p. 138).

Quanto ao teor dessa carta, estão elencados uma série de compromissos:

1. Reconhecimento público formal do Estado brasileiro de sua responsabilidade plena na prisão, na tortura, na morte e no desaparecimento de opositores políticos entre 1964 e 1985.
2. Imediata formação de uma Comissão Especial de Investigação e Reparação, no âmbito do Poder Executivo Federal, Integrada por Ministério Público, Poder Legislativo, Ordem dos Advogados do Brasil, representantes de familiares e dos grupos Tortura Nunca Mais, com poderes amplos para investigar, convocar testemunhas, requisitar arquivos e documentos, exumar cadáveres, com a finalidade de esclarecer cada um dos casos de mortos e desaparecidos políticos ocorridos, determinando-os às devidas reparações.
3. Compromisso de não indicar para cargos de confiança pessoas implicadas nos crimes da ditadura militar e de afastá-los do serviço público.
4. Compromisso de abrir irrestritamente os arquivos da repressão política sob sua

- jurisdição.
5. Compromisso de anistiar plenamente cidadãos vítimas da ditadura e reparar os danos causados a ele e seus familiares.
 6. Edição de lei incriminadora assegurando o cumprimento do artigo 5., parágrafo III da Constituição Federal, que proíbe a tortura e o tratamento desumano e degradante.
 7. Desmilitarização das Polícias Militares estaduais e sua desvinculação do Exército.
 8. Aprovação do projeto Hélio Bicudo, que retirava da Justiça Militar a competência para julgar crimes praticados contra civis.
 9. Desmantelamento de todos os órgãos de repressão política.
 10. Revogação da chamada Doutrina de Segurança Nacional. (TELES apud SANTOS, 2008, p. 138).

Dessa forma, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso para a presidência da República, o Ministro da Justiça, Nelson Jobim, declarou que o governo iria reconhecer a causa dos desaparecidos políticos. Além do comprometimento com as famílias ainda durante campanha presidencial, houve também cobranças internacionais sobre o assunto: “Durante passagem pelo Brasil, o secretário-geral da Anistia Internacional, Pierre Sane, pressionou o governo acerca de soluções para o problema dos desaparecidos políticos.” (SANTOS, 2008, p. 139).

Depois de todos esses imbróglis, em 18 de dezembro de 1995, por meio de Decreto, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) foi criada. Nesse sentido, o que fica evidente é que tanto o projeto que levou ao *Brasil: Nunca mais* quanto a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos enfrentaram muitos desafios para existir.

A CEMDP propõe que o Brasil avance na consolidação do respeito aos Direitos Humanos, sem medo de conhecer a sua história recente:

Jogar luz no período de sombras e abrir todas as informações sobre violações de Direitos Humanos ocorridas no último ciclo ditatorial são imperativos urgentes de uma nação que reivindica, com legitimidade, novo status no cenário internacional e nos mecanismos dirigentes da ONU. Ao registrar para os anais da história e divulgar o trabalho realizado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos ao longo de 11 anos, esta publicação representa novo passo numa caminhada de quatro décadas. Nessa jornada, uniram-se para um esforço conjunto brasileiros que se opunham na arena política imediata. (BRASIL, 2007, s/p).

De forma contundente, o relatório emitido pela Comissão cobra uma atitude política sobre os corpos desaparecidos:

Na história da humanidade, os povos mais sanguinários interrompiam suas batalhas em curtas tréguas para troca de cadáveres, possibilitando a cada exército, tribo ou nação prantear seus mortos, fazendo do funeral o encerramento simbólico do ciclo da vida. (BRASIL, 2007, s/p).

Por meio da Lei nº 10.536, de 14 de agosto de 2002, a Comissão Especial passou a examinar e reconhecer casos de morte ou desaparecimento ocorridos até a data de promulgação da Constituição brasileira.

A partir da Lei nº 10.875, de 1º de julho de 2004, os critérios para reconhecimento das vítimas da ditadura civil-militar foram ampliados e, desde então, a CEMDP se tornou vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos, configurando-se como uma comissão de Estado, instituída por lei, com nomeação dos membros feita por decreto presidencial.

A CEMDP apoiou a criação de espaços e marcos de memória, como o tombamento do imóvel conhecido como Casa da Morte em Petrópolis, além de outras iniciativas de memorialização, sem êxito, a constar:

- recuperação dos memoriais existentes no cemitério de Vila Formosa (“Para não dizer que não falei das flores”) e no cemitério de Ricardo Albuquerque; -
- transformação da Casa Azul, hoje do DNIT, em Marabá, em espaço de memória;
- idem em relação à Casa da Morte (Petrópolis), e aos DOPS do Rio de Janeiro e São Paulo;
- tombamento e transformação em espaço de memória do Doppinha, em Porto Alegre;
- reconstituição das bases de Xambioá e Bacaba, mediante maquetes baseadas nas pesquisas arqueológicas já realizadas nesses locais, tombamento dos terrenos e estudos para a transformação desses em espaços de memória e de apoio à população local;
- realização de concurso para universitários apresentarem projetos de placas com identidade entre si para serem colocadas como marcos de memória em locais onde ocorreram assassinatos, desaparecimentos, escavações realizadas pela CEMDP nas buscas de corpos e em túmulos nos quais militantes políticos e outros resistentes estejam inumados;
- envio da exposição Ausências, atualmente armazenada no MMFDH e sem tombamento, para galerias de arte ou universidade interessadas;
- retomada das obras e conclusão do Memorial da Anistia em Belo Horizonte;
- publicação de um segundo livro relatório Direito à Memória e à Verdade, contendo a descrição das diligências e constatações posteriores à data em que o primeiro livro foi publicado pela CEMDP, em 2007, inclusive com a correção do número de vítimas mortas pela ditadura no Brasil, que abrange os militantes políticos assassinados e desaparecidos, mas é muito superior ao número de 434 até hoje reconhecidos oficialmente pelo Estado brasileiro. (GONZAGA, 2019).

Desde a eleição do presidente Jair Bolsonaro, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos tem sofrido uma série de ataques. De acordo com a lei que a criou, o governo pode substituir nomes, desde que o indicado tenha ligação ou vínculo com o tema de mortes e desaparecidos:

Art. 5º A Comissão Especial será composta por sete membros, de livre escolha e designação do Presidente da República, que indicará, dentre eles, quem irá presidi-la, com voto de qualidade.

§ 1º Dos sete membros da Comissão, quatro serão escolhidos:
I - dentre os membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados;
II - dentre as pessoas com vínculo com os familiares das pessoas referidas na lista constante do Anexo I;
III - dentre os membros do Ministério Público Federal; e
IV - dentre os integrantes do Ministério da Defesa. *(Inciso com redação dada pela Lei nº 10.875, de 1/6/2004.)* (BRASIL, 1995 – destaque no original).

O fato é que, fazendo uso dessa prerrogativa, Bolsonaro designou para presidente da CEMDP Marco Vinícius Pereira de Carvalho e outros três integrantes contrários aos objetivos da organização: Weslei Antônio Maretti, coronel reformado do Exército; Vital Lima Santos, oficial do Exército; e Filipe Barros Baptista de Toledo Ribeiro, deputado federal do PSL. Marco Vinícius Pereira de Carvalho é advogado, filiado ao PSL e assessor da ministra Damares Alves, titular do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Em meio a afirmações polêmicas, na época da nomeação, vários veículos de comunicação traçaram o perfil dos novos membros a partir de declarações postadas em redes sociais. Em 31 de março de 2019, por exemplo, Filipe Barros defendeu que se comemorasse o golpe militar de 1964. “31 de Março. O dia que o Brasil foi salvo da ditadura comunista. O dia da contrarrevolução. Esses são os fatos históricos. O resto é revisionismo. É um dia a ser comemorado SIM”, escreveu”. (CARVALHO; FERNANDES, 2019, s/p).

Outra declaração que vai contra os objetivos da CEMDP é a do coronel reformado do Exército Weslei Antônio Maretti. Em 2013, ele usou seu perfil na rede social *Facebook* para defender Carlos Alberto Brilhante Ustra, falecido em 2015, como apontado pelo jornalista Lauro Jardim:

– O comportamento e a coragem do coronel Ustra servem de exemplo para todos os que um dia se comprometeram a dedicar-se inteiramente ao serviço da pátria. Apesar de travar uma luta de Davi contra Golias, a sua vitória é certa porque no final o bem prevalece sobre o mal. (JARDIM, 2019).

A decisão de trocar os membros da CEMDP já era esperada pela própria Comissão, dado ao histórico de Bolsonaro, mas se deu após a declaração polêmica do presidente sobre a morte de Fernando Santa Cruz. Isso porque, sob a supervisão da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, portanto, quando Bolsonaro já ocupava a presidência, a CEMDP reconheceu que a morte de Fernando Santa Cruz foi não foi natural; ao contrário, foi violenta e causada pelo Estado brasileiro.

De acordo com Bolsonaro, o motivo da troca seria uma questão político-ideológica, conforme declarou à imprensa:

– O motivo é que mudou o presidente, agora é o Jair Bolsonaro, de direita. Ponto final. Quando eles botavam terrorista lá, ninguém falava nada. Agora mudou o presidente. Igual mudou a questão ambiental também – afirmou Bolsonaro, ao deixar o Palácio da Alvorada. (GULLINO, 2019).

O que pretendemos demonstrar é que a luta a favor da democracia não é fácil de se travar, mesmo na atualidade, em que, supostamente, o Brasil não se encontra mais sob regime de exceção. São muitas as forças contrárias em qualquer espaço e a qualquer tempo. Dessa forma, a ideia de que é preciso zelar pela liberdade resume bem a natureza da democracia.

Retomando o aspecto do esquecimento, de acordo com Figueiredo (2017), no Brasil não se cultiva a memória política devido aos desdobramentos da anistia, que significou uma espécie de amnésia coletiva. O único espaço de memória da ditadura no Brasil é o Memorial da Resistência em São Paulo, no prédio que abrigou o DEOPS/SP¹⁰. Ainda assim, o foco do referido monumento não está no trauma produzido pela tortura: “Embora o local se caracterize por ser uma prisão por onde passaram presos políticos, que ali foram torturados, o museu enfoca mais a resistência à ditadura do que a dor e a vitimização”. (FIGUEIREDO, 2017, p. 26-27).

Em 18 de novembro de 2011, por meio da Lei nº 12.528/2011¹¹, é finalmente criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com a finalidade de examinar as graves violações de direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

De acordo com a lei, a CNV tinha o poder de receber e convocar testemunhos; requisitar informações e documentos, sigilosos ou não, de órgãos e entidades do poder público; determinar a realização de perícias e diligências; promover audiências públicas; requisitar proteção em situação de ameaça; promover parcerias para o intercâmbio de informações, dados e documentos; e requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos.

Segundo a CNV, em 2012 e 2013 foram expedidos ofícios referentes à solicitação de informações e apoio logístico à diligência. Tanto o Exército como a Marinha e a Aeronáutica responderam aos pedidos informando não terem localizado os

¹⁰ O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) foi, durante a ditadura, um dos departamentos mais temidos da polícia civil do Estado de São Paulo.

¹¹ A Comissão Nacional da Verdade apenas foi instalada em 16 de maio de 2012, pois a Lei nº 12.528/2011 foi aprovada pelo Congresso no final de 2011.

documentos solicitados. Em novembro de 2014 foi realizada nova análise qualitativa, sendo constatado que a CNV havia remetido 53 solicitações de informações; 22 solicitações de visitas técnicas; quatro encaminhamentos; uma confirmação de recebimento; uma convocação; e três pedidos de apoio logístico. Da análise das respostas a esses ofícios constatou-se a manutenção do padrão de respostas: os documentos não haviam sido localizados.

Diante da recusa, em 2014 foram encaminhados às Forças Armadas pedidos de sindicâncias para investigação da prática de graves violações de direitos humanos em suas próprias instalações. Em atendimento à solicitação da CNV, os comandantes das três forças instauraram, no final de março de 2014, as investigações requeridas. No entanto, de forma homogênea, concluíram não ter havido desvio de finalidade quanto ao uso daquelas instalações. Em meio a um relacionamento conflituoso, fica claro que há em curso um processo de negação do evento histórico reproduzido ao longo dos anos pelos integrantes das Forças Armadas.

O que podemos inferir é que há, entre os militares, um temor de que o testemunho das vítimas faça emergir na sociedade o debate e que essa disputa de memória acabe prejudicando a imagem das Forças Armadas.

Sempre que questionados, os generais atribuem à CNV a falha de ter ouvido apenas um lado da história e alegam que crimes cometidos pelos militantes não foram investigados. Essa linha de pensamento iguala a violência de Estado à resistência democrática. O fato é que o monopólio da narrativa posto em disputa corrobora o negacionismo e toda iniciativa de estabelecimento de verdade histórica é vista como revanchismo. No discurso presidencial, na cerimônia de entrega do relatório final da CNV, a presidenta Dilma Rousseff enfatizou que a verdade é um direito das gerações futuras e condição para construir a história, e que ela precisa ser revelada sem que, para isso, a Lei da Anistia seja revista:

A verdade não significa revanchismo. A verdade não deve ser motivo para ódio ou acerto de contas. A verdade liberta todos nós do que ficou por dizer, por explicar, por saber. Liberta daquilo que permaneceu oculto, de lugares que nós não sabemos aonde foram depositados os corpos de muitas pessoas. (ROUSSEFF, 2014, s/p).

Na ocasião da instauração da CNV, a presidenta Dilma ressaltou

A ignorância sobre a história não pacifica, pelo contrário, mantém latentes mágoas e rancores. A desinformação não ajuda apaziguar, apenas facilita o

trânsito da intolerância. A sombra e a mentira não são capazes de promover a concórdia. O Brasil merece a verdade. (ROUSSEFF, 2012, s/p).

A anistia ampla e irrestrita, determinada pela Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979, favoreceu políticas de esquecimento e foi responsável pelo silêncio que ainda hoje perpetua em nossa sociedade. Diferentemente de outras nações, o Brasil apostou numa transição sem busca da verdade e responsabilização. A anistia foi uma política de Estado em que nações sob égide do autoritarismo negociaram com seus algozes o retorno da democracia numa transição pacífica que, em certo sentido, tende a ser conciliatória em cenários políticos de esgotamento. Ainda que não seja ideal, naquela ocasião, a anistia foi a negociação possível para que a redemocratização, enfim, fosse conquistada. Todavia, é inegável que, da forma como foi conduzida, ela produziu na sociedade efeitos infestos. No Brasil, a anistia foi negociada para assegurar imunidade, não houve contrapartida.

Um exemplo de anistia que tem sido modelo é o da África do Sul em torno da transição do regime racista do *apartheid* para a república, e que acolheu os testemunhos das vítimas possibilitando o desenvolvimento de políticas reparatórias. Naquele país, a anistia não foi ampla e irrestrita e sim individualizada, tendo sido concedida apenas a quem assumiu seus crimes e pediu perdão. Tudo isso foi televisionado. É evidente que qualquer que seja o processo de transição, ele deixará marcas, contudo, quando há uma confrontação da população com seu passado, ainda que seja um processo difícil, as chances de recalçamento são menores.

2.3 A LITERATURA COMO ARQUIVO

A noção da literatura como arquivo, ou seja, como importante fonte de informação sobre um determinado período histórico, faz parte dos estudos de diversos teóricos. De modo particular, nesta tese, destacamos o trabalho da professora Eurídice Figueiredo em *A literatura como arquivo da ditadura* (2017), bem como o ponto de vista teórico no qual ela se baseou para discutir o conceito de arquivo, fundamentada em Jacques Derrida, Pierre Nora e Michel Foucault. Como uma pequena amostra dessa abordagem, a autora seleciona duas obras literárias sobre o período da ditadura que tratam sobre o desaparecimento forçado de pessoas. Os textos selecionados evidenciam as potencialidades da pesquisa comparada entre arquivos históricos e obras ficcionais.

Neste trabalho, decidimos por realizar a pesquisa com as obras literárias acompanhada da busca e leitura dos testemunhos prestados à CNV, recorte que determina o momento histórico propício para que os traumas que estavam submersos pudessem emergir e impactar o curso da história, uma vez que aquilo que pudesse ser revelado pelas pessoas poderia abalar as estruturas da república. Dessa forma, esta pesquisa acredita que, ao serem revelados, os testemunhos causariam grande repercussão na cena nacional, tanto quanto causaram os trabalhos do *Brasil: Nunca mais* e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos.

Por isso, a concepção de literatura como arquivo é capaz de provar modos diversos de se posicionar frente à barbárie, uma vez que as artes podem chegar em lugares nos quais a história não chega, sendo, por isso, uma escrita necessária para agir no imaginário social e promover uma reflexão, ainda que tardia, sobre o evento histórico. No processo de ouvir essas vozes silenciadas, o autor de ficção traz para a cena nacional o debate que as forças políticas e jurídicas não foram capazes de fazer, dado ao silenciamento forçado pela Lei da Anistia.

Uma das faces desse silenciamento é o negacionismo, pois, conforme afirmamos, uma vez que o debate não foi instaurado, parte da população ainda hoje nega os crimes cometidos pela ditadura. De acordo com Márcio Seligmann-Silva em “Estética e política, memória e esquecimento: novos desafios na era do Mal de Arquivo” (2009), o lado mais perverso do negacionismo está justamente em querer apagar o passado, negando os fatos que as vítimas querem ao mesmo tempo narrar e esquecer.

De um lado, está o arquivo da memória, de outro, o apagamento, o silenciamento e o negacionismo. Por isso é tão importante que as sociedades criem seus arquivos, para que sirvam como caminho para a justiça:

Na cena do arquivamento e do apagamento do passado (e todo arquivamento implica seleção e, portanto, esquecimento mesmo que parcial de certos aspectos desse passado) o arconte, ou seja, o detentor da chave do arquivo, o que tem o poder sobre ele, deve ser pensado como aquele também que tem as chaves da porta da justiça. (SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 279).

De acordo com Figueiredo (2017), é preciso criar arquivos porque os lugares de memória não nascem de forma espontânea. Como vimos anteriormente, os três arquivos que apuraram as violações de direitos humanos durante a ditadura civil-militar enfrentaram e ainda enfrentam, no tempo presente, uma série de resistências, como é o caso da CEMDP.

A recordação do passado, essa memória que sobrevive ao tempo, é uma construção social e participam dela, além da historiografia, outros objetos culturais. De acordo com Jacques Le Goff, “o passado é uma construção e uma reinterpretação constante” (1992, p. 25). Por esse motivo, os arquivos de memória são tão importantes para a elaboração do passado. Assim, nesta tese, propomos ampliar a noção de arquivo com base em Eurídice Figueiredo:

o arquivo não pode ser visto como algo simples e unívoco, pois ele pode ser usado de maneiras diferentes, dependendo da situação, já que a enunciação sempre deixa vestígios em livros, documentos de toda ordem como cartas, inscrições, anotações, [...]. Assim, o arquivo é uma estrutura aberta, onde se acumulam práticas descritivas; cada nova inscrição ou descrição é um novo traço do arquivo. (FIGUEIREDO, 2017, p. 31).

Nessa perspectiva, a autora cita Pierre Nora, para quem o arquivo seria necessário a uma sociedade que não vive da memória, mas da história, sendo o arquivo consequência da perda da memória:

É, antes de tudo, uma memória, diferentemente da outra, arquivística. [...] Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas. Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e que afeta, ao mesmo tempo, a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado. (NORA, 1993, p. 14).

A autora também cita Foucault, para quem o arquivo possibilita o surgimento de regras que permitem que enunciados subsistam ou se transformem (FOUCAULT apud FIGUEIREDO, 2017, p. 31). Nesse sentido, arquivo é também discurso. Conforme aponta a pesquisadora:

A literatura sobre a ditadura se constrói a partir desse palimpsesto e cumpre o papel de suplemento aos arquivos que, ainda quando abertos à população para consulta, são áridos e de difícil leitura. Ao criar personagens, ao simular situações, o escritor é capaz de levar o leitor a imaginar aquilo que foi efetivamente vivido por homens e mulheres. (FIGUEIREDO, 2017, p. 29).

Assim, a literatura nos permite compreender o momento histórico e resgatar aspectos culturais, políticos e sociais de uma determinada época. Para tanto, personagens e fatos são criados de modo a trazer para o texto literário a verossimilhança necessária para a compreensão do contexto histórico. À vista disso, o testemunho individual, daqueles que sofreram uma grave injustiça, é acolhido pela literatura que, através do recurso ficcional, preenche as lacunas deixadas tanto pelo testemunho oral, muitas vezes

fragmentado e carregado de emoção e subjetividade, quanto pelo registro histórico, marcado pela objetividade.

De acordo com Figueiredo (2017), a ficção cria uma narrativa compreensível e legível, necessária para reinventar o vivido e recriar o ambiente de terror suportado por personagens afetadas pela arbitrariedade daqueles tempos. A autora refere-se ao apontamento de Jacques Rancière, segundo o qual “o real precisa ser ficcionado para ser pensado” (RANCIÈRE apud FIGUEIREDO, 2017, p.43), e conclui afirmando que não é objetivo da ficção recriar através da imaginação o que realmente aconteceu, mas cabe a ela evocar o que pensaram, sentiram e sofreram as personagens (FIGUEIREDO, 2017, p. 43). O poder da ficção está, portanto, em recriar histórias para dar sentidos aos fatos e devolver a identidade de pessoas que tiveram suas histórias sequestradas.

De acordo com as professoras Rita Olivieri-Godet e Mireille Garcia, ambas da Université Rennes 2, o caráter dialógico do texto literário possibilita que ele funcione como um objeto da representação brutal da violência. Assim, explicam:

uma parcela significativa da produção artística e literária brasileira vem se dedicando a reacender a memória de um tempo de sombras de onde emergem os espectros da violência para nos aterrorizar no presente. O campo literário participa desse trabalho de questionamento e revisão histórica, denunciando a herança da violência no cotidiano, contribuindo, dessa maneira, para transformar o cenário simbólico. (OLIVIERI-GODET; GARCIA, 2020, p. 1).

Em sua análise, Figueiredo (2017) faz ainda referência ao artigo “(Des)memória e catástrofe: considerações sobre a literatura pós-golpe de 1964” de Ettore Finazzi-Agrò, professor e pesquisador de Literatura Portuguesa e Brasileira na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de Roma “La Sapienza” a fim de pensar a recriação promovida pela literatura:

Segundo Ettore Finazzi-Agrò (2014), a literatura recria “a dor e o sangue, as lágrimas e as feridas que se abriram no corpo da Nação e na lembrança traumática dos sobreviventes”. Nos livros de historiadores e jornalistas que buscam objetividade, “falta comoção pelos corpos torturados, pelas pessoas massacradas, pela dor dos sobreviventes”, falta, enfim o *pathos*, “aquela compaixão sororal diante dos mortos”. Para o professor de italiano de Literatura Brasileira, só o dispositivo literário e sua potência conseguem retratar o *nefas*, os gestos nefandos que a lei da anistia procurou apagar, e provocar a nossa compaixão; só numa dimensão ficcional é possível entrever nas dobras da história os interditos. Como em relação à Shoá, “apenas a literatura conseguiu dizer aquela verdade que, no âmbito histórico, balançava (...) entre a afirmação e a negação, entre a denúncia documentada e a ultrajosa incapacidade de admitir o horror extremo dos campos”. (AGRÒ apud FIGUEIREDO, 2017, p. 44).

De acordo com Seligmann-Silva (2009), as artes atuam no campo das formas, dos moldes identitários que sempre foram e continuam a ser produzidos. Se o homem atua no mundo a partir de sua constante leitura e interpretação do mesmo, esse processo de leitura é guiado por uma gramática das formas que é em grande parte gerada pelas artes (SELIGMANN-SILVA, 2009). O propósito do texto literário, nessa lógica, é o de “desentranhar violentamente o que estava precisamente coberto, encerrado ou dissimulado pelo julgamento legal” (FELMAN, 2014, p. 128). Isso porque a literatura pode ser um instrumento para reivindicar a verdade histórica, expor a violência e, assim, se opor ao discurso hegemônico, ampliando na sociedade os espaços de escuta, sobretudo em sociedades que não promoveram o julgamento público. Nesses casos, as artes se abrem para o debate que as forças políticas tentaram silenciar.

No Brasil, não houve julgamento. O esquecimento institucional promovido pela Lei de Anistia produziu na sociedade aquilo que Shoshana Felman, em *O inconsciente jurídico* (2014) denomina falha na prestação de contas com a sociedade. Nesse caso, ocorreu uma falha de justiça que produziu uma fissura nas estruturas democráticas. Para a autora, cabe às artes, em especial à literatura, revelar a obscuridade e, através do testemunho, produzir uma repetição da história que viabilize a abertura do julgamento que na esfera jurídica não foi realizado. Os autores de literatura estão adiante ao produzir uma recapitulação artística da busca do julgamento pela verdade, isso porque “o julgamento artístico empenha-se em transmitir a força da história que não pode ser narrada (ou que não conseguiu ser transmitida ou articulada) no julgamento jurídico”. (FELMAN, 2014, p. 128).

Felman (2014) defende que existe uma relação entre julgamentos e traumas. De acordo com a autora, esse fenômeno está relacionado às catástrofes históricas da segunda metade do século XX, da Segunda Guerra Mundial até o massacre de corpos socialmente vulneráveis nos dias de hoje. Os tribunais funcionam como uma lupa que permitiria enxergar as fissuras da sociedade, mas que são insuficientes para promover o julgamento histórico de casos juridicamente traumáticos. Nesse sentido, defende a confluência do testemunho literário com a lei, pois, para ela, “o encontro entre lei e arte pode testemunhar adequadamente o significado abissal do trauma”. (FELMAN, 2014, p. 219).

Ao apontar o encontro entre a lei e a arte como estratégia revolucionária, a autora propõe a integração de uma visão literária com uma visão jurídica, com intenção de confrontar provas do Direito e provas da arte: “Eu proponho fazer uso dessa diferença entre objetivos literários e jurídicos, lendo-os um por meio do outro e um contra o outro”.

(FELMAN, 2014, p. 90). O enredo-chave deve passar por duas definições: o que aconteceu, ou seja, os fatos; e o que as pessoas acreditam que aconteceu. E é sobre a segunda tópica que o texto literário se debruça, a representação do inconsciente da sociedade e seus segredos coletivos:

Escritores testemunham não simplesmente quando sabem que o conhecimento não pode ser obtido através de outros canais, porém, mais profundamente, quando sabem ou sentem que o conhecimento, embora disponível, não é capaz de tornar-se eloquente, que a informação não pode torna-se importante. Sustentei que tais escritores podem ser compreendidos (definidos) como testemunhas precoces e que sua arte, sua narrativa, seu estilo literário, ou sua retórica artística são um modo precoce de prestar testemunho e de acessar a realidade quando todos os outros modos de conhecimento são obstruídos ou tornados ineficazes. (FELMAN, 2014, p. 129).

É a partir desse conceito que situamos nossa investigação, embora tenhamos consciência de que no Brasil não houve julgamento dos crimes cometidos pelos agentes do Estado durante a ditadura, uma vez que na promulgação da Lei da Anistia o esquecimento funcionou como uma política oficial, configurando-se como mais uma máquina da violência estatal. Por isso, propomos uma leitura que pretende reunir os testemunhos orais prestados à Comissão Nacional da Verdade e a literatura produzida a partir de sua instauração, numa análise comparativa que visa compreender como os casos reais podem falar dentro da ficção e como o texto literário pode atuar na transformação do trauma individual em trauma coletivo.

A proposta de Felman (2014), da qual compartilhamos – salvo a mudança do contexto histórico –, é transformar traumas privados (individuais e silenciados) em trauma coletivo (nacional e público) e, assim, denunciar as perseguições e abusos praticados pelos agentes do Estado. Nesse sentido, o objetivo apontado é o de “tornar público e transformar politicamente em público abusos que foram sofridos como privados e ocultados pelos sujeitos individuais traumatizados, que se tornaram em suas próprias percepções, os portadores do silêncio”. (FELMAN, 2014, p. 27).

Em cerimônia de entrega do acervo da CNV ao Arquivo Nacional, Hildegard Angel, irmã do desaparecido político Stuart Angel Jones, um dos testemunhos estudados nesta tese, reforça o papel tanto da Comissão como das artes para a reconstrução do imaginário social sobre o que foi a ditadura civil-militar brasileira:

Estamos hoje no arquivo nacional com os nossos ossos, fazer do arquivo nacional, para nós, muitos de nós que não temos corpos o nosso cemitério é um grande salto nas nossas vidas. Porque nós estamos sedimentando a nossa história, a nossa memória nas páginas da história do país. E a memória brasileira tem que ser contada todos os dias e recontada...porque o

esquecimento é uma síndrome, ele é poderosíssimo, ele nos supera, então nós temos a obrigação cotidiana de recontar essa história, de refazer esse tapete de crueldades, de refazer esse tapete de atrocidades e de recontá-lo para novas gerações porque não é nas escolas que eles aprendem, é através da cultura, da produção cultural, é através da mídia. E nós temos que, através de ações como da cnv, é através de todo esse acervo que aqui está no arquivo nacional da pesquisa”. (ANGEL, 2016).

Ainda que a Comissão Nacional da Verdade não tenha um objetivo punitivo, partiremos da premissa de que a sua instauração, pelo caráter oficial, foi o mais importante passo para responsabilização do regime militar pelas graves violações de direitos humanos cometidos durante os 21 anos em que as Forças Armadas tiveram sob o seu poder o comando do Estado brasileiro. Os trabalhos da Comissão procuraram não só responder a reivindicações de perseguidos políticos e de familiares de desaparecidos, como também conseguiram “Dialogar com instâncias estatais que reconheceram a responsabilidade do Estado brasileiro por graves violações de direitos humanos”. (BRASIL, 2014, p. 23).

Embora não tenhamos tido um julgamento convencional, conseguimos, a passos curtos, romper com a política de esquecimento e iniciar um movimento de transformação do trauma individual em trauma coletivo.

O julgamento é definido como

um esforço jurídico consciente não apenas para dar as vítimas uma voz e um palco, para quebrar o silêncio do trauma, para divulgar e revelar segredos e tabus, mas também para transformar essas descobertas numa história nacional, coletiva, para reunir de maneira consciente, meticulosa, diligente e sem precedentes um registro jurídico público e coletivo de um trauma de massa que antes existia apenas de maneira reprimida como uma série de histórias privadas e memórias traumáticas não contadas e fragmentadas (FELMAN, 2014, p. 27).

Dessa maneira, com a legitimação das vítimas através do poder do discurso é preciso ampliar o conceito de testemunha. De acordo com Jeanne Marie Gagnebin, em *Lembrar, escrever e esquecer* (2009), a testemunha não seria somente aquela pessoa que viu com seus próprios olhos, mas também aquela que permanece e consegue ouvir a narração do outro até o fim. O testemunho pressupõe acolhimento do ouvinte, que aceita escutar narrativas insuportáveis, constituindo, como nos adverte Figueiredo (2017), um elo no processo de transmissão. Dessa forma, Gagnebin explica:

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e

por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIN, 2009, p. 57).

Entendemos e defendemos que somente a verdade é capaz de libertar e somente a arte tem capacidade de ressignificar. É nessa esteira que propomos uma leitura crítica da história, vista de outro ponto: o lugar da vítima. Para isso, acreditamos ser importante que estudos literários e psicanálise se encontrem a fim de analisar os traumas individuais e coletivos que perpassam por toda nossa história. Apenas um amplo debate, que abra espaço para narrativas até então silenciadas, fará emergir o recalcado que é atualizado na sociedade brasileira em forma de repetição.

Nosso objetivo, ao tratar do testemunho, é sair da frieza dos números e humanizar as estatísticas. Após dois anos e sete meses de trabalho, a Comissão Nacional da Verdade confirmou 434 vítimas entre mortos e desaparecidos e a nós interessa a história dessas pessoas através do testemunho de familiares e amigos. Para esse fim, nosso principal documento de análise é o *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade* (BRASIL, 2014). O documento foi entregue em dezembro de 2014 e conta com três volumes.

No primeiro volume são apresentadas as atividades da CNV; as estruturas repressivas e a atuação da repressão no Brasil e no exterior; as recomendações e conclusões finais. No segundo volume, o texto do relatório trata do apoio civil à ditadura e divide a análise de acordo com segmentos da população atingida, como militares, trabalhadores organizados, camponeses, igrejas cristãs, indígenas, homossexuais e universidades. O terceiro volume é integralmente dedicado aos mortos e desaparecidos e é sobre ele que basearemos nossa análise. São apresentadas a biografia, as circunstâncias da morte e o andamento dos procedimentos de investigação dos 434 mortos e desaparecidos identificados pela CNV, cujo objetivo foi efetivar o direito de memória e verdade histórica.

Além dos testemunhos prestados por familiares de desaparecidos à CNV, nossa pesquisa busca nas obras literárias uma forma de representar, registrar e denunciar a violência. O *corpus* literário no qual basearemos nossa análise compreende obras publicadas após a instauração da CNV. Esse distanciamento temporal se justifica, pois entendemos que a forma como foi negociada a transição democrática no Brasil, tão cara aos processos tanto históricos quanto políticos, corroborou para que o testemunho das vítimas fosse silenciado.

Assim, entendemos que foi apenas com a instauração da CNV que o testemunho foi de fato acolhido pela sociedade brasileira, pelo menos no que se referia, naquele momento, à maior parte do quadro político e da mídia tradicional. Por isso, a implementação dessa Comissão tem uma função simbólica, uma vez que, de forma institucional, foi criada a possibilidade de uma reescrita da história através da memória da vítima.

Como base de nosso referencial teórico, partimos do livro *Literatura como arquivo da ditadura brasileira* (FIGUEIREDO, 2017), por tratar da literatura sobre a ditadura civil-militar brasileira numa abordagem teórica e analítica. Eurídice Figueiredo estabelece como *corpus* analítico o arquivo literário brasileiro de 1964 até os dias de hoje, examinando, sobretudo, relatos autobiográficos e romances. Para isso, divide o tempo cronológico em três períodos: o primeiro, de 1964 a 1979; o segundo, de 1980 a 2000; e o terceiro, de 2000 até os últimos anos.

Eurídice Figueiredo reforça, baseando-se em Leonor Artuch, que a memória tem suas temporalidades: “Não se escreve, com efeito, sobre a ditadura da mesma maneira nos anos 1960, nos anos 1980 e no momento presente porque a experiência se transforma com o passar do tempo”. (FIGUEIREDO, 2017, p. 47). De acordo com a autora, o terceiro período é retrospectivo e faz uso do romance para abordar o passado de pessoas reais ou ficcionais. Esse tipo de escrita cria um clima opressivo para transmutar o vivido através da estética literária.

Acreditamos ser fundamental a compreensão de que a pesquisadora utiliza duas importantes referências históricas para determinar o recorte temporal. A primeira delas é a Lei de Anistia de 1979 e a segunda remete à emergência dos testemunhos a partir da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada em dezembro de 1995 e que, por meio da Lei nº 10.536, em 2002 passou a reconhecer os casos de morte e desaparecimentos forçados durante a ditadura.

A escolha pelo segundo recorte não foi explicitada pela pesquisadora, mas entendemos que a emergência do testemunho teve uma forte influência na produção literária sobre o período. De acordo com a autora, essas publicações destacam-se por se tratar de textos ficcionais que conservam um lado testemunhal. São obras que

se distanciam do puro testemunho porque os autores não são superstes, não foram vítimas diretas da repressão, ou pelo menos, não se apresentaram no papel de vítimas da tortura. São romances que transfiguram as experiências, considerando que, em sua maioria, os autores eram jovens durante os anos da ditadura, conheceram-na de perto e podem reelaborar o vivido de modo

ficcional, inspirando-se de casos verídicos, porém já transmutados (FIGUEIREDO, 2017, p. 87).

Como nosso recorte data da instauração da CNV, interessa-nos o terceiro período, principalmente as publicações que ocorreram após o ano de 2012. Nosso objetivo é correlatar a obra literária com testemunhos de sobreviventes, sejam eles relacionados ao autor ou não. Isso porque entendemos que as histórias de vida dos sobreviventes, de uma forma direta ou indireta, configuram-se como fonte de inspiração para os autores que se enveredam nessa temática. Bernardo Kucinski, em *Você vai voltar pra mim e outros contos*, nos adverte:

Aos leitores familiarizados com aqueles tempos, os contos podem lembrar episódios e pessoas conhecidas. Mas não passam de invenções, criações literárias sem nenhuma obrigação de fidelidade a pessoas ou fatos que eventualmente os possam ter inspirado. (KUCINSKI, 2014, p. 9).

É interessante nos atentarmos para como Kucinski fala sobre fatos que, eventualmente, possam tê-lo inspirado. O escritor se refere à Comissão da Verdade de São Paulo, às sessões que ele assistiu no final de 2013. Ele faz uso das histórias que ouviu para escrever os contos que em muito se aproximam dos testemunhos dos sobreviventes. Dessa forma, a sociedade é posta em confronto com a realidade daqueles anos que muitos desconhecem. Em se tratando de literatura, realiza-se um trabalho de educar novas gerações que não viveram aqueles anos e que podem ter, além da história, outra ciência que os ajude a entender o clima de tensão, opressão e violência que norteou aquele período.

Essas aproximações entre testemunho e ficção podem abrir pontos de contato entre a representação do evento histórico e aspectos relacionados à estética literária que levariam a uma possível elaboração da barbárie pela arte. Nesse caso, a arte preencheria as lacunas deixadas pelo inconsciente, que foram recalçadas e permanecem no psiquismo como um corpo estranho. Segundo Laplanche e Pontalis (1991, p. 236), o psiquismo não é redutível ao consciente e certos conteúdos recalçados só se tornam acessíveis à consciência depois de superadas certas resistências. O termo “recalque” é tomado por Freud numa acepção de defesa, que pode levar, “eventualmente” à neurose: “Tratava-se de coisas que o doente queria esquecer e que intencionalmente mantinha, repelia, recalcava fora de seu pensamento consciente”. (LAPLANCHE; PONTALIS, 1991, p. 433).

Por conseguinte, associamos a teoria freudiana ao artigo “Violência, memórias da repressão e escrita” (2012), de Rosani Ketzner Umbach, professora da Universidade Federal de Santa Maria, que desenvolve estudos sobre ficção e história num contexto de autoritarismo e repressão em narrativas (auto)biográficas. Para a autora, “em se tratando de memórias relacionadas a experiências de repressão, especialmente em casos de testemunho, é indispensável observar a fronteira a partir da qual a narrativa se torna ficção”. (UMBACH, 2012, p. 218).

Assim, a representação do retorno do recaiado pela via ficcional seria uma das hipóteses da literatura para provocar efeitos de afeto sobre o leitor. De um lado, há o testemunho atuando na elaboração do trauma individual e, por outro, a ficção, ao agir no imaginário social, atua na elaboração do trauma coletivo. Umbach trata da literatura no âmbito memorialístico; nesse sentido, “considera-se a memória também como ficção, podendo ser dissimulada, encenada, representada, sem que ocorra uma autêntica rememoração por parte do sujeito que narra”. (UMBACH, 2012, p. 219). Não é, portanto, um compromisso de autenticidade, mas o uso da arte como força e como geradora de identidade. De acordo com a autora, “no intervalo de latência, as lembranças ficam expostas a um processo de transformação” (UMBACH, 2012, p. 220). Por isso, a rememoração acontece de forma reconstrutiva, partindo sempre do tempo presente, o qual precisa criar condições para a emergência do testemunho.

3 LITERATURA DE TESTEMUNHO: A HISTÓRIA PODE E DEVE SER OUTRA

Nosso objetivo, neste capítulo, é analisar o testemunho em um contexto histórico determinado. Logo, situamos nossa análise na contemporaneidade, sobretudo no que se refere às catástrofes históricas do século XX. Sabemos que o testemunho é intrínseco ao ser humano, ele está presente tanto na literatura quanto em outros campos do conhecimento desde tempos remotos. De acordo com Seligmann-Silva: “Se toda sociedade carrega em si o seu “estado de exceção” e, portanto, relações de classe regidas pela violência, o testemunho desse estado de exceção se faz presente em toda parte”. (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 298-299).

O que o autor quer dizer é que a cultura deve ser pensada a partir de seu teor testemunhal, um conceito desenvolvido pelo pesquisador e que abrange tanto textos autobiográficos quanto textos ficcionais: “Não se trata da velha concepção realista e naturalista que via na cultura um reflexo da realidade, mas antes de um aprendizado – psicanalítico – da leitura de traços do real no universo cultural”. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 71). Desse modo, o teor testemunhal abrange qualquer objeto cultural. De acordo com Bruno Santos, em *Memória e ficção: o teor testemunhal na obra de Günter Grass* (2014), para desenvolver o conceito de teor testemunhal, Seligmann-Silva partiu dos conceitos benjaminianos de “teor de verdade” (*Wahrheitsgehalt*) e de “teor coisal” (*Sachgehalt*), e da famosa frase de Walter Benjamin: “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”. (BENJAMIN, 1987, p. 225).

Foi nesse conceito de teor testemunhal que nos baseamos para a escolha do *corpus* literário. Nossa intenção era que as obras fossem diferentes no formato e tivessem temática comum. Entendemos, portanto, que tanto nos relatos testemunhais quanto nas obras literárias há teor testemunhal. Ainda que em *K. Relato de uma busca* (2014) esteja colocado de forma clara por Bernardo Kucinski que se trata de uma obra que combina memória e ficção, o mesmo não acontece em *O corpo interminável* (2019), de Cláudia Lage. No entanto, mesmo no caso específico de se tratar de uma ficção, há teor testemunhal.

De acordo com Santos, a literatura de testemunho atua nos campos individual e coletivo:

Podemos observar a literatura de testemunho atuando em dois papéis principais: na esfera individual, a necessidade de perlaboração do passado

traumático [...] e no contexto da justiça histórica, como forma de prestar um testemunho que sirva de dado para a escrita da história. (SANTOS, 2014, p. 59).

Esse conceito pode nos ajudar a entender melhor a diferença entre *K. Relato de uma busca* e o *O corpo interminável*. Bernardo Kucinski escreve na condição de sobrevivente e de irmão de uma desaparecida; constrói a narrativa como forma de elaborar o passado traumático da família, nesse caso, na esfera individual. No entanto, isso não impede essa mesma narrativa de agir no plano coletivo e no contexto de justiça histórica. Cláudia Lage, por sua vez, acompanhou os testemunhos dos sobreviventes, nesse caso, levando a literatura a cumprir o papel de fazer justiça histórica, tendo “o dever moral de confrontar a historiografia positivista, auxiliando assim na composição da memória coletiva” (SANTOS, 2014, p. 59). Embora Lage não tenha a sua história ou a história de um familiar associada à ditadura, ela escreve como forma de elaborar um trauma coletivo. Como escritora e roteirista engajada em causas históricas, ela busca, através da narrativa ficcional, denunciar as graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura.

À vista dessas conceituações, as obras literárias que tratam da ditadura civil-militar brasileira, entre elas as que são estudadas por esta tese, embora não façam parte da literatura de testemunho que emergiu no século XX, têm um teor testemunhal, como defende o professor Márcio Seligmann-Silva. Apesar de ser um conceito estruturante de qualquer narrativa, o testemunho passou a ser estudado de uma forma mais sistematizada a partir da década de 1960. Na Europa, a reflexão sobre a *Shoah*¹² consolidou esse campo de pesquisa tendo como objeto central dos estudos a narrativa do trauma. Na América Latina, o testemunho se desenvolveu em torno das vozes historicamente silenciadas no continente desde a colonização. Nesse último caso, as narrativas têm como objetivo principal um clamor por justiça social.

De acordo com Eduardo Galeano, a história da América Latina é uma história de opressão e exploração. Segundo ele,

Para os que concebem a História como uma contenda, o atraso e a miséria da América Latina não são outra coisa senão o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já foi dito, a história do desenvolvimento do capitalismo

¹² *Shoah* é o termo da língua iídiche usado para definir o holocausto judeu. É a palavra que representa, ou substitui, o termo holocausto. Os judeus preferem usar essa expressão porque é originária do idioma de seu povo e significa calamidade. Holocausto, por sua vez, é uma palavra já usada na antiguidade, possui um significado relacionado com a prática da expiação de pecados em sacrifício a Deus (GASPARETTO Junior, s/d).

mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. (GALEANO 2012 [1940], p.11).

A verdade é que o conceito de testemunho reúne em si diversas teorias que, por sua vez, levantam uma série de questões que só podem ser respondidas se analisadas na especificidade de cada comunidade a que ele se relaciona. Por isso, embora a narrativa do trauma esteja associada, em um primeiro momento, à *Shoah*, o trauma não é um aspecto específico de um determinado grupo ou ocorrido em uma determinada região. Isso porque violência produz trauma, e como a violência é um fenômeno social inerente a qualquer tipo de sociedade, o trauma também é. No Brasil, não há como falar de violência e trauma sem mencionar o trauma da colonização e da escravidão.

Defendemos, nesta tese, que a narrativa literária é uma forma de fazer emergir o trauma coletivo. Conforme reflete Ricardo Martins:

a história dos eventos passados só se torna familiar quando perde aquele elemento de estranheza que impede a sua compreensão através da leitura da narrativa. Neste sentido, o leitor, ao acompanhar o relato de tais eventos, vê a estranheza dissipar-se através de seu entendimento do processo narrativo e, portanto, passa a compreender a sucessão dos acontecimentos subordinados, em termos de interpretação, aos demais acontecimentos da história, sem superestimá-los na ordem cronológica. Desta forma, à medida que o leitor os compreende, tais acontecimentos tornam-se familiares ao leitor, uma vez que agora possui mais informações e dados interpretativos sobre os acontecimentos retidos pelo raio fixo da narrativa, através do enredo permitido pela literatura ou pela historiografia. (WHITE apud MARTINS, 2013, p. 231-232).

Voltando à nossa questão inicial, o testemunho da ditadura civil-militar brasileira, é preciso delimitar com maior precisão o eixo temporal da pesquisa. De acordo com Leonor Arfuch, em *O espaço biográfico* (2010), as narrativas que contam uma experiência de vida situam-se em um tempo determinado. Nesse sentido, nosso foco é a década de 1960.

Segundo a autora:

A multiplicidade das formas que integram o espaço biográfico oferece um traço comum: elas contam, de diferentes modos, uma história ou uma experiência de vida. Inscrevem-se assim, para além do gênero em questão, numa das grandes divisões do discurso, a narrativa, e estão sujeitas, portanto, a certos procedimentos compositivos, entre eles, e prioritariamente, os que remetem ao eixo da temporalidade. (ARFUCH, 2010, p. 111).

Na Europa, enquanto a comunidade científica debatia os efeitos da *Shoah* enquanto “evento-limite”, como uma tragédia que imaginavam que jamais iria se repetir, uma série de conflitos envolvendo massacres, genocídios e extermínios não cessaram e

ainda não cessam de fazer vítimas. E com tantas vítimas de crimes coletivos, seja de caráter étnico, de gênero ou religioso, a violência humana parece não ter fim. Não se trata, nesse sentido, de apenas revisitar o passado, mas de entender que, no tempo presente, as guerras continuam.

No caso europeu, a *Shoah* aparece como evento central. A política e os campos de concentração nazista vitimaram mais de seis milhões de pessoas. Desde então, o evento, que foi um genocídio do povo judeu, passou a ser identificado por alguns autores como único, um evento que não admite comparação com outra catástrofe. Não pretendemos aqui discutir essa questão, mesmo porque consideramos que “a existência de campos de extermínio, não afeta apenas este ou aquele grupo humano, mas altera, de modo radical, a própria ideia de humanidade” (DANZIGER, 2007, s/p). *Shoah* é um marco na história da humanidade. No entanto, outras catástrofes históricas também deixaram rastros de sangue, dor e sofrimentos similares, e precisam ser narradas. Abrir espaço para o estudo dessas narrativas e seus impactos sobre as sociedades é um dever de memória cujo principal objetivo é livrar as novas gerações da amnésia social.

De acordo com Seligmann-Silva, em relação à unicidade da *Shoah*, todo genocídio é único e a comparação entre os acontecimentos tende a ser uma armadilha de nossa era. Devemos, de preferência, não pisar nessa armadilha, e sim tentar desmontá-la. O autor explica:

Todo genocídio é único. No caso da Shoah seu impacto se deu porque ele ocorreu por assim dizer em uma região de onde emanou o Humanismo e o Iluminismo. Aquilo que Adorno e Horkheimer denominaram de “dialética do Esclarecimento” foi posto a nu por esse evento. A cultura da memória dele derivada impregnou a memória de outros eventos catastróficos, como Hiroshima, Ruanda, as ditaduras na América Latina, por exemplo, cujos sobreviventes se inspiraram nela para construírem seus locais de memória e recordação. (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 299).

De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva e Karl Schuster, em “A historiografia dos traumas coletivos e o Holocausto: desafios para o ensino da história do tempo presente” (2016), a historiografia do Holocausto deve ser estudada por oferecer exemplos, desde o trabalho da memória “viva” dos sobreviventes, passando pelos “testemunhos”, até a construção narrativa do fenômeno. Os autores reforçam a importância da produção de filmes, peças teatrais e romances, além de monumentos e museus, para um campo fundamental e novo da história dos traumas coletivos. No entanto, reforçam o desafio da historiografia em registrar e narrar os conflitos de caráter

histórico, étnico e religiosos para além de uma batalha pela memória centrada na Europa dos anos de 1930 e 1940.

Nesse sentido, os autores listam uma série de guerras e massacres do século XX e XXI cujas historicizações ainda requerem elaborações e reelaborações:

Os massacres na Bósnia (1995), Kosovo (1998) e Macedônia (2001), na própria Europa; ou o Genocídio em Ruanda (1994), além das constantes matanças na África Ocidental e o programado genocídio de Artur, no Sudão (2003), ao lado da persistência e a permanente reinvenção do antissemitismo (Kiev, 2014, por exemplo, ou nos grupos neonazistas alemães e americanos) [...]. Já no século XXI, com a existência do Tribunal Penal Internacional e das Cortes de Haia, estabelecidos em 2002, a recorrência dos crimes coletivos, de caráter étnico, de gênero ou religioso, continuam a ser um fato da História. Na vaga da crise perene do Oriente Médio, vários grupos étnicos, religiosos ou de opções sexuais diferenciadas, como os cristãos ortodoxos, assírios e caldeus; os curdos; vários grupos xiitas e palestinos, ou gays e mulheres sob o autodenominado “Estado Islâmico” sofreram, e sofrem, nos nossos dias terríveis ofensas em países como Iraque, Síria, Líbano, Líbia, Chad, Niger, Mali ou Nigéria ou em Gaza – tudo isso sem aludir aos ataques do novo terrorismo de massas, [...]. Em verdade, tanto no Oriente Médio, nos Bálcãs ou Leste Europeu, bem como na Colômbia, México, Guatemala ou El Salvador a liquidação em massa de pessoas, em especial jovens e de origem indígena, é um processo do tempo presente. Especifica tal afirmação a matança silenciosa, sistemática e crescente, de jovens negros e pobres das comunidades brasileiras, cujos números já ultrapassam a maioria das guerras contemporâneas (dos trinta mil jovens mortos por ano no Brasil – do total de 56 mil assassinatos – 77% são negros). (SILVA; SCHURSTER, 2016, s/p).

Somam-se a essa extensa lista as ditaduras civis-militares recentes na América Latina.

De acordo com Hannah Arendt, em *Origens do totalitarismo* (1989), a tendência de interpretar a história por meio de lugares-comuns está relacionada a uma convicção de que tudo que acontece no mundo deve ser compreensível. Para a autora, compreender não significa negar os fatos e generalizar os acontecimentos, uma vez que isso diminuiria o impacto da realidade e o choque da experiência. Compreender é um ato de resistência; significa “examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou sobre nós [...] significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela”. (ARENDDT, 1989, p.12).

Embora essa obra tenha sido escrita por Arendt em 1951, quando muitos dos conflitos os quais chamamos de catástrofes históricas do século XX ainda não tinham acontecido, trata-se de um livro de extrema importância para a compreensão de questionamentos que surgiram, inclusive, depois de sua publicação. Isso mostra que o *modus operandi* do totalitarismo é o mesmo há anos, há séculos, talvez. Segundo a autora, o mal absoluto, aquele que não pode ser atribuído a motivos humanamente

compreensíveis, surge nos estágios finais do totalitarismo. Arendt (1989) esclarece que o antissemitismo não é apenas o ódio aos judeus, que o imperialismo não é apenas a conquista e que o totalitarismo não é apenas a ditadura, e o que chama atenção é que essa reflexão é efetiva e contemporânea. O discurso do ódio é constantemente atualizado, seja ele de classe, de gênero, de orientação sexual, para justificar medidas de repressão. A conquista “colonizatória” ainda não chegou ao fim; no Brasil, por exemplo, ainda hoje há em curso um processo de tomada e de ocupação de terras de povos originários. E, por fim, o totalitarismo é uma erva daninha nas democracias e ressurgiu com bastante força na contemporaneidade com o avanço da extrema direita no mundo.

Para Arendt, tentar escapar do horror do presente tentando se refugiar na nostalgia do passado, na esperança de um futuro melhor, é um fundamento falso: “Já não podemos nos dar ao luxo de extrair aquilo que foi bom no passado e simplesmente chamá-lo de nossa herança, deixar de lado o mal e simplesmente considerá-lo um peso morto, que o tempo, por si mesmo, relegará ao esquecimento”. (ARENDR, 1989, p. 13).

Foi apoiada nesse pressuposto, de que o tempo se encarregaria de promover o esquecimento, que as forças políticas do Brasil se sujeitaram a uma anistia ampla e irrestrita. No entanto, o curso da história revelou aquilo que Hannah Arendt já advertia, de que “a dignidade humana precisa de nova garantia, somente encontrável em novos princípios políticos”. (ARENDR, 1989, p. 13).

Leila Danziger, em “Shoah ou Holocausto: a aporia dos nomes” (2007), chama atenção para o trabalho de memória das gerações seguintes à catástrofe, quando a memória primária não mais pode ser acessada. A autora credita à arte o trabalho de memória e arquivo:

Com o desaparecimento progressivo dos sobreviventes da Shoah, as gerações seguintes assumem o trabalho de elaborar e transmitir esta memória, ou seja, de encontrar palavras, formas, imagens e sons que a atualizem e a humanizem, incorporando-as, na medida do possível, à vida presente. Essa exortação será respondida pela história e pela literatura e, também, pela arte, mais exatamente, por práticas artísticas expandidas, que desacreditam na separação rígida entre os discursos históricos e as representações da imaginação. (DANZIGER, 2007, s/p).

É a partir desse critério que buscamos entender o caso brasileiro da ditadura civil-militar. Como no Brasil o julgamento jurídico não aconteceu, o trabalho de memória também ficou paralisado. Por isso, nossa tese é a de que as artes, sobretudo a literatura, através do testemunho, é capaz de agir no imaginário social e promover um julgamento que as forças políticas não conseguiram realizar.

Para Seligmann-Silva, aprendemos tanto a reconhecer o valor do testemunho como a ver nas artes um poderoso meio de inscrição crítica e empoderadora da história:

Sem dúvida a linguagem se reinventa. Para o poeta Paul Celan, sobrevivente da Shoah, como lemos em seu famoso discurso “Der Meridien” (de 22.10.1962), a linguagem era uma sobrevivente que tinha que, como aquele que saiu vivo do campo de extermínio, ser recriada: “Alcançável, próximo e não-perdido permaneceu em meio das perdas este único: a língua. Ela, a língua, permaneceu não-perdida, sim, apesar de tudo. Mas ela teve que atravessar as suas próprias ausências de resposta, atravessar um emudecer, atravessar os milhares de terrores e o discurso que traz a morte. Ela atravessou e não deu nenhuma palavra para aquilo que ocorreu; mas ela atravessou este ocorrido. Atravessou e pôde novamente sair, ‘enriquecida’ por tudo aquilo.”. (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 301).

Roney Cytrynowicz, em “O silêncio do sobrevivente: diálogos e rupturas entre memória e história do Holocausto” (2003), reforça a necessidade dos lugares de memória. Cada documento da barbárie deve ser “recuperado, estudado, criticado, entendido, conservado, arquivado, publicado e exposto, de forma a tornar a história uma forma presente de resistência e de registro digno dos mortos, muitos sem nome conhecido e sem túmulo”. (CYTRYNOWICZ, 2003, p. 137).

Em relação aos arquivos, vimos, no capítulo anterior desta tese, que ainda durante a ditadura, o *Brasil Nunca mais* conseguiu reunir cópias da quase totalidade dos processos políticos que transitaram pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, especialmente aqueles que atingiram a esfera do Superior Tribunal Militar (STM). É evidente que ainda há muitos documentos que precisam ser revelados e muitas histórias ainda não são conhecidas, mas, mesmo diante da recusa das Forças Armadas em abrir seus arquivos, muito daquilo que se passou e foi ocultado já pode ser conhecido pelos arquivos do *Brasil: Nunca mais*, por exemplo. Ademais, temos o relatório final da CNV, que conseguiu reunir mais documentos e testemunhos de sobreviventes.

À vista disso, entendemos que, além de se reunir documentos, é importante fazer com que eles se tornem públicos, isto é, não só acessíveis, mas também conhecidos por todos. Por isso, muitas histórias submersas precisam encontrar meios de emergir. Como os arquivos são constituídos de longos documentos que, muitas vezes, apresentam uma linguagem técnica e profissional, é preciso adaptar esse conteúdo para uma linguagem possível de ser compartilhada. Isso porque esses documentos guardam histórias de vida que foram silenciadas junto com os corpos que foram forçadamente desaparecidos.

De acordo com Seligmann-Silva (2012), a obra de Walter Benjamin é essencial para pensar o século XX. Para o autor, “o testemunho, como exercício de narrar e elaborar

traumas sociais, é uma tentativa de se escovar a história a contrapelo, abrindo espaço para aquilo que normalmente permanece esquecido, recalcado e legado a um segundo (ou último) plano”. (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 103). Nesse sentido, Benjamin nos convida a refletir sobre a importância do passado para construção de um presente em que as vozes historicamente silenciadas não continuem caladas, acima de tudo, por força da opressão dos donos do poder. O que o autor propõe é escrever a história no “sentido contrário” e recusar qualquer identificação com a narrativa oficial.

3.1 A “HISTÓRIA A CONTRAPELO”: UMA NOVA FORMA DE NARRAR O PRESENTE

Buscamos compreender de que maneira o testemunho desempenha aquilo que Walter Benjamin, nas teses de "Sobre o conceito da história" (1987 [1940]), convencionou chamar de “tarefa de escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1987 [1940], p. 225). Michael Löwy, em *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"* (2005), propõe uma leitura de Benjamin a partir de uma perspectiva "latino-americana" ou "indígena". Esse posicionamento leva em conta o teor das teses sobre a tradição dos oprimidos, uma vez que Benjamin conhecia pouco o Brasil ou a América Latina em geral.

De acordo com Michael Löwy: “Embora se trate somente de uma pequena resenha, o texto de Benjamin é uma interessante aplicação de seu método – interpretar a história do ponto de vista dos vencidos, utilizando o materialismo histórico – ao passado da América Latina”. (LÖWY, 2005, p. 10-11).

Para Benjamin (1987 [1940]), a história universal precisa ser reformulada de modo a abrir espaço para vozes historicamente silenciadas. Por isso, num sentido mais abrangente, as teses são atuais e de suma importância no estudo das narrativas de testemunho e do modelo latino-americano de dominação no qual o Brasil está inserido.

Sabemos que são muitos os eventos na história brasileira que precisariam ser incluídos nessa análise, no entanto, devido às especificidades temporais da pesquisa acadêmica, fica o convite para que mais pesquisadores se debrucem sobre esse tema tão caro a todos nós, que é a reescrita da nossa história a partir dos testemunhos dos vencidos. Partindo dessa linha de pensamento, não podemos deixar de citar Darcy Ribeiro:

Fracassei em tudo que tentei na vida. Tentei alfabetizar as crianças brasileiras não consegui. Tentei salvar os índios não consegui. Tentei fazer uma universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei. Mas os fracassos são minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu. (RIBEIRO, 2007, s/p).

Nesse fragmento, Darcy Ribeiro argumenta que estar ao lado dos vencidos é ocupar o lado certo da história. No Brasil, os indígenas, os negros africanos escravizados, os militantes em busca de uma democracia plena estiveram, e ainda estão, à margem da história e da historiografia. Historicamente, suas histórias sempre foram silenciadas. Por isso, um movimento político, intelectual, cultural e social que faça emergir essas vozes é tão importante para a consolidação da democracia, sistema político que as comporta e que deve buscar o que elas têm a dizer. Em muitos casos, para que as memórias sejam recuperadas, haja vista que não contamos mais com testemunhos primários, a arte e a literatura se apresentam a fim de tornar conhecida essa outra face da história.

Segundo Seligmann-Silva, o campo das artes sempre serviu como dispositivo de reflexão e aprimoramento de dispositivos de identificação:

As artes atuam no campo das formas, das proto-formas, poderíamos escrever platonicamente. Nelas, moldes identitários sempre foram e continuam a ser produzidos. Se o homem atua no mundo a partir de sua constante leitura e interpretação do mesmo, esse processo de leitura é guiado por uma gramática das formas que é em grande parte gerada pelas artes (SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 271).

Propomos, assim como Seligmann-Silva, que a artes, e especificamente a literatura e o testemunho, no caso desta tese, têm o poder de agir no imaginário social com a finalidade de ajudar na reescrita da história. As vozes silenciadas durante a ditadura civil-militar no Brasil encontraram eco na literatura, no cinema, na música, nas exposições fotográficas, entre outros.

Um dos casos analisados nesta tese, por exemplo, é a história de Stuart e Zuzu Angel, que foi representada no cinema, no longa-metragem *Zuzu Angel* (2006), com direção de Sérgio Rezende; na música, nas canções “Angélica” e “Pedaço de mim”, de Chico Buarque; na exposição “Ocupação Zuzu Angel”, do Itaú Cultural. Antes de morrer, enquanto buscava pelo filho, Zuzu Angel usou a arte para pedir verdade e justiça; ela organizou um desfile protesto, em Nova York, para denunciar o desaparecimento forçado do filho. Entre bordados de anjos e tanques de guerra, externalizou sua dor e tornou o desaparecimento de seu filho mundialmente conhecido, contrariando a narrativa da história oficial.

Em palestra de encerramento do 8º Encontro Internacional de Estudos Literários, transmitida pelo *YouTube*, intitulada “É necessária uma teoria da história, a partir da qual se possa encarar o fascismo. A tarefa de escovar a história a contrapelo” (2020), Márcio Seligmann-Silva relata como Walter Benjamin trabalha a substituição da narrabilidade da história oficial e sua epicidade por uma base teórica robusta, na qual propõe a reformulação da história sob o ponto de vista dos vencidos, sem qualquer empatia com os vencedores.

De acordo com Löwy, o termo “vencedor” não se refere às guerras comuns, mas à guerra de classes, em que a classe dominante, para defender seus interesses, sempre leva vantagens sobre os oprimidos. Nesse caso, o objetivo é destruir falsas memórias e falsas narrativas, sempre marcadas pela homogeneidade e linearidade, cujo foco é a apologia dos vencedores. As teses de Benjamin se abrem para a necessidade do testemunho como meio para desconstruir o discurso do herói da história. Para Löwy, “somente quebrando a concha retificada da cultura oficial, os oprimidos poderão tomar posse desse molusco crítico/utópico”. (LÖWY, 2005, p. 80).

Benjamin se revolta contra esse historicismo servil, conforme explica Löwy:

Escovar a história a contrapelo - expressão de um formidável alcance historiográfico e político - significa, então, em primeiro lugar, a recusa em se juntar, de uma maneira ou de outra, ao cortejo triunfal que continua, ainda hoje, a marchar sobre daqueles que jazem por terra (LÖWY, 2005, p. 73).

Essa citação dialoga com a essência material desta tese, que são os corpos forçadamente desaparecidos pela ditadura civil-militar brasileira. Ainda hoje, há um cortejo que marcha sobre os corpos dos desaparecidos políticos no Brasil. De modo excêntrico há anos existe no país um grupo que, fazendo uso da liberdade de expressão, típica de uma democracia, marcham pelo fim do Estado democrático de direito, pedindo a volta da ditadura. Para esse grupo, torturar, matar e fazer desaparecer corpos é uma prática aceitável, desde que tenha seus interesses defendidos.

Para Löwy (2005), a obra de Benjamin só pode ser compreendida numa visão de conjunto, na qual a arte, a história, a cultura, a política, a literatura e a teologia são inseparáveis. Nessa concepção, a literatura, é um importante meio de reescrita da história podendo escrevê-la no "sentido contrário" à história oficial.

É exatamente isso que observamos em *K. Relato de uma busca* (KUCINSKI, 2014) e em *O corpo interminável* (LAGE, 2019): a literatura reescrevendo a história sob

o ponto de vista dos vencidos. Nesses dois casos, as histórias de duas mulheres que foram desaparecidas pelo sistema são contadas pelo ponto de vista de um familiar que teve que conviver com a ausência do corpo e com narrativas que afrontam a história oficial.

Nesse sentido, entendemos o movimento que Benjamin apresenta a partir da categórica expressão "escovar a história a contrapelo", a qual Michael Löwy explica, levando em consideração seu duplo sentido. O primeiro significado é o histórico:

trata-se de ir contra a corrente da versão oficial da história, opondo-lhe a tradição dos oprimidos. Desse ponto de vista, entende-se a continuidade histórica das classes dominantes como um único e enorme cortejo triunfal, ocasionalmente interrompido por sublevações das classes subalternas. (LÖWY, 2005, p. 74).

O segundo significado é o político (atual), segundo o qual se considera que a revolução não acontecerá graças ao curso natural das coisas, sendo necessário lutar contra a corrente: “Deixada a própria sorte, ou acariciada no sentido do pêlo, a história somente produzirá novas guerras, novas catástrofes, novas formas de barbárie e de opressão”. (LÖWY, 2005, p. 74).

Para Walter Benjamin, o investigador historicista estabelece uma relação de empatia com o vencedor, relação que, por consequência sempre beneficiou os dominadores, “os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes”. (BENJAMIN, 1987, p. 225).

A partir dessa proposição que considera a importância da empatia pelos vencidos como mecanismo para vencer o historicismo, submetemos para apreciação uma análise do testemunho como essa outra face da história, a história dos vencidos. Benjamin aponta: “Impossível caracterizar melhor o método com o qual rompeu o materialismo histórico. Esse método é o da empatia. Sua origem é a inércia do coração, a acedia, que desespera de apropriar-se da verdadeira imagem histórica, em seu relampejar fugaz”. (BENJAMIN, 1987, p. 225).

A seguir, sugerimos algumas teorias que versam a respeito do testemunho como gênero narrativo capaz de suscitar o debate sobre o passado histórico a partir da experiência dos vencidos. Assim como Benjamin declara, a preocupação central desta tese é a memória dos mortos que foram silenciados pela história oficial, e entendemos que “os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”. (BENJAMIN, 1987, p. 224-225). Evocamos, então, as palavras

escolhidas para a epígrafe do *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*:

Só vos peço uma coisa: se sobreviverdes a esta época, não vos esqueçais! Não vos esqueçais nem dos bons, nem dos maus. Juntai com paciência as testemunhas daqueles que tomaram por eles e por vós. Um belo dia, hoje será o passado, e falarão numa grande época e nos heróis anônimos que criaram a História. Gostaria que todo mundo soubesse que não há heróis anônimos. Eles eram pessoas, e tinham nomes, tinham rostos, desejos e esperanças, e a dor do último de entre os últimos não era menor do que a dor do primeiro, cujo nome há de ficar. Queria que todos esses vos fossem tão próximos como pessoas que tivésseis conhecido como membros da vossa família, como vós mesmos. (FUCHIK apud COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS *et al.*, 1995, s/p).

Walter Benjamin será nosso ponto de partida para compreendermos como a história foi manipulada de forma a desenvolver uma filosofia dos vencedores. Nessa esteira, Löwy cita Victor Cousin, que associa o sucesso à moralidade, o que está diretamente ligado à história do Brasil e ao evento histórico que nos propomos a examinar:

Normalmente, se vê no sucesso o triunfo da força, e uma espécie de simpatia sentimental nos leva em direção ao vencido; espero ter demonstrado que, uma vez que é preciso haver sempre um vencido, e que o vencedor é sempre quem deve sê-lo, é preciso provar que o vencedor não só serve à civilização, mas é melhor, mais moral, e que, por isso, é o vencedor. (COUSIN apud LÖWY, 2005).

A empatia está relacionada à existência de elementos afetivos de angústia e de compaixão diante dos sofrimentos do outro, como se aqueles sentimentos ocorressem com a própria pessoa. Assim, durante episódios traumáticos, a tendência é que esses sentimentos empáticos se direcionem ao vencido, àquele que sofreu a violência, e não ao vencedor. Todavia, como bem observado por Victor Cousin (apud LÖWY, 2005), foi preciso romper com esse paradigma para que a história oficial, a dos vencedores, seguisse seu curso “natural” e, para tanto, a moral foi o único artifício capaz de influenciar a natureza das experiências emocionais. Além disso, para neutralizar a natureza empática dos seres humanos foi também preciso silenciar os vencidos e não deixar que eles testemunhassem o que lhes havia acontecido.

Em relação aos valores, um exemplo dessa forma de transmutação na história do Brasil começa com a colonização indígena. Os Jesuítas, padres da ordem da Companhia

de Jesus, vieram ao Brasil com o objetivo de catequizar (cristianizar) os povos originários, alegando que a religiosidade seria uma forma de elevar o espírito daqueles indivíduos “bárbaros”. No entanto, eles estavam a serviço da coroa portuguesa, eram funcionários reais. José Maria de Paiva, em *Colonização e catequese* (2006), discute a predominância dos interesses mercantis sobre os interesses religiosos e se questiona em que momento os Jesuítas entenderam sua própria missão. Para o autor, “mais importante que sabê-los fiéis pregadores da mensagem religiosa é sabê-los funcionários de uma ordem estabelecida e querendo se estabelecer”. (PAIVA, 2006, p. 25).

Nesse caso, a função política dos jesuítas se sobrepôs à crença religiosa e a um suposto dever moral. Todavia, a religião foi necessária para encobrir a escravização indígena, fundamentada no argumento de que aquelas pessoas não eram dotadas de princípios morais e espirituais. Dessa forma, as atitudes do vencedor – o colonizador –, estavam moralmente justificadas, uma vez que ao submeterem as populações indígenas aos conjuntos de valores europeus eles receberiam a “salvação”.

É contraditório que a fé cristã seja usada ao longo da história para ocultar a perversidade humana. Contudo, o mesmo aconteceu com os negros africanos escravizados. Quanto mais o colonizador minava toda diversidade cultural, linguística e religiosa dos negros africanos, mais eles ficavam sujeitos à escravização tanto do corpo quanto da alma. Por isso, é preciso pensar no lugar que a religião ocupou na consolidação do preconceito contra os africanos e os indígenas ao permitir o uso da moral para disfarçar a perversidade humana.

Em relação os indígenas, a religião foi usada para justificar as doenças. No Brasil, muitas vezes, não era preciso matar, mas deixar morrer. De acordo com Eduardo Galeano, os europeus traziam, como pragas bíblicas, a varíola e o tétano, várias enfermidades pulmonares, intestinais e venéreas, o tracoma, o tifo, a lepra, a febre amarela, as cáries que apodreciam as bocas.

A varíola foi a primeira a aparecer. Não seria um castigo sobrenatural aquela epidemia desconhecida e repugnante que provocava a febre e descompunha a carne? “Lá foram se meter em Tlaxcala”, narra um testemunho indígena, “então se espalhou a epidemia: tosse, grãos ardentes, que queimam”. E outro: “A muitos deu morte a pegajosa, pesada, dura doença dos grãos”. Os índios morriam como moscas; seus organismos não opunham resistência às novas enfermidades, e os que sobreviviam ficavam debilitados e inúteis. O antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro estima que mais de metade da população aborígine da América, Austrália e ilhas oceânicas morreu contaminada logo ao primeiro contato com os homens brancos. (GALEANO 2012 [1940], p.26).

Já em relação aos africanos escravizados, Eduardo Galeano cita um decreto real de 1711 que proibiu a venda de escravos empregados em terras agrícolas para o serviço nas minas de ouro, por ser este um serviço muito duro. Não que se importassem com a vida humana, mas porque esses morriam mais rápido. Tanto que os mineradores de Ouro Preto preferiam os negros que vinham da pequena praia de Whydah, na costa da Guiné, porque eram mais vigorosos, duravam um pouco mais.

Os negros morriam rapidamente, apenas em casos excepcionais chegavam a suportar sete anos contínuos de trabalho. Isto sim: antes da travessia do Atlântico, os portugueses os batizavam. E no Brasil tinham a obrigação de assistir à missa, embora estivessem proibidos de entrar na capela maior ou de sentar nos bancos. (GALEANO 2012 [1940], p.68).

Vivemos em uma sociedade em crise, seja ela de ordem social, política, moral. Por isso é tão importante fazer emergir o testemunho dos grupos historicamente silenciados, ainda que muitas dessas histórias não possam ser contadas por fontes primárias. Nesse caso, as artes têm a força propulsora necessária para agir no imaginário social e devolver a esses povos e a seus descendentes a hombridade e o caráter íntegro roubados pela “história oficial”. Ademais, esse movimento é mais transformador do que parece ser, pois age no comportamento social e faz com que as gerações ligadas a esses grupos que tiveram suas histórias silenciadas sejam reconhecidas pela sociedade. Assim, passa-se a considerar a reparação histórica como consequência de um processo histórico cruel e desumano. Nesse sentido, ações afirmativas em benefício das populações negras e indígenas, por exemplo, não enfrentariam tanta resistência; pelo contrário, seriam acolhidas pela população como uma forma de justiça, ainda que tardia.

De acordo com o professor Márcio Seligmann-Silva, em entrevista à revista *Tutaméia*:

A história sem sangue é mentira, é construção ideológica, é memória encobridora. Exemplos de luta é que não faltam. O que acontece é que esses modelos são esquecidos. A história do Brasil é uma história de apagamentos muito brutal, muito violenta. Benjamin tem muito a nos ensinar hoje. (SELIGMANN-SILVA, 2020, s/p).

Voltando às teses de Benjamin, as alegorias podem nos ajudar a lançar luz ao que acontece no Brasil no tempo presente e no passado. De acordo com Seligmann-Silva (2020), baseado especificamente na tese VII, a qual afirma não haver nenhum monumento de cultura que não seja também um registro de barbárie, é preciso olhar para a historiografia com sensibilidade para se entender o horror da história. Para o pesquisador,

a história é um acúmulo de catástrofes: “Essa história linear é farsa, é mentira. A história verdadeira é catástrofe”. (SELIGMANN-SILVA, 2020, s/p).

Uma alegoria benjaminiana que nos ajuda a compreender a verdadeira história é o “Angelus Novus”, o anjo da história, um quadro de Paul Klee, conforme explica o autor:

Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1987 [1940], p. 226).

A relação desta tese com o curso da história nos leva, mais uma vez, ao passado do Brasil. Como sociedade, desde a colonização não elaboramos nossos traumas históricos. Assim como na imagem do anjo, ao voltarmos o rosto para o passado, vemos uma cadeia de acontecimentos catastróficos; as ruínas daquilo que ocorreu estão cobertas por corpos, sangue e silêncio. Há um amontoado de corpos silenciados: indígenas, negros, militantes de todos os tempos. Em torno desses corpos, quando o silêncio é ensurdecedor, surge um zumbido. No Brasil da desmemória, a tempestade sopra em direção ao futuro, rumo ao progresso benjaminiano e sem remorso, a vida segue seu rumo. Mas o futuro chega com o preço a se pagar de mais corpos sendo empilhados sobre ruínas de um passado que não passou.

De acordo com Eduardo Galeano,

Os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana, ressurgem nas novas experiências, assim como os tempos presentes tinham sido pressentidos e engendrados pelas contradições do passado. A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será. (GALEANO 2012 [1940], p.16).

Ao tratar do olhar do anjo, Löwy constata que “o anjo da história gostaria de parar, cuidar das feridas das vítimas esmagadas sob os escombros amontoados, mas a tempestade o leva inexoravelmente à repetição do passado: novas catástrofes, novas hecatombes, cada vez mais amplas e destruidoras”. (LÖWY, 2005, p. 90).

É preciso dar voz a todas as vítimas, sem exceção. A verdadeira história universal não admite o modelo positivista, o qual impede a contra-história. Para que os escombros

das catástrofes, dos massacres e de outros "trabalhos sanguinários" da história não mais se amontoem até o céu é preciso elaborar o passado traumático e, para isso, reconhecer o testemunho como uma instância de verdade histórica.

3.2 TESTEMUNHO: COMO PENSAR A HISTÓRIA SOB O PONTO DE VISTA DA VÍTIMA

Na segunda metade do século XX, a partir do final da década de 1950, o cenário político na América Latina esteve dominado por uma série de ditaduras, sobretudo militares. Esse modelo, baseado no terrorismo de Estado, se consolidou na América do Sul na década de 1960 e no Brasil em 1964, especificamente, com um golpe civil-militar.

No Cone Sul, composto por Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai, as experiências foram singulares, uma vez que cada regime autoritário respondeu a projetos específicos, desde o golpe até a redemocratização. No entanto, é possível levantarmos algumas características em comum que atravessam tais experiências ditatoriais:

Todas foram vividas dentro do ambiente de Guerra Fria, marcada por forte anticomunismo e pela ação dos Estados Unidos na desestabilização e derrubada dos regimes democráticos. A Doutrina de Segurança Nacional, ainda que apropriada e modificada para atender às especificidades de cada realidade nacional, foi um elemento fundamental na construção do Terrorismo de Estado. A repressão sistemática e a instauração de um aparato repressivo ultrapassaram as fronteiras nacionais, já amplamente conhecidas através de pesquisas dedicadas à Operação Condor. A invenção de um "inimigo interno" foi utilizada para a promoção da repressão, da censura, da cultura do medo e favoreceu a implementação do processo de modernização autoritária e conservadora nos moldes do capitalismo tardio. (MAIA; NUNES, 2018, p. 15).

Nesse sentido, o final dos anos 1960 na América Latina marcou uma época de revoluções que se espalharam por todo o continente, inaugurando também uma nova forma do fazer literário. O relato da barbárie deu origem a um gênero narrativo reflexo das lutas sociais e que abriu espaço para que sujeitos socialmente silenciados tivessem acesso ao poder do discurso. Nessa esteira, buscamos como referencial teórico autores que reforçam a emergência da narrativa como um arquivo de memória capaz de dar voz a grupos historicamente silenciados.

Segundo Shoshana Felman, em "Educação e crises, ou as vicissitudes do ensinar", o testemunho é o modo literário e discursivo do nosso tempo, que pode ser definido como era do testemunho. Assim, de acordo com a autora:

“Se os gregos inventaram a tragédia, os romanos a epístola e a Renascença o soneto”, escreve Elie Wiesel (1977; p.9), “nossa geração inventou uma nova literatura, aquela do testemunho”. [...] Por que o testemunho tornou-se de repente, de fato, tão central e tão onipresente nos recentes apanhados culturais que fazemos de nós mesmos? (FELMAN, 2000, p. 18).

De acordo com Seligmann-Silva (2005b), a política da memória na América Latina tem um peso muito mais político-partidário do que cultural, aspecto que diverge da Europa. Para ele, “aqui ocorre uma convergência entre política e literatura” (SELIGMANN-SILVA, 2002, p. 87). Reforçamos, no entanto, que mesmo o testemunho tendo sua especificidade na América Latina, particularizando-se como um instrumento de denúncia, há a presença do trauma, o qual está associado a qualquer cultura.

Há na América Latina três referências no estudo do testemunho como gênero literário: a primeira, com Miguel Barnet, no livro *Biografía de un Cimarrón* (2018 [1977]); a segunda, com o concurso da revista *Casa de las Américas*; e a terceira, a partir do testemunho de Rigoberta Menchú em *Meu nome é Rigoberta Menchú: e assim nasceu minha consciência* (1993) – cujo título original, em castelhano, é *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. Nossa intenção é rever essas referências e entender a importância do testemunho para a produção literária na América Latina.

3.2.1 Miguel Barnet em *Biografía de un Cimarrón*

Biografía de un Cimarrón (2018 [1977]), de Miguel Barnet, originalmente publicado em 1966, alcançou grande sucesso e começou a ser considerado modelo de um novo gênero literário que estaria surgindo na América Latina. O autor conta a história de Esteban Montejo, um ex-escravo negro cubano, de 105 anos de idade, que narra sua trajetória através de entrevistas gravadas. Barnet é o narrador letrado, aquele que Hugo Achugar (2002) chama de “letrado solidário”, porta voz desse “outro” marginal e silenciado. Assim, nesse novo gênero, duas vozes se sobrepõem: a testemunha, personagem que conta sua história; e o autor, que se torna testemunha solidária do texto literário.

Apesar de não assumir a posição de autor do texto, Esteban Montejo é a voz que prevalece na obra, o personagem narrador que pode, através de um terceiro, revelar sua experiência opressiva e reivindicar justiça. Ainda que haja uma eventual perda de representação, dada à influência do narrador, é através dessa modalidade literária que

histórias silenciadas podem vir à tona e ajudar a reescrever a história que se encontra oculta na narrativa oficial.

O livro foi aclamado pela crítica e publicado em vários países. Para Barnet, a missão do escritor de testemunhos é desenterrar histórias reprimidas pela história oficial dominante e seu desafio está em recriar a fala coloquial dos narradores informantes e colaborar na articulação da memória coletiva. A história de Esteban Montejo é significativa porque ele foi escravo, nasceu escravo, fugiu para as montanhas, e participou da guerra da Independência e da Batalha de Cienfuegos contra os americanos. Assim, Miguel Barnet manifesta no texto introdutório o objetivo da obra: “Este livro não faz mais do que narrar experiências comuns a muitos homens da mesma nacionalidade. [...] Nossa maior satisfação é refleti-los através de um ator legítimo no processo Histórico cubano”, (BARNET, 2018 [1977], p. 5).¹³

Para entender a importância da história de vida de Esteban Montejo, bem como o motivo de sua narrativa ser também uma modalidade de escrita político-literária, é necessário entender o contexto histórico que ele se dispõe a narrar para se compreender o lugar de fala do personagem-narrador.

A independência de Cuba foi marcada por conflitos entre Espanha e Estados Unidos. Na época, a ilha era a principal produtora mundial de açúcar, por isso os EUA chegaram a propor um acordo com a Espanha, para que este país cedesse sua soberania sobre o território cubano. A primeira guerra pela independência ocorreu em outubro de 1968, chamada Guerra dos Dez Anos (1968-1978). Posteriormente, outras guerras ocorreram no intento de se alcançar a liberdade. Contra as crueldades do governo espanhol, instaurou-se, de 1899 até 1902, a ocupação americana de Cuba, período em que os governadores tentaram adaptar a ilha às políticas econômica e cultural que então prevaleciam nos Estados Unidos. Após a suposta emancipação, Cuba se tornou “independente”, mas, na realidade, estava completamente dominada pelos Estados Unidos, algo que só mudou após a Revolução Cubana em 1959, a qual fará emergir um outro movimento literário em prol do testemunho, liderado pela revista *Casa das Américas*, que veremos a seguir.

¹³ “Este libro no hace más que narrar vivencias comunes a muchos hombres de su misma nacionalidad. [...] Nuestra satisfacción mayor es la de reflejarlas a través de un legítimo actor del proceso histórico cubano”. (BARNET, 2018 [1977], p. 5).

No contexto desse conflito entre espanhóis e americanos, em 11 de maio de 1898 uma batalha foi travada contra o bloqueio que os últimos impuseram à ilha. Embora os EUA tivessem o domínio do território, a Marinha espanhola, contrariando os interesses norte-americanos, continuou a fornecer suprimentos e tropas a Cuba. Quando os Estados Unidos descobriram que havia cabos submarinos que chegavam até o porto de Cienfuegos, uma ferramenta responsável pela comunicação vital para a coordenação naval, enviaram cruzadores para cortar as comunicações. Em 11 de maio, uma força de 52 fuzileiros navais dos EUA, todos voluntários, embarcou em dois pequenos barcos para cortar os cabos com machados, enquanto eram fuzilados por dois cruzadores e um helicóptero da força espanhola. Embora as baterias da artilharia espanhola fossem muito vagas para acertar os botes, o fogo dos fuzis causou furos nos barcos, causando ferimentos na tripulação. Após uma longa hora de troca de fogo, dois fios foram cortados. Os fuzileiros acabaram recuando em seus barcos para posições seguras. O terceiro e último cabo permaneceu intacto no final da batalha.

É sobre o conflito entre espanhóis e americanos em relação aos bloqueios impostos a Cuba que *Biografía de un Cimarrón* (BARNET, 2018 [1977]) propõe testemunhar. A história de Esteban Montejo é dividida em três partes: a escravidão, a abolição da escravidão e a guerra da independência. A respeito da guerra, Montejo justifica sua necessidade:

A guerra foi necessária. Não era justo que tantos postos e tantos privilégios caíssem nas mãos dos espanhóis. Não era justo que as mulheres trabalhassem nativas dos espanhóis. Nada disso era justo. Um advogado negro não era visto, porque eles disseram que os negros não eram nada mais do que bons para a montanha. Não havia um professor negro. Tudo era para os brancos espanhóis. Mesmos os crioulos brancos foram jogados de lado. Isso é o que eu vi. [...] não havia liberdade. É por isso que a guerra era necessária. (BARNET, 2018 [1977], p. 69).¹⁴

Ainda que a história termine em 1905, após a ocupação dos Estados Unidos (1898-1902), a obra foi publicada no ano de 1966, tendo sido as entrevistas gravadas em 1963. Esteban Montejo já estava em avançada idade, mas participou de todos esses momentos importantes da história cubana. Havia muito a ser dito.

¹⁴ “Hacia falta la guerra. No era justo que tantos puestos y tantos privilegios fueran a caer en manos de los españoles nada más. No era justo que las mujeres para trabajar tuvieran que ser hijas de los españoles. Nada de eso era justo. No se veía un negro abogado, porque decían que los negros nada más que servían para el monte. No se veía un maestro negro. Todo era para los blancos españoles. Los mismos criollos blancos eran tirados a un lado. Eso lo vide yo. [...] No había libertad. Por eso hacía falta la guerra”. (BARNET, 2018 [1977], p. 69).

O testemunho latente de um sobrevivente ganhou *status* de primeiro texto literário testemunhal na América Latina. Na contracapa do livro, lê-se: “Ele faz isso em 1963, num país em que uma revolução triunfalista busca desenterrar a memória silenciada das revoltas populares, das resistências que foram ignoradas ou criminalizadas, enfim, recuperar ‘a história do povo sem história’.” (BARNET, 2018 [1977], contracapa)¹⁵.

Devemos considerar, para reflexão acerca das primeiras motivações sobre o que seria a narrativa testemunhal e de como ela se configuraria num fazer literário, as palavras de Miguel Barnet no prefácio da obra. Ele tece comentários sobre a figura do mediador letrado e sobre o espaço de interseção entre realidade e ficção. Na citação acima, Barnet fala em recuperar “a história de um povo sem história”, em outras palavras, o autor deseja trazer para o centro a narrativa das margens, ou seja, a memória daqueles que até o momento faziam parte da história, mas não puderam, por força das relações de poder, contar sua história de fato. Essa pretende ser a maior discussão a se formar em torno da literatura de testemunho, o revisionismo histórico, que se busca através da história silenciada de grupos marginais.

Acerca das motivações que o levaram a escrever a obra, Barnet esclarece que não pretende fazer um trabalho de natureza histórica, ainda que a história apareça, porque, segundo o autor, o testemunho de Esteban Montejo trata da “vida de um homem que passa por ela” (BARNET, 2018 [1977], p. 4)¹⁶, pela história. Antes, pretende fazer literatura. E explica que não se trata de escrever um romance, mas de uma outra forma de literatura, em que ficção e realidade são duas faces de uma mesma moeda: “Sabemos que colocar uma testemunha para falar é, até certo ponto, fazer literatura. Mas nós não tentamos criar um documento literário, um romance”. (BARNET, 2018 [1977], p. 4)¹⁷.

É também essa relação entre realidade e ficção que traz inquietação para o campo da crítica. Acreditamos que a preocupação reside, de um lado, na presença da ficção como elemento estético determinante para que a obra ocupe seu lugar num *corpus* literário; por outro lado, essa presença descaracterizaria a obra como um testemunho. Isso porque o testemunho na América Latina está muito relacionado com a tradição religiosa da

¹⁵ Lo hace en 1963, en un país en el que una revolución triunfante apuesta por desenterrar la memoria silenciada de las rebeliones populares, de las resistencias que fueron ignoradas o criminalizadas, en fin, recuperar ‘la historia de la gente sin historia’. (*idem, ibid.*, contracapa).

¹⁶ “La historia aparece porque es la vida de un hombre que pasa por ella”. (BARNET, 2018 [1977], p. 4).

¹⁷ “Sabemos que poner a hablar a un informante es, en cierta medida, hacer literatura. Pero no intentamos nosotros crear un documento literario, una novela”. (*idem, ibid.*, p. 4).

confissão, no sentido de apresentação de uma vida exemplar, em que o conceito de verdade é determinante.

O autor não explica, ao certo, como desenvolve seu conceito de verdade, mas, nas entrelinhas, podemos depreender que esse conceito se faz pela verdade da testemunha, a qual, muitas vezes, não é a verdade histórica, mas a forma como ela vê o processo a partir do lugar que ocupava no evento histórico. Esteban Montejo narra ora a partir do lugar de escravo fugitivo, ora a partir do lugar de camponês que precisou se refugiar nas montanhas para fugir da guerra. Obviamente, esse lugar vai interferir na narrativa, ao que Barnet nos adverte que muitos de seus argumentos não são estritamente fiéis aos fatos e que, em todas as situações, Montejo nos oferece sua versão pessoal dos acontecimentos, ou seja, como ele viu as coisas. É uma visão subjetiva. Através da narrativa, ele nos oferece a imagem da vida na guerra, nas montanhas e como escravo. Sua análise é pessoal. Barnet dá o exemplo de como Montejo avalia Máximo Gomez, general cubano, deixando claro que o importante é o caminho que a testemunha percorre nessa análise, não exatamente a análise em si:

Sua visão é subjetiva na apreciação de figuras proeminentes como Máximo Gómez, a quem ele analisa de um ponto de vista muito pessoal. A análise que nos interessa porque mais do que a vida de Máximo Gómez, de quem todos sabemos algo, a narrativa reflete o caminho da testemunha para abordar as coisas, para tratar os homens e sua atitude de grupo, parcial à sua raça (BARNET, 2018 [1977], p. 4-5)¹⁸.

Isso posto, Barnet explica o processo de produção da obra, que está relacionada à história oral. A oralidade é também um importante elemento dessa literatura. Esteban Montejo narra sua história aos 105 anos, portanto, já de avançada idade. Foi necessário, em virtude disso, o registro das sessões, pois havia uma preocupação por parte de Miguel Barnet, o intermediador letrado, de se familiarizar com as formas de linguagem da testemunha. O vocabulário próprio, os arcaísmos, as expressões idiomáticas, muitas vezes, tiveram de ser parafraseadas para que o livro não ficasse repetitivo e difícil de ser entendido. No entanto, houve um cuidado de se manter a sintaxe e a essência do relato. Para isso, o mediador letrado procurou manter a fala da personagem, utilizando as aspas, como forma de não perder a essência daquele relato, a qual também estava expressa pelas

¹⁸ “Su visión es subjetiva en la apreciación de figuras tan destacadas como Máximo Gómez, a quien analiza desde un punto de vista muy personal. Análisis que nos interesa porque más que la vida de Máximo Gómez, de quien todos sabemos algo, refleja la manera de nuestro informante de acercarse a las cosas, de tratar a los hombres, su actitud de grupo, parcial a su raza”. (BARNET, 2018 [1977], p. 4-5).

marcas na linguagem. É através desse recurso que o mediador repassa ao leitor a verossimilhança do testemunho.

Barnet finaliza definindo a testemunha como um ator legítimo no processo histórico. Esses atores são, ao mesmo tempo, pessoas comuns que representam a identidade de seu povo com a legitimidade de quem passou por experiências partilhadas entre muitos.

3.2.2 Concurso literário da revista *Casa de las Américas*

A segunda referência histórica do gênero foi na decisão da junta editorial da revista *Casa de las Américas*, em 1970, de lançar um concurso literário sobre o gênero testemunho. Na chamada da revista há uma definição das características gerais do gênero que incluem os méritos literários, a atualidade do tema e a transcendência política e social dos textos. A revista surge como uma forma de comunicação da resistência nos países do continente, criando um diálogo com sujeitos marginalizados. De acordo com Yúdice (2002), os ideólogos do gênero acreditavam que a emancipação latino-americana poderia ser conseguida através de uma escritura autorreflexiva e autônoma.

No caso do concurso literário lançado pela revista, a ideia era de, através da prática discursiva, difundir as experiências revolucionárias do continente e denunciar o momento histórico turbulento que marcaria para sempre a América Latina. A proposta era de destacar a presença de uma produção literária relacionada ao contexto social, político e cultural, e de associar o testemunho à história, levando em conta seu caráter documental e de denúncia.

Outra particularidade igualmente importante do novo gênero é a relação entre realidade e ficção. A realidade, na escritura testemunhal, é a realidade da testemunha, o modo como ela vê e entende o que é real. Como exemplo, Alzugarat (1994), cita os casos de Esteban Montejo e o de Jerusa Palancares, para quem crenças mágicas e espirituais integram a realidade cotidiana se configurando como uma verdade autêntica.

A complexidade do fenômeno testemunhal e a amplitude de sua produção interessam à crítica e à criação literária, por isso a revista *Casa de las Américas*, ao lançar o concurso, tinha como objetivo dar conta dos acontecimentos socioculturais que influenciaram a elaboração da concepção sobre o gênero testemunho e contribuíram para sua expansão.

No livro *En otras palabras, otras historias* (ACHUGAR, 1994), Alfredo Alzugarat assina o artigo “El testimonio en la revista *Casa de las Américas*” (1994) e faz um histórico temporal do gênero na América Latina, a partir da experiência da revista nos anos 1960. O autor é um crítico uruguaio que estuda a produção literária dos presos políticos durante a ditadura civil-militar no Uruguai (1973-1985). Para ele, através do testemunho a literatura adquire maior democratização e se enraíza juntamente com as lutas e os problemas sociais. Dessa forma, a abertura para vozes de sujeitos sociais silenciados e até o momento ignorados é um marco em relação ao acesso ao poder discursivo por grupos marginalizados. Segundo Beverley, o testemunho seria “uma narração, [...] contada na primeira pessoa gramatical por um narrador que é o protagonista (ou testemunha) de sua própria história. Sua unidade narrativa é geralmente uma "vida" ou uma experiência particularmente significativa”. (apud ALZUGARAT, 1994, p. 174)¹⁹.

Em geral, para o autor, o testemunho é uma narrativa com forte influência da oralidade, escrito, portanto, em linguagem coloquial, guiado pelo critério da verdade, pela tendência ao documentalismo, pelo desaparecimento de uma suposta impessoalidade histórica. Adquire, muitas vezes, um tom de exemplaridade, didático (ALZUGARAT, 1994, p. 174). Assim, o crítico desenvolve sua análise levando em conta algumas especificidades do gênero, tais como características de produção, contexto social e embate ideológico.

Quanto às características da produção da narrativa, predominam os relatos em primeira pessoa, em que os próprios envolvidos narram os fatos que viveram ou presenciaram. Há também narrativas marcadas pela presença de intermediadores letrados quando a testemunha não tem domínio do código escrito, como no caso da obra de Barnet (1997). Esse intermediador efetua o registro e permite a difusão do relato da testemunha, utilizando-se, para tanto, da gravação e posterior redação e edição do texto. Esse novo gênero permite o exercício da criação literária a escritores improvisados, nas palavras de Alzugarat (1994, p. 194), “nascidos pela força das circunstâncias”²⁰.

No que concerne ao contexto social do nascimento da obra testemunhal, ele tem relação direta com a revolução cubana. Cuba é o lugar concreto, segundo Alfredo Alzugarat, onde se iniciou o debate sobre o gênero testemunho. Com a vitória da

¹⁹ “una narración, (...) contada en primera persona gramatical por un narrador que es la vez el protagonista (o el testigo) de su propio relato. Su unidad narrativa suele ser una “vida” o una vivencia particularmente significativa”. (ALZUGARAT, 1994, p. 174).

²⁰ “nascidos por la fuerza de las circunstancias”. (*idem, ibid.*, p. 194).

Revolução Cubana em 1959 e com a expansão das ditaduras na América Latina nos anos 60, o continente sul-americano viveu tempos difíceis. De acordo com o autor:

No nível continental, a América está experimentando o período mais terrível de sua história: um colar de regimes ditatoriais liga a maior parte de seu território. A barbárie repressiva reina, mata, tortura e mordaça a todas as formas de expressão que não aceita cegamente o discurso da legitimação ou da autojustificação com que os militares no poder ocultam os fatos. (ALZUGARAT, 1994, p. 194-195).²¹

Com o cenário político alterado e com boa parte do continente vivendo num regime de exceção, Cuba surge como a esperança do triunfo da revolução. Assim, temos discursos que ora remontam a uma atmosfera de repressão, ansiedade e angústia, ora a momentos de exaltação heroica dos líderes das organizações guerrilheiras e dos perigos da luta armada. Neste último caso, destaca-se *El diario en Bolivia* de Che Guevara. Nas palavras de Fidel Castro, no prefácio do livro, “ao analisar detalhadamente os incidentes de cada dia, são constatadas falhas, críticas e recriminações que são próprias e inevitáveis no desenrolar de uma guerrilha revolucionária” (In GUEVARA, 1985, p. 2)²². Podemos perceber, no trecho escrito por Castro, a mistura dessas atmosferas da narrativa: há a exaltação do herói, mas há também relatos de inquietude, apreensão, repressão, que remontam à situação de risco presente na luta armada.

A respeito do embate ideológico, o gênero testemunho pode ser chamado de “gênero da revolução”, pois reconstitui a história oficial a partir da história de sujeitos cujas vidas são exemplares e relevantes para um dado período histórico, mas que até o momento não tinham acesso aos meios de produção da narrativa. Embora tivessem participação direta nos fatos históricos, não eram agentes da história. No caso das ditaduras, o sujeito até então silenciado é levado a narrar sua experiência de participação em ações revolucionárias e sua narrativa é acolhida por parcela da sociedade através do fazer literário.

O testemunho, nesse sentido, é caracterizado por uma necessidade incessante de resgatar a verdade histórica na defesa dos direitos humanos. De acordo com Alzugarat, a

²¹ “A nível continental, América está vivendo el período más terrible de su historia: un colar de regímenes dictatoriales eslabonan la mayor parte de su territorio. Reina la barbarie represiva, el asesinato, la tortura y la mordaza a toda forma de expresión que no sea adicta, que no acepte ciegamente el discurso de legitimación ou de autojustificación con que los militares en el poder ocultan los hechos”. (*idem, ibid.*, p. 194-195).

²² “En este Diario, al analizar en detalle los incidentes de cada día, se hacen constar faltas, críticas y recriminaciones que son propias e inevitables en el desarrollo de una guerrilla revolucionaria”. (In GUEVARA, 1985, p. 2).

própria revista *Casa de las Américas* define essa literatura como “uma modalidade político-literária, apta a capturar as condições sociais da América em seu mais recente estágio histórico”. (ALZUGARAT, 1994, p. 191)²³.

Trata-se de um discurso da contra-história, um instrumento intelectual de consciência política e humanitária, para o qual “escrever é um ato político e literário, ao mesmo tempo, a expressão aparece como oposto de opressão” (ALZUGARAT, 1994, p. 193)²⁴. Escrever, nesse caso, é um ato de libertação.

Nesse enquadramento, o testemunho pode ser visto como um gênero integrador, capaz de contribuir para a unidade latino-americana através da revisão da sua cultura e da sua história. Segundo Miguel Barnet: “A América necessita conhecer-se, sustentar-se. Junto à corrente ficcional, as obras de testemunho devem andar de mãos dadas, resgatando, escrutinando a emaranhada realidade latino-americana”. (apud ALZUGARAT, 1994, p. 200)²⁵.

Dessa forma, o testemunho se consagra como um gênero da produção literária latino-americana. De um lado, traz o discurso do poder, no caso de Cuba; de outro, o discurso da resistência, no resto da América Latina como um todo.

Na medida em que há uma extensão das guerrilhas em quase todos os países da América Latina, os discursos surgem. Uma América em crise, socialmente e economicamente polarizada, propiciou questionamentos acerca do poder hegemônico por parte do poder assumido pelas minorias, o qual é repellido com o aumento de forças repressivas e novos mecanismos de repressão. Ainda assim, surgem diversos movimentos de luta e de resistência, a saber: indígenas, como Rigoberta Menchú; mineiros e mulheres de mineiros, como Domitila Barrios; mulheres do povo, como Jerusa Palancares; e escravos, como Esteban Montejo.

A institucionalização do gênero testemunhal também apresentou suas contradições, pois a obra *La guerrilla tupamara*, de Maria Esther Gilio, premiada pela revista, é descrita pela própria autora como uma coleção de uma série de reportagens (ALZUGARAT, 1994).

²³ “una modalidad político-literaria, apta para captar las condiciones sociales de América en su etapa histórica más reciente.” (ALZUGARAT, 1994, p. 191).

²⁴ “escribir es un hecho político e literario a la vez, la expresión aparece como lo opuesto a la opresión”. (*idem, ibid.*, p. 193).

²⁵ “América necesita conocerse, sustentarse. Junto a la corriente rica de la ficción, las obras de testimonio deben ir de la mano, rescatando, escudriñando la enmarañada realidad latinoamericana”. (apud ALZUGARAT, 1994, p. 200).

O fato é que o testemunho é um gênero fronteiro, levando-se em conta que ele se relaciona com outros gêneros com qual estabelece certo parentesco: reportagem, biografia, autobiografia, diário. Além disso, o testemunho tem sido pensado sob a égide da ficção enquanto verdade subjetiva, uma vez que, como apontamos, a realidade testemunhal será a realidade da testemunha, da forma como ela vive e se compreende enquanto sujeito.

3.2.3 Rigoberta Menchú em *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*

A terceira obra que usamos como referência data da década de 1980, a partir do testemunho de Rigoberta Menchú, em *Meu nome é Rigoberta Menchú: e assim nasceu minha consciência* (1993), cuja narrativa se insere na perspectiva dos estudos da academia norte-americana, segundo a qual o testemunho está inserido no debate sobre as práticas culturais subalternas. Segundo essa perspectiva, é dado aos sujeitos sociais silenciados o direito de contar sua própria história, o que na maioria das vezes traz uma nova interpretação da história oficial.

A institucionalização acadêmica do gênero se deu com o testemunho de Rigoberta Menchú, uma indígena guatemalteca, que narra sua própria história através de um interlocutor letrado, o historiador guatemalteco Arturo Taracena, e da antropóloga venezuelana Elizabeth Burgos. Menchú foi agraciada com o Prêmio Nobel da Paz de 1992, pela sua campanha pelos direitos humanos, especialmente a favor dos povos indígenas, tornando-se também Embaixadora da Boa Vontade da UNESCO e vencedora do Prêmio Príncipe das Astúrias de Cooperação Internacional.

Na América Latina, a discussão sobre testemunho passa, portanto, pela subalternidade e a escola norte-americana vai desenvolver uma ampla pesquisa nessa perspectiva. O deslocamento do narrador do centro para a margem, o discurso periférico, bem como a contestação da história oficial são marcas dessa literatura. Utilizaremos como referencial teórico o livro *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa* (2002), organizado por John Beverley e Hugo Achugar, e artigos acadêmicos que versam sobre o tema.

É importante destacar que essa corrente de análise na qual nos baseamos se volta para o processo da produção. Neste caso, a narrativa é autoral, mas mediada por um interlocutor letrado. A discussão é tensionada também pelo fato do testemunho trazer ao centro figuras periféricas que representam uma classe: camponeses, indígenas,

guerrilheiros, vozes até então oprimidas e silenciadas na sociedade. Dessa forma, a história é contada por quem viveu ou de alguma forma participou da violência do Estado e tem em outro sujeito, letrado, o mediador nesse processo de oralidade e escrita. A abertura para essas vozes ignoradas leva ao questionamento do poder constituído, pois através do discurso marginal trazem uma nova interpretação da história oficial, na qual a testemunha tem o poder da enunciação. Por meio do testemunho, a literatura se abre para os problemas sociais, cooperando para a construção de uma nação potencialmente mais democrática e igualitária.

De acordo com Achugar, “o testemunho se constitui como forma de narrar a história alternativa ao monológico discurso historiográfico do poder” (2002, p. 65)²⁶. Segundo o autor, esse discurso é, sobretudo, um discurso branco, masculino, heterossexual, letrado e burguês. Em relação à forma, o testemunho é uma narrativa contada em primeira pessoa, na qual narrador e protagonista incidem sobre a mesma figura. Para Achugar, a transformação dos parâmetros críticos no pós-guerra movimentou os estudos sobre o gênero testemunhal. Isso porque a discussão em torno da revisão do cânone literário, central para que avancemos nos estudos sobre a literatura de testemunho, abre-se com a eclosão dos Estudos Culturais. Esse movimento, que emerge nos anos 1960, concentra-se na problematização da cultura, no questionamento de valores conservadores, na contestação e na busca por identidade própria, sobretudo de grupos marginalizados e de minorias sociais.

Nesse sentido, os Estudos Culturais na América Latina têm sido marcados, simultaneamente, pelo florescimento de uma literatura de resistência e de denúncia. Isso se deve ao fato do continente ter vivido, naquela época, um período de regimes ditatoriais e de graves violações de direitos humanos. Portanto, de acordo com Achugar, “a história não oficial surgirá como uma resposta ante os silenciamentos realizados pela versão hegemônica” (2002, p. 66)²⁷. Em outras palavras, o testemunho expressa a opressão dos grupos subalternos que veem na literatura uma forma de revelar ao mundo o outro lado da história, da sua história.

Assim, conforme aponta John Beverley, o testemunho busca outras formas de representação que não sejam as tradicionais burguesas:

²⁶ “el testimonio se constituye como una forma de narrar la historia de un modo alternativo al monológico discurso historiográfico en el poder”. (ACHUGAR, 2002, p. 65).

²⁷ “Por lo mismo la historia no oficial sólo surgirá como una respuesta ante los silenciamientos realizados por la versión hegemônica”. (*idem, ibid.*, p. 66).

O desejo e a possibilidade de produzir testemunhos e a crescente popularidade do gênero indicam que no mundo de hoje existem experiências vitais que não podem ser adequadamente representadas nas formas tradicionais da literatura burguesa, que em certo sentido seriam traídas por elas. (BEVERLEY, 2002, p. 22)²⁸.

Outro questionamento em relação ao testemunho diz respeito à verdade narrativa. De acordo com Beverley (2002), apesar de o testemunho ser guiado pelo critério da verdade, muitas vezes a ficção nele presente é objeto de grande discussão. O antropólogo americano David Stoll questionou, no livro *Rigoberta Menchú y la historia de todos los guatemalcos pobres*²⁹, as dimensões da representatividade no testemunho de Menchú. Stoll viveu durante um ano na região de onde vem Rigoberta Menchú e estudou o processo de evangelização das comunidades indígenas por religiões protestantes. Segundo o pesquisador, a descrição que ela faz sobre a tortura e o assassinato de seu irmão e de outras vítimas pelo exército guatemalteco não coincide com relatos que ouviu do povo Chajul e nem aparecem na documentação das comissões de direitos humanos. Por isso, segundo o antropólogo, trata-se de invenção literária. No relato de Menchú, o irmão não foi queimado diante de sua família e sim fuzilado junto com demais pessoas da comunidade.

De acordo com Beverley (2002), há algumas deduções que podem ajudar a entender essa divergência nos relatos. Em primeiro lugar, o autor cita o aspecto temporal, pois as entrevistas de Stoll ocorreram dez anos após o relato de Menchú e a derrota pode ter afetado a forma como os fatos foram lembrados. Outrossim, a própria violência repressiva pode ter provocado uma espécie de escuridão, um apagamento de memória. Ou, ainda, é possível considerar que a própria Menchú procurou desconstruir, em sua prática como narradora, a ilusão de que estamos sendo entregues a "toda a realidade" de seu povo. Mas e se, de fato, for uma invenção literária? Embora o próprio Stoll mencione que uma das histórias que ouviu reforçam aquilo que alega Menchú, Beverley (2002) aponta que as descrições de tortura e morte em Menchú podem ser classificados como uma espécie de "realismo mágico" testemunhal. Mesmo recebendo críticas, ele defende que esta possa ser a possibilidade de se produzir a experiência estética, uma vez que, em

²⁸ “El deseo y la posibilidad de producir testimonios y la creciente popularidad del género indican que en el mundo de hoy hay experiencias vitales que no pueden ser representadas adecuadamente en las formas tradicionales de la literatura burguesa, que en cierto sentido serían traicionadas por éstas”. (BEVERLEY, 2002, p. 22).

²⁹ Não há tradução do livro para o português.

suas descrições, a autora tenta passar ao leitor a força da violência que destruiu, além de seu irmão, a maioria de sua família.

Segundo George Yúdice, “o testemunho não responde ao imperativo de produzir verdade cognitiva – ou desfazê-la –; seu *modus operandi* é a construção comunicativa de uma práxis solidária e emancipatória. Assim, a dicotomia verdade / ficção carece de sentido para entender o testemunho”. (apud BEVERLEY, 2002, p. 25)³⁰.

A respeito dessa relação entre verdade e ficção, por se tratar de um objeto de grande discussão, Beverley (2002) ressalta que esse nexos se liga mais à relação entre testemunho como gênero e modo de pensar e articular a ideia de nação. Segundo o autor, da mesma maneira que seus narradores são considerados intrusos no mundo letrado, a ideia da subalternidade desautoriza a cultura dominante hegemônica. À medida que guerrilheiros, camponeses, indígenas, sindicalistas, presos políticos, estudantes pobres podem ter a prerrogativa da fala, outros elementos socioculturais são recobrados nesse discurso, como conceitos de gênero, etnia, casta, classe, dentre outros que trazem para o âmbito acadêmico discussões sobre as desigualdades sociais.

O que ocorre é que o modo de produção e recepção do testemunho coloca em dúvida a autoridade da testemunha. Assim, Beverley (2002) prossegue sua argumentação fundamentada na supremacia da escrita em relação à oralidade. Ao privilegiar, em certo sentido, a oralidade e seu discurso marginal, o testemunho vai contra a literatura culta, canônica e hegemônica. De acordo com Beverley,

O que parece preocupar Stoll é que Menchú não escolhe ser uma "informante nativa" que se presta ao seu desejo como antropólogo de observação e interpretação, mas assume a autoridade e a responsabilidade de narrar sua própria história através de um interlocutor instruído (o historiador guatemalteco Arturo Taracena e a antropóloga venezuelana Elizabeth Burgos). (BEVERLEY, 2002, p. 10)³¹.

Portanto, a posição de Beverley (2002) é a de que a autoridade do depoimento não está atrelada ao processo de produção, nem tampouco ao deslocamento da testemunha do centro para margem, mas sim ao fato de o narrador ser alguém que testemunhou direta ou indiretamente, através de parentes e amigos, os eventos que ele narra. Para além disso, o

³⁰ “el testimonio no responde al imperativo de producir la verdad cognitiva –ni tampoco de deshacerlo–; su *modus operandi* es la construcción comunicativa de una praxis solidaria y emancipatoria. De ahí que la dicotomía verdad/ficción carezca de sentido para entender el testimonio”. (apud BEVERLEY, 2002, p. 25).

³¹ “Lo que parece preocupar a Stoll es que Menchú no se limita a ser un "informante nativo" que se prestaría a su deseo como antropólogo de observación e interpretación, sino que asume la autoridad, y la responsabilidad, de narrar su propia historia a través de un interlocutor letrado (el historiador guatemalteco Arturo Taracena y la antropóloga venezolana Elizabeth Burgos).” (BEVERLEY, 2002, p. 10).

que dá forma ao testemunho é a sequência temporal do evento e a sequência da vida do narrador incorporada na estrutura verbal do texto testemunhal.

Outro aspecto que se coloca nesse discurso sobre a verdade narrativa é a questão ideológica. Stoll questiona a autoridade de Menchú dado a seu envolvimento naquilo que o antropólogo chama de “agenda política explícita”. Ele alega que a falta de objetividade em seu discurso tem relação com a agenda ideológica que ela tenta promover. Na posição de antropólogo, Stoll se declara imparcial e apto para recontar essa história. Contudo, ele também se encontra alinhado a uma agenda política e em seu discurso estão inseridos os valores que defende. A tentativa de dismantlar o discurso de Menchú está relacionada ao fato de o pesquisador ser contra a luta armada promovida por parte da esquerda na Guatemala, que alega ter sido um erro que deixou a população aprisionada entre o exército e a guerrilha. Nesse sentido, o antropólogo justifica a violência do Estado como se esta tivesse sido uma contrapartida ao movimento guerrilheiro. Assim, observamos que a verdade da narrativa é o que menos importa; sua crítica à veracidade do testemunho é, na realidade, uma crítica à luta armada. Mesmo que ele busque na ciência uma autoridade acadêmica para sua posição, não se trata da defesa de um discurso objetivo *versus* um discurso subjetivo, mas sim da diferença entre duas posições políticas a influenciar sua percepção crítica.

O discurso de Stoll reflete uma estratégia conservadora de culpar a vítima e de desqualificar o discurso que emerge da margem para o centro e que, de algum modo, desprestigia a autoridade do escritor letrado. Dessa forma, Berkeley (2002) conclui que o discurso de Stoll é o eco de uma sociedade amarrada a um passado que não passa e que sempre se repete.

O que vemos no discurso de Stoll, portanto, é uma disputa entre ideologias em que ele usa a dimensão parcial da verdade como justificativa para introduzir no meio acadêmico a sua concepção ideológica. Na prática, são os que detinham o poder da enunciação da grande literatura questionando seu espaço perdido, colocando em questão, para tanto, a dimensão da verdade no discurso dos sujeitos sociais que até aquele momento foram silenciados e ignorados pela história oficial.

3.2.4 A influência do testemunho europeu nas discussões sobre o testemunho

Márcio Seligmann-Silva aborda, em sua obra, as duas vertentes de produção testemunhal: uma, de origem alemã (*Zeugnis*); e a outra, de origem hispano-americana

(*testimonio*). Em “Zeugnis e Testimonio: um caso de intraduzibilidade de conceitos” (2001), o autor estabelece um paralelo comparativo entre os conceitos, a partir de eixos temáticos. Essa comparação é importante porque, no Brasil, o testemunho sofreu influência dessas duas correntes. Faremos um levantamento teórico e buscaremos, nas obras analisadas nesta tese, as características elencadas em ambas as correntes.

As características centrais do testemunho acerca da *Shoah* são a tensão entre oralidade e escrita, a literalização e a fragmentação. Na Europa, a noção de testemunho foi desenvolvida a partir da perspectiva teórica de Theodor Adorno, que coloca em questão a impossibilidade de se escrever poesia após Auschwitz, em paralelo à necessidade de se narrar a barbárie. Nesse contexto, o foco recai sobre a linguagem, mais especificamente, sobre sua insuficiência diante do horror: “A crítica cultural encontra-se diante do último estágio da dialética entre cultura e barbárie: escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que hoje se tornou impossível escrever poemas”. (ADORNO, 1998, p. 26).

Segundo o autor, a literalização consiste na incapacidade de se traduzir o vivido em imagens e metáforas, e a fragmentação, na incapacidade de se incorporar numa cadeia contínua essas imagens. Essas características também estão presentes no testemunho e nas obras literárias brasileiras sobre a ditadura civil-militar.

Em cerimônia de entrega do acervo da CNV ao Arquivo Nacional, Hildegard Angel recusa o tempo de fala que lhe é dado e justifica:

eu não tenho tempo de suportar a emoção da palavra por cinco minutos abordando um tema que tanto nos toca. O sofrimento de um familiar que passa pela ditadura, a ditadura passa, mas o sofrimento jamais passa. A ditadura não sai de nós, ela sai do país mas ela não nos deixa. Ela é uma fissura que jamais se fecha, e ela é uma missão, contá-la, relatá-la, lembrá-la é uma missão que jamais se esgota. (BRASIL, 2015).

Na mesma esteira, em *O corpo interminável*, Daniel diz a Melinda sobre a escrita que tenta elaborar sobre sua história: “escrevo como uma tentativa, um esforço. Qualquer coisa que escrever agora será ao redor de um centro inseguro, uma descrição que pouco alcança, nada revela, uma junção de palavras e efeitos, não me reconheço e não posso me reconhecer em nenhum lugar ali”. (LAGE, 2019, p. 45-46).

De forma semelhante, K. também tem dificuldade de colocar em palavras a história da filha:

K. chegou a compor vários cartões com registros de episódios, diálogos, cenários. Mas ao tentar reuni-los numa narrativa coerente, algo não funcionou. Não conseguia expressar os sentimentos que dele se apossaram em muitas das

situações pelas quais passara, por exemplo, no encontro com o arcebispo. Era como se faltasse o essencial; era como se as palavras, embora escolhidas com esmero, em vez de mostrar a plenitude do que ele sentia, ao contrário, escondessem ou amputassem o significado principal. Não conseguia expressar sua desgraça na semântica limitada da palavra, no recorte por demais preciso do conceito, na vulgaridade da expressão idiomática. Ele, poeta premiado da língua iídiche, não alcançava pela palavra a transcendência almejada. (KUCINSKI, 2014, p. 135).

Outro aspecto que devemos destacar diz respeito aos limites éticos de representação do horror. Em que medida a arte pode se associar à barbárie, sendo ambas tão antagônicas? Esse ponto é levantado pelo personagem Daniel:

Olhava demoradamente as páginas, como se as registrasse mentalmente. Já eu desviava logo os olhos, como se pudesse esquecê-las. Só depois, muito depois, consegui escrever. Ainda assim, me sentia como se cometesse um equívoco. Um grande equívoco. Como se forçasse aquelas pessoas, tão reais, tão vivas dentro de suas lutas, desaparecimentos e mortes, a se tornarem meras referências em um texto, ou pior, personagens, meus personagens, como se eu impusesse a elas, depois de tudo que viveram, algo tão frágil, capaz de se desmantelar ao menor sopro, à mínima insistência, uma farsa, uma representação. (LAGE, 2019, p. 24).

K. também se questiona sobre essa limitação e conclui que não são as palavras que limitavam o que ele queria dizer; o impedimento era moral:

Aos poucos K. foi se dando conta de que havia um impedimento maior. Claro, as palavras sempre limitavam o que se queria dizer, mas não era esse o problema principal; seu bloqueio era moral, não era linguístico: estava errado fazer da tragédia de sua filha objeto de criação literária, nada podia estar mais errado. Envaidecer-se por escrever bonito sobre uma coisa tão feia. (KUCINSKI, 2014, p. 136).

Em termos psicanalíticos, a pessoa traumatizada fixa sua memória no momento exato do choque e é dominada por essas imagens, que sempre reaparecem diante dela de modo involuntário. Do ponto de vista do testemunho, o objetivo é, ao narrar, traduzir essas imagens, reunir os fragmentos, dando nexos aos acontecimentos e transformando-os em palavras conexas.

Na ficção, em *K. Relato de uma busca*, a personagem Jesuína, a faxineira da Casa da Morte, conta o que viu no dia em que ficou sozinha na casa. Ela é dominada por essa memória. Depois de narrar parte de suas vivências à terapeuta, Jesuína conta o que desencadeou o evento traumático e é subitamente tomada por convulsões que a levam a escorregar lentamente da cadeira:

Uma vez, eu fiquei sozinha quase a manhã inteira, os PMS mineiros saíram bem cedo de caminhonete dizendo que tinham acabado os sacos de lona, o

lugar onde compravam era longe, iam demorar. O Fleury já tinha voltado para São Paulo de madrugada. Eu sozinha tomando conta. Então desci até lá embaixo, fui ver. A garagem não tinha janela, e a porta estava trancada com chave e cadeado. Uma porta de madeira. Mas eu olhei por um buraco que eles tinham feito para passar a mangueira de água. Vi uns ganchos de pendurar carne igual nos açougues, vi uma mesa grande e facas igual de açougueiro, serrotes, martelo. É com isso que tenho pesadelos, vejo esse buraco, pedaços de gente. Braços, pernas cortadas. Sangue, muito sangue. (KUCINSKI, 2014, p. 132).

Nesse fragmento, podemos avaliar o impacto da violência no funcionamento do sistema psíquico de pessoas que foram envolvidas ou se envolveram, de forma voluntária, na execução da violência de Estado. Jesuína não foi uma torturadora, mas estava envolvida na casa da morte como alguém da base de apoio do governo. Ela prestava serviços a Fleury. Talvez tenha sido responsável pela queda de muitos militantes, dadas as informações que levava ao delegado, como ela mesma confessa: “[...] eu servia os presos, limpava as celas, tentava me fazer de boazinha”. (KUCINSKI, 2014, p. 128).

Voltando nossa atenção para as características do testemunho na América Latina, haveria uma tendência à factologia testemunhal dos feitos. Nesse sentido, essa noção diverge da fragmentação e da literalização, e enfatiza a fidelidade do testemunho. A influência do discurso psicanalítico nessa teoria tem surgido apenas nos últimos anos. No entanto, no Brasil, observamos em um mesmo discurso a confluência dessas características do *testimonio* e da *Zeugnis*.

Ainda em *K. Relato de uma busca*, no caso de Jesuína, ao mesmo tempo em que ela tem dificuldade de colocar em palavras o que aconteceu, há em seu relato testemunhal uma fidelidade aos fatos narrados. Em relação à morte da filha de K., por exemplo, a faxineira da Casa da Morte relembra como tudo aconteceu. Jesuína conta que foi colocada por Fleury em sua cela para tirar dela algo que a pudesse incriminar ou levar a outros militantes. No entanto, a filha de K. nada falou além de seu nome: “Ela me disse o nome dela e depois não falou mais nada. Disse o nome completo, acho que completo, mas eu só guardei metade, era um nome complicado”. (KUCINSKI, 2014, p. 129). Diante do silêncio da personagem que representa Ana Rosa, Jesuína volta à cela e, em seguida, com a chegada do médico, ela diz à prisioneira que, quando o médico chega, é porque haverá tortura:

Lá de baixo eu adivinhei que era o médico e avisei baixinho, quando vem o médico é porque vão maltratar, fazer coisa ruim. Logo depois vieram buscar ela. Foi aí que ela de repente meteu um dedo na boca e fez assim como quem mastiga forte e daí a alguns segundos começou a se contorcer. Eles nem tinham aberto a cela, ela caiu de lado gemendo, o rosto horrível de se ver e logo depois

estava morta. Parecia morta e estava morta mesmo. (KUCINSKI, 2014, p. 130).

Nesse caso, o testemunho de Jesuína é também a denúncia dos crimes cometidos pela ditadura. A filha de K. teria tomado veneno para não ser submetida à tortura e, conseqüentemente, não entregar outros militantes.

De acordo com Beatriz Sarlo, a temporalidade do testemunho não necessariamente é linear:

O testemunho pode se permitir ao anacronismo, já que é composto daquilo que um sujeito se permite ou pode lembrar, daquilo que ele esquece, cala intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um tom ou gênero a outro, daquilo que seus instrumentos culturais lhe permitem captar do passado, que suas ideias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral no presente, daquilo que ele utiliza como dispositivo retórico para argumentar, atacar ou defender-se, daquilo que conhece por experiência e pelos meios de comunicação, e que se confunde, depois de um tempo, com sua experiência etc. etc. (SARLO, 2007, p. 58-59).

Ainda em referência aos estudos de Márcio Seligamann-Silva, importa-nos também compreender a cena do testemunho. Tanto na *Shoah* como na América Latina a cena recai sobre o tribunal: na primeira, o testemunho cumpre o papel de fazer justiça histórica; no segundo, de revisionismo histórico. Ambos têm papel aglutinador de um grupo de pessoas. No caso da *Shoah*, os judeus constroem sua identidade a partir da identificação com a memória coletiva dos sobreviventes, de perseguição e morte. Na América Latina, a função identitária aglutina populações, etnias e classes em torno de uma mesma luta.

Em relação à literatura testemunhal, na *Shoah*, a estrutura, de um modo geral, remete ao conceito de testemunho propriamente dito e à presença ou ao teor testemunhal na obra de sobreviventes ou de autores que enfocam as catástrofes do século, sobretudo guerras e campos de concentração. Tem sido desenvolvido, na Europa, um estudo comparado dos genocídios, e obras de sobreviventes da *Shoah* e de outras catástrofes vêm sendo colocadas sob análise. Destacam-se os seguintes autores: Primo Levi, Paul Celan, Victor Klemperer, Aharon Appelfeld, Jorge Semprun, Jean Amery, Adam Czerniakow, Art Spiegelman, entre outros. Na América Latina, por sua vez, a literatura de testemunho data dos anos 1960, conforme já mencionamos, e se configura, em geral, como narrativa não ficcional, em primeira pessoa. Tem como gêneros limítrofes a crônica, a autobiografia, o diário, entre outros.

Feita essa comparação, propomos pensar o testemunho como ponte entre o trauma individual e o trauma coletivo, sobretudo para compreendermos o impacto da violência de Estado na sociedade brasileira pós-ditadura civil-militar.

3.3 TESTEMUNHO NO BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO DE DIVERSAS CORRENTES

De acordo com Seligmann-Silva, a literatura trabalha no campo minado da fronteira, impossível de ser traçada, entre a referência e a autorreferência. Assim, segundo o autor, a literatura é um espaço de autorreflexão da linguagem, o lugar da subjetividade, ou ainda, “uma máquina não tanto de representar o ‘real’, mas sim de dar uma forma a ele”. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 376). Nesse sentido, a literatura de testemunho, “que poderíamos chamar, com o cuidado da aplicação das aspas, de literatura do ‘real’” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 376), entrecruza a literatura e o mundo fenomênico.

Quando se trata de literatura de testemunho, há dois pontos, levantados pelo professor Seligmann-Silva (2003), que precisam ficar claros: o primeiro é o fato de que a literatura de testemunho é mais que um gênero, é uma face da literatura que vem à tona na época de catástrofes; e o segundo aspecto é que “real” e “realidade” são conceitos distintos – aqui, o real que nos interessa deve ser compreendido na chave freudiana do trauma, de um evento que resiste à representação.

Em um primeiro momento, é importante que tenhamos em mente a etimologia da palavra “testemunho”. As palavras latinas para testemunho eram *testis* e *superstes*. Esses diferentes tipos de vozes testemunhais são explicados por Seligmann-Silva em “Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes” (2005).

Superstes é a pessoa que atravessou uma provação e sobreviveu. Em tal caso, pressupõe-se uma incomensurabilidade entre as palavras e a experiência. Assim, *superstes* remete ao sobrevivente como alguém que, ao se aproximar da morte, vive recluso numa espécie de cárcere provocado pelo evento traumático. Por outro lado, o sobrevivente que viu a morte de perto mobiliza, naquele que ouve o relato testemunhal, a empatia. É a empatia que desarma a incredulidade: “Tendemos a dar voz ao mártir, vale dizer, a responder à sua necessidade de testemunha, de tentar dar forma ao inferno que ele conheceu — mesmo que o fantasma da mentira ronde suas palavras” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 379-380).

K. Relato de uma busca (2014) recai explicitamente sobre esse tipo testemunhal. Bernardo Kucinski escreve a história familiar quarenta anos depois do desaparecimento da irmã, em torno da qual a narrativa se desenvolve. Paralelamente à história da filha desaparecida de K., outras histórias surgem e, de certa forma, encaixam-se na narrativa principal.

Testis é a terceira pessoa que poderia descrever os fatos com maior isenção do que aqueles que estiveram diretamente envolvidos na disputa judicial. Ao fazer referência à catástrofe, a testemunha (*testis*) é capaz de narrar com mais precisão detalhes que o sobrevivente não estaria preparado para relatar, pela dificuldade que teria de traduzir o evento traumático em imagens.

Portanto, *testis* é quem viu o fato e é capaz de atestar sua veracidade; *superstes* é quem sobrevive a um evento limite e se vê impossibilitado de recobrir o vivido (o “real”) com o verbal. De acordo com Seligmann-Silva, “essa linguagem entrelaçada, por outro lado, só pode enfrentar o ‘real’ equipada com a própria imaginação: por assim dizer, só com a arte a intraduzibilidade pode ser desafiada — mas nunca totalmente submetida”. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 47).

Em *O corpo interminável* (2019), de Cláudia Lage, temos uma situação diferente, pois a autora não tem envolvimento direto com a ditadura. Ela é uma escritora brasileira sensível às causas sociais. Ao lado de João Ximenes Braga, foi autora da novela *Lado a lado*, transmitida na emissora de TV Rede Globo, em que tratou da emancipação feminina e do racismo no início do século XX. Com uma escrita marcada pelo viés histórico-documental, em *O corpo interminável*, Lage trata das feridas da ditadura ao mesmo tempo em que faz uma crítica à amnésia nacional na trajetória de Daniel, filho de uma desaparecida política.

Segundo a autora, o livro surgiu de uma fotografia de uma mulher morta divulgada pela CNV. Na obra, a imagem é representada como parte da pesquisa feita por Daniel sobre a mãe desaparecida:

A imagem do corpo nu estirado na cama não sai da minha cabeça. Mesmo exausto, com sono, vejo. Um dos braços caído para fora, os dedos tocando o chão. O outro braço sobre a barriga, como se repousasse. Os olhos abertos. Ninguém pensou em fechar os olhos, ninguém se importou com isso. Deixaram como estava. O olhar tinha essa surpresa, ninguém se importa. Era como se antecipasse tudo que ia acontecer depois, com o seu corpo, com o seu nome. Não me sai da cabeça essa imagem, essa consciência que está ali, palpável como o braço tombado para fora da cama, inútil como o outro braço esquecido sobre o abdômen. (LAGE, 2019, p. 20).

De acordo com a autora, em entrevista ao jornal *Estado de Minas*, a imagem dessa foto não saiu de sua cabeça e o romance começou a ganhar forma. Lage conta que conheceu pessoas que haviam participado da guerrilha na década de 1960, mas que não falavam no assunto. Ela sentia como se parte das histórias pessoais daqueles indivíduos tivessem sido abafadas e, juntamente com elas, a história do país:

No livro, um rapaz vai em busca da história da própria mãe, que ele não conheceu, e se depara com a história do país. “Achei que podia ser uma metáfora para esse patriarcado que tem de se deslocar um pouco. As histórias das mulheres foram surgindo, das guerrilheiras que foram silenciadas e que sofreram duplamente nas torturas, que eram muito xingadas pela condição de serem mulheres”. (LAGE, 2020, s/p).

Ainda segundo Seligmann-Silva, é importante se ter em mente que não existe, na verdade, a possibilidade de se separar os dois sentidos de testemunho ou de estabelecer uma relação de hierarquia entre eles:

Ao invés de reduzir o testemunho ao paradigma visual, falocêntrico e violento (que tende a uma espetacularização da dor), e sem esquecer testis a favor apenas de superstes, minha proposta é entender o testemunho na sua complexidade enquanto misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar: um elemento complementa o outro, mas eles relacionam-se também de modo conflituoso. O testemunho revela a linguagem e a lei como constructos dinâmicos, que carregam a marca de uma passagem constante, necessária e impossível entre o “real” e o simbólico, entre o “passado” e o “presente”. (SELIGMANN-SILVA, 2003, s/p).

No Brasil, a literatura de testemunho ou de teor testemunhal tem um caráter político e funciona como um local de resistência a discursos perpetrados pela historiografia oficial. Em entrevista concedida a Márcia Junges, *da Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, em “A literatura de testemunho e a afirmação da vida” (2010), Seligmann-Silva esclarece que a literatura de testemunho aparece “como um elemento importante no sistema literário e cultural” (JUNGES, 2010, s/p) no século XX, que se convencionou chamar de século das catástrofes históricas. De acordo com o pesquisador, no século em questão, marcado por guerras e ditaduras, a violência passou a ser reconhecida como um traço central da cultura e, portanto, da literatura também. Para ele, todo documento de cultura tem seu teor testemunhal, mas existem obras que são efetivamente classificadas como testemunho. A estas, podemos dar o nome de “literatura de testemunho”, no entanto, é preciso se levar em conta que não se trata de um conceito fechado. Para o autor, a literatura tem a capacidade de abrir nossos olhos para os conflitos sociais, políticos e psicológicos de cada época.

A questão do testemunho no Brasil perpassa tanto as questões que motivaram o debate na Europa quanto na América Latina, ainda que tenhamos, também em nossa literatura, características específicas advindas da nossa própria experiência. Somos um país que ousou construir uma história sobre os escombros de memórias traumáticas, em bases violentas: o genocídio indígena, a escravidão africana e as ditaduras são feridas que inflamaram e que ainda hoje produzem sintomas que assolam nosso tecido social.

De acordo com Seligmann-Silva, a essência do testemunho sempre esteve presente na nossa produção literária e por isso concordamos que já havia em nossa literatura um teor testemunhal, cujas obras nasceram de eventos-limite, ou os têm como tema. Assim, o pesquisador aponta que:

o testemunho deve ser compreendido tanto no sentido jurídico e de testemunho histórico — ao qual o *testimonio* tradicionalmente remete nos estudos literários — como também no sentido de “sobreviver”, de ter-se passado por um evento-limite, radical, passagem essa que foi também um “atravessar” a “morte”, que problematiza a relação entre a linguagem e o “real”. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 8).

Dessa forma, nossa base de reflexão leva em conta que a literatura sobre a ditadura no Brasil problematizou a questão da representação e da possibilidade *versus* a impossibilidade de se testemunhar, tanto sob o prisma psicológico quanto político. Nessa ótica, nos aproximamos do testemunho da *Shoah*, pois nele o real não se reduz e é pensado no sentido do sobrevivente, com toda a carga psíquica que a catástrofe produz.

Mas não se trata de eliminar as marcas do *testimonio* em nossa literatura, ou de priorizar a *Zeugnis*, nem de fazer o oposto, mas, antes, de compreender o teor testemunhal como base para qualquer literatura. Ainda de acordo com Seligmann-Silva, o testemunho permeia as mais diversas produções literárias:

Mas, o testemunho é um elemento constante da produção artístico-literária, cabe ao leitor percebê-lo e estudá-lo, seja na literatura latino-americana, seja em qualquer outra. Se é evidente que qualquer fato histórico mais intenso (indo de uma experiência de perseguição em um regime autoritário até à experiência em um gulag e em um campo de concentração) permite – e exige! – o registro testemunhal tanto no sentido jurídico como também no sentido de “sobrevivente”, por outro lado, é claro que na América Latina predominou uma leitura que não primou pela problematização da questão da representação e tendeu a ver o testemunho sobretudo na sua modalidade de denúncia e reportagem. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 8-9).

Entendemos que o testemunho é essencial para a construção de uma memória pós-catástrofe e a falta dele produz consequências infestas na memória coletiva dos povos que

o rejeitam. Seligmann-Silva reitera que “o testemunho, com todos seus conhecidos limites, buracos e impossibilidades, pode ser um caminho para esta volta do que foi e ainda é recalçado pelas nossas elites”. (2010, p. 18).

O que podemos depreender dos estudos do testemunho em *Shoah* e na América Latina é que cada um com sua urgência histórica se instaura como instrumento de resposta à barbárie. A intensidade do evento que o inspirou e o momento em que ele insurge determinam suas peculiaridades e singularidades. No Brasil não é diferente, mas a sublevação tardia deslocou para o centro da discussão a memória do trauma. O testemunho por aqui funciona como uma ponte entre o trauma individual e o trauma coletivo. Isso porque, aqui, a sociedade é também a testemunha que se calou – “mesmo a voz que soa não encontra ouvidos nesta sociedade ‘cordial’” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 16) – e apostou no silêncio como uma forma de reconstruir a história.

Assim, as obras literárias que fazem parte desta tese são também um manifesto de verdade e justiça ao mesmo tempo em que tratam de um trauma familiar.

4 A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA HISTÓRICA NO BRASIL: SOBRE TRAUMAS E SOBREVIVÊNCIAS

Neste capítulo, buscaremos estabelecer as relações entre o trauma das vítimas da ditadura civil-militar brasileira e suas formas estéticas de representação. Primeiramente, faremos um **mapeamento histórico-conceitual** do trauma, com base em Roudinesco (1998) e em Laplanche e Pontalis (1991). Em um segundo momento, propomos uma discussão sobre o trauma psíquico, especialmente a partir dos estudos de Sigmund Freud sobre as neuroses de guerra, provenientes da Primeira Guerra Mundial. Nessa perspectiva, o olhar e o agir desta pesquisa se direcionam à representação de traumas psíquicos produzidos por catástrofes históricas, de modo particular, pela violência de Estado da ditadura civil-militar brasileira. Em seguida, buscamos compreender o papel do testemunho como ponte entre o trauma individual e o trauma coletivo. Ademais, ao fazer uso dessas significações conceituais, entendemos que o trauma individual e o trauma coletivo integram-se no tecido social, confluindo-se no trauma histórico³². Em *K. Relato de uma busca* (KUCINSKI, 2014), a questão do totalitarismo institucional é colocada como causa para que os dramas pessoais não se transformem em tragédias coletivas. Nas palavras do autor: “O ‘totalitarismo institucional’ exige que a culpa [...] permaneça dentro de cada sobrevivente como drama pessoal e familiar e não como a tragédia coletiva que foi e continua sendo, meio século depois”. (KUCINSKI, 2014, p. 137).

Portanto, a hipótese do nosso estudo parte do princípio de que as graves violações dos direitos humanos, durante a ditadura civil-militar brasileira, estão diretamente relacionadas a outras graves violações de direitos na história do Brasil; e a falta de elaboração do passado traumático faz com que a barbárie se repita no decorrer da história, produzindo, a cada repetição, consequências ainda mais nefastas.

4.1 MAPEAMENTO HISTÓRICO-CONCEITUAL DO TRAUMA

Primeiramente, propomos uma leitura sobre a terminologia do trauma, a partir do *Vocabulário da Psicanálise* (1991), de Laplanche e Pontalis, e do *Dicionário de*

³² Trauma histórico (TH) é um trauma coletivo infligido a um grupo de pessoas que compartilham a vivência de um mesmo evento traumático, sendo esse ligado a um evento histórico.

psicanálise (1998), de Elisabeth Roudinesco e Michel Plon, a fim de apresentarmos o conjunto de conceitos elaborados sobre as neuroses de guerra.

A ideia de trauma foi importada das ciências médicas para o plano psíquico a fim de explicar a ideia de choque violento. Do grego, “*traûma, traumatos, traumatismos*”, que significa “ferida”, associando-se à noção de efração, corte profundo. Assim, o traumatismo estaria relacionado com as consequências, no conjunto do organismo, de uma lesão resultante de violência externa. Em outras palavras, a ferida produzida pelo trauma, de acordo com Laplanche e Pontalis (1998), produz uma efração, uma ferida aberta que permanece no psiquismo produzindo seus efeitos.

A psicanálise tomou emprestado alguns termos da traumatologia e essa transposição é importante para pensarmos nas consequências produzidas pelo trauma na psique. Se imaginarmos o que acontece com uma ferida aberta que não cicatriza e que assim permanece por anos, podemos, talvez, idealizar os sintomas que essa ferida potencialmente produz no psiquismo. O que somos capazes de imaginar é que a ruptura no trauma psíquico também deixa marcas permanentes.

O trauma não é o acontecimento violento em si, mas a forma como esse acontecimento incide sobre o psiquismo da vítima. Assim, o trauma psicológico é um tipo de dano emocional que se define pela sua intensidade, uma vez que ele excede as capacidades psíquicas do sujeito. Ou seja, pressupõe-se uma experiência de dor e sofrimento emocional ou físico e a incapacidade que o sujeito tem de reagir a essa experiência de forma adequada:

A noção de traumatismo remete primeiramente, como o próprio Freud apontou, para uma concepção econômica; ‘Chamamos assim a uma vivência que, no espaço de pouco tempo, traz um tal aumento de excitação à vida psíquica, que a sua [...] elaboração pelos meios normais e habituais fracassa, o que não pode deixar de acarretar perturbações duradouras no funcionamento energético. O afluxo de excitações é excessivo em relação à tolerância do aparelho psíquico, quer se trate de um só acontecimento muito violento (emoção forte) ou de uma acumulação de excitações cada uma das quais, tomada isoladamente, seria tolerável; [...] o aparelho não é capaz de descarregar a excitação. (LAPLANCHE; PONTALIS, 1991, p. 523).

Em outras palavras, o aparelho psíquico não dá conta do excesso e a descarga acontece através do sintoma, que pode ir desde a paralisia, o silêncio, a negatividade até a vivência da dor. Dessa forma, a experiência traumática permanece no psiquismo como um corpo estranho represado no inconsciente. Essa é uma fase dos estudos em que Freud,

em decorrência da Primeira Guerra Mundial, coloca as neuroses de acidentes e, especialmente, as neuroses de guerra em primeiro plano:

Do ponto de vista teórico, Além do princípio do prazer atesta este interesse. A definição econômica do traumatismo como efração é retomada e até leva Freud a aventar a hipótese de que um afluxo excessivo de excitação ponha de imediato fora de jogo o princípio de prazer³³, obrigando o aparelho psíquico a realizar uma tarefa mais urgente ‘além do princípio de prazer’, tarefa que consiste em ligar as excitações de forma a permitir ulteriormente a sua descarga. [...] De modo mais geral, o conjunto dos fenômenos clínicos em que Freud vê atuar esta compulsão põe em evidência que o princípio de prazer, para poder funcionar, exige a realização de determinadas condições, condições estas que o traumatismo vem abolir, na medida em que não é uma simples perturbação da economia libidinal, mas vem mais radicalmente ameaçar a integridade do sujeito. (LAPLANCHE; PONTALIS, 1991, p. 526).

Nesse ponto de sua obra, Freud compreende prazer como descarga (LAPLANCHE; PONTALIS, 1991); se existe um afluxo excessivo de excitação, produzido pelo trauma, ele tem que encontrar uma forma de descarga. Assim se dá o processo de formação de sintomas. Na vivência traumática isso se exacerba e a produção sintomática é mais intensa, o que pode impedir o investimento normal de energia (libido) nas coisas do mundo externo. Parte dessa energia fica represada, produzindo sintomas no corpo.

Em depoimento à CNV, Roseli Lacreta, presa e submetida à tortura em instalações da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, em 1971, fala como o sofrimento leva ao emudecimento:

Depois que eu saí, eu fiquei fechada, encerrada. Não queria saber de nada e nem de ninguém. [...] Eu tinha perdido a linguagem verbal. Fiquei fechada, fechada. Minha vida foi ali um ponto – parágrafo, até eu ver como eu iria começar minha vida, eu não sabia mais [...]. Acabam com a sua vida e aí você tem que ver como é que você vai refazer o seu eu [...]. A violência acaba com o ser humano. [...] A violência, ela impede, ela [...] interdita o movimento de crescer, então você regride, você fica todo encapsulado. (BRASIL, 2014, p. 427).

Na ficção, o pai de Júlia, em *O corpo interminável*, também emudeceu depois do desaparecimento da filha e o silêncio fez parte da vida do neto, por consequência: “Havia um avô e um menino, contei à Melina, esse menino cresceu imerso no silêncio do avô”. (LAGE, 2019, p. 25). Ainda que estimulado a se expressar, o senhor permanecia em

³³ “Princípio do prazer: Um dos dois princípios que, segundo Freud, regem o funcionamento mental: a atividade psíquica no seu conjunto tem por objetivo evitar o desprazer e proporcionar o prazer. É um princípio econômico na medida em que o desprazer está ligado ao aumento das quantidades de excitação e prazer à sua redução”. (LAPLANCHE; PONTALIS, 1991, p. 364).

silêncio: “O avô não falava, apesar das perguntas”. (LAGE, 2019, p. 38). Outra reação sintomática do trauma é o esquecimento. No romance de Lage, uma mulher, após sessões de tortura, não se lembra do próprio nome: “E aquela outra moça, dividíamos a cela, ela chegou sem lembrar o próprio nome, é possível isso, não saber como te chamam desde que nasceu, ela não sabia, os choques, as porradas fizeram esquecer” (LAGE, 2019, p. 112).

De acordo com Roudinesco (1998), a neurose de guerra não é em si uma entidade clínica. Trata-se de uma categoria de neurose traumática, definida em 1889 por Hermann Oppenheim, que a descreveu como “uma afecção orgânica consecutiva a um trauma real, provocando uma alteração física dos centros nervosos, por sua vez acompanhada por sintomas psíquicos: depressão, hipocondria, angústia, delírio etc.”. (apud ROUDINESCO, 1998, p. 537).

Assim, a ideia de neurose traumática teve início antes de Sigmund Freud a utilizar como categoria. Com o início da Primeira Guerra Mundial, a discussão sobre a origem do trauma foi reiniciada e o primeiro grande debate sobre o estatuto da neurose de guerra aconteceu em Viena, em 1920. Na ocasião, Freud foi convocado a compor uma comissão de inquérito, a fim de dar um parecer sobre um tratamento utilizado pelo psiquiatra Wagner-Jauregg, à base de eletricidade, para cuidar de soldados afetados por neurose de guerra. Em seu parecer, Freud, sem atacar o psiquiatra, criticou violentamente o método elétrico e a ética médica de todos aqueles que a utilizavam. A resposta dada por Freud sela o dever de um médico, mesmo estando este diante de um estado bélico, que “sempre e em toda parte, é se colocar a serviço do doente, e não de qualquer poder estatal ou bélico” (apud ROUDINESCO, 1998, p. 537). Nesse sentido, ao se dedicar à neurose de guerra, Freud se abre para uma nova concepção de neurose, conforme narra Elisabeth Roudinesco:

a ideia de trauma foi então transposta do domínio físico e orgânico para o plano psíquico, a fim de se abrir para uma nova concepção da neurose, inicialmente fundamentada na teoria da sedução e, mais tarde, na do conflito defensivo. Assim, a neurose tornou-se uma afecção puramente psíquica [...]. (ROUDINESCO, 1998, p. 537).

Foi a partir dos estudos freudianos da neurose de guerra que a psicanálise começou a ganhar espaço nos países ocidentais. De acordo com Roudinesco, historicamente, a questão da neurose de guerra é tão antiga quanto a guerra em si:

A ideia de que as sangrentas tragédias da história possam induzir em sujeitos “normais” modificações da alma ou do comportamento remonta à noite dos tempos. Todos os trabalhos do século XX sobre os traumas ligados à guerra, à tortura, à prisão ou às situações extremas confirmam a formulação freudiana: esses traumas são, a um só tempo, específicos de uma dada situação e reveladores, em cada indivíduo, de uma história que lhe é peculiar. (ROUDINESCO, 1998, p. 537-538).

Assim, o debate sobre as neuroses de guerra, evidentemente ligadas a acontecimentos violentos, nos ajuda a entender o impacto do trauma na vida daqueles envolvidos direta e indiretamente em situações em que os direitos humanos são atacados. Essa citação de Roudinesco corrobora nossa tese de que os eventos históricos ligados a situações de extrema violência produzem, nas sociedades em que esses eventos estão inseridos, um tipo de trauma que, para além do plano individual, produz efeitos no plano coletivo. Dessa forma, o testemunho revela as dores de um indivíduo, de pessoas a sua volta e de um tempo determinado. Além disso, permite que processos individuais de identificação e elaboração atuem na transformação do imaginário social a ele associado. Embora as histórias não sejam as mesmas nos episódios de tortura e desaparecimento forçado de pessoas durante a ditadura civil-militar, as memórias se entrecruzam e revelam a violência do regime ditatorial vigente naquela época.

4.2 TESTEMUNHO COMO PONTE ENTRE O TRAUMA INDIVIDUAL E O TRAUMA COLETIVO

Este texto se propõe a analisar as contribuições do testemunho e da literatura para a inscrição do desaparecimento forçado de pessoas na memória coletiva do Brasil. Esse desaparecimento forçado, além de constituir uma grave violação de direitos humanos, é um crime contra a humanidade. Desse modo, buscamos compreender como histórias de vida ligadas a episódios dessa natureza, com requintes de extrema violência, afetaram a vida dos familiares desses indivíduos vitimados. Nessa perspectiva, os casos analisados fazem parte do contexto de exceção que fez desaparecer pessoas em decorrência da ação violenta do governo ditatorial brasileiro que atuou de 1964 a 1985.

À medida que os casos forem narrados, ficarão explícitas as estratégias utilizadas pela repressão, contendo em seu repertório outros crimes contra a humanidade como a tortura e as execuções.

O fato de as histórias da geração de filhos, irmãos e outros familiares diretamente relacionados com as vítimas serem uma mescla de narrativas factuais e reais conecta-se

a um dos objetivos principais desta tese, que é o de partir de histórias individuais para tentar analisar os traumas coletivos que estruturam nossa sociedade. Nesse caso, a literatura serve como um elo para a compreensão de traumas sociais coletivos. Assim, em consonância ao prefácio de Felman (2014) escrito por Seligmann-Silva, e fazendo as adaptações necessárias à história do Brasil, podemos dizer que dramas pessoais e literários explicitam o elemento traumático do inconsciente nacional. À vista disso, a literatura atua como uma via de acesso aos traumas sociais, funcionando como uma lente que aproxima a sociedade das suas maiores chagas. Por isso, seu papel não é somente simbólico, pois, ao contrário do sistema jurídico brasileiro, a literatura abre-se para vozes silenciadas e presta um testemunho das injustiças. De acordo com o autor, na teoria literária, o conceito de testemunho desempenha um papel central para se entender o processo histórico, com sua violência estrutural (SELIGMANN-SILVA, 2014).

Na psicanálise, o testemunho tem uma relação direta com a associação livre³⁴, pois a vivência traumática relatada é revisitada com sua carga emocional mantida intacta. Portanto o trauma é revivido emocionalmente durante o relato. Na transferência, durante a análise, as vivências da vítima também são revividas no tempo presente. Por isso a carga emocional do relato é tão intensa. Através do testemunho ocorre uma revisitação da cena traumática carregada da mesma energia psíquica experienciada na vivência traumática, portanto uma repetição.

Em entrevista concedida à professora Márcia Tiburi, no ano de 2010 e publicada na *Revista Trama Interdisciplinar* no primeiro semestre de 2011, Márcio Seligmann-Silva discorre sobre o conceito de testemunho e sua relação com as catástrofes do século XX e com a conseqüente experiência traumática. Para ele, a Segunda Guerra Mundial, as guerras de independência na Ásia e na África, assim como os embates gerados pela Guerra Fria, como a guerra do Vietnã, e as ditaduras latino-americanas, geraram uma necessidade de testemunho, seja como denúncia, ou como processamento do trauma. De acordo com o professor: “A escrita é um modo de se processar a violência” (SELIGMANN-SILVA, 2011, s/p). Nessa esteira, as palavras de Primo Levi, em *Assim foi Auschwitz* (2015), sobrevivente de um dos mais emblemáticos campos de concentração nazistas, atestam a importância do testemunho por meio da escrita: “à nossa

³⁴ A livre associação foi um método utilizado por Freud, em substituição à hipnose, que consistia em deitar o paciente no divã e encorajá-lo a dizer o que viesse à sua mente, inclusive os sonhos. Com a associação livre aumentariam as chances de acessar o inconsciente do paciente na terapia clínica.

geração coube a sorte pouco invejável de viver acontecimentos carregados de história” (LEVI; BENEDETTI, 2015, p. 148).

Essa abordagem faz com que os estudos do testemunho se relacionem diretamente com os estudos do trauma. De acordo com o autor, essa teoria desenvolve um forte diálogo com a psicanálise ao pensar a zona fantasmática do real em seu entrelaçamento com o simbólico e o imaginário. Em “Repensando el campo literario a partir del testimonio” (2011), Seligmann-Silva afirma que o testemunho tem chamado atenção dos estudiosos através de diversos campos de conhecimento, entre eles a teologia, os estudos jurídicos, a etnologia, a filosofia, a psicologia e os estudos literários. Neste último caso, o conceito de testemunho serve para repensar o próprio estatuto literário, as fronteiras entre a ficção e o factual, a relação entre literatura e ética, entre outras questões. No campo da psicologia, a psicanálise aborda o testemunho sob o ponto de vista do comportamento e da narrativa da situação traumática.

Na relação entre testemunho e psicanálise, o real não deve ser confundido com realidade; o real que interessa é aquele que pode ser compreendido na chave freudiana do trauma e, nesse caso, o que vale é a realidade psíquica. Veremos, mais adiante, que o real não é o fato traumático em si, mas aquilo que na vivência traumática escapa à compreensão e vai além do observável, do compreensível, do que é passível de ser dito. O real está naquilo que não se consegue dizer sobre. Pode ser exemplificado também com a cena traumática que nunca termina e é sempre revivida no aqui e agora com a mesma intensidade.

Em depoimento à CNV, Cristina Moraes de Almeida, que não era militante nem tinha engajamento político, foi torturada por ser amiga de militantes políticos. Em seu testemunho, ela deu ênfase à persistência dos eventos em sua memória:

Ainda está latente! Eu quero esquecer [...], mas eu te pergunto, qual é o profissional, na psicologia, que vai apagar essas marcas? Não tem! Não tem! [...] É que tem muitos detalhes, está tudo vivo, eu queria ter tido uma amnésia [...] para eu sair e ir adiante, eu não consigo! [...] Está tudo vivo na minha memória [...], como se fosse ontem! (BRASIL, 2014, p. 389).

Da mesma forma, a ex-presidenta Dilma Rousseff contou sobre essas sequelas, que acompanham os sobreviventes pelo resto de suas vidas:

Acho que nenhum de nós consegue explicar a sequela: a gente sempre vai ser diferente. No caso específico da época, acho que ajudou o fato de sermos mais novos, agora, ser mais novo tem uma desvantagem: o impacto é muito grande. Mesmo que a gente consiga suportar a vida melhor quando se é jovem,

fisicamente, mas a médio prazo, o efeito na gente é maior por sermos mais jovens. [...] Fiquei presa três anos. O estresse é feroz, inimaginável. Descobri, pela primeira vez que estava sozinha. Encarei a morte e a solidão. Lembro-me do medo quando minha pele tremeu. Tem um lado que marca a gente o resto da vida. Quando eu tinha hemorragia, na primeira vez foi na Oban, pegaram um cara que disseram ser do Corpo de Bombeiros. Foi uma hemorragia de útero. Me deram uma injeção e disseram para não me bater naquele dia. Em Minas Gerais, quando comecei a ter hemorragia, chamaram alguém que me deu comprimido e depois injeção. Mas me davam choque elétrico e depois paravam. Acho que tem registros disso até o final da minha prisão, pois fiz um tratamento no Hospital de Clínicas. As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim. (BRASIL, 2014, p. 387).

Dilma Rousseff não foi a única presa política que relata ter sofrido uma hemorragia como consequência física ou psicológica da tortura. É importante ter em mente que as cicatrizes psicológicas podem ser mais profundas que as físicas. Não fica claro no depoimento da ex-presidenta se as hemorragias aconteceram logo após as sessões de tortura ou não. Contudo, há relatos de outras mulheres que explicam que a presença do torturador, sua voz, ou algo que fizesse com que se lembrassem da tortura já era o suficiente para o corpo reagir, desencadeando hemorragias ou outros efeitos psicossomáticos. Antônio Pinheiro Salles, em depoimento à CNV, narra uma tortura psicológica experimentada por Maildes Cresque, com quem ele esteve preso:

Esta moça, por exemplo, ficou também muito tempo nua, sendo arrastada, vítima de chacotas de todas as maneiras, vítima de estupro, de tudo que se possa imaginar numa situação daquelas. E eu não me esqueço de que havia um determinado torturador, entre vários outros, Nilo Oliveira, é nome verdadeiro dele, que usava o nome falso de Cipreste. [...] E a Maildes disse várias vezes algum tempo depois “Eu não posso escutar os passos do Nilo”. Quando ela estava no chão, lá no corredor, que ouvia os passos dele, [...] ela dizia que todas às vezes que ouvia os passos do Nilo Oliveira, todas as vezes ela colocava sangue pela vagina. Ela ficava menstruada quando ouvia os passos do Nilo Oliveira. [...] E a gente ouvia o nome de guerra deles. “Fulano, major, doutor, faça isto aí, arrebeta com este filho da puta.” Depois aquelas vozes ficavam muito gravadas para nós. (BRASIL, 2014, p. 377-378).

Na ficção, em *K. Relato de uma busca* (2014), a personagem Jesuína, empregada da Casa da Morte, conta para a terapeuta sobre as sequelas de sua história de vida. Muito daquilo que lhe acomete é resultado dos serviços sujos prestados à ditadura:

“Tem uma coisa que eu não falei; quando fico nervosa eu sangro, como se estivesse naqueles dias... basta o chefe dar uma bronca, ou alguém levantar a voz ou eu ficar nervosa por algum motivo, eu sangro, é mais por isso que eles não me aguentam. Antes de entrar na firma eu já sangrava de vez em quando, mas piorou, antes era só quando eu ficava com muito medo mesmo, quando me apavorava; agora, qualquer coisinha eu já sangro. Ando o tempo todo precavida, como se estivesse naqueles dias”. (KUCINSKI, 2014, p. 122).

Esse processo, de uma violência extrema, deixa sempre as suas marcas, que podem se manifestar imediatamente ou de forma tardia. De acordo com Alfredo Martin, em “As sequelas psicológicas da tortura” (2005), entre as mais frequentes estão:

os problemas identitários, os processos dissociativos graves, os comportamentos regressivos, os lutos não elaborados, a angústia crônica, a ansiedade e a depressão, a insônia persistente, os pesadelos, a repetição, os transtornos neuróticos ou psicóticos, as alterações dos hábitos alimentares, sexuais, etc., associadas à alta irritabilidade, com crises de clausura mais ou menos graves, os sentimentos de culpabilidade e de vergonha, de perseguição e de dano permanente, a incapacidade de trabalho e perda profissional, o isolamento, os transtornos da memória, da percepção e da atenção (estado de alerta permanente), as dificuldades relacionais com o casal, a família, etc. (MARTÍN, 2005, p. 438).

Um caso de sequela da tortura que gerou na vítima processos dissociativos graves e crise identitária foi relatado por Antonio Carlos Fon, em *Tortura: a história da repressão política no Brasil* (1979). Depois de sessões intensas de tortura, um pintor passou a se comportar como um macaco:

Dramático era a situação do pintor Suzuki. Depois de quinze dias sendo torturado e vendo outros homens serem torturados, Suzuki chegou à conclusão de que a humanidade havia regredido e que éramos todos animais. Nos dias seguintes enlouqueceu e passou a agir como se fosse um macaco. Ficava nu, pendurado nas grades da cela e se recusava a comer outra coisa que não fosse amendoim ou bananas. Os agentes do CODI-DOI achavam isto muito engraçado e costumavam se reunir diante de sua cela, como em frente de uma jaula do zoológico, para jogar-lhe amendoim a pipoca, que Suzuki tentava apanhar com a boca. (FON, 1979, p. 13).

O autor chama atenção para o caráter permanente do choque em situações como a do Brasil, por exemplo, em que o trauma é acumulativo e não há elaboração no âmbito coletivo. Ele chama de “re-traumatização” essa espécie de reativação das situações traumáticas vividas na tortura devido a fatores socio-históricos. No caso da ditadura civil-militar brasileira, essa re-traumatização tem relação com a impunidade dos torturadores, com a Lei de Anistia e com a negação do reconhecimento social e jurídico dos danos sofridos tanto pelas vítimas como pela sociedade.

Dessa forma, a construção coletiva de testemunhos das vítimas de violência de Estado ultrapassa apenas a necessidade de um lugar de registro. À medida que as experiências traumáticas são compartilhadas, as circunstâncias que produziram o trauma são reveladas e dão a real dimensão da vivência. Os testemunhos, por exemplo, narrados para a CNV, trouxeram à tona, através de muitas vozes, um questionamento da história oficial que não mais podia ficar silenciado. O cruzamento das experiências vividas fez

com que as vítimas se sentissem pertencentes a um grupo e com que suas memórias fossem validadas. Por isso, o testemunho é essencial para o trabalho com o traumatizado, para que ele saia da posição de mera sobrevivência para a de vivência efetiva. Quando isso é possível, a cena traumática pode ser ressignificada.

Para que possamos compreender de que forma a vivência de uma experiência dolorosa se reflete na vida da vítima como trauma, é importante trazermos uma revisão teórica em torno do assunto.

Inicialmente, a psicanálise se ocupou do trauma individual, a partir do estudo da histeria. No entanto, com o mundo mergulhado na Primeira Grande Guerra Mundial, conforme apontamos anteriormente, Freud atentou-se para o trauma coletivo, analisando-o como experiência individual oriunda de um Estado opressor, que deixa marcas em todos os membros de uma comunidade.

O trauma está relacionado a uma ausência de reação. Nessa situação, os choques emocionais agressivos são intoleráveis e não permitem qualquer tipo de resposta por parte do sujeito, havendo uma tendência de que essas reações se aloquem no inconsciente, ou seja, que não fiquem acessíveis à memória. É dessa forma que acontece o processo de recalçamento das memórias traumáticas. Pela dificuldade de se suportar o excesso de energia pulsional, de tensão que a experiência traumática libera, a defesa do psiquismo age produzindo o mecanismo de recalçamento dos afetos, o que causa, num primeiro momento, a ausência de reação.

Efetivamente, o inconsciente freudiano se define pelo conceito de recalçamento, conforme o próprio Freud aponta: “A teoria da repressão é a pedra angular sobre a qual repousa toda a estrutura da psicanálise”. (FREUD, 1974 [1914], p. 10).

Há, no aparelho psíquico, instâncias que censuram os traços daquelas memórias que provocaram dor e os alocam no campo inconsciente da psique. É a essa operação, por meio da qual o sujeito procura repelir ou manter no inconsciente as representações ligadas ao trauma, que damos o nome de recalque ou repressão. A repressão é uma forma de proteção do aparelho psíquico, um mecanismo de defesa que aprisiona a experiência traumática. Em outras palavras, a repressão retém um *quantum* excessivo de carga psíquica vinda do mundo externo, produzida pelo trauma, que perturba o funcionamento do aparelho psíquico. Assim, pelos mecanismos repressivos, produz-se uma tentativa de estabelecer a ordem do aparelho psíquico. Porém, lembramos, esse excesso permanece no inconsciente, eventualmente dando sinais de sua presença.

O recalque/repressão é o processo através do qual se exclui da consciência as memórias ligadas ao desprazer, ou seja, toda e qualquer memória traumática que viole o princípio do prazer, o qual, de acordo com Freud, em “Além do princípio do prazer” (1976 [1920]), rege o funcionamento mental e tem por objetivo evitar o desgosto e sentimentos negativos em geral, e proporcionar o prazer. No entanto, há situações em que não há mais possibilidade de evitar que o aparelho psíquico seja inundado com grandes quantidades de estímulos oriundos do trauma. Dessa forma, há um esforço frustrado do aparelho psíquico em evitar que essas memórias de dor e sofrimento rompam a barreira do inconsciente. Conforme explica Freud:

Descrevemos como ‘traumáticas’ quaisquer excitações provindas de fora que sejam suficientemente poderosas para atravessar o escudo protetor. [...] Um acontecimento como um trauma externo está destinado a provocar um distúrbio em grande escala no funcionamento da energia do organismo e a colocar em movimento todas as medidas defensivas possíveis. Ao mesmo tempo, o princípio de prazer é momentaneamente posto fora de ação. Não há mais possibilidade de impedir que o aparelho mental seja inundado com grandes quantidades de estímulos; em vez disso, outro problema surge, o problema de dominar as quantidades de estímulo que irromperam, e de vinculá-las no sentido psíquico, a fim de que delas se possa então desvencilhar (FREUD, 1976 [1920], p. 19).

Conforme descrevemos anteriormente, Bernardo Kucinski (2014), em sua obra, trata da história familiar quarenta anos depois do desaparecimento da irmã, sendo o autor também um sobrevivente. Juntamente com a história de Ana Rosa, a filha desaparecida de K., vão emergindo outras histórias que comportam vivências traumáticas. Nesse sentido, podemos apresentar pelo menos três situações em que elas aparecem de forma contundente.

A primeira é a própria narrativa, uma vez que o autor resolve contar a história familiar em forma de uma narrativa ficcional. Kucinski também é um sobrevivente da ditadura. Formado em física pela Universidade São Paulo (USP), foi militante estudantil, preso e exilado. Ele mudou-se para a Inglaterra após participar do mapeamento da tortura no Brasil, em duas reportagens publicadas na revista *Veja*.

No capítulo “Carta a uma amiga”, a filha desaparecida de K., escreve a uma amiga com quem trabalhou no Instituto de Química da USP. Nessa carta ela fala sobre o irmão, Bernardo, o autor:

Você tem notícias do teu irmão? O meu há um ano não fala comigo. Não sei o que se passa com ele. Esse pessoal que foi para o Kibutz e voltou parece muito perturbado. O meu irmão agora que vestiu a camiseta de jornalista se acha o máximo, e que isso basta para proteger. Ainda bem que ele vai para a Inglaterra

daqui a alguns meses. Estou torcendo para que vá logo. Tenho o pressentimento de que as coisas aqui vão piorar muito. (KUCINSKI, 2014, p. 48).

Bernardo ficou na Inglaterra entre 1971 e 1974. De volta ao Brasil em 1974, no ano de desaparecimento da irmã, ele atuou como jornalista em veículos de comunicação importantes, como *BBC*, *Gazeta Mercantil*, *The Guardian*, entre outros. Mais tarde, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu o cargo de assessor especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Desde seu retorno ao Brasil, a primeira vez em que falou sobre a ditadura foi na ocasião em que escreveu o romance que se desenrola em torno do desaparecimento da irmã.

Esse tempo em que Bernardo permaneceu em silêncio foi o período em que a memória traumática esteve alocada no subconsciente. O silêncio diante de uma vivência traumática mostra que ela está ativa dentro da vítima, em forma de sofrimento.

A segunda situação em que as memórias traumáticas recalçadas emergem quando revividas é através da história de K., pai da personagem desaparecida, Ana Rosa. K. não contava sobre seu passado aos filhos, mas o sumiço da filha o fez reviver um passado que ele tentou deixar para trás. K. fazia parte do Partido dos “Trabalhadores de Sion”, *Poalei Tzion*, partido sionista de orientação marxista. Ele tinha trinta anos quando foi acusado de subversão pela polícia polaca. Na ocasião, foi obrigado a emigrar, deixando mulher e filho, que só se juntariam a ele no Brasil um ano depois. Em um paralelo entre testemunho e ficção, e considerando que o autor do romance narra a história da irmã desaparecida, entendemos que, assim como Bernardo, que foi um sobrevivente de um Estado de exceção, K. também sobreviveu. As histórias são recontadas e de alguma forma repetidas, do inconsciente para vida. K., em sua natureza, deixa viva sua experiência com a esquerda e seu trauma se repete posteriormente com seus filhos. Tanto Bernardo quanto K. tiveram que suportar o mesmo infortúnio: ambos perderam suas irmãs no movimento de resistência. A perda e a culpa pela sobrevivência, o peso de ter sobrevivido à tragédia, potencializam a experiência traumática e o sofrimento permanente e silenciado. Ana Rosa foi torturada, exterminada e teve o corpo forçadamente desaparecido pela ditadura civil-militar brasileira; Guita, por sua vez, irmã de K., foi presa num comício do partido *Poalei Tzion* e morreu tuberculosa no frio da prisão.

Portanto, partimos da premissa de que o trauma pode ser transmissível através das relações de introjeção e de identificação com as histórias contadas aos filhos por seus pais, processos que marcam essa herança de emoção.

De acordo com Freud:

podemos presumir com segurança que nenhuma geração pode ocultar, à geração que a sucede, nada de seus processos mentais mais importantes, pois a psicanálise nos mostrou que todos possuem, na atividade mental inconsciente, um apparatus que os capacita a interpretar as reações de outras pessoas, isto é, a desfazer as deformações que os outros impuseram à expressão de seus próprios sentimentos. Uma tal compreensão inconsciente de todos os costumes, cerimônias e dogmas que restaram da relação original com o pai pode ter possibilitado às gerações posteriores receberem sua herança de emoção. (FREUD, 1974 [1913], p. 113).

K. se surpreende ao descobrir a militância política da filha, embora já fosse uma espécie de tradição familiar. No Brasil, ele esteve ligado ao mesmo partido sionista de esquerda que ajudou a fundar na Polônia, aquele que havia motivado sua prisão e a de sua irmã, Guita. O que podemos constatar é que a militância de K. se repete sem ser dita, ela é impulsionada pela força do inconsciente. Em outras palavras, a militância não dita do pai escapa, aparece de maneira inconsciente e é revivida por introjeção e identificação. Pequenos traços dela permanecem com o pai e são captados em seu comportamento pela filha e pelo filho, autor da obra.

Nessa esteira, em depoimento à CNV, Denise Peres Crispim conta que, ao longo da vida, transmitiu para os filhos sua vulnerabilidade.

Aquele horror que você vê [...] entra na tua vida, nunca mais você vai sair e isso é uma coisa que te limita em tantas outras coisas [...] Sobreviver com todo aquele fantasma em cima. Um fantasma que é hoje um fantasma, mas na época era um inferno. Um fantasma de um inferno que te mantém constante. Você não esquece. Essa condição que te limita nas relações com as pessoas [...]. A outra coisa é que você transmite depois para os próprios filhos. Eu transmiti para minha filha, involuntariamente, uma mesma condição de precariedade [...] Eu sempre tive uma condição de precariedade [...] Eu repeti com minha filha exatamente aquilo que aconteceu comigo. (BRASIL, 2014, p. 428).

Isso acontece porque, muitas vezes, captamos o material inconsciente de pessoas significativas em nossa vida sem nos darmos conta do que estamos fazendo. São traços, gestos, ideias, falas. O fator inconsciente se dá quando não percebemos nossas ações e reações, ainda que estejam ocorrendo.

O desaparecimento da filha fez com que memórias do passado de K. viessem à tona. No momento em que procurou a delegacia para prestar queixa do sumiço da filha, velhos hábitos de militante fizeram com que K. fosse mais cuidadoso em seus questionamentos: “Não quis se abrir com o delegado, apenas insinuou. Por isso também não lhe deu o endereço da Padre Chico, deu o seu como sendo o dela e o da loja como se

fosse o seu. Sem perceber, K. retomava hábitos adormecidos da juventude conspiratória na Polônia”. (KUCINSKI, 2014, p. 18).

Outro princípio de militância foi acionado por K. como forma de proteger a filha e a família de possíveis retaliações ou vinganças. A depender do que dissesse, poderia estar ajudando mais as forças de repressão do que auxiliando de fato na busca pela filha desaparecida:

K. passou a contabilizar a duração da ausência da filha, outro preceito dos tempos da juventude. E não passava dia sem que tentasse algo pela filha. Já não fazia outra coisa. Para dormir, passou a tomar soporíferos. Quando se completaram vinte e cinco dias, reuniu coragem e foi ao Instituto Médico Legal. Falou da inexplicável ausência da filha, sem mencionar política. Mostrou sua foto de formatura, solene. Depois mostrou outra, diferente, ela magra e de olhar sofrido. (KUCINSKI, 2014, p. 19).

K. era uma pessoa influente no Brasil, tinha amigos importantes na comunidade judaica e, por isso, a história da filha desaparecida ganhou proporções consideráveis para o silêncio imposto como condição pelo governo na época. Em função dessa influência, ele foi recebido no Clube Militar por um general a pedido do dirigente da comunidade judaica do Rio de Janeiro. Ao chegar no local, à medida que subia as escadas com degraus de mármore brancos talhados em forma de pétalas, observava a imponência da construção no estilo neoclássico, que o fez se lembrar de outra escadaria em Varsóvia, igualmente em mármore e com o mesmo estilo arquitetônico. Nesse caso, as escadas e o prédio imponente também foram responsáveis por desencadear um processo de lembrança traumática, funcionando como um gatilho. As escadas de Varsóvia levavam K. em busca de informações sobre o paradeiro de sua irmã Guita e as escadas do Clube Militar, em busca de informações sobre o desaparecimento da filha. As memórias traumáticas que K. pensava estarem esquecidas retornam à consciência: “Alarmou-me a emergência da lembrança, que julgava soterrada nos escombros da memória”. (KUCINSKI, 2014, p. 36). O desencadeamento de imagens foi, então, inevitável:

A imagem repentina de Guita puxou a do delegado que o expulsara do topo da escadaria de Varsóvia aos gritos de que sua irmã nunca fora presa, de que teria fugido para Berlim, isso sim, com algum amante. Ainda pensava em Guita quando chegou ao general que o recebeu com maus modos. Mandou-o sentar com rispidez. Reclamou que ele estava espalhando na comunidade judaica acusações pesadas e sem fundamento contra os militares. E se sua filha fugiu com algum amante para Buenos Aires? O senhor já pensou nisso? (KUCINSKI, 2014, p. 37).

Notamos, portanto, como o processo de rememoração foi desencadeado pela (re)vivência de uma situação semelhante. Na busca de entendimento desse processo, K. se vê na seguinte posição: é como se ele tivesse aberto seu “baú de memórias” e constatado que nem mesmo o esquecimento foi capaz de livrá-lo das memórias que insistem em retornar, dessa vez em *acting out*³⁵. O ambiente e a situação se constituem como inscrições de momento em que ele experimenta a mesma dor, em que as sensações se entrelaçam e a história volta para cobrar elaboração.

Existem ainda outras formas de o conteúdo recalcado acessar a consciência sem que a lembrança alcance uma completa representação. Entre essas manifestações inconscientes que provocam a repetição estão as transferências, os atos falhos, os chistes e os sonhos. Os chistes, os atos falhos e os sonhos são formações do inconsciente, a maneira que o material tem de alcançar a consciência.

Antes de passarmos à terceira situação traumática que envolve a família de K., gostaríamos de compartilhar um texto de uma mulher, com apenas 19 na época em que fora torturada, que testemunhou à CNV sob sigilo e optou por escrever o que isso significou para ela. A escrita é carregada de culpa e o silêncio corrompe a vítima, que tentou colocar em palavras o que não teve coragem de falar. De acordo com Jaime Ginzburg, citando Gustavo Garcia: “Sem identidade segura, a voz de enunciação faz da narração a busca de um sentido que não foi antecipadamente definido. Trata-se de um discurso instável, híbrido, em que os conflitos sociais são incorporados aos fundamentos expressivos”. (GARCÍA apud GINZBURG, 2015).

A testemunha em questão entregou um companheiro quando esteve sob tortura e desde então revive essa experiência traumática:

Na esperança de poder apaziguar as dores de minha alma e unindo-me a todos aqueles que em todos os tempos e lugares de nosso velho planeta vivenciaram as experiências dolorosas da crueldade humana, começo este relato. Embora enriquecida por tantas experiências de solidariedade naqueles meses de prisão, sentia-me aniquilada. Saí de lá não como heroína, não como vencedora, mas destruída em seu orgulho, em sua dignidade, em sua honra. Não só pela violência sofrida, mas pelo sentimento de culpa que me invadia a alma. Sentia-me responsável pelo sofrimento e pela dor daquele que, embora sob coação, tinha levado à prisão. [...] Alguns anos depois soube que ele ficara dois meses na prisão. E que já estava em liberdade, o que muito me alegrou. Pensei tantas vezes em procurá-lo. Em dizer-lhe sobre as circunstâncias em que cometi aquele ato, que mesmo sob coação sentia como desonroso. Falar-lhe sobre a ameaça de estupro: a bruta e cruel “escolha de Sofia” a que me vi submetida. Mas todas as vezes em que tomava a decisão de procurá-lo, era acometida pelo

³⁵ *Acting out*: ações que apresentam, quase sempre, um caráter impulsivo; o aparecimento do *acting out* é a marca da emergência do recalcado. (LAPLANCHE; PONTALIS, 1991).

pânico. Iria ele me compreender? Teria eu o seu perdão? Essa tristeza me acompanhava. [...] Em nossa sociedade, a ruptura com esse código de honra, mesmo que sob coação, se expressa em palavras como “traição”, “delação” e outras mais. Carregam consigo uma acusação e um estigma. Podemos ouvir na fala de muitos daqueles que passaram pela experiência de prisão e tortura, referindo-se a si mesmos, expressões como “resisti”, “não delatei”, “não entreguei ninguém”. Ou, referindo-se a outros, expressões do tipo: “ele não abriu nada”. Todas ditas com muito orgulho, são expressões elogiosas. Expressões que se, por um lado, traduzem o sentimento de orgulho e honra daqueles que as dizem, carregam também consigo, implicitamente, mesmo que sutilmente, uma acusação dolorosa aos que, por alguma razão, não resistiram. Talvez não compreendam sua dor. (BRASIL, 2014, p. 415).

A debilidade da pessoa torturada diante da violência, sobretudo quando, sob ameaça, entrega um companheiro, foi uma das causas do trauma, desencadeada pela culpa. Nesse caso, o delatado sobreviveu, mas há casos em que isso não aconteceu. Em *O corpo interminável* (LAGE, 2019), uma das narrativas que atravessam a obra trata justamente de um caso semelhante a esse, mas com desfecho diferente.

Uma mulher grávida, que vivia com o companheiro na clandestinidade, recebeu a tarefa de se encontrar com algumas pessoas aliadas e entregar o endereço de um ponto em que se reuniriam. De acordo com a organização, seria uma ação de pouco risco, já que ela e o companheiro não estavam sendo seguidos. No entanto, mesmo grávida, ela foi impedida de sair pelo companheiro, com requintes de violência. Diante disso, ela falha na missão e os indivíduos com quem deveria se encontrar são pegos e entregues à repressão para serem torturados; um é morto. Assim, a mulher narra:

irredutível, explico pela milésima vez que já estava marcado, não há como desmarcar, avisar as pessoas, estão todos comprometidos, cada um precisa fazer a sua parte, mesmo que pequena, se não desmorona tudo, a estrutura já está fragilizada, pessoas podem ser presas, mortas, preciso dizer isso... (LAGE, 2019, p. 85).

Diante de sua ausência no encontro, fator que culminou na morte de um companheiro e na prisão de outros, um amigo a procura no referido ponto e, ao vê-la presa, entende a situação. A mulher reflete acerca do ocorrido:

o que nos resta agora, pergunto, a ação foi um fracasso, meu amigo me conta. Três companheiros me esperaram até a noite, sem saber para onde ir, a minha tarefa era simplesmente levar um endereço, você não deixou, me esperaram além da conta, deviam ter ido logo embora, meu amigo disse, ficaram, levantaram suspeitas, foram abordados, um reagiu, morreu ali mesmo na rua, no jornal diz que foi assalto, os outros dois sumiram, ainda não temos notícia. (LAGE, 2019, p. 89).

Ambos choram as consequências daquela suposta “proteção forçada” que culminou na perda de mais companheiros para a repressão:

meu amigo soluça um pranto que te assusta, [...] que te paralisa. [...] nossos amigos estão morrendo, é o que o grunhido diz, eu não suporto, tanta gente destruída, e agora, nesse instante mesmo, tem pessoas na tortura porque eu não apareci, não estava lá. eu olho você, sei que se sente responsável, se pergunta se não exagerou, agora é tarde, digo, como se você tivesse falado, como se não fosse só pensamento, não podemos fazer nada, eu e meu amigo enroscados, você imóvel no chão, emitimos também esse som gutural de bicho imobilizado, abatido por uma fera gigantesca. (LAGE, 2019, p. 91).

Assim como no caso da testemunha que escreveu a carta para CNV, na ficção, a mulher que não compareceu ao ponto não o fez propositadamente. Mas, independentemente das razões, a culpa acaba por acompanhar essas pessoas por toda a vida.

Voltando a ficção, em *K. Relato de uma busca* (2014), a terceira situação envolve a história familiar da mulher de K. Quando engravidou da filha, depois de ter dado à luz dois filhos homens, já era uma mulher triste. Sua família, como a maioria dos judeus de Wloclawek, havia sido dizimada: “Todos. Os pais, os irmãos, os tios e sobrinhos. Por isso, as cartas pararam de chegar logo nos primeiros dias da invasão alemã, e não por causa dos bloqueios da guerra”. (KUCINSKI, 2014, p. 39-40).

Logo depois de saber da notícia sobre o que havia acontecido a sua família, a mulher de K. desenvolveu um câncer de mama e uma depressão profunda:

Desde que perdera o seio direito, na extração de um câncer da mama, a mãe quase não saía. Antes, visitava as amigas com frequência, orgulhosa de seu porte elegante, seu rosto moreno, harmonioso, de nariz aquilino bem talhado, e seus cabelos negros ondulados. (KUCINSKI, 2014, p. 39).

As consequências silenciosas da perda sofrida pela mulher de K. incidem diretamente sobre seu corpo, manifestando-se na forma da depressão e do câncer de mama. O sofrimento permanece e age de um modo substitutivo sobre o sujeito, produzindo uma ferida psíquica permanente e também orgânica, o que chamamos de fatores psicossomáticos. Nesse caso, a doença psicossomática é causada por problemas emocionais que traçam uma ligação direta entre a saúde emocional e a física. Ou seja, o sofrimento psicológico, de alguma forma, acaba causando ou agravando uma doença física.

Em *O corpo interminável* (2019), Cláudia Lage constrói a narrativa em torno do itinerário de vida do menino que cresceu sem a presença da mãe, forçadamente desaparecida e do pai, que imigrou para Portugal ainda na época da ditadura. O garoto é criado pelo avô, que vive sob a égide do esquecimento. Ainda assim, mesmo diante do

silêncio que envolve o desaparecimento da mãe, Daniel cresce atormentado em busca de suas origens. Ele narra no tempo presente, já adulto.

Daniel é criado pelo pai de sua mãe, no entanto, o avô silencia ao neto sua história familiar, mesmo quando confrontado com perguntas. Embora Daniel, desde pequeno, tivesse a curiosidade de saber mais sobre a mãe, o avô não lhe respondia. Aqui, o silêncio aponta a presença do não dito e impele o neto a procurar por sua origem, mesmo diante do não saber que se faz presente. Aquilo que o neto procura e não sabe é reeditado, se faz presente com o silêncio do avô:

O sorriso foi só para a foto, ou ela sorria sempre assim? Que lugar bonito é esse? Quem estava atrás da câmera? Foi o senhor quem tirou a foto? Foi o meu pai? O avô olhava o menino incomodado, depois olhava D. Jandira, a vizinha que aparecia sempre para um café. De onde esse garoto tira tanta pergunta, o avô reclamava. (LAGE, 2019, p. 38).

Nessa ocasião, Dona Jandira, uma vizinha que ajudou o avô a cuidar do menino, resolveu responder a Daniel:

Não sabemos quem estava atrás da câmera. Pode ter sido o seu pai. Mas não sabemos. D. Jandira o serviu de novo. O lugar bonito deve ser longe. Ou não. Pode ser qualquer lugar. O prato cheio até a borda, quase transbordando. Ela não sorriu só para a foto não. A sua mãe sorria sempre assim. (LAGE, 2019, p. 38).

Desde a infância, Daniel buscava alguma referência da mãe. No apartamento em que foi criado, alguns objetos antigos ainda o faziam lembrá-la. Devido ao hábito do avô em não se desfazer de nada, os móveis no mesmo lugar, o quarto da mãe, um livro incompleto na estante e algumas caixas de papelão guardadas há anos no armário ajudam Daniel a construir um imaginário. Em busca de algum objeto de memória que o levasse à mãe, o garoto acha caixas de papelão lacradas e guardadas no armário do avô. Ele abre e encontra fotografias: do avô; da avó; da mãe bebê, menina e adolescente. Depois disso, a sequência é quebrada e não há mais fotos da mãe jovem e adulta:

A ordem das fotografias familiares quebrada após a foto da adolescente com espinhas, como se nada tivesse acontecido depois. Mas o tempo cumpriu a sua lógica, e, da mesma forma que uma menina de vestido se tornou uma adolescente com espinhas, a adolescente com espinhas se tornou uma jovem, bela e sorridente. Foi isso que aconteceu. Por mais que se tente apagar... (LAGE, 2019, p. 43).

Enquanto Daniel se arriscava e procurava algo nas caixas, o avô ouve um barulho e vai até o menino, acompanhado de Dona Jandira, que decide agir: “Diante da inércia do avô, é D. Jandira quem reage e como se nada tivesse aprendido repreende o menino com

um castigo que mais parece uma sessão de tortura. ‘Ele precisa respeitar o seu silêncio, ele precisa aprender’”. (LAGE, 2019, p. 54).

A vizinha normaliza aquela ocorrência do castigo que, de certa forma, torna natural uma situação que remete à tortura. Ela tranca o garoto em um quarto escuro e guarda a chave. Trata-se de uma reação sintomática, porque mostra como era comum, à época, a naturalização da violência, que, repetida e banalizada, é um marco da que mantém viva a experiência traumática: “Pensa no que você tem feito, no quanto aborrece o seu avô, pensa enquanto olha a parede, enquanto sente falta da luz, enquanto treme de medo. Pensa”. (LAGE, 2019, p. 54). Dessa maneira, o comportamento de D. Jandira é a representação do ideal de educação baseado em castigos físicos, de uma lógica punitiva, gatilho ideal para a normalização da tortura.

O avô de Daniel reagiu ao desaparecimento da filha com esquecimento, silenciando-se. A forma como cada indivíduo reage a esse tipo de acontecimento é diferente, a exemplo daquilo que observamos nas duas obras. Há quem desafie o sistema e busque incessantemente por informações sobre o familiar desaparecido, há quem silencie. Essa última foi a saída que o avô de Daniel encontrou para reconstruir a vida. E, entendemos, o silêncio é uma das reações mais recorrentes. O silêncio do avô de Daniel é uma consequência do trauma, a incapacidade dele de lidar com sua própria experiência. A pessoa que sofreu o evento traumático acredita que o esquecimento é a única saída para reconstruir a vida e, por isso, Daniel cresceu imerso no silêncio do avô.

Ao mesmo tempo em que silenciava a história da mãe, contudo, o avô não poupava Daniel de assistir a jornais ou de ler notícias. Era como se aquela fosse a forma que encontrava de o garoto saber o que havia acontecido sem que, para tanto, precisasse dizer algo e tivesse de reviver aquele passado: “Foi o seu modo de se redimir do silêncio que me impunha desde o meu nascimento. Que eu visse, escutasse, lesse. Desse gesto tenho forte lembrança”. (LAGE, 2019, p. 26).

Já na fase adulta, Daniel começou a buscar em livros, a fazer suas próprias pesquisas para tentar entender o que acontecera naqueles anos em que a mãe havia desaparecido. Foi em meio a essa busca por conhecimento que ele conheceu Melina, sua futura companheira, em uma biblioteca. Os dois realizavam suas investigações usando como fonte o mesmo livro. Ao descobrirem essa coincidência, Daniel explica para Melina o que o levou a querer saber mais sobre esse período da história do Brasil:

Este livro que mofava na prateleira, que quase ninguém folheava quase ninguém lia, Melina queria saber por que eu estava lendo. Quando eu respondi

que lia por causa dos meus pais, ou melhor, da minha mãe, que foi guerrilheira, que está na lista dos desaparecidos, como tantos estão, ela me pegou pelo braço. Fomos parar num bar ali perto. (LAGE, 2019, p. 22).

Melina contou a Daniel que não o lia por um motivo pessoal, mas que, na verdade, ela tinha outras motivações: “ela me disse que, sim, era também uma questão pessoal, de forma oposta à minha: ver aquilo que seus pais não viram e abrir os olhos para o que eles fecharam”. (LAGE, 2019, p. 22).

Melina e Daniel haviam crescido em mundos opostos, mas se uniram no mesmo ideal. Passaram a se encontrar todos os dias para, juntos, lerem o livro e descobrirem mais sobre essa história soterrada num passado não muito distante: “Estávamos lendo coisas terríveis, sofrendo com o alto grau de violência, repressão e medo. Era insuportável pensar que minha mãe havia vivido aquilo. Que os seus pais haviam ignorado tudo aquilo. Era insuportável pensar naquilo”. (LAGE, 2019, p. 23).

Afinal, Daniel, na busca de sua identidade, é levado a conhecer histórias da militância política durante a ditadura, possivelmente identificando, naquelas trajetórias, a de sua própria mãe. Em uma ocasião em que estudavam juntos, Melina entrega a ele uma foto. Diante daquela imagem, Daniel sofre um grande impacto. É como se tudo o levasse até a mãe, como se a descrição da foto fosse a do corpo da mãe. Ele, então, descreve o corpo torturado e morto da fotografia – precisamente aquela que Lage havia citado como a motivação para escrever a obra:

A imagem do corpo nu estirado na cama não sai da minha cabeça. Mesmo exausto, com sono, vejo. Um dos braços caído para fora, os dedos tocando o chão. O outro braço sobre a barriga, como se repousasse. Os olhos abertos. Ninguém pensou em fechar os olhos, ninguém se importou com isso. Deixaram como estava. O olhar tinha essa surpresa, ninguém se importa. Era como se antecipasse tudo que ia acontecer depois, com o seu corpo, com o seu nome. Não me sai da cabeça essa imagem, essa consciência que está ali, palpável como o braço tombado para fora da cama, inútil como o outro braço esquecido sobre o abdômen. Andei o dia inteiro, atravessei ruas e sinais, com essa imagem na mente. (LAGE, 2019, p. 20).

A figura daquele corpo torturado foi bastante dura para Daniel. Ele se acostumara a ler sobre a ditadura, era um pesquisador do assunto e fazia isso para entender o que havia acontecido com a mãe. Ele tinha o hábito de escrever a respeito do que lia, já tinha passado por muitas obras, mas a imagem produziu um choque emocional intenso na sua estrutura psíquica, inclusive em relação ao processo de escrita que tornara hábito e que, naquele momento, não aconteceu:

Depois da leitura, eu costumava escrever alguma coisa. Era uma necessidade, sobre as palavras lidas colocar as minhas, mas nunca imediatamente, meu corpo precisava de um tempo, o tempo necessário para lidar com tudo, o tempo para o tempo agir, só depois, quando as palavras saíam do papel, tomavam outro rumo, eu anotava o que tinha restado. (LAGE, 2019, p. 21).

A fotografia fez com que Daniel imaginasse como aquela pessoa havia sido torturada: a queda, o corpo estirado, o modo como aquele sujeito chegara naquele lugar – a violência. É como se a violência tivesse ganhado forma, como se ali estivesse a sua mãe. Naquele dia, não conseguiu escrever; tentou dias depois, mas as palavras não deram conta do horror daquele momento representado pela foto: “Melina me disse que eu faço o contrário, anoto a partir do esquecimento. Foi ela que me deu a foto, foi ela que disse Daniel, veja isto. Dias depois, eu peguei a caneta, abri o caderno e nada me veio. Eu não sabia o que escrever”. (LAGE, 2019, p. 21).

Daniel se envolve muito com a história da mãe e embora seja uma reação esperada, ele sofre de crises de ansiedade. Melina teme que Daniel acabe com a própria vida – “você procura uma cápsula, acha que eu seria capaz de me trancar no quarto, engolir veneno, morrer”. (LAGE, 2019, p.35). A história é muito dura, intensa e Daniel se impressiona demais:

[...] esse é o verdadeiro sofrimento desse filho, que não consegue imaginar a mãe como uma pessoa que se pode encontrar na esquina, uma pessoa que existiu, mas é tão pouco quando há algo maior aí que se cala, pessoas que foram arrancadas de suas casas, de suas famílias, e sumiram depois de longas sessões de torturas, jogadas no fundo do mar, incineradas em fornos a lenha, industriais, ou enterradas em cemitérios clandestinos. (LAGE, 2019, p. 47).

Tão importante quanto as pesquisas de Daniel, os objetos de memória também ocupam um lugar importante na obra. Um deles é uma edição do livro *Alice no País das Maravilhas*, que pertencera à mãe e que tinha uma série de anotações com a letra dela. Em uma conversa com Melina, Daniel se questiona o que um livro poderia dizer sobre seu leitor, nesse caso, o que havia de particular, que tivesse chamado a atenção da mãe naquele livro: “O que um livro pode dizer quando se torna um dos únicos objetos que restou de alguém, quando, pela aparência da capa, o estado das folhas, se deduz que foi bastante manuseado, talvez lido e relido”. (LAGE, 2019, p. 58).

Melina observa que Daniel tem várias edições de *Alice no País das Maravilhas*. Quase num tom acusatório, ela deseja entender a fixação em um ponto aparentemente sem sentido, que levou Daniel a tentar compreender seu próprio dilema:

Porque é difícil, Melina, chegar a este ponto e não ter para onde ir. As várias edições de Alice na minha estante, as diferentes traduções, eram apenas isso,

renovadas esperanças de captar alguma mensagem, decifrar algum enigma. Porque um livro infantil em meio à barbárie? (LAGE, 2019, p. 60).

Outro objeto que o faz lembrar a mãe é a cama. Daniel dormia na cama que pertencera à mãe e essa não era uma memória agradável; pelo contrário, aquele móvel trazia a certeza de que, se podia ser ocupado por outro, era porque o verdadeiro dono não estava mais ali:

Não lembro de nenhuma sensação de conforto ao dormir na cama da minha mãe, não era nela nem em seu sorriso que pensava, mas na sua ausência e na sua morte nunca confirmada, no seu corpo que não estava, que não se podia ver nem tocar, isso me assombrava. (LAGE, 2019, p. 46).

Depois da morte do avô, Daniel poderia ter aberto a caixa que guardava memórias da mãe, mas, assim como o avô, preferiu evitar:

O que adianta ir à biblioteca, procurar livros, depoimentos, pesquisar, ler, se você teve à sua frente às caixas lacradas do seu avô e não abriu? Ele estava morto, você estava vivo com as caixas. E não abriu. Colocou dentro de um carro, jogou fora. (LAGE, 2019, p. 80).

Entendemos, nesta tese, que a escrita literária é, em si, catártica. Certo *quantum* do excesso oriundo do trauma sai pela via da catarse e alivia a sensação de angústia. Sendo assim, a escrita proporciona um exercício de libertação, ao transformar o conteúdo recalçado em escrita coerente. Assim fez Bernardo ao fazer da história da irmã uma lápide simbólica e Daniel ao anotar todas as sensações, dores e angústias que teve nesse processo de busca pela mãe:

Na apreciação literária propriamente dita estabelece-se um processo de identificação do leitor com o texto, permitindo-lhe o surgimento de emoções e daí a explosão de afetos até então contidos. Alívio e inocência da alma, tratamento do intelecto e estímulo a ações enobrecedoras. A produção literária de bons autores nos diz daquilo que não sabemos dizer, mas sabemos existir dentro de nós. Eis uma razão para ser leitor assíduo. Com o uso corajoso da palavra, a literatura é catártica por excelência. Nas entrelinhas romanceadas entende-se a humanidade do ser. (ALMEIDA, 2010, s/p).

De acordo com Wilson Castello Almeida (2010), citando Freud, a palavra, através do processo catártico, pode funcionar como instrumento de tratamento psíquico:

As palavras são instrumento essencial do tratamento psíquico. Um leigo achará certamente que é difícil compreender como as perturbações patológicas do corpo e da alma podem ser eliminadas por meio de simples palavras, (faladas, lidas ou ouvidas). Terá a impressão de que lhe pedem para acreditar em magia. E, aliás, não andará muito longe da verdade, porque as palavras que utilizamos na nossa linguagem de todos os dias não são mais do que magia disfarçada, (FREUD apud ALMEIDA, 2010, s/p).

Essa natureza terapêutica da escrita foi reforçada por Eurídice Figueiredo (2017). Segundo a autora, o texto escrito por ela sobre sua experiência durante a ditadura foi o elemento desencadeador de todo o processo de memória que a levou a escrever *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. A pesquisadora afirma que a pessoa afetada pela repressão, ainda que de modo relativamente leve, não tem vontade de reviver as lembranças e os sofrimentos passados, mas o processo da escrita desencadeou um impulso: “Em razão do efeito catártico provocado pelo processo de escrita memorial, algo me impulsionou a ler e/ou a reler tudo que estava disponível, a fim de refletir sobre a literatura brasileira que tematiza a ditadura”. (FIGUEIREDO, 2017, p. 11). Esse algo a que Eurídice Figueiredo se refere é aquilo que Freud chama de ab-reação ao trauma, conforme Almeida explica:

o resultado do efeito catártico (ou catársico) é movimento, transformação, mudança, criação e criatividade, simbolização de questões vitais, humanização, ampliação dos vínculos pessoais, incremento da espontaneidade, expressão de qualidade do campo relacional, ampliação da consciência, construção de melhores modelos de sociabilidade, evolução mental, adequação do comportamento, apuro da capacidade reflexiva, equilíbrio entre áreas instintivas e dispositivos defensivos, enriquecimento dos papéis, superação dos estágios regredidos. (ALMEIDA, 2010, s/p).

Segundo Laplanche e Pontalis (1991), ab-reação seria a descarga emocional pela qual o sujeito se liberta da recordação de um acontecimento traumático, permitindo que ele não se torne ou que continue a ser patogênico. Quando a vítima não reage, o trauma permanece no psiquismo como um “corpo estranho”, que não se aloja ao alcance da consciência, mas no inconsciente, como um mecanismo de defesa. Como explicamos anteriormente, na constituição do aparelho psíquico, as memórias traumáticas não ficam acessíveis.

O depoimento de Maria Aparecida Costa à CNV nos ajuda a compreender um pouco a respeito desse “corpo estranho”:

Como você lida com este ser que você sai depois que você é preso e torturado? Em que você fala mais ou menos, que você não morre, que você está aí e que você não aguenta enfrentar a morte. Como é que fica? Como você recompõe este ser humano? Como você volta a se respeitar? Como você acha que vale alguma coisa? Então este é um ponto muito complicado, difícil [...]. Não é algo que você resolve fácil. (BRASIL, 2014, p. 427).

A ab-reação é expressa em emoções, palavras e atuações. A representação envolve desde lágrimas até sentimento de vingança. No momento em que o paciente, numa sessão

de terapia, por exemplo, rememora o acontecimento traumático, ele se liberta do *quantum* de afeto que o tornava patogênico. Esse *quantum* de afeto ab-reagido proporcionaria o efeito catártico.

O problema é que o inconsciente, regido pelo princípio do prazer, permanece repetidamente lançando essa memória recalçada para a consciência, a fim de liberá-la. Nesse processo, embora o ego tente proteger a consciência das investidas do impulso recalçado, as memórias traumáticas sempre encontram meios de penetrar no consciente, através de sonhos, *flashbacks*, atos falhos, sensações e sons que levam a vítima à cena que desencadeou o trauma. Esse é o processo de formação dos sintomas:

Em primeiro lugar, o ego era obrigado a proteger-se contra a constante ameaça de uma renovada investida por parte do impulso reprimido, fazendo um dispêndio permanente de energia, uma anticatexia, e assim se empobrecia. Por outro lado, o impulso reprimido, que era agora inconsciente, era capaz de encontrar meios de descarga e de satisfação substituída por caminhos indiretos e de assim levar toda a finalidade de repressão a nada. (FREUD, 1976 [1925], p. 19).

O fato é que as representações que provocam desprazer sempre serão repelidas. No entanto, não é algo possível de se controlar; há um desejo inconsciente que insiste em acessar o consciente. Os sonhos, por exemplo, podem revisitar, parcialmente, as cenas traumáticas. Por isso, muitas vezes, o trauma retorna através de sonhos recorrentes, seja através da produção de imagens ou por meio de sensações que levam o sujeito ao momento da dor.

O material inconsciente busca acesso, insiste em encontrar meios para alcançar a consciência: “Reconhecemos que o *Ics.* não coincide com o reprimido; é ainda verdade que tudo o que é reprimido é *Ics.*, mas nem tudo o que é *Ics.* é reprimido”. (FREUD, 1976 [1923], p. 12).

Para compreendermos melhor como esse conteúdo reprimido pode afetar a vida da vítima de violência, procuramos, a seguir, entender um pouco mais da psique segundo a teoria freudiana. Como nosso objeto de estudo é o trauma, para nós é importante compreender a estrutura do aparelho psíquico e saber como ele reage ao conteúdo recalçado.

Uma das imagens usadas na psicanálise para se compreender a estrutura do aparelho psíquico é a de um *iceberg*. Tudo aquilo que fica acima da água representa o consciente e tudo que fica abaixo da água representa o inconsciente.

De acordo com Freud, quanto à consciência, ela é a superfície do aparelho mental, a primeira, a partir do mundo externo, a ser atingida. Todo o nosso conhecimento está ligado a ela. O consciente é o estado que sabemos sobre nós, que conseguimos significar. Ele funciona de forma conjugada com o inconsciente, embora essas estruturas estejam sempre em oposição. Trata-se de uma movimentação transitória. Freud afirma que o elemento psíquico, via de regra, não é consciente por um período de tempo prolongado. Ou seja, para Freud, a maioria dos processos é consciente apenas num curto espaço de tempo, podendo se tornar inconsciente ou voltar a ser consciente; “uma ideia que é consciente agora não o é mais um momento depois, embora assim possa tornar-se novamente, em certas condições que são facilmente ocasionadas”. (FREUD, 1976 [1923], p. 10).

O inconsciente, como aquilo que se encontra submerso no *iceberg*, é a maior parte da psique. Sobre ele, Freud afirma:

Não há necessidade de discutir o que se deva denominar consciente: não pairam dúvidas sobre isto. O mais antigo e o melhor significado da palavra ‘inconsciente’ é o significado descritivo. Denominamos inconsciente um processo psíquico cuja existência somos obrigados a supor – devido a algum motivo tal que o inferimos a partir de seus efeitos –, mas do qual nada sabemos. (FREUD, 1980 [1932], p. 49).

Ainda segundo Freud, o inconsciente reprimido é o protótipo do inconsciente. O autor divide o inconsciente em latente, aquele que é capaz de se tornar consciente; e o reprimido, aquele que, com mais trabalho, pode se tornar consciente. Ao inconsciente latente, Freud chama “pré-consciente”, e afirma que está mais próximo do consciente do que do inconsciente:

Ao latente, que é inconsciente apenas descritivamente, não no sentido dinâmico, chamamos de pré-consciente; restringimos o termo inconsciente ao reprimido dinamicamente inconsciente, de maneira que temos agora três termos, consciente (*Cs.*), pré-consciente (*Pcs.*) e inconsciente (*Ics.*). (FREUD, 1976 [1923], p. 10).

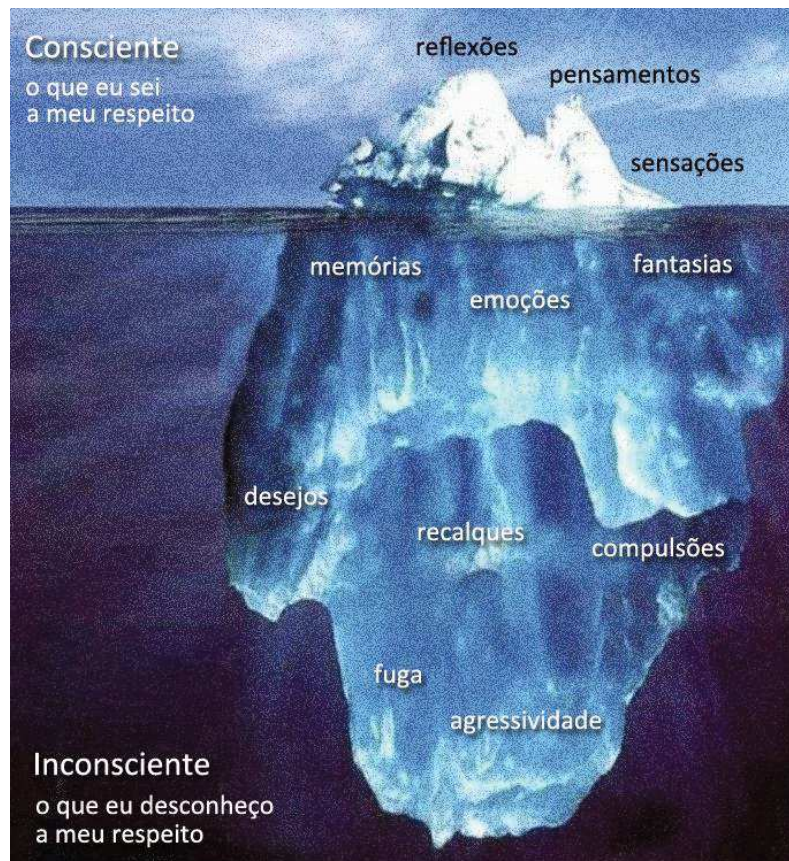
Essa primeira hipótese de Freud sobre o funcionamento da psique que descrevemos anteriormente é denominada “Primeira Tópica”. Em resumo, podemos distinguir duas espécies de inconsciente – uma que é facilmente transformada em algo consciente e outra na qual essa transformação é difícil e trabalhosa. Esta última movimentação, possivelmente, jamais se efetuará de forma absoluta:

O inconsciente que está apenas latente, e, portanto facilmente se torna consciente, denominamo-lo ‘pré-consciente’, e reservamos o termo

‘inconsciente’ para o outro. Temos, agora, três termos, ‘consciente’, ‘pré-consciente’ e ‘inconsciente’, com os quais podemos ser bem-sucedidos em nossa descrição dos fenômenos mentais. Repetindo: o pré-consciente também é inconsciente no sentido puramente descritivo, mas não lhe atribuímos esse nome, exceto quando falamos sem a preocupação de conferir-lhe precisão, ou quando temos de fazer a defesa da existência, na vida mental, de processos inconscientes em geral (FREUD, 1980 [1932], p. 50).

Nesse ponto da obra freudiana, o inconsciente seria a localização de tudo que havia sido reprimido da consciência e que estava inacessível a ela. Na Primeira Tópica (Figura 1), o inconsciente é a instância psíquica constituída de representantes pulsionais recalçados.

Figura 1 – Iceberg da Primeira Tópica



Fonte: PARADOXO, 2016.

No entanto, a partir de 1920, a ideia de inconsciente começa a ser remodelada por Freud. Em *Além do princípio do prazer* (1976 [1920]) e *O ego e o id* (1976 [1923b]), o autor propôs uma nova topografia da personalidade e do aparelho mental. O *iceberg* do aparelho psíquico se abriu, então, para o que Freud chamou de Segunda Tópica. Nela, o aparelho psíquico ganhou novas representações, através do id, ego e superego. Nessa fase

da obra, Freud se ocupou da resistência das memórias recalçadas em acessar o consciente, resistência que o levou a reconhecer que seu estudo do inconsciente se mostrava insuficiente:

No curso ulterior do trabalho psicanalítico, entretanto, mesmo essas distinções mostraram ser inadequadas e, para fins práticos, insuficientes. Isso tornou-se claro de várias maneiras, mas o exemplo decisivo é o seguinte. Formamos a ideia de que em cada indivíduo existe uma organização coerente de processos mentais e chamamos a isso o seu ego. É a esse ego que a consciência se acha ligada: o ego controla as abordagens à motilidade - isto é, à descarga de excitações para o mundo externo. Ele é a instância mental que supervisiona todos os seus próprios processos constituintes. (FREUD, 1976 [1923], p. 11).

Como apontado anteriormente, na Segunda Tópica o aparelho psíquico é dividido em três instâncias e tende a ser mais ativo e dinâmico: “O superego, o ego e o id - estes são, pois, os três reinos, regiões, províncias em que dividimos o aparelho mental de um indivíduo”. (FREUD, 1980 [1932], p. 51). É importante para esta tese a compreensão da Segunda Tópica por estar diretamente relacionada com a melancolia. Por isso, os conceitos de id, ego e superego nos ajudam a compreender os motivos que levam a melancolia a se enquadrar como uma estrutura psicótica.

Fazendo uma relação com a Primeira Tópica, o id está diretamente relacionado com o inconsciente; já o ego e o superego transitam entre o inconsciente, o pré-consciente e o consciente. Para que possamos entender melhor o que Freud propõe é necessário relembramos alguns conceitos. Entre eles, os de superego, ego e id propriamente ditos.

O ego seria a nossa consciência; ele está entre o id e o superego. É o mecanismo responsável pelo equilíbrio da psique, regulando os impulsos do id. O superego, por sua vez, consiste num mecanismo que controla o ego; seria uma espécie de conselheiro ou acusador:

O superego é um agente que foi por nós inferido e a consciência constitui uma função que, entre outras, atribuímos a esse agente. A função consiste em manter a vigilância sobre as ações e as intenções do ego e julgá-las, exercendo sua censura. O sentimento de culpa, a severidade do superego, é, portanto, o mesmo que a severidade da consciência. É a percepção que o ego tem de estar sendo vigiado dessa maneira, a avaliação da tensão entre os seus próprios esforços e as exigências do superego. (FREUD, 1980 [1930], p. 85).

O id consiste nas nossas vontades e pulsões primitivas, sendo formado principalmente pelos instintos e desejos orgânicos pelo prazer. A partir do id se desenvolvem as outras partes que compõem a personalidade humana, ou seja, ego e superego.

Sabemos que a obra freudiana é complexa, por isso não é nossa intenção examinar com profundidade seus conceitos, uma vez que essa tarefa por si já seria material suficiente para uma tese. Assim, nossa proposta é elencar as características de cada região do aparelho para que possamos entender os processos psíquicos pelos quais passam as pessoas traumatizadas.

O ego significa razão e bom senso. Ele atua no princípio da realidade, refreia as demandas em busca do prazer a fim de reduzir as tensões e facilitar a relação entre o superego e o id. O ego é, portanto, intermediário; absorve tanto a demanda inconsequente do id quanto a censura do superego. Para explicar esse movimento do ego, Freud lança mão de um provérbio bíblico, segundo o qual não é possível servir a dois senhores, pois, ao agradar um, você terá desagradado o outro. É dessa forma que o ego se sente:

O pobre do ego passa por coisas ainda piores: ele serve a três severos senhores e faz o que pode para harmonizar entre si seus reclamos e exigências. Esses reclamos são sempre divergentes e frequentemente parecem incompatíveis. Não é para admirar se o ego tantas vezes falha em sua tarefa. Seus três tirânicos senhores são o mundo externo, o superego e o id. Quando acompanhamos os esforços do ego para satisfazê-los simultaneamente - ou antes, para obedecer-lhes simultaneamente -, não podemos nos arrepender por termo-lo personificado ou por termo-lo erigido em um organismo separado. Ele se sente cercado por três lados, ameaçado por três tipos de perigo, aos quais reage, quando duramente pressionado, gerando ansiedade. (FREUD, 1980 [1932], p. 54).

Essa relação conflituosa com o id, com o superego e com o mundo exterior é o maior desafio do ego. Ele precisa romper com o princípio do prazer que domina o id e substituí-lo pelo princípio da realidade, que, segundo Freud, promete ao ego maior certeza e maior êxito. No entanto, o ego é aquela parte do id que se modificou pela proximidade e influência do mundo externo. Sua tarefa é excluir do mundo externo toda fonte de excitação advinda do id. Essa relação é complicada, porque o ego é um servo leal do id, e quer manter um bom relacionamento com este. Porém, muitas vezes o ego é obrigado a encobrir suas ordens e “a ocultar os conflitos do id com a realidade, a reconhecer, com diplomática dissimulação, que percebe a realidade mesmo quando o id permaneceu rígido e intolerante”. (FREUD, 1980 [1932], p. 54).

Esse ponto mostra bem a psicodinâmica do conflito entre as instâncias id, ego e superego e a busca por uma relação de equilíbrio. E em situações traumáticas esse equilíbrio é quebrado.

O superego ameaça com sua severidade o ego, fazendo recair sobre ele sentimentos de inferioridade e culpa. O superego estabelece padrões definidos para conduta do ego, sem levar em conta suas dificuldades relativas ao mundo externo e ao id:

Assim, o ego, pressionado pelo id, confinado pelo superego, repelido pela realidade, luta por exercer eficientemente sua incumbência econômica de instituir a harmonia entre as forças e as influências que atuam nele e sobre ele; e podemos compreender como é que com tanta frequência não podemos reprimir uma exclamação: ‘A vida não é fácil!’ (FREUD, 1980 [1932], p. 54).

Essa citação mostra os esforços de tentativa de equilíbrio do aparelho psíquico, o que é pertinente em casos nos quais ele é atravessado por uma carga produzida com vivências traumáticas como o desaparecimento forçado e a tortura, como ocorreu durante a ditadura civil-militar, por exemplo.

Freud conclui deixando clara a fragilidade do ego na complexa relação com outras forças; se o ego é obrigado a admitir sua fraqueza, ele desencadeia ansiedade, “ansiedade realística referente ao mundo externo, ansiedade moral referente ao superego e ansiedade neurótica referente à força das paixões do id”. (FREUD, 1980 [1932], p. 54).

O superego está associado aos imperativos morais, à busca da perfeição, à auto-observação, à consciência, à razão e à racionalidade. Atua, então, como juiz e censor: “O superego é para nós o representante de todas as restrições morais, o advogado de um esforço tendente à perfeição - é, em resumo, tudo o que podemos captar psicologicamente daquilo que é catalogado como o aspecto mais elevado da vida do homem”. (FREUD, 1980 [1932], p. 47).

Ele se desenvolve desde o princípio da vida, quando as crianças assimilam as regras de comportamento sujeitas a punição: “O papel que mais tarde é assumido pelo superego é desempenhado, no início, por um poder externo, pela autoridade dos pais” (FREUD, 1980 [1932], p. 44). Mais tarde, já na adolescência ou na fase adulta, o papel desempenhado pela família é assumido pelo superego:

Apenas posteriormente é que se desenvolve a situação secundária (que todos nós com demasiada rapidez havemos de considerar como sendo a situação normal), quando a coerção externa é internalizada, e o superego assume o lugar da instância parental e observa, dirige e ameaça o ego, exatamente da mesma forma como anteriormente os pais faziam com a criança (FREUD, 1980 [1932], p. 44).

Freud chama atenção para o fato de que o superego parece ter ficado apenas com a rigidez e a severidade dos pais e com sua função proibidora e punitiva, não assimilando

o cuidado carinhoso deles. Isso reforça que, independentemente da forma como a criança tenha sido criada, o superego é sempre severo e inflexível.

A relação que o ego estabelece com o superego, contudo, não é apenas de tensão. O superego é, também, o veículo pelo qual o ego se avalia, é a instância reguladora em que a satisfação com o desempenho nunca é boa o suficiente. É também a instância do “não”, da negativa para a vivência de prazer. Julga, proíbe e condena: “Resta mencionar mais uma importante função que atribuímos a esse superego. É também o veículo do ideal do ego, pelo qual o ego se avalia que o estimula e cuja exigência por uma perfeição sempre maior ele se esforça por cumprir”. (FREUD, 1980 [1932], p. 46).

Já o id não detém julgamento de valor; não conhece o bem, nem o mal, nem moralidade. É a parte obscura e inacessível da personalidade humana, sendo primitivo, irracional e caótico. É regido pelo princípio do prazer e pela busca da satisfação imediata, “abordamos o id com analogias; denominamo-lo caos, caldeirão cheio de agitação fervilhante” (FREUD, 1980 [1932], p. 51). Freud o descreve da seguinte forma: “Está repleto de energias que a ele chegam dos instintos, porém não possui organização, não expressa uma vontade coletiva, mas somente uma luta pela consecução da satisfação das necessidades instintuais, sujeita à observância do princípio de prazer”. (FREUD, 1980 [1932], p. 51).

Nesse caso, o princípio do prazer-desprazer busca a descarga do excesso que perturba o equilíbrio do aparelho psíquico. O princípio do prazer é também visto como descarga, alívio do excesso produzido pelo trauma. Por isso, sua preocupação é romper a barreira da consciência, sobretudo para se desfazer da carga pesada do conteúdo traumático. Por instinto, busca o alívio e a descarga do desprazer. Por não reconhecer a passagem do tempo, as lembranças reprimidas não perdem potência e, ao se tornarem conscientes, comportam-se como se tivessem ocorrido naquele momento. Segundo Freud, o reprimido é inalterado com o passar do tempo:

Impulsos plenos de desejos, que jamais passaram além do id, e também impressões, que foram mergulhadas no id pelas repressões, são virtualmente imortais; depois de se passarem décadas, comportam-se como se tivessem ocorrido há pouco. Só podem ser reconhecidos como pertencentes ao passado, só podem perder sua importância e ser destituídos de sua catexia de energia, quando tornados conscientes pelo trabalho da análise, e é nisto que, em grande parte, se baseia o efeito terapêutico do tratamento analítico. (FREUD, 1980 [1932], p. 52).

Essa citação é importante para explicar o processo que faz o material recalçado chegar à consciência. A ilustração a seguir é usada por psicanalistas para compreender melhor essa fusão da Primeira com a Segunda Tópica.

Figura 2 – Iceberg: Fusão da Primeira com a Segunda Tópica



Fonte: AZEVEDO, 2017.

Entendendo melhor como funciona a psique, tendo em mente sempre a noção do recalçado, do reprimido, nossa questão é: como acessar esse conteúdo reprimido? Sobre isso, Freud discorre:

A pergunta ‘Como uma coisa se torna consciente?’ seria assim mais vantajosamente enunciada: ‘Como uma coisa se torna pré-consciente?’ E a resposta seria: ‘Vinculando-se às representações verbais que lhe são correspondentes.’ Essas representações verbais são resíduos de lembranças; foram antes percepções e, como todos os resíduos mnêmicos, podem tornar-se conscientes de novo. (FREUD, 1976 [1923b], p. 13).

São esses resíduos de lembranças que buscamos no testemunho. Freud, em “Recordar, repetir e elaborar” (1976 [1914b]), explica que a repetição é uma transferência do passado esquecido e substitui a recordação: “logo notamos que a

transferência mesma é somente um fragmento da repetição, e que a repetição é transferência do passado esquecido” (FREUD, 1976 [1914b], p. 93). Recordamos aquilo que pode ser lembrado enquanto repetimos o recalcado. Ou seja, o traumatizado repete em vez de recordar, para ele a compulsão à repetição é uma maneira de recordação. Quanto mais o indivíduo resiste, menos ele recorda e mais ele repete, pois o recordar ideal daquilo que foi esquecido corresponde a um estado em que a resistência foi totalmente afastada.

A repetição da experiência é normalmente uma repetição em “ato”. O analista ocupa, nesse momento, a transferência, o lugar daquele que foi responsável por levar o sujeito ao sentimento adverso. Primeiro o sujeito recorda a experiência, ela é repetida em análise, vivida como se estivesse acontecendo novamente durante o processo, para que possa ser elaborada e ressignificada pelo indivíduo. Esse é o momento em que a ressignificação permite que o sujeito pare de apenas repetir e volte a seguir o curso normal de sua vida sem constantemente produzir sintomas.

A superação das resistências tem início quando o indivíduo é comunicado sobre ela; depois, ele precisa de tempo para superar, uma vez que sua nomeação não é o suficiente para que tenha fim. É necessário que indivíduo elabore essa resistência por meio de um aprofundamento (FREUD, 1976 [1914b]). Nessa parte da análise, quando o paciente vence a resistência, é que se dá início ao processo de elaboração. O paciente, ao rememorar eventos traumáticos, se torna consciente, racionaliza seu comportamento. Assim, ele acessa o recalcado e transforma, de forma simbólica e consciente, a lembrança em recordação, e não mais repete o recalque.

Os mecanismos inconscientes que se movimentam para que o reprimido, em terapia ou através do próprio movimento natural do trauma, acesse a consciência são a memória e a linguagem, como descrito por Freud, via resíduos de lembrança e representação verbal. Por isso é tão importante para esta tese analisar a questão do testemunho como ponte entre o trauma individual e coletivo. Através do resgate de memórias, o testemunho individual age no plano coletivo e contribui para que uma política de memória, tão cara aos nossos processos históricos, possa, enfim, ser instaurada em nosso país.

Em relação ao resgate de memórias, como elas eram acessadas, faremos uma síntese da hipnoterapia até chegar à associação livre, técnica usada por Freud para

rememoração. Influenciado por Jean-Martin Charcot³⁶, Freud começou a trabalhar com hipnoterapia e a utilizou por cerca de dez anos, tendo como principal objetivo extrair material inconsciente e fazer o paciente resgatar memórias traumáticas. No início, percebeu que através desse método conseguia investigar a origem do problema de seus pacientes. Obteve resultados satisfatórios, mas com o tempo percebeu que não adiantava fazer desaparecer os sintomas se não conseguia descobrir a origem do problema. Embora fosse possível fazer o paciente se lembrar do material inconsciente, com o tempo se percebeu que os sintomas que desapareciam eram substituídos por outros, o que mostra que o conteúdo inconsciente recalado continuava incomodando.

Mesmo certo de que a hipnose não era, portanto, um método eficaz, foi dessa experiência que Freud extraiu material necessário para supor que a mente é dividida em três níveis, conforme apontamos anteriormente, consciente, pré-consciente e inconsciente. Ademais, ainda que a hipnose não tenha se consolidado como um método eficaz na psicanálise, ela abriu caminhos para a associação livre. Em transe, as memórias traumáticas rompiam as barreiras, mas logo ao sair do transe o paciente não se lembrava mais do que tinha externalizado, ou seja, o traumático não operava no consciente porque o paciente não tinha participação ativa nesse processo.

Posteriormente, Freud passou a utilizar a técnica da associação livre, a qual chama de “regra de ouro da psicanálise”. Ele observou os relatos e viu, neles, potência, criando caminhos para chegar ao inconsciente através deles. O motivo é que, na hipnose, o paciente não entendia a razão de o sintoma se desfazer. Não que a hipnose não tivesse resultados, ao contrário, o paciente respondia temporariamente de forma satisfatória e os sintomas, por um tempo, de fato desapareciam. No entanto, com o passar dos dias, como não havia elaboração e o traumático permanecia no inconsciente, logo os sintomas retornavam. Isso porque enquanto não houver ligação com a consciência o paciente vai continuar produzindo sintomas. Dessa forma, apenas através das formações do inconsciente – chistes, atos falhos, sintomas e sonhos –, o material inconsciente encontra, via associação livre um caminho de acesso à consciência. Esse processo passa por uma compreensão interna do material que, através da palavra, chega à consciência.

Na associação livre, o paciente é convidado a se deitar no divã e falar o que vier à mente. Nesse processo, a palavra ocupa a cena analítica e é o elemento fundamental:

³⁶ “Jean-Martin Charcot foi um médico e cientista francês que alcançou fama no terreno da psiquiatria na segunda metade do século XIX. [...] Durante as suas investigações, Charcot concluiu que a hipnose era um método que permitia tratar diversas perturbações psíquicas, em especial a histeria.” (UFRGS, 2011).

O material com que se inicia o tratamento é, em geral, indiferente - a história da vida do paciente, ou a história de sua doença, ou suas lembranças de infância. Mas, em todos os casos, deve-se deixar que o paciente fale e ele deve ser livre para escolher em que ponto começará. Dessa maneira, dizemos-lhe: 'Antes que eu possa lhe dizer algo, tenho de saber muita coisa sobre você; por obséquio, conte-me o que sabe a respeito de si próprio'. (FREUD, 1976 [1913b], p. 83).

O relato de Ernesto Carlos Dias do Nascimento à CNV mostra como a associação livre opera no psiquismo da vítima. Ernesto descobriu, recentemente, que presenciara sessões de tortura que simulavam o enforcamento do pai, Manoel Dias do Nascimento, no DOI-CODI/SP. Diante da dificuldade das vítimas em falar abertamente dos traumas sofridos, o silêncio operou na família e Ernesto não entendia um sonho reiterado que tinha desde a infância, que o levava sempre para o abismo:

[Até os nove anos, eu sonhava constantemente com] a corda, o asno, um asno de bonezinho verde, e uma agulha. Eu tenho fobia de agulha até hoje. [...] Tem uma agulha de costura que tem olhos, [...] como se fosse um desenho animado, tem os olhos grandes [...] o sorriso grande é de um fio. [...] O fio sempre tenta me ajudar e a agulha tenta me espetar. O asno me cerca com patadas. Ele sempre corre e ele me cerca com umas patadas fortes. [...] O asno nunca me atinge, mas ele me dá muito pavor e eu corro do asno, né? E a agulha, que quer me espetar o tempo todo, e eu fujo [...] Sempre aparece esse fio, que é um fio muito fino, que aí, sim, tem aquele sorriso super [...] alegre. Assim, que eu falo: "Aí, até que enfim, né?". Aí eu me seguro no fio. Na hora que eu seguro no fio, eu sinto a sensação de corda e aí eu caio. [...] Eu fico com medo e aí a corda me deixa cair. Aí eu caio no abismo. Aí eu sempre acordo nesse momento. Sempre assim, sempre. [...] De repente para mim isso seja também uma tortura. (BRASIL, 2014, p. 431).

Ao observar os relatos, Freud enxerga potência no tratamento. Isso porque, ao dizer o que tem vontade, sem nenhum tipo de censura e interferência do analista, o paciente acessa o inconsciente, fazendo uma reflexão consciente do evento que desencadeou o trauma. Durante o processo de escuta, o analista deve levar em conta os lapsos de memória, os equívocos, os atos falhos, as trocas de palavras e os duplos sentidos. Todos esses fatores contribuem para se analisar aquilo que está no inconsciente do paciente. O recalque é aquilo que resiste à representação, que está além da consciência, mas que maltrata o indivíduo a ponto de provocar uma dor psíquica insuportável. É na rememoração desses fatos que Freud acredita haver elaboração psíquica, defendendo que a cura está dentro de cada um:

Poderá parecer surpreendente que esse método de associação livre, levado a cabo sob a observação da regra fundamental da psicanálise, deva ter alcançado o que dele se esperava, a saber, o levar até a consciência o material reprimido que era retido por resistências. (FREUD, 1976 [1925], p. 25).

Ao rememorar esses eventos oriundos de experiências traumáticas, outra questão se coloca, a verdade. Para além da realidade dos fatos, há uma realidade particular que leva em conta as lembranças da cena traumática e as interpretações que o sujeito constrói sobre sua história. Além disso, devemos considerar, nesse processo de elaboração do trauma, a fragilidade da memória e os esforços que o indivíduo deve fazer para produzir sentido diante de uma situação que não foi integrada ao seu sistema simbólico, dada a excessiva carga desencadeada pelo evento traumático. A interpretação do acontecimento traumático é sempre recoberta por significações complexas, por isso a verdade em psicanálise é a verdade do paciente. Importa o que ele traz, o que conseguiu ressignificar.

De posse dos processos que envolvem o trauma e de como o sujeito traumatizado reage a ele, passaremos ao conceito de trauma que nos interessa nesta tese. Nosso objeto aqui é o trauma de guerra, e nossas análises se baseiam nos estudos do trauma a partir de 1920, quando o estatuto conceitual freudiano passa por uma guinada teórica.

Na verdade, essa reviravolta em relação à concepção do traumático acontece a partir de 1915, quando Freud começa a estudar as neuroses traumáticas do pós-guerra. Nessa época, o mundo vivia sob o impacto da Primeira Guerra Mundial, e Freud foi convocado na condição de perito para avaliar o trabalho do psiquiatra Julius Wagner-Jauregg, seu contemporâneo e amigo. De acordo com Roudinesco (1998), Wagner-Jauregg foi acusado de falta grave por chamar doentes neuróticos de guerra de simuladores e os submeter a tratamentos de eletricidade. A tarefa de Freud foi avaliar o trabalho do psiquiatra, que o acusou de se aproveitar da situação para atacá-lo e valorizar sua doutrina.

O fato é que, diante da catástrofe histórica e política que a Primeira Guerra representou, o trauma passou a ser tema central para os psicanalistas. O próprio Freud faz uma ponderação na qual fica claro o impacto traumático da guerra para sua geração, afirmando que “[...] a humanidade vai superar essa guerra também, mas tenho por certo que eu e meus contemporâneos não veremos mais o mundo com alegria. É vil demais” (apud RUDGE, 2009, p. 38). É dessa forma, envolto pela experiência da guerra, que Freud se propõe a estudar a neurose de guerra, que seria a resposta do sujeito à barbárie. Esse ponto da teoria freudiana, em que o trauma se volta para as catástrofes históricas, é de extrema importância para o nosso estudo, que foca sobre as experiências traumáticas da ditadura civil-militar brasileira.

Em “Introdução à psicanálise e as neuroses de guerra” (1976 [1919]), Freud explica que as neuroses de guerra devem ser consideradas como neuroses traumáticas

cuja ocorrência se tornou possível ou foi provocada por um conflito no ego. Como em uma guerra civil qualquer pessoa pode ser convocada, pressupõe-se, num primeiro momento, que são pessoas que não foram treinadas e preparadas para a guerra. Assim, o conflito se acentua e a resposta do sujeito à barbárie é ainda mais complexa. É com base nessa situação que Freud analisa a questão do conflito do ego. Para ele, o conflito é entre o velho ego pacífico do soldado e o seu novo ego bélico; quando o ego pacífico vê sua vida em perigo ele reage ao ego bélico. O primeiro se protege do perigo mortal ao fugir para uma neurose traumática. Dessa forma, a precondição das neuroses de guerra seria a incapacidade do sujeito de agir ao se insurgir à violência. Ele conclui afirmando que não haveria possibilidade de surgirem neuroses num exército de soldados profissionais ou de mercenários. O que define a neurose de guerra é o estado de guerra propriamente dito; a banalização da violência e a iminência da morte quebram o imperativo da paz e fazem com que a experiência traumática inunde o aparelho psíquico.

Segundo Freud, a raiz das neuroses traumáticas se situa no momento do acidente traumático. É como se os pacientes não tivessem dado fim à situação que desencadeou o trauma. Ou seja, diante de uma forte fixação no momento do acidente, o sujeito não reage de forma adequada, e revive, de tempos em tempos, a mesma dor em sonhos e surtos que a transportam para a situação que desencadeou o trauma: “Esses pacientes repetem com regularidade a situação traumática, em seus sonhos, onde ocorrem ataques histeriformes que admitam uma análise, verificamos que o ataque corresponde a uma completa transportação do paciente para a situação traumática”. (FREUD, 1976 [1917], p. 25).

Quanto à natureza psíquica das causas das neuroses de guerra, em geral, estavam relacionadas ao “medo de perder a própria vida, oposição à ordem de matar outras pessoas, rebeldia contra a supressão implacável da própria personalidade pelos seus superiores”. (FREUD, 1976 [1919], p. 134). De acordo com Freud, as neuroses de guerra eram uma inclinação inconsciente, do soldado, para se afastar do perigo.

Em relação aos sintomas sociais, Freud chama atenção para o desgaste da guerra no tecido social. Aquilo que, numa análise sociológica, poderia ser descrito como apatia ou desinteresse, na verdade, tem sua explicação no próprio funcionamento do aparelho psíquico. Diante de situações de guerras, que duram anos, ou décadas, há um desgaste substancial; a sociedade procura se distanciar tanto das narrativas quanto de um possível envolvimento a tudo que faça lembrar a guerra: “Também, no decorrer dos anos de guerra, fez-se sentir cada vez mais no espírito popular uma crescente fadiga e uma crescente aversão à luta”. (FREUD, 1976 [1919], p. 135).

O que podemos entender, portanto, é que o aparelho psíquico deseja se esquivar de um estímulo adverso e constante e busca formas substitutivas de fazer isso. Podemos experimentar isso em nosso tempo, em que, mesmo diante da ameaça de um novo regime de exceção, ainda que travestido da normalidade democrática, observamos na sociedade uma apatia, que mais se parece com um cansaço. O que acontece, na verdade, é uma reação do aparelho psíquico. Nesses casos, a apatia no plano coletivo leva a um adoecimento psíquico no plano individual.

Essa afirmação de Freud nos ajuda a compreender a passagem do trauma individual para o trauma coletivo, sendo mais um indício de que a experiência traumática individual, sobretudo em situações de violência de Estado, exerce sobre a sociedade um efeito de trauma coletivo. Assim como no plano individual, no plano coletivo o excesso de barbárie acomete a sociedade como um todo, que também recalca parte de sua história.

Um exemplo disso é o silêncio em torno de declarações criminosas vindas de um representante da república, à época deputado federal, Jair Bolsonaro. Independentemente da posição política, a repreensão a essas declarações favoráveis à ditadura e à tortura se apresenta como uma questão de direitos humanos. Separamos, nesse sentido, três frases do deputado, todas amplamente divulgadas pela mídia, que justificariam, no mínimo, um processo no conselho de ética da Câmara dos Deputados. A primeira foi proferida em entrevista à rádio *Jovem Pan* em 8 de julho de 2016, quando o então deputado afirmou que “o erro da ditadura foi torturar e não matar”. A outra, anterior a essa, em entrevista ao programa “Câmera Aberta”, na *TV Bandeirantes* em 1999, quando proferiu: “Pau-de-arara. Funciona! Sou favorável à tortura, tu sabe disso. E o povo é favorável também”. (PODER360, 2021, s/p). Para finalizar, apontamos uma frase de um cartaz que esteve pendurado na porta do gabinete do então deputado, na qual era possível ler: “Quem procura [osso] é [cachorro]”, em referência à abertura dos arquivos da ditadura e a busca pelos mortos da guerrilha do Araguaia. Ao assumir a presidência, Bolsonaro extinguiu diversos conselhos, dentre eles o grupo responsável pela identificação dos ossos de desaparecidos políticos enterrados em vala no cemitério Perus, na cidade de São Paulo.

Figura 3 – Cartaz na porta do gabinete de Jair Bolsonaro em 2009



Fonte: FÓRUM, 2019. Cartaz na porta do gabinete do então deputado federal Jair Bolsonaro em maio de 2009.

O que desejamos mostrar é que o silêncio de uma parcela considerável da população em relação a declarações como essas, haja vista que não foram as únicas, tornou-se habitual. Esse silêncio, de acordo com Freud, se justifica na medida em que a sociedade procura se distanciar das narrativas e de um possível envolvimento a tudo que faça lembrar a guerra ou eventos traumáticos como o da ditadura civil-militar.

Jeanne Marie Gagnebin, em *Lembrar escrever esquecer* (2009), ressalta que, embora o contexto da teoria freudiana do trauma seja individual, por analogia, pode ser usado para pensar processos coletivos diversos:

O contexto freudiano é clínico; são observações ligadas a técnicas terapêuticas a partir de observações práticas. Mas essas preciosas observações foram, diversas vezes, usadas para pensar também, por analogia, processos coletivos: de memória, de esquecimento, de repetição. Aliás, os próprios textos freudianos de análise cultural permitem, se não justificam inteiramente, tal analogia. (GAGNEBIN, 2009, p. 103).

Em defesa do uso da psicanálise freudiana para compreender os processos coletivos de elaboração do passado, Gagnebin (2009) cita Paul Ricoeur, que, ao tratar da memória e do esquecimento, enuncia duas propostas terapêuticas freudianas que terão importância na transposição da análise clínica do plano individual para o plano coletivo. A primeira proposição diz respeito à compulsão de repetição e a segunda, ao luto. Ricoeur (apud GAGNEBIN, 2009) estabelece uma relação entre esses dois conceitos que se baseiam na importância da noção de trabalho: trabalho de elaboração; e trabalho de luto.

O primeiro permite que o paciente se desvincule do processo de repetição e o segundo possibilita a libertação do sujeito para viver uma nova fase da vida.

Em relação ao trabalho de elaboração, o ponto de partida, de acordo com Ricoeur (apud GAGNEBIN, 2009), é a identificação do obstáculo principal, no qual o trabalho de interpretação esbarra ao longo do caminho na recordação das lembranças traumáticas. Esse obstáculo é a compulsão à repetição: “O paciente não reproduz em forma de lembrança, mas em forma de ação: ele o repete sem, obviamente, saber o que repete” (GAGNEBIN, 2009, p. 84). Para sair da repetição é necessário:

[...] adquirir a coragem de fixar sua atenção sobre as manifestações de sua doença. Sua própria doença não pode mais ser para ele algo vergonhoso, ela deve se tornar um adversário digno, uma parte de sua essência, cuja presença tem boas motivações e da qual poderá extrair elementos preciosos para sua vida posterior. (RICOEUR apud GAGNEBIN, 2009, p. 104).

De acordo com Gagnebin (2009), esse trabalho de elaboração, baseado na recomendação de enfrentar o passado para compreendê-lo, é fundamental para entendermos a transposição da teoria do plano individual para o plano coletivo. Logo, é o trabalho de rememoração contra a compulsão à repetição que leva à elaboração. Nesse processo, o sujeito é levado a investir na recordação das memórias traumáticas de modo a substituir a memória recalcada pela lembrança; “o paciente deve ousar fazer uso do próprio entendimento para sair de sua menoridade autoculpada, sair da complacência na queixa, isto é, sair do registro da queixa e da acusação”. (GAGNEBIN, 2009, p. 104). De igual modo, a sociedade deve romper com esse processo de compulsão à repetição através da emergência do debate em espaços públicos, que traga à tona memórias individuais, as quais, como sabemos, estão sempre inscritas em quadros de referência social. Daí, reiteramos, a importância do testemunho como elo entre uma possível transposição do plano individual do trauma para o plano coletivo.

Ricoeur (apud GAGNEBIN, 2009) sugere uma aproximação entre o trabalho de elaboração e o trabalho de luto. Como veremos a seguir, o luto é a nossa reação natural à perda de alguma abstração, algo significativo que tome as mesmas proporções da perda de um ente querido, como um país, a liberdade, um ideal, e assim por diante. A melancolia, por sua vez, é o luto patológico. Ela pode apresentar diversas formas clínicas e seu traço mental característico é a diminuição do sentimento de si. O luto é reativo; quando o trabalho de luto se completa, o ego fica novamente livre. Na melancolia, ao contrário, o ego é esvaziado e não tem forças para se recompor. Para Freud, neste último

caso, é a sombra do objeto perdido que invade o ego, o qual se mantém esvaziado e preenchido por um fantasma.

De acordo com Ricoeur:

é o par luto/melancolia que deve ser tomado em conjunto, e é a propensão do luto à melancolia e a dificuldade do luto de escapar dessa tremenda neurose que devem suscitar nossas reflexões ulteriores sobre a patologia da memória coletiva e sobre as perspectivas terapêuticas assim abertas. (RICOEUR, 2007, p. 85).

Ao comparar o trabalho de lembrança que possibilitou a quebra do processo de repetição e o trabalho de luto que impede uma obsessão melancólica, Ricoeur (2007) determina que a compulsão à repetição está diretamente relacionada à melancolia. O autor sugere que o trabalho da lembrança e o trabalho do luto são libertadores.

Isso posto, Ricoeur volta à questão inicial: até que ponto é legítimo transpor para o plano da memória coletiva e da história as categorias patológicas propostas por Freud em relação à compulsão à repetição e à melancolia? Ele conclui que “é no plano da memória coletiva, talvez ainda mais do que no da memória individual, que a coincidência entre trabalho de luto e trabalho de lembrança adquire seu sentido pleno”. (RICOEUR, 2007, p. 93).

O autor afirma que é possível se falar em traumatismos coletivos e feridas da memória coletiva não apenas em uma análise comparativa, mas em termos de uma análise direta. Em relação ao luto, a incapacidade de substituição do objeto perdido pode levar a uma implicação patológica que, no plano coletivo, se associa às perdas que afetam o poder, o território e as pessoas que constituem o Estado. Essas perdas fazem parte de uma estrutura fundamental da existência coletiva e estão diretamente ligadas na relação da história com a violência. De acordo com o autor:

aquilo que celebramos como acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um estado de direito precário. A glória de uns foi humilhação para outros. À celebração de um lado, corresponde à execração, do outro. Assim se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas simbólicas que pedem uma cura. (RICOEUR, 2007, p. 92).

Sabemos, evidentemente, que as guerras causam destruição, sofrimento e dor. O custo desses conflitos afeta as percepções humanas e o desenrolar do processo histórico. Depois de tantas lutas sangrentas, como pensar em uma sociedade que não acumula feridas simbólicas? Na história do Brasil, conforme apontamos anteriormente, não faltam vivências de violência cujas perdas até hoje não somos capazes de mensurar. Com seus

passados intensamente regados por autoritarismo e violência, os povos indígenas e africanos escravizados ainda cobram justiça. A consequência imediata, sob o ponto de vista psicológico, é a compulsão à repetição, que só pode ser quebrada com o trabalho de rememoração. Nesse sentido, a memória coletiva ocupa lugar central no processo de elaboração.

É nesse ponto que a reflexão sobre o trauma histórico é importante para compreendermos o motivo das sociedades repetirem os eventos traumáticos. As comunidades que acolhem o testemunho individual e o elevam à esfera coletiva caminham para a compreensão de que a experiência individual de um membro da sociedade é comum ao corpo social. Assim, a coletividade é afetada.

Na Alemanha, por exemplo, um marco importante para formação de uma identidade pós-catástrofe teve início com a declaração do presidente, Richard von Weizsäcker, condenando o holocausto em 8 de maio de 1945. Nesse caso, deu-se um passo em direção à responsabilização do Estado pelos crimes cometidos e, dessa maneira, o país instaurou um período de revisionismo histórico. De acordo com Seligmann-Silva (2005), o testemunho acerca do holocausto na Europa tem desempenhado alguns papéis, tais como: fazer justiça; documentar a história; reelaborar um passado traumático; e cooperar para a reconstrução da identidade de um grupo de pessoas (judeus) que reencontram sua identidade na memória coletiva da catástrofe. Para o autor: “O testemunho funciona como guardião da memória” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.88), de forma que já não há uma disputa de memória entre a vítima e o algoz, como ainda acontece no Brasil.

Maria Rita Kehl, em “Os crimes do Estado se repetem como farsa: artigo de Maria Rita Kehl sobre o trauma da ditadura” (2013), afirma que é preciso construir uma narrativa forte e bem fundamentada, capaz de transformar os restos traumáticos da vivência do período ditatorial em experiência coletiva. Esse raciocínio vai ao encontro daquilo que defende Seligmann-Silva, ao afirmar que o testemunho do sobrevivente seria a ponte entre o trauma individual e o trauma coletivo. Somente através do testemunho, ou seja, dos restos traumáticos do período ditatorial, alcançaremos a coletividade. Somente com o testemunho dos sobreviventes, das vítimas e de seus familiares poderemos acessar o inconsciente da nossa nação e ressignificar nossas experiências: “Se o sintoma neurótico é a verdade recalçada que retorna como uma espécie de charada que o sujeito não decifra, o mesmo vale para os sintomas sociais”. (KEHL, 2013, s/p).

Tendo descrito como funciona o aparelho psíquico, avançaremos, então, na tentativa de compreender o trauma e sua relação com o tempo. Para isso, lançaremos mão de dois outros conceitos importantes da obra freudiana: incubação e latência.

A resposta ao trauma não é imediata; pelo contrário, o início de uma reação pode levar anos ou até décadas para se manifestar. Nas ciências médicas, a incubação é o tempo decorrido entre a infecção e o aparecimento dos sintomas de uma doença. A latência, por sua vez, é o intervalo entre o começo de um estímulo e o início de uma reação associada a esse estímulo; em outras palavras, é o tempo de reação.

De acordo com Freud, a incubação está relacionada ao tempo decorrido entre o choque e o aparecimento dos primeiros sintomas. É descrito como sendo o período de incubação justamente em alusão à patologia das doenças infecciosas:

Pode acontecer que um homem que experimentou algum acidente assustador - colisão ferroviária, por exemplo, - deixe a cena desse evento aparentemente incólume. No decorrer das semanas seguintes, contudo, desenvolve uma série de sintomas psíquicos e motores graves, os quais só podem ser remontados a seu choque, à concussão, ou ao que quer que seja. Agora, esse homem tem uma 'neurose traumática'. Trata-se de um fato inteiramente ininteligível - o que equivale a dizer: novo. (FREUD, 1980 [1939], p. 43).

Em *O corpo interminável* (LAGE, 2019), o comportamento do pai de Júlia ilustra bem esse conceito. A experiência traumática do desaparecimento da filha fica incubada e o pai reage como se nada tivesse acontecido. No entanto, o não dito sobre a filha desaparecida deixa evidente a presença dela como um fantasma de uma vivência traumática não resolvida. Nesse caso, qualquer acontecimento traz a vivência traumática novamente à tona, com grande força, como na ocasião em que o avô é chamado na escola de Daniel, pela direção, para tratar de uma redação do neto.

Daniel conta que, um dia, a professora chamou o avô para uma conversa por causa de uma redação que ele havia escrito. Ainda um menino, que mal tinha começado a ler, escreveu sobre a morte da própria mãe de uma maneira muito forte, com muito sangue e violência. A diretora ficou impressionada, buscando conversar com o garoto: “a sua mãe pode aparecer, meu filho, a qualquer momento, o seu avô me disse, ela foi viajar, mas volta”. (LAGE, 2019, p. 25). Na ocasião, o avô foi chamado na escola, mas não compareceu. “O meu avô deve ter achado a carta uma bobagem, amassou sem terminar de ler”. (LAGE, 2019, p. 26). Na verdade, o avô não achou uma bobagem, mas o fato fez com que a vivência traumática retornasse de forma intensa, como afirma Kátia Macêdo: “Para o trauma não há passado, só há presente” (UCHITEL apud MACÊDO, 2014, p.

197). De acordo com a autora, o sintoma traumático fica alheio às cadeias associativas e por isso se mostra como ato, acusando uma não memória: “O acontecimento traumático não fecha, nem cicatriza, fica propenso a se abrir diante de qualquer nova agressão externa que circunde ou atinja o foco pela associação”. (MACÊDO, 2014, p. 197).

Vejam os casos das crianças que foram submetidas a sessões de tortura durante a ditadura: para alguns, o episódio aterrador ainda não acabou. Vários militantes de esquerda tiveram seus filhos ainda pequenos presos e torturados durante a ditadura. O fato de serem crianças não os poupou da violência e, como resultado, cresceram sob a égide do medo. A marca regressiva desse tipo de tortura faz com que a experiência traumática dificilmente seja ressignificada, produzindo uma cisão do eu. Essas crianças raramente se recuperam da experiência traumática para viver uma vida comum, sendo sempre assoladas pelas repetições.

A fim de explicitar como a teoria freudiana de incubação se aplica na vida de pessoas que sofreram a vivência traumática, traremos a história de uma criança presa e torturada com um ano e oito meses de idade. De acordo com o relatório da CNV, Carlos Alexandre foi levado junto com a mãe, Darcy Andózia, ao DOPS/SP no dia 14 de janeiro de 1974. Naquele lugar, foi torturado pela equipe do delegado Fleury, segundo relato de seu pai, Dermi Azevedo. Mesmo com a pouca idade, Carlos Alexandre foi vítima de choques elétricos e outras atrocidades. Nas palavras de Dermi, e o que também justifica nossa escolha por esse testemunho, “maltratar um bebê é o suprassumo da crueldade” (BRASIL, 2014, s/p).

Os pais de Carlos Alexandre Azevedo eram amigos do cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Eles faziam parte do movimento de retaguarda, abrigavam em sua casa militantes que se preparavam para viajar para o exterior. Darcy Andózia, mãe de Carlos Alexandre, ficou presa por mais de quarenta dias, tendo sofrido tortura psicológica, mas não chegando a sofrer violência física. Já Dermi Azevedo, o pai, ficou preso por aproximadamente quatro meses. Sofreu intensas sessões de tortura no pau-de-arara e repetidos golpes na cabeça, chamados de “telefone”. Carlos Alexandre foi levado preso junto com os pais e, como começou a chorar, os policiais lhe deram um soco na boca, que começou a sangrar. Com o corte nos lábios, sangrando, foi levado para o DOPS/SP e passou por mais de quinze horas em poder dos homens da repressão. No DOPS/SP, os pais ouviram relatos, por parte de outros presos, de que ele teria levado também choques elétricos:

Mais tarde, o bebê foi entregue aos avós maternos, em São Bernardo do Campo (SP). Como disse o pai anos depois: “Na verdade, em vez de entregue, ele foi jogado ao chão. Acabou com um machucado a mais na cabeça. Isso me foi contado. O certo é que ele ficou apavorado. E esse pavor tomou conta dele”. (SÃO PAULO, 2014, p. 15).

Na história de Carlos Alexandre, aquilo que Freud chama de incubação, esse intervalo entre o impacto do acontecimento e o momento das primeiras manifestações sintomáticas, aconteceu logo após o garoto sair da prisão. Em reportagem da revista *IstoÉ*, em fevereiro de 2010, Dermi Azevedo conta como Carlos Alexandre começou a demonstrar os primeiros sinais sintomáticos. Eles se mudaram para Currais Novos, no Rio Grande do Norte, logo após Dermi sair da prisão, em maio de 1974. De acordo com pai:

Carlos Alexandre demonstrou os primeiros sinais de isolamento já em Currais Novos. Não interagia com outras crianças, tornou-se agressivo e andava sempre triste. Às vezes, acordava agitado procurando pela mãe: “Mamãe, onde é o barulho do trem?” A sede do Deops, onde ele esteve detido durante algumas horas, era na região da Estação da Luz. De lá, dava para ouvir o som do vai e vem das composições. (BRASIL, 2014, s/p).

Constatamos, através do exemplo do barulho do trem, como o impacto do acontecimento traumático se manifestou em Carlos Alexandre, segundo a descrição de Freud da incubação, através da rememoração da cena traumática. Ele ouve o barulho do trem ao mesmo tempo em que acorda agitado em busca da mãe, cena que se repete sem parar e os sons não estão mais fora, mas dentro de Carlos Alexandre. Essa experiência é marcada no tempo presente. Por isso reiteramos que, nesses casos, não há passado.

Associado ao medo e ao isolamento, Carlos Alexandre cresceu testemunhando as crises do pai e a inquietude da mãe sem ao menos entender o que ele sentia. Foi quando descobriu o próprio passado, ao remexer em gavetas, aos dez ou onze anos de idade: “Misturado a fotografias antigas e a uma porção de papéis, encontrou o desenho de uma vaquinha, conhecida na época por simbolizar a “esperança”, com o seguinte recado: ‘Deops 1974: Quando você ficar mais velho, seus pais vão te contar a sua história.’.” (BRASIL, 2014, s/p). Ele afirma, ainda, que o assunto da tortura sempre foi um tabu na família: “Minha família sempre foi muito retraída, sem diálogo. Não costumávamos falar sobre tortura. Esse assunto sempre foi tabu entre nós” (BRASIL, 2014, s/p). A família provavelmente apostou numa tentativa de esquecimento para superar a dor que se fazia presente entre aqueles que sofreram o evento traumático. No entanto, o esforço de

esquecer se mostrou em vão, uma vez que as lembranças sempre voltam e produzem sintomas que a pessoa traumatizada não é capaz de controlar.

No caso de Carlos Alexandre, a neurose infantil evoluiu na fase adulta, adquirindo um caráter definitivo. Já na adolescência, ele deixou de ir à escola e dos treze aos vinte anos de idade quase não saiu de casa. Ele relata que, em momentos de nervoso extremo, quebrava tudo que via pela frente. Chegou a engordar quarenta quilos em seis meses e tentou suicídio algumas vezes.

Por fim, Carlos Alexandre Azevedo não conseguiu lidar com o trauma e acabou com a própria vida em 17 de fevereiro de 2013, aos quarenta anos. Isso comprova a teoria freudiana segundo a qual a cisão do eu é insuportável. O trauma permanece vivo e está ligado a um estado permanente de impotência e desamparo.

Em nota de solidariedade, o Movimento Nacional de Direitos Humanos atribui à ditadura a culpa pela morte de Carlos Alexandre. O documento consta entre os anexos do capítulo 10 do relatório da CNV:

Hoje a ditadura militar concluiu a morte de Carlos iniciada em tão tenra idade, este acontecimento entristece a todos nós, profundamente e fortalece nosso empenho na luta por Memória, Verdade e Justiça, de forma que a impunidade não continue se perpetuando. (BRASIL, 2014, s/p).

O pai de Alexandre também escreveu uma carta, na qual relembra o sofrimento do filho:

Meu coração sangra de dor. O meu filho mais velho, Carlos Alexandre Azevedo, suicidou-se na madrugada de hoje, com uma overdose de medicamentos. Com apenas um ano e oito meses de vida, ele foi preso e torturado, em 14 de janeiro de 1974, no Deops paulista, pela “equipe” do delegado Sérgio Fleury, onde se encontrava preso com sua mãe. Na mesma data, eu já estava preso no mesmo local. Cacá, como carinhosamente o chamávamos, foi levado depois a São Bernardo do Campo, onde, em plena madrugada, os policiais derrubaram a porta e o jogaram no chão, tendo machucado a cabeça. Nunca mais se recuperou. Como acontece com os crimes da ditadura de 1964-1985, o crime ficou impune. O suicídio é o limite de sua angústia. (BRASIL, 2014, p. 423).

Freud chama de latência o efeito retardado do trauma, o tempo entre as primeiras reações e o desencadeamento posterior da doença. De acordo com o psicanalista, o trauma pode durar um tempo considerável e provocar perturbações acentuadas, mas pode também seguir um curso latente e não ser notado:

Muito mais frequentemente ela é sucedida por um período de desenvolvimento aparentemente não perturbado - curso de coisas apoiado ou tornado possível pela intervenção do período fisiológico da latência. Só posteriormente realiza-

se a mudança com que a neurose definitiva se torna manifesta, como um efeito retardado do trauma. (FREUD, 1980 [1939], p. 49).

No caso de Carlos Alexandre, ele desenvolveu um transtorno chamado pela ciência de fobia social, que seria um medo excessivo e persistente de se expor. A pessoa que sofre desse distúrbio se esquia de contatos interpessoais porque teme ser humilhada ou rejeitada. Embora um laudo preliminar não associe essa patologia à tortura sofrida enquanto criança, esse tipo de experiência, segundo a teoria freudiana, tem potencial para se tornar uma neurose.

Carlos Alexandre não foi a única criança vítima de tortura no Brasil durante a ditadura civil-militar. Há um capítulo no relatório final da CNV, intitulado “A violência contra crianças e adolescentes, o legado traumático e sua transmissão”, que é dedicado exclusivamente a esses casos. Mesmo sem oferecer nenhum risco à dita “segurança nacional”, crianças e adolescentes foram monitorados, perseguidos, presenciaram os pais sendo torturados, cresceram dentro de uma prisão ou foram surpreendidos com ações violentas dentro da própria casa em que viviam. Assim, “eles cresceram em um período de graves violações de direitos humanos e agressões ao direito da cidadania. Mas receberam marcas profundas e particulares. Não tinham responsabilidade pelas opções políticas dos pais nem pela situação do país”. (SÃO PAULO, 2016, p. 9).

De que maneira a literatura significa ou traduz as vivências traumáticas? Na ficção, a questão da ameaça da ditadura para as crianças é representada por Cláudia Lage em *O corpo interminável* (2019). Na obra, a autora trata da tortura de uma mulher grávida em uma das narrativas que atravessam a busca de Daniel pela história da mãe: “Eles não a pouparam por isso, perde-se como se ganha filhos. Os tapas, os choques, os ratos, as baratas. Há muitos tipos de tortura, vagabunda. Eles não a pouparam, ganha-se como se perde, mas ela não perdeu. A pulsação continuava. A barriga crescia”. (LAGE, 2019, p. 102).

Exposta a todas as crueldades possíveis, em um dado momento, a mulher submetida às sessões de tortura física as vê substituídas pela tortura psicológica. Os insultos e as ameaças ao filho eram tão cruéis quando a tortura física. Diziam que o bebê nasceria morto, doente ou nem nasceria. A chamavam de puta, como chamavam todas as mulheres que se envolviam na luta política e rompiam com o que era esperado das mulheres daquela época:

O plano era a deixarem ali, as paredes imundas, o corpo imundo como as paredes, o cheiro suado do lugar, do corpo, os cheiros entranhados, o lugar e o

corpo, como um só organismo. Ela sabia, o plano era deixá-la na imundície, a barriga crescendo na imundície, se formando na imundície, filho da porcaria, diziam, ia nascer do lodo, esse era o plano, ela via nos olhos. Você que procurou, quem mandou se meter onde não devia, quem mandou, agora aguenta, a imundície, o filho nascido na imundície, o futuro na imundície, você não vai sair daqui, ou sai morta, morta e sem filho, os braços estendidos, os braços vazios, ela via nos olhos, era esse o plano. (LAGE, 2019, p. 102-103).

A gravidez avançava e, um dia, chamaram um médico para fazer o parto. A descrição do parto expõe ainda mais a impiedade e a desumanidade da tortura, uma vez que até mesmo num momento que pede um mínimo de compaixão, que é o nascimento de um semelhante, as violências têm continuidade:

Quando o médico veio, não o deixaram dar a anestesia. Ela sentiu o corte a sangue frio, a sangue quente. E, de repente, o vazio. Ouviu o choro cortando a cela, entre as paredes imundas, o choro do seu bebê. Antes de desmaiar, estendeu os braços, mas eles despencaram. Ouviu o próprio grito. Fechavam a sua barriga, a sangue frio, a sangue quente. Os braços inertes, a agulha entrando e saindo da pele. A sua pele era um tecido qualquer. Ainda vislumbrou o pequeno corpo avermelhado, antes da dor invadir os seus nervos. Ainda ouviu o choro se afastando, ecoando entre corredores e alas, antes de desmaiar. Antes dos olhos fecharem, ainda tentou, mais uma vez, estender os braços. (LAGE, 2019, p.104).

Muitas foram as denúncias de mulheres grávidas, que além de sofrerem todo tipo de tortura física e psicológica, tiveram sua sexualidade usurpada. Há relatos de filhos arrancados do ventre, vítimas de abortos forçados:

Em muitos casos, foram colocados fios elétricos na vagina e no ânus. Houve mulheres estupradas. Outras sofreram abortamento forçado devido a chutes na barriga [...] Outras [...] foram colocadas em “cadeiras do dragão”, levando choques elétricos na vagina, na barriga, nos seios, na cabeça. Houve aquelas que tiveram seus bebês nos DOI-CODIs. Algumas foram assassinadas grávidas como foram os casos de Soledad Barret Viedma (1945-1973) e de Dinalva de Oliveira Teixeira (1945 – 1974). Outras tiveram seus bebês em cativeiros e se sabe quase nada a respeito do destino dessas crianças. (TELES, 2014, p. 14).

Isabel Fávero relata com detalhes o abortamento sofrido e denunciado pelo seu marido na época:

Eu ficava horas numa sala, entre perguntas e tortura física. Dia e noite. Eu estava grávida de dois meses, e eles estavam sabendo. No quinto dia, depois de muito choque, pau de arara, ameaça de estupro e insultos, eu abortei. Depois disso, me colocaram num quarto fechado, fiquei incomunicável. (SÃO PAULO, 2016, p. 16).

Outra mulher que teve a gravidez interrompida devido às torturas sofridas foi Nádia Lucia do Nascimento, grávida de seis meses à época. De acordo com o livro *Infância roubada: Crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil* (SÃO PAULO,

2014), ela foi colocada na “cadeira de dragão”, uma cadeira especificamente desenhada para aplicar choques elétricos, no DOI-CODI/SP. Depois de arrancada a roupa, ela levou choque elétrico por todo o corpo, o que fez com que abortasse. Ficou durante dias com fortes hemorragias e dores, sem qualquer tipo de atendimento médico.

De acordo com Márcio Seligmann-Silva em “Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas” (2008), para muitos sobreviventes quem melhor escreve sobre o trauma é quem o acessa pelas portas da imaginação. Por esse motivo a literatura é tão importante, conforme explica o autor: “A imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração. A literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço”. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 71).

Voltando-nos mais uma vez para a teoria freudiana, entendemos que a testemunha rompe a latência via linguagem, uma vez que é através dela que o psiquismo cria para si a representação. Como vimos, a experiência traumática freudiana não pode ser assimilada enquanto ocorre. Somente tempos depois a testemunha rompe essa barreira, ao se recordar do fato que desencadeou o trauma e o reviver com a mesma dor e sofrimento que experienciou no momento em que aconteceu a violência. Ainda que ela tente se esquecer do ocorrido, o trauma desencadeia alterações no aparelho psíquico que, de uma forma ou de outra, provocam a revivência da experiência traumática, seja através de *flashbacks*, de pesadelos ou de pensamentos intrusivos. Como reação, a vítima se isola e foge de qualquer lembrança que possa reavivar o momento que desencadeou o trauma.

A obra *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella* (2006 [1987]), de Frei Betto, retrata a história de vida de Frei Tito de Alencar Lima, um frade católico brasileiro, preso e acusado de participar da organização do congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, em outubro de 1968, e por manter relações com Carlos Marighella, um dos principais organizadores da luta contra a ditadura militar no Brasil. O religioso foi submetido a quarenta dias de torturas pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, conhecido pela truculência e pelo ódio a padres que se envolviam em política. Tito foi colocado no pau-de-arara”; sofreu choques elétricos na cabeça, nos órgãos genitais, nos pés, mãos e ouvidos; levou socos, pauladas e agressões com palmatórias. Além disso, foi preso na chamada “cadeira do dragão” e queimado com cigarros. Sua história mostra a morte como a saída encontrada para fazer findar a dor oriunda do trauma.

Em um dos interrogatórios, ouviu de um torturador:

“Quando venho para a Oban, deixo o coração em casa. Tenho verdadeiro pavor a padre, e, para matar terrorista, nada me impede... Guerra é guerra, ou se mata ou se morre. [...] Estavam três militares na sala. Um deles gritou: “Quero nomes e aparelhos.” Quando respondi: “não sei”, recebi uma descarga elétrica tão forte, diretamente ligada à tomada, que houve um descontrole em minhas funções fisiológicas. [...] Diante de minhas negativas, aplicaram-me choques, davam-me socos, pontapés e pauladas nas costas. Revestidos de paramentos litúrgicos, os policiais fizeram-me abrir a boca “para receber a hóstia sagrada”. Introduziram um fio elétrico. Fiquei com a boca toda inchada sem poder falar direito. Gritavam difamações contra a Igreja, e berravam que os padres são homossexuais, porque não se casam. Às 14 horas, encerraram a sessão. [...] – Às dezoito horas, serviram o jantar, mas não consegui comer. [...] Pouco depois, levaram-me para uma “explicação”. [...] O “interrogatório” reiniciou [...] Durante cinco horas, apanhei como um cachorro. [...] Quiseram deixar-me dependurado toda a noite no pau de arara. Mas o capitão Albernaz objetou: “Não é preciso, vamos ficar com ele aqui mais dias. Se não falar, será quebrado por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver, jamais esquecerá o preço da valentia”. (BETTO, 2006 [1987], p. 193).

No fim do interrogatório, no limite da dor e como uma forma de resistir, Frei Tito considera o suicídio como sua única saída:

Na cela, eu não conseguia dormir. A dor crescia a cada momento [...]. Angustia-me a possibilidade de os outros religiosos sofrerem o mesmo. Era preciso pôr um fim àquilo. Sentia que não iria aguentar mais o sofrimento prolongado. Só havia uma solução: matar-me. [...] O preso ao lado pressentiu minha decisão e pediu que eu me acalmasse. Havia sofrido mais do que eu (teve os testículos esmagados) e não chegara ao desespero. Mas, no meu caso, tratava-se de impedir que outros viessem a ser torturados e de denunciar à opinião pública e à Igreja o que se passa nos cárceres brasileiros. Só com o sacrifício de minha vida isso seria possível, pensei. (BETTO, 2006 [1987], p. 194).

Diante das circunstâncias e da possibilidade de que outros companheiros fossem capturados, acreditando que sua morte seria um modo do caso chegar à opinião pública, Tito encontra a forma de tirar a própria vida, mas acaba sendo socorrido a tempo. Seus algozes desejavam mantê-lo vivo, precisamente por se tratar de um religioso:

Passou um soldado. Pedi que me emprestasse a gilete para terminar a barba. [...] Tomei a gilete, enfiei-a com força na dobra interna do cotovelo, no braço esquerdo. O corte fundo atingiu a artéria. O jato de sangue manchou o chão da cela. Aproximei-me da privada, apertei o braço para que o sangue jorrasse mais depressa. Mais tarde, recobrei os sentidos num leito do Pronto-Socorro do Hospital das Clínicas. [...] No corredor do Hospital Militar, o capitão Maurício dizia desesperado aos médicos: “Doutor, este padre não pode morrer de jeito nenhum. Temos que fazer tudo, senão estamos perdidos”. (BETTO, 2006 [1987], p. 194).

Depois do ocorrido, as torturas continuaram, ao que avisaram a Tito: “A situação agora vai piorar para você que é um padre suicida e terrorista” (BETTO, 2006 [1987], p.

196). Na prisão, escreveu sobre a sua tortura e o documento correu pelo mundo em diversos idiomas, tendo se transformado em símbolo da luta pelos direitos humanos. Em seu parágrafo final, alerta Frei Tito:

É preciso dizer que o que ocorreu comigo não é exceção, é regra. Raros os presos políticos brasileiros que não sofreram torturas. Muitos, como Schael Schreiber e Virgílio Gomes da Silva, morreram na sala de torturas. Outros ficaram surdos, estéreis ou com outros defeitos físicos. A esperança desses presos coloca-se na Igreja, única instituição brasileira fora do controle estatal-militar. Sua missão é defender e promover a dignidade humana. Onde houver um homem sofrendo, é o Mestre que sofre. É hora de nossos bispos dizerem um BASTA às torturas e injustiças promovidas pelo regime, antes que seja tarde. A Igreja não pode omitir-se. As provas das torturas trazemos no corpo. Se a Igreja não se manifestar contra esta situação, quem o fará? Ou seria necessário que eu morresse para que alguma atitude fosse tomada? Num momento como este, o silêncio é omissão. Se falar é um risco, é muito mais um testemunho. A Igreja existe como sinal e sacramento da justiça de Deus no mundo. "Não queremos, irmãos, que ignoreis a tributação que nos sobreveio. Fomos maltratados desmedidamente, além das nossas forças, a ponto de termos perdido a esperança de sairmos com vida. Sentíamos dentro de nós mesmos a sentença de morte: deu-se isso para que saibamos pôr a nossa confiança, não em nós, mas em Deus, que ressuscita os mortos" (2 Co. 1, 8 e 9). Faço esta denúncia e este apelo a fim de que se evite amanhã a triste notícia de mais um morto pelas torturas. (TITO apud BETTO, 2006 [1987], p. 199).

Depois de livre, embora tivesse sido submetido a tratamentos psicológicos, Frei Tito não foi capaz de conviver com as marcas do trauma e continuar vivo. Ele confidenciava a amigos que a loucura o estava dominando. Dessa forma, o trauma não foi elaborado e o suicídio foi a única forma encontrada para se livrar do sofrimento. Frei Tito termina sua trajetória de vida com a seguinte frase: "é melhor morrer do que perder a vida". (BRASIL, 2014, p. 390). Sobre o ocorrido, Frei Betto discorre:

De modo exemplar, Frei Tito encarnou todos os horrores do regime militar brasileiro. Este é, para sempre, um cadáver insepulto. Seu testemunho sobreviverá à noite que nos abate, aos tempos que nos obrigam a sonhar, à historiografia oficial que insiste em ignorá-lo. Permanecerá como símbolo das atrocidades infundáveis do poder ilimitado, prepotente, arbitrário. Ficará, sobretudo, como exemplo a todos que resistem à opressão, lutam por justiça e liberdade, aprendendo, na difícil escola da esperança, que é preferível "morrer do que perder a vida". (BETTO, 2006 [1987], p. 212).

A partir dessa experiência, observamos como o trauma é uma forma de sofrimento continuado que, no limite, leva a vítima a cometer o suicídio. Frei Tito tentou reconstruir sua vida, tendo buscado se exilar no Chile, onde se sentia perseguido; fora então para a Itália e, mesmo do outro lado do oceano, via nos rostos de pessoas comuns a imagem do torturador, nesse caso, o delegado Fleury.

Como discutimos anteriormente, outra forma de estar no mundo depois de passar por experiências limite é a opção pelo silêncio. Essa estratégia está evidenciada na narrativa de Karen Keilt:

Eu tinha medo. [...] Eu não fiquei pessoa humana até muitos anos depois. [...] Não é possível. Não é possível ser uma pessoa completamente humana outra vez. [Demorou] quase 40 anos para eu poder ficar normal outra vez. Eu nunca contei essa história para mais ninguém. Mas eu sei. Trinta e sete anos. Eu sabia que um dia vai ter justiça para todos que passaram por isso. O Brasil não pode continuar desse jeito. Eu ainda amo o Brasil. Amo o Brasil. Oh, God! I'm sorry! (BRASIL, 2014, p. 427).

Na ficção, em *O corpo interminável* (LAGE, 2019), Melina conta a reação de uma moça que, depois de se distanciar das situações de tortura, reage de forma aparentemente fora de contexto. A história é representada por um documentário que aborda a saída de militantes brasileiros das prisões. Chama atenção o testemunho de uma moça que, ao contar dos choques recebidos nos ouvidos, nos seios e na vagina, reagiu com riso:

Está rindo de nervoso, pensei. Mas não era de nervoso. Está rindo de alívio, pensei. Mas não era de alívio. Duas semanas atrás, ela estava no Brasil, na prisão. Duas semanas atrás, ela levava choques nos ouvidos, nos seios, na vagina. Duas semanas depois, ela contava isso num quintal de outro país, rodeada de pessoas que passaram o mesmo. Os seus lábios não abandonavam o sorriso, como se fosse impossível o rosto se sustentar sem ele. As pessoas ao seu redor também começaram a rir. Todos riam. E não era de nervoso, não era de alívio. Riam de rir. (LAGE, 2019, p. 29).

Melina observa a fala da militante e imagina o esforço que deve ser falar sobre a tortura que acontecera num tempo muito próximo, no caso do documentário em questão, havia apenas duas semanas. Aquele poderia ser considerado como parte dos primeiros sintomas pós-incubação do trauma:

Em algum lugar, entende, em algum lugar tinha que aparecer o esforço. Porque havia um esforço. Mesmo que a moça não soubesse, [...] Ou talvez não fosse um esforço, fosse o próprio tempo, aquelas duas semanas, uma outra vida iniciada, o tempo que passa e muda o que parecia impossível mudar. Talvez fosse isso. Entre o que ela dizia e o que tinha vivido, entre a palavra e o riso, tinha de ter, um elo, um fio, algo que não os distanciasse tanto. [...] Uma moça que fala de tragédias com a leveza de quem não as vive. Uma moça que sorria. (LAGE, 2019, p. 29).

O documentário continua e o desfecho da história dessa moça soma-se a outros; ela não consegue lidar com a dor da lembrança e acaba com própria vida. Anos depois, fica-se sabendo, essa moça se jogou na frente de um trem, em Berlim. Melina encontra-se na posição da testemunha que acolhe, que escuta a narração até o fim com empatia:

O olhar de Melina se perdeu de vez no teto. Ela via a cena, de repente estava na estação alemã, há décadas, na data exata. Era como se anotasse a chegada da moça na plataforma, a sua respiração, o cansaço extremo, a impossibilidade de sair daquele lugar, a impossibilidade de continuar daquela forma. (LAGE, 2019, p. 30).

Freud também nos alerta para a compulsão em repetir em vez de se lembrar. Na ficção, isso acontece com o pai de Júlia, em *O corpo interminável* (LAGE, 2019), com a mãe de Ana Rosa e com o próprio K., sobre sua militância na juventude, em *K. Relato de uma busca* (KUCINSKI, 2014).

Nesse sentido, o testemunho individual está diretamente relacionado ao plano coletivo, uma vez que a quebra do silêncio da vítima traz uma nova interpretação para a história oficial, motivo pelo qual é importante que o testemunho seja acolhido pela sociedade. O testemunho rompe com políticas de esquecimento, fator que, no caso brasileiro, sempre funcionou como política de Estado. A vítima, portanto, apresenta traumas individuais que servem para a (re)construção da memória coletiva da catástrofe.

Inês Etienne, a única sobrevivente da Casa da Morte, em Petrópolis, em depoimento à CNV, pediu que, caso ela viesse a morrer, que as circunstâncias fossem investigadas para que a história do Brasil não fosse deturpada por aqueles que tinham interesse em vê-la morta e, obviamente, silenciada. Trata-se de um caso em que a vítima de traumas individuais tem sua vivência traumática diretamente associada com a história do país:

Meus carrascos afirmaram que “me suicidariam” na prisão, caso eu revelasse os fatos que ouvi, vi e que me contaram durante os três meses de minha prisão, pois reconhecem que “sei demais”. Querem que eu morra “naturalmente”, sem que sejam responsabilizados pela morte que me impingirem. [...] Se eu morrer, quero que todas as circunstâncias de minha morte sejam esclarecidas, ainda que demande tempo, trabalho e sacrifício, menos em minha memória, mais em nome da honra do país em que nasci, muito pela decência de minha pátria e de meus compatriotas. (BRASIL, 2014, p. 377).

Primo Levi fala da necessidade de testemunhar uma experiência individual e impactar o plano coletivo, caso em que o testemunho cumpriria a função de ponte entre um âmbito e outro. Primo Levi escreve para alertar os jovens sobre a maldade humana, a fim de que o horror não se repita:

Desde meu primeiro livro, *É isto um homem?*, quis que meus escritos, embora assinados por mim, fossem lidos como obras coletivas, como uma voz representando outras vozes. Mais ainda: que fossem uma abertura, uma ponte entre nós e nossos leitores, especialmente os jovens. Para nós, deportados, é

agradável sentar à mesa e compartilhar os episódios de nossas desventuras agora distantes, mas nisso não é muito útil. Enquanto estivermos vivos, é nosso dever falar, sim, mas aos outros, aos que ainda não eram nascidos, para que saibam “até onde se pode chegar”. (LEVI, 2015, p. 148).

O autor nos adverte sobre a necessidade de testemunhar enquanto estivermos vivos para alertar as próximas gerações. Esse alerta lembra o pensamento que marca a resistência ao esquecimento da ditadura civil-militar brasileira: “Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça”, frase do centro de referência de lutas políticas no Brasil, Memórias Reveladas³⁷. O Centro em questão opera como um polo catalisador de informações nos acervos documentais do Arquivo Nacional e da Casa Civil da Presidência da República.

No plano coletivo, o Brasil tem uma dívida não só com o seu passado recente, mas também com toda uma história construída sobre bases violentas desde a colonização. Ainda hoje não temos políticas públicas que protejam negros e indígenas dos poderosos desse país, de uma elite que insiste em dizimar pessoas pobres para manter seus privilégios, seja no campo, protegendo seus latifúndios, seja na cidade, tentando se preservar da violência que ainda ajudam a perpetrar. Embora nosso *corpus* de análise se refira aos “anos de chumbo” em que os militares estiveram no poder, não podemos dissociar esse momento da história daqueles outros que o antecederam e foram tão ou mais marcados por sangue, dor e sofrimento. Nossa história é a prova de que os eventos que não são rememorados se repetem num movimento que nos parece cíclico, ainda que cada qual traga em si especificidades relativas ao contexto histórico em que se situam.

Nossa intenção, ao longo desta tese, foi discutir a questão do trauma individual numa articulação entre o trauma coletivo e o histórico, sem a pretensão de nos aprofundarmos neste último. Isso porque entendemos que todas as questões que envolvem o estudo do trauma demandam um conhecimento profundo da teoria psicanalítica. Acreditamos que, ao buscarmos compreender os conceitos básicos da psicanálise, associados a um momento histórico específico, conseguimos ter uma melhor dimensão do processo de funcionamento da nossa sociedade quanto a sua reação em relação ao trauma, e como a compulsão à repetição define nossa identidade. Dessa forma, compreendemos que o testemunho é uma resposta à barbárie e, ao mesmo tempo, uma ab-reação ao trauma.

³⁷ “Memórias Reveladas” é o nome dado ao Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil. Foi institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República e implantado no Arquivo Nacional com a finalidade de reunir informações sobre os fatos da história política recente do País.

Em relação ao “real”, representado na literatura de testemunho, Seligmann-Silva (2003) cita dois pontos que considera centrais para se evitar enganos. Primeiro, a literatura de testemunho é uma face da literatura, não um gênero em si. Ela vem à tona na época de catástrofes históricas, e coloca sob questionamento a relação da literatura com o real, anteriormente fundamentada no fato de a literatura não ser mimese do mundo. Segundo, o “real” não deve ser confundido com realidade, como nos modelos realista e naturalista, mas sim como chave freudiana do trauma. Em psicanálise, conforme apontamos anteriormente, a verdade é um recorte, é o reconhecimento de uma realidade. Nos casos que aqui analisamos, trata-se da realidade da vítima. Em outras palavras, interessa-nos a verdade que a vítima traz, o que para ela é suportável, até que, como em camadas, através da narrativa, inicia-se a desconstrução desses mecanismos que levam o recalcado a nível inconsciente.

Interessa-nos esse “real” reprimido, recalcado, que resiste à representação. Para Freud, o recalque não impede a representação de prosseguir existindo no inconsciente; o recalque é parte do inconsciente, no entanto, pode produzir efeitos, inclusive que atingem a consciência.

Para que possamos melhor observar essa questão do real e do ficcional em Freud, a relação entre verdade e fantasia, precisamos compreender como o psicanalista entende a personalidade, uma vez que é ela quem determina nossos pensamentos, nossos sentimentos e nossas ações. Para Freud, nossas experiências individuais moldam nossa personalidade, sempre se levando em consideração os três níveis no psiquismo: o consciente, o pré-consciente, e o inconsciente.

O consciente é a parte do pensamento possível de ser acessado; já o inconsciente remete àquilo de que a pessoa não é conhecedora, mas que ainda assim influencia seu comportamento. Freud justifica a existência do inconsciente a partir das lacunas deixadas pelo consciente, apontando que “tanto nas pessoas sadias como nas doentes ocorrem com frequência atos psíquicos que só podem ser explicados pela pressuposição de outros atos, para os quais, não obstante, a consciência não oferece qualquer prova” (FREUD, 1974 [1915], p. 99). Para ele, esses atos não são apenas as ações falhas e os sonhos; até mesmo pensamentos espontâneos cujas origens não são conhecidas e permanecem ocultas para nós remetem ao inconsciente.

Assim, o período compreendido entre o evento que originou o trauma e a latência faz alusão a um estado de inconsciência psíquica. Nesse estado, o paciente não tem domínio total do “real”, ou seja, da realidade objetiva, pois ela resiste à representação,

uma vez que não pode ser acessada. No plano individual, as distorções reportam para a fantasia, que são ficções inconscientes. A realidade psíquica não é sinônimo de realidade objetiva, no entanto, é precisamente ela que nos interessa.

No plano coletivo, no enfrentamento de um trauma histórico, o autor de ficção fabrica a fantasia e, a nível inconsciente, ela tende a exercer no plano coletivo as mesmas funções que exerce a nível individual: de emergir o recalcado da sociedade, trazendo à tona dores reprimidas. É como se o escritor lançasse mão desse recurso para fazer aflorar o inconsciente nacional através de uma catarse necessária.

A experiência traumática resiste à representação, e é através da linguagem, mesmo com sua dificuldade de simbolização, que a cena traumática é submetida a uma forma e narrada; por isso a importância do testemunho da vítima na elaboração de traumas coletivos.

Para melhor compreensão de como um trauma individual está diretamente ligado ao trauma coletivo, separamos um depoimento da CNV que trata de um evento histórico específico: o envio de quarenta presos políticos para a Argélia, em 1970. Entre eles, estava uma criança. Ernesto Carlos Dias do Nascimento relatou o impacto de ter sido preso com a mãe, Jovelina, e levado para onde o pai já se encontrava preso. O menino tinha apenas um ano e três meses e foi uma das quatro crianças banidas com os outros presos políticos. A história de Ernesto é também a história do país:

eu fiquei com muito trauma, por muito tempo, muito, muito, muito tempo. Eu não consigo lembrar... Outra coisa é o pavor que eu tinha das pessoas, pavor de pessoa de farda, tinha medo de pessoas fardadas, tinha pavor. E eu tinha fobia social, não conseguia ficar junto com as pessoas. Mesmo em Cuba, eu não conseguia ter contato... Tinha medo de contato social, com as pessoas. Quando chegava gente em casa, tinha aquele pavor. Eu não deixava ninguém me pegar, eu mordía as pessoas. (BRASIL, 2014, p. 428).

De acordo com Seligmann-Silva (2008), todo produto da cultura pode ser lido no seu teor testemunhal. Assim, “não se trata da velha concepção realista e naturalista que via na cultura um reflexo da realidade, mas antes de um aprendizado - psicanalítico - da leitura de traços do real no universo cultural”. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 71). É esse o potencial da literatura, o de traduzir e significar a vivência traumática.

4.3 TRAUMA HISTÓRICO

*Nosso presente anda, mesmo, cheio de passado.
(Lilia Schwarcz)*

Antes de adentrarmos, especificamente, no trauma histórico, precisamos compreender que o Brasil é um país estruturalmente violento e que desde a colonização a violência é um ardil que marca a vida dos mais vulneráveis com sofrimento e morte. E, como vimos anteriormente, violência produz trauma.

Para além da violência que, por si só, seria o bastante para que o trauma individual pudesse ser estudado em uma esfera coletiva, no Brasil, um fator ainda mais grave é que esses atos de opressão são legitimados pela sociedade que, muitas vezes, lhe atribui um caráter institucional.

Segundo a metáfora do “homem cordial”, de Sérgio Buarque de Holanda (1995), nós resistimos em enfrentar as mazelas da nossa sociedade. Isso porque o homem cordial é o homem dominado pelo coração, pela emoção: doce, hospitaleiro, generoso, detentor virtudes tão elogiadas pelos estrangeiros que nos visitam, nas palavras de Holanda (1995). Mas, ao mesmo tempo, essa cordialidade serve para ocultar uma série de violências históricas. Isso se dá em função de esse homem cordial ser dominado pelos impulsos, sendo esse ímpeto o condutor do caráter amável para o caráter violento sem qualquer tipo de transição.

O processo de formação do povo brasileiro foi altamente conflitivo. Darcy Ribeiro completa o que entendemos sobre essa cordialidade brasileira em *O povo brasileiro*:

Às vezes se diz que nossa característica essencial é a cordialidade, que faria de nós um povo por excelência gentil e pacífico. Será assim? A feia verdade é que conflitos de toda ordem dilaceram a história brasileira, étnicos, sociais, econômicos, religiosos, raciais etc. O mais assinalável é que nunca são conflitos puros. Cada um se pinta com as cores dos outros. (RIBEIRO, 1995, p. 167).

Ao afirmar que nossos conflitos nunca são puros, que eles se pintam com as cores dos outros, Darcy Ribeiro dialoga com a teoria freudiana do trauma. Como não há elaboração, a tendência é a repetição da violência, que acaba por se tornar estrutural. A verdade é que essa cordialidade dúbia é responsável por uma das nossas mais terríveis mazelas: o menosprezo pelos menos favorecidos. O homem cordial é bem-educado, cortês e goza de diplomacia quando a relação evidenciada é de igualdade. No entanto,

quando o equilíbrio social é colocado em risco pela ascensão de classes populares, essa cordialidade é colocada à prova. Em outras palavras, a cordialidade se mantém enquanto se mantém o *status quo*; quando este último é ameaçado por alguma força, sobretudo política, ela se transforma em ódio. Nos dias de hoje, um exemplo é dessa questão se desenrola em torno da ideia de democracia racial. O discurso de “somos todos iguais” é válido até que o racismo cordial seja transformado, via políticas públicas de reparação, em cotas para os negros nas universidades, por exemplo. A partir desse ponto, a cordialidade burguesa se transforma em ódio e ressentimento.

Na obra de Darcy Ribeiro, podemos encontrar a análise que de fato define a elite brasileira, de ontem, de hoje e de sempre:

A classe dominante bifurcou sua conduta em dois estilos contrapostos. Um, presidido pela mais viva cordialidade nas relações com seus pares; outro, remarcado pelo descaso no trato com os que lhe são socialmente inferiores. Assim é que na mesma pessoa se pode observar a representação de dois papéis, conforme encarne a etiqueta prescrita do anfitrião hospitaleiro, gentil e generoso diante de um visitante, ou o papel senhorial, em face de um subordinado. Ambos vividos com uma espontaneidade que só se explica pela conformação bipartida da personalidade. (RIBEIRO, 1995, p. 217).

Essa citação nos remete, entre outras fases da nossa história, à escravidão. Àquela época, a classe dominante brasileira cultivava ideias religiosas ao mesmo tempo em que tratava seus iguais como mercadoria. Sem nenhum exame de consciência, a mesma mão que rezava o terço assolava os escravos.

O fato é que o Brasil passou pela história naturalizando a violência e evadindo-se do passado. E isso produziu entre nós traumas individuais e coletivos que, ao longo do tempo, jamais foram elaborados e que continuam a se sobrepor uns aos outros. Em nenhum momento se pensou, enquanto nação, em se produzir uma justiça para reparar uma injustiça. Pelo contrário, o extermínio indígena durante a colonização foi silenciado e justificado pela expansão das potências europeias no território que, originalmente, pertencia aos povos originários. Da mesma forma, a libertação dos escravos foi atribuída a uma princesa branca, ignorando séculos de luta dos negros contra a escravidão. Além de ter se tratado de uma “libertação” sem adoção de políticas públicas de inclusão social, fazendo perdurar exclusões que se mantêm na contemporaneidade.

De acordo com Lilia Schwarcz, em *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), nossa história costuma se sustentar a partir de pressupostos falaciosos e um deles nos leva a supor que o Brasil é um país harmônico e sem conflitos. A autora rebate essa suposição com bases históricas, usando como exemplo a escravidão. Um país que por mais de

trezentos anos escravizou homens e mulheres através do trabalho forçado, cujo sistema previa a posse de um ser humano por outro, não pode se dizer um país harmônico e sem conflitos, os quais se refletem na estrutura nacional: “O problema é que essa espécie de história, muito pautada em mitos nacionais, de tão enraizada costuma a resistir à danada da realidade”. (SCHWARCZ, 2019, p. 22).

Segundo Schwarcz (2019), a construção da história oficial tem um papel estratégico nas políticas de Estado; ao engrandecer certos eventos e suavizar os problemas, acaba-se por autorizar apenas uma interpretação, excluindo outras. O objetivo é aquietar os ânimos e promover uma pacificação do passado ou, nas palavras da autora, “criar um passado mítico, perdido no tempo, repleto de harmonia, mas também construído na base da naturalização de estruturas de mando e violência”. (SCHWARCZ, 2019, p. 22). Promove-se, assim, um “acordo de cavalheiros” que banaliza o mal e não permite uma ressignificação do trauma e uma reparação histórica.

A autora cita Florestan Fernandes, segundo o qual o brasileiro teria uma espécie de preconceito reativo, que seria o preconceito contra o preconceito, uma vez que prefere negar a reconhecer e agir a fim de promover uma mudança efetiva (apud SCHWARCZ, 2019). Por isso é crucial falar sobre os traumas e criar uma narrativa que alcance o inconsciente da nação. É preciso ir ao enalço de cada evento histórico, desde a invasão europeia, para que seja possível construir processos que nos levem em direção à elaboração, a qual seria um estado de consciência enquanto sociedade.

Continuamos essa reflexão com uma citação em que Schwarcz questiona as origens da violência de hoje e, a partir dela, propomos pensar nossa questão inicial, voltada para o período da ditadura civil-militar. A violência produz trauma e o Brasil não evitou eventos violentos desde sua origem; longe disso, naturalizou a barbárie como prática comum e generalizada. Essa naturalização, que busca anular acontecimentos traumáticos, não apaga o trauma e, em vez disso, produz repetição:

Portanto, a quem não entende por que vivemos, nos dias de hoje, um período tão intolerante e violento; a quem recebe com surpresa tantas manifestações autoritárias ou a divulgação sem peias, de discursos que desfazem abertamente de um catálogo de direitos civis que parecia consolidado; a quem assiste da arquibancada ao crescimento de uma política de ódios e que transforma adversários em inimigos, convido para uma viagem rumo à nossa própria história, nosso presente e nosso passado. (SCHWARCZ, 2019, p. 25).

Partindo do convite da professora Lilia Schwarcz buscamos em Dominick LaCapra a base teórica para tentar entender o trauma histórico. Em *Escribir la historia*,

escribir el trauma (2005), o historiador se propõe a responder algumas perguntas que, desde o início desta tese, compuseram nosso objeto de estudo: O testemunho traumático pode reconectar nossas concepções de compreensão histórica? Que tipo de articulação existe entre escrever o trauma, escrever sobre o trauma e escrever a história?

Com bases nas leituras que realizamos, entendemos que o testemunho traumático, como o avesso da história, nos ajuda a repensar uma história que dê conta dos excluídos. A reescrita da história, a contrapelo, deve se valer da escrita do trauma e dos estudos sobre o trauma, sobretudo se entendermos a história em suas bases violentas.

Na obra em questão, LaCapra (2005) situa o trauma no contexto de grandes violências, aquelas que afetam um maior número de pessoas, e usa como modelos de análise a *Shoah* e o *apartheid* na África do Sul. Em relação ao caso da África do Sul, o autor se baseia no fim da política de segregação racial, que culminou na instauração da Comissão Sul-africana pela verdade e reconciliação, como sendo um modelo de reparação. Essa comissão funcionou como um centro de escuta e acolhimento às vítimas, chamado de centro de recuperação do trauma (TRC), no qual muitas das vítimas foram ouvidas pela primeira vez na esfera pública. O TRC tinha o objetivo de promover a reconciliação através da busca pela verdade em um tribunal aberto. Em um ritual coletivo, exigia-se o reconhecimento das atividades criminosas com o propósito de elaborar o passado através da informação histórica. Não se tratava de um tribunal convencional, em que o julgamento culminaria em uma pena legal. O objetivo era outro: a comissão visava iniciar um processo de ritual coletivo a fim de criar condições para um futuro melhor. Nesses processos estão envolvidas, além da matéria psicológica, questões éticas e políticas. Naquele momento da história do país, as antigas vítimas eram governantes que procuravam encontrar os caminhos e os meios para se reconciliar com os antigos governantes que, por vezes, eram precisamente aqueles que os haviam oprimido.

Segundo LaCapra, há uma dificuldade, por parte das nações que passam por esse tipo de processo de reparação, de reconhecer as perdas históricas e elaborá-las mediante processos que afetem grupos diferentes. O problema consiste no reconhecimento das perdas das vítimas por parte de quem se beneficiou com a opressão anterior. Esse grupo, por regra, procura representar suas próprias perdas promovendo uma espécie de duelo: “Não venham falar dos horrores do apartheid sem mencionar também as matanças de

civis e policiais ocasionadas pelos agitadores e ativistas que se opunham a eles”³⁸. (LACAPRA, 2005, p. 67).

No Brasil, essa narrativa ainda é forte. Os militantes contrários à ditadura são associados a terroristas e, ainda que muitas vezes desmentidas, falsas histórias continuam a circular sobre a atuação dos ativistas.

De acordo com LaCapra (2005), cada país tem sua particularidade histórica; no Holocausto houve a eliminação quase total dos judeus na Alemanha, enquanto na África do Sul os negros eram a maioria e conseguiram chegar ao poder com o fim do *apartheid*. As diferenças entre esses países e outros que passaram por situações semelhantes são significativas, mas o foco da análise são as perdas. A perda se situa no nível histórico, e, para o autor, pode ser chamada também de trauma histórico. Em relação à ausência, ela não se constitui como acontecimento; sendo assim, ela é trans-histórica, também conhecida como trauma estrutural.

A fim de explicar essa relação entre ausência e perda no plano histórico, LaCapra (2005) usa os conceitos freudianos do trauma individual, bem como de luto e melancolia. Lembremos, nessa esteira, que o luto é a nossa reação natural à perda. Ele é reativo, e quando o trabalho de luto se completa o ego fica novamente livre. Na melancolia, o ego é esvaziado e não tem forças para se recompor. Para Freud, é a sombra do objeto perdido que invade o ego, que permanece esvaziado e preenchido por um fantasma. Outra questão importante é que, enquanto no luto o sujeito reconhece o objeto perdido, na melancolia ele não sabe o que perdeu, pois há uma perda objetual inconsciente. Dessa forma, numa transfiguração do plano individual para o plano histórico, o luto está para a perda assim como a melancolia está para ausência. Nesse sentido, o testemunho da vítima é uma condição para que o processo de luto siga seu fluxo natural na perlaboração dos traumas coletivos:

Ao comparar a melancolia com o luto, Freud considera que a primeira é um processo interrompido, em que o eu deprimido e traumatizado e cheio de reprovações, aprisionado pela repetição repetitiva, é possuído pelo passado, vislumbra um futuro sem saída. E permanece identificado narcisisticamente com o objeto perdido. O luto permite enfrentar o trauma e reinvestir a vida ou recaptará-la e, assim, começar de novo. (LACAPRA, 2005, p. 86)³⁹.

³⁸ “No vegan a hablamos de los horrores del aparteid si no mencionan también las matanzas de civiles y de policias ocasionadas por los agitadores y activistas que se oponían a él.” (LA CAPRA, 2005, p. 67).

³⁹ “Quando compara la melancolía con el duelo, Freud considera que la primeira es un proceso detenido, en el cual el yo deprimido y traumatizado que se llena de reproches, preso de la repetición repetitiva, está poseído por el pasado, vislumbra un futuro sin salida y permanece identificado narcisísticamente con el

Segundo o autor, a experiência traumática da perda envolve um acontecimento e é específico, particular, como as perdas causadas pela *Shoah* e seus efeitos sobre os judeus e outras vítimas do genocídio nazista. Como na perda o objeto perdido é reconhecido, ela pode ser narrada em termos temporais (passado, presente e futuro). Nesse caso, o propósito é recuperar o objeto perdido ou outro, secundário. Portanto, para o autor, “o passado histórico é o cenário de perdas que podem ser narradas, bem como de possibilidades específicas que podem ser, de maneira concebível, reativadas, reconfiguradas e transformadas no presente ou no futuro”. (LA CAPRA, 2005, p. 70)⁴⁰. Assim, faz parte do processo de elaboração distinguir entre ausência e perda.

No caso da ausência, nem o objeto de desejo nem seu rumo estão determinados. À vista disso, sem saber determinar que objeto é esse, algo do passado sempre permanece, ainda que seja uma presença assombrada em forma de um retorno sintomático, a repetição. De acordo com LaCapra, em todas as sociedades e em todas as culturas existe uma ausência. E como na ausência não é possível determinar o objeto perdido, nas palavras do autor: “É preciso reconhecer que, em termos de ausência, você não pode perder o que nunca teve” (LA CAPRA, 2005, p.70)⁴¹. Sobre o objeto perdido, podemos dizer que, na ausência, ele diz respeito aos fundamentos supremos em geral, algo mais abstrato, como a origem do ser humano, por exemplo.

No âmbito histórico, a sociedade sabe o que perdeu: a unidade. O ser humano busca essa unidade desde o início de sua existência: “Eu já sugeri que, no contexto secular em particular, um fundamento supremo geralmente desejado é a unidade, a comunidade ou o consenso, muitas vezes figurados, embora nem sempre, como algo perdido ou perdido pelo trabalho da cidade e pelo corpo político”. (LACAPRA, 2005, p. 81)⁴².

LaCapra (2005) afirma ainda que as perdas podem provocar ausências, mas o contrário pode não vir ao caso, podendo haver apenas a conversão da ausência em perda. Quando a ausência se converte em perda, aumenta a probabilidade de que surja uma

objeto perdido. El duelo permite afrontar el trauma y reinvestir la vida o recatectizarla, y así recomenzar”. (LA CAPRA, 2005, p. 86).

⁴⁰ “En contraposición, el pasado histórico es el escenario de pérdidas que se pueden narrar, así como de posibilidades específicas cuya reactivación, reconfiguración y transformación en el presente o el futuro es concebible”. (LA CAPRA, 2005, p. 70).

⁴¹ “Es preciso reconocer que, en términos de ausencia, no se puede perder lo que nunca se tuvo”. (LA CAPRA, 2005, p.70).

⁴² “Ya he insinuado que, en el contexto secular en especial, un fundamento supremo habitualmente deseado es la unidad, la comunidad o el consenso plenos, figurados a menudo, aunque no siempre, como algo perdido o faltante por obra de la ciudad e el cuerpo político”. (LA CAPRA, 2005, p.81).

tristeza pela falta de algo. Nesse caso, a ausência na perda dá à ansiedade um objeto identificável – um objeto perdido – e gera a esperança de superação. Caso isso não aconteça, é possível que a angústia que acompanha a ausência nunca seja superada ou eliminada e, nessa situação, qualquer tipo de cura seria enganosa. Quando a perda se converte em ausência, chega-se a um ponto de morte ou de melancolia perpétua, em que qualquer processo de elaboração do passado e suas perdas é proibido ou abortado prematuramente.

Entendemos que as perdas, comparadas ao luto que tende a ser superado a nível individual, podem ser abordadas de maneira que produzam transformação estrutural na sociedade. A ausência, por sua vez, sendo proporcional à melancolia, produz, entre outros sintomas, a repetição: no caso do Brasil, a repetição de violências que produzem traumas que se atualizam no tempo.

Quando nos referimos a processos de superação, devemos pensar em meios para simbolizar e expressar o conflito. Para LaCapra, quando o objetivo é uma diminuição da violência, uma maneira eficaz que permita abordá-la na medida certa é o diálogo: “Pode-se até dizer que fornecer formas de simbolizar diferenças e conflitos é fundamental para a democracia e que, em um contexto democrático, o próprio jogo dialógico deve ter um componente combativo”. (LA CAPRA, 2005, p. 81)⁴³.

O autor reforça que a falta de um consenso não esgota o espaço para o acordo, nem põe fim às discussões; pelo contrário, não devemos confundir o acordo com o consenso total, com evitar discussões exaustivas, ou com a exclusão ou eliminação de todas as diferenças significativas. Uma forma de acordo relevante visa a uma constituição que estabeleça certas regras fundamentais, que só serão transgredidas quando as diferenças forem tão agudas a ponto de os conflitos ganharem uma magnitude passível de culminar em guerra civil.

De acordo com LaCapra (2005), mesmo em situações de crise, o debate e a argumentação são o melhor caminho. Isso porque as relações dialógicas não são autoritárias, uma vez que sempre se é possível refutar um argumento. A crítica pode ser reveladora e desencadear a necessidade imperiosa de troca, mas também pode fortalecer e validar argumentos capazes de resistirem a ela. Dada a força do narcisismo e dos limites

⁴³ “Cabría decir, incluso, que proporcionar modos de simbolizar la diferencia y el conflicto es algo fundamental para la democracia, y que en un contexto democrático el juego dialógico mismo debe tener un componente agonístico”. (LA CAPRA, 2005, p. 81).

da compreensão íntima do eu, o outro é decisivo para comentar e avaliar os fundamentos de certos juízos, políticas e práticas.

No caminho do diálogo, é possível que sejamos confrontados com ideias duvidosas, como adverte o autor, mas é possível refutá-las ou refletir acerca do que nos foi apontado: “Deparamo-nos, assim, com ideias duvidosas, como a de que todos são vítimas (incluindo perpetradores ou colaboradores), que toda a história é traumática ou que todos sofremos de uma esfera pública patológica ou de uma ‘cultura da ferida’”. (LACAPRA, 2005, p. 85)⁴⁴.

Ora, não é verdade que a violência transforma todos em vítimas: “O trauma histórico é específico, e nem todos nós o sofremos ou temos o direito de ocupar a posição de sujeito a ele vinculado”. (LACAPRA, 2005, p. 97)⁴⁵. Nesse sentido, para o autor, a empatia é um fator importante na tentativa de se entender os eventos traumáticos e compreender as suas vítimas. Todos estamos expostos ao trauma estrutural, mas com respeito ao trauma histórico e sua representação, a distinção entre vítimas, perpetradores e meros expectadores é fundamental: “A categoria de vítima não é uma categoria psicológica. Em distinta medida, é uma categoria social, política e ética”. (LACAPRA, 2005, p. 98, tradução nossa)⁴⁶. Assim, o trauma histórico é específico, pode ser pontualmente determinado, como, por exemplo, os eventos da *Shoah*. Essa especificidade impede o entrecruzamento do acontecimento propriamente dito com o trauma estrutural, que é uma condição que gera angústia.

O processo de elaboração acontece quando o trabalho da memória permite distinguir o passado do presente e reconhecer que algo ocorreu, algo que está relacionado com o aqui e o agora, mas que não é idêntico a ele. Ou seja, entende-se que há uma repetição de um trauma histórico em curso, que precisa ser compreendido para que a repetição cesse. Se eventos passados são reprimidos da memória, eles retornam no presente em ações. Quando o sujeito não se lembra do passado, portanto, ele está condenado a repeti-lo.

⁴⁴ “Se encuentra uno así frente a ideas dudosas, como la de que todos son víctimas (incluso los perpetradores o los colaboradores), la de que toda la historia es traumática o la de que todos padecemos una esfera pública patológica o una ‘cultura de la herida’”. (LACAPRA, 2005, p. 85).

⁴⁵ “El trauma histórico es específico, y no todos lo sufrimos ni tenemos derecho a ocupar la posición de sujeto vinculada con él”. (LACAPRA, 2005, p. 97).

⁴⁶ “La categoría de ‘víctima’ no es una categoría psicológica. En distinta medida, es una categoría social, política y ética”. (LACAPRA, 2005, p. 98).

Johnny Roberto Rosa em “Trauma, história e luto: a perlaboração da violência” (2018), aborda a questão da perlaboração de violências oriundas de traumas históricos. Segundo o autor, LaCapra compreende a perlaboração como uma força compensatória. Nesse caso, perlaborar não significa esquecer o passado, mas reconhecer o dano, a fim de confrontar e compreender o trauma de uma violência passada: “sim, isto aconteceu comigo no passado. Foi desolador, avassalador, talvez eu não possa me separar completamente disto, mas eu existo aqui e agora, e isto é diferente do que aconteceu”. (LACAPRA apud ROSA, 2018, p. 298).

Diante disso, como o testemunho se relaciona com uma reconstrução dos acontecimentos históricos?

De acordo com LaCapra (2005), os testemunhos servem para complementar fontes documentais. No entanto, sua importância se mostra mais evidente quando se tenta compreender a experiência e suas consequências, incluindo o papel da memória e do esquecimento no que diz respeito ao passado. Em relação à confiabilidade da fonte, aspecto relevante para o historiador, ressaltamos que ela não assume centralidade no debate dos estudos da narrativa do trauma. Aquele que acolhe o testemunho do sobrevivente ou da testemunha não busca um conhecimento meramente documental, especialmente em casos delicados e emocionalmente carregados.

Na memória traumática, o acontecimento permanece registrado e a vítima pode voltar a vivê-lo no presente, às vezes de maneira compulsiva e repetitiva. Pode acontecer que, ao longo desse processo, a rememoração não seja consciente. No entanto, o acontecimento retorna em pesadelos, em cenas que reaparecem vividamente, em ataques de angústia e em outras formas de repetição da cena traumática, como na associação livre e, conseqüentemente, no testemunho:

Quando o passado volta à vida sem controle, tudo acontece como se não houvesse diferença entre ele e o presente. Independentemente de o passado ser colocado em ação ou repetido literalmente, seja ou não, a sensação é que alguém está lá novamente vivendo o evento outra vez, e a distância entre aqui e ali, entre agora e depois, desaparece. (LACAPRA, 2005, p. 108)⁴⁷.

⁴⁷ “Cuando el pasado se vuelve vivir sin control, todo ocurre como si no hubiera diferencia entre él y el presente. sea que el pasado se ponga en acto o se repita literalmente, sea que no, la sensación es que uno está de nuevo allí viviendo el suceso otra vez, y desaparece la distancia entre el aquí el allá, entre el ahora y el entonces”. (LACAPRA, 2005, p. 108).

De acordo com LaCapra (2005), quando o passado se torna acessível à invocação na memória e quando a linguagem funciona, fornecendo um certo grau de controle consciente, distância e perspectiva críticas, tem início um árduo processo de revisão e elaboração do trauma. Nesse sentido, escrever o trauma seria uma sequela reveladora. A escrita do trauma é frequentemente vista como um ato de ação, o que às vezes significa equipará-lo a atuar em discurso performativo ou em empreendimento artístico.

Em relação à arte, sobretudo na literatura, a liberdade estética parece aumentar conforme os sujeitos abordados vão falecendo e devem ser revividos ou trazidos de volta à vida. Também se poderia dizer que essa liberdade é grande na medida em que as questões discutidas são ambivalentes ou indecidíveis, e que a arte seria significativa exatamente por explorar essa ambivalência.

Por esse viés, a literatura de testemunho atua como uma forma de tornar pública a memória do sofrimento e de uma injustiça no âmbito coletivo. Isso porque a literatura é uma das formas de memorialização do trauma. É uma maneira de eternizar em palavras a dor e o sofrimento, não só no âmbito individual, na perspectiva da vítima que tende a ser a protagonista da história, mas como um eco de outras vidas e de outras vozes igualmente silenciadas. Um exemplo disso se encontra em *O corpo interminável* (LAGE, 2019), uma vez que a história de Daniel e Melina dá lugar para que outras narrativas ganhem espaço e outras personagens possam compor esse coro de vozes historicamente caladas.

Também na obra de Lage (2019) as histórias de outras mulheres vítimas da ditadura civil-militar brasileira envolvem o roteiro central, sobre a mãe de Daniel, em um processo de encaixe. São enredos independentes, mas que dialogam com a narrativa principal pelo viés da violência de Estado daqueles anos. Tzvetan Todorov ilustra bem o que as narrativas encaixadas representam para a primeira; elas se refletem na mesma imagem, a imagem da violência:

Contando a história de uma outra narrativa, a primeira atinge seu tema essencial e, ao mesmo tempo, se reflete nessa imagem de si mesma; a narrativa encaixada é ao mesmo tempo a imagem dessa grande narrativa abstrata [...], e também da narrativa encaixante, que a precede diretamente. Ser a narrativa de uma narrativa é o destino de toda narrativa que se realiza através do encaixe. (TODOROV, 2006, p. 123).

Essas personagens que atravessam a obra de Cláudia Lage não têm nome, são identificadas pela função que desempenham na narrativa: a mulher que, ao ser presa em casa com um filho de quinze dias, tem de entregar a criança para os sogros para evitar

que o bebê seja deixado em um abrigo; a mulher que cuida do filho de outra militante presa e que, ao mesmo tempo, foi afastada de seu filho; a mulher grávida que vivia com o companheiro na clandestinidade; a mulher que foi torturada grávida. Essas mulheres têm em comum com Júlia a atuação e a participação política durante a ditadura civil-militar, e é essa identificação como sujeito coletivo de um processo histórico determinado que é importante para a construção da memória histórica. A personagem passa a ter uma existência que carrega em si a aflição e a denúncia de um momento histórico comum a muitas outras mulheres.

Em *K. Relato de uma busca* (KUCINSKI, 2014), a narrativa literária se desenvolve em torno de um corpo desaparecido, que embora apareça na narrativa como ausência, trata-se de Ana Rosa, irmã do autor e uma das vítimas da ditadura. Isso nos leva a depreender que a obra literária é uma tentativa de elaboração individual do trauma experienciado pela família de Kucinski ao mesmo tempo em que se configura como um documento da barbárie da ditadura e, assim, atua também na elaboração do trauma histórico da ditadura civil-militar brasileira.

Queremos demonstrar, aqui, que a análise literária não se reduz ao estudo de categorias teóricas fixas. Nem mesmo a psicanálise dá conta sozinha das muitas leituras de uma obra ou de um personagem e de tudo aquilo que, a partir desses elementos, pode ser acionado num plano histórico de elaboração traumática. Nesta tese, acionamos várias categorias de pensamento nas Ciências Humanas e, ainda assim, há muito a ser dito que não foi contemplado em nosso estudo. Por isso a citação de Beth Brait, em *A personagem* (1985), é importante para a compreensão de como consideramos a análise das personagens:

Muitas vezes, perseguimos a construção de uma personagem munidos pelo instrumental fornecido pela estilística, pelo estruturalismo, pela Psicanálise, pela Sociologia ou por qualquer outro referencial teórico, acreditando estar diante da última palavra em matéria de análise narrativa. Se todas essas perspectivas contribuem para uma leitura da construção da personagem, é preciso estar atento para o seu caráter parcial, não correndo o risco de reduzir o trabalho do escritor e a sua dimensão aos grilhões teóricos que o escolhem, com louváveis intenções, para seu objeto de análise. (BRAIT, 1985, p. 69).

Principalmente no Brasil, país que construiu sua história sob as agruras da violência, um personagem pode falar por muitos outros, de outros tempos e de outros lugares, embora seja importante não perdermos de vista também o lugar e as intenções dos autores. Ana Rosa e Júlia são mulheres que a literatura, como lembrou LaCapra

(2005), trouxe à vida. Elas dão voz a mulheres revolucionárias que estiveram presentes na nossa história desde a colonização e que ousaram desafiar as regras de sua época. A violência a que os familiares das personagens ausentes – representadas por Júlia e pela filha de K. –, em virtude do desaparecimento forçado de seus entes, foram submetidos não é nova, nem se resume a nosso passado recente; ela se atualiza no curso da história. Sobre a ditadura, por exemplo, sabe-se de 434 mortos e desaparecidos políticos oficialmente no Brasil. Contudo, esse número é muito maior se considerarmos os indígenas que não tinham como compor os números oficiais devido à falta de documentação pessoal. Foram aproximadamente 8.350 indígenas mortos e desaparecidos no Brasil durante a ditadura. Desses, não sabemos quantas mulheres. Segundo Maria Teles:

Não há um número estimado de mulheres e de homens que participaram de todo este movimento de resistência. O Brasil Nunca Mais levantou o perfil de 7.367 pessoas que foram processadas pela Justiça Militar. Destas, 88% eram homens e 12%, mulheres. O Estado Maior do Exército fez um estudo de presos políticos que se encontravam em quartéis, ou seja, um total de mais de 500. Segundo este estudo, 56% eram estudantes. A idade média era de 23 anos. Na Guerrilha do Araguaia (ocorrida no sul do Pará entre 1972 a 1975), dos 70 guerrilheiros desaparecidos, 17% eram mulheres. (TELES, 2014, p. 14).

Essas vozes silenciadas também fazem coro às vozes dos personagens dos romances analisados, estejam eles presentes no romance ou ausentes, dado o fato de terem sido forçadamente desaparecidos. Por isso, a importância da literatura para a elaboração do trauma histórico. A morte não cala a literatura:

Constitui resultado inevitável de tudo isso que passamos a procurar no mundo da ficção, na literatura e no teatro a compensação pelo que se perdeu na vida. Ali encontraremos pessoas que sabem morrer - que conseguem inclusive matar alguém. Também só ali pode ser preenchida a condição que possibilita nossa reconciliação com a morte: a saber, que por detrás de todas as vicissitudes da vida devemos ainda ser capazes de preservar intacta uma vida, pois é realmente muito triste que tudo na vida deva ser como num jogo de xadrez, onde um movimento em falso pode forçar-nos a desistir dele, com a diferença, porém, de que não podemos começar uma segunda partida, uma revanche. No domínio da ficção, encontramos a pluralidade de vidas de que necessitamos. (FREUD, 1974 [1915b], p. 174).

Freud, portanto, reforça a relação entre psicanálise e literatura como recurso para elaboração do trauma coletivo. A ficção surge como um recurso necessário para elaboração de traumas cujas vítimas já não estão mais entre nós. Ela preenche as lacunas deixadas pelo silêncio em torno do desaparecimento forçado de pessoas, por exemplo, uma vez que, com o sequestro da vítima, a família não tinha mais informações oficiais,

nesse caso, restavam apenas as peças de um quebra-cabeças que nunca se completava. Essas lacunas só a ficção é capaz de preencher. “Quando o testemunho narra a morte ou a vexação extrema, esse laço estabelece também uma cena para o luto, fundando, assim uma comunidade ali onde ela foi destruída”. (SARLO, 2007, p. 50).

Com este capítulo, nosso propósito maior é buscar as origens dos nossos traumas enquanto sociedade, “é reconhecer algumas das raízes do autoritarismo no Brasil, que têm aflorado no tempo presente mas que, não obstante, encontram-se emaranhadas nessa nossa história de pouco mais de cinco séculos”. (SCHWARCZ, 2019, p. 26). Embora nossa análise esteja baseada na ditadura civil-militar, há um convite para novas pesquisas que busquem compreender as portas de entrada e as origens dos nossos traumas históricos, os quais, conforme apontamos, não se resumem ao episódio em questão.

Para concluir, deixamos ecoar a frase de uma das vítimas da ditadura, Maria Amélia Teles: “Não se consolida uma democracia com cadáveres insepultos, e nós temos muitos” (SBT HD, 2011).

5 DESAPARECIMENTO FORÇADO: A BUSCA POR MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Buscamos compreender, neste capítulo, como os textos literários e os testemunhos, objetos desta tese, abordam o desaparecimento forçado de pessoas durante a ditadura civil-militar. Nos casos analisados, a busca por uma pessoa desaparecida se encontra no centro da narrativa e, por esse motivo, considerando o que foi exposto a respeito da literatura como arquivo da ditadura, apontamos algumas particularidades que envolvem o método usado pelo Estado para fazer desaparecer corpos. Inicialmente, procuramos investigar como o luto inconcluso decorrente do desaparecimento forçado de militantes políticos impactou a vida dos familiares que, ainda hoje, seguem sem saber as circunstâncias da morte de seus entes. Nesse caso, o luto é inconcluso porque, sem o corpo, a morte não segue o curso natural, devido à falta de materialização. É como se a pessoa desaparecida não pertencesse nem ao mundo dos vivos, nem ao mundo dos mortos.

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, o reconhecimento público da morte pelos órgãos do Estado não é suficiente para declarar a morte conclusa. Somente a efetiva identificação dos restos mortais faz com que o óbito, de fato, seja constatado. Além disso, é responsabilidade do Estado “continuar as buscas e identificar as vítimas, com exames que permitam estabelecer, na medida do possível, data, circunstâncias, causas da morte e eventuais indícios de tortura”. (BRASIL, 2014, p. 500).

Trataremos do conceito de luto associado à temática da morte e da forma como a ausência de um ritual fúnebre pode provocar nessas famílias uma incapacidade de elaboração do trauma e a conseqüente não retomada da vida social. Assim, buscamos investigar como Freud compreende a morte, o luto e o sentimento de culpa associados às tentativas de elaboração psíquica. Como o ser humano tem uma relação de negação com a morte, a experiência do luto também tende a ser negada.

De acordo com Freud (1915b), o que nos faz sentir estranhos neste mundo é a perturbação decorrente da atitude que mantemos em face da morte. Para o autor, ainda que acreditemos que a morte é o desfecho natural, necessário de toda vida, e que temos de estar preparados para um dia não estarmos mais neste mundo, nós agimos como se as coisas fossem diferentes. Manifestamos a tendência de colocar a morte de lado, de eliminá-la da vida, reduzindo-a ao silêncio. Em relação à própria morte, Freud entende que, no fundo, ninguém acredita nela. Para ele, estamos, inconscientemente, convencidos de nossa imortalidade.

Já em relação à morte do outro, o pai da psicanálise esclarece que não admitimos nem sequer pensar nela, pois, ao fazê-lo nos consideramos duros e malvados. No entanto, as mortes não deixam de ocorrer por conta desse nosso desprazer em pensar sobre ela; elas acontecem, atingem a nós e abalam nossa expectativa. Diante da perda, há um colapso psíquico, enterra-se com o ente querido todas as esperanças, ambições e alegrias. O autor afirma, então, que temos a tendência de excluir a morte dos cálculos da vida e que, quando ela ocorre, não é mais possível negá-la, temos que crer nela. As pessoas morrem de fato, às vezes muitas delas em um só dia. Isso não é o acaso.

Na literatura, a temática da morte tem despertado o interesse de diversos escritores há milênios. Um dos mais importantes representantes do barroco brasileiro também se debruçou sobre esse tema. Padre Antônio Vieira, que ganhou destaque pelos seus sermões, escreve sobre vida e morte no *Sermão da Primeira Domingo do Advento* (1974 [1655]). No texto, ele reforça a mesma tese defendida posteriormente por Freud, de que ignoramos a morte. Mesmo diante de todas as constatações de que o homem caminha para o seu fim, preferimos não pensar nessa possibilidade. Vieira dizia que somos como aqueles que, navegando ao vento da maré, fixam o olhar, como se fossem a terra, os montes, as cidades que passam, quando, na verdade, quem passa somos nós, os homens. E ele conclui: “E vendo o homem com os olhos abertos e, ainda cegos, como tudo passa, só nós vivemos como se não passáramos”. (VIEIRA, 1974 [1655], p.7).

Antes de entrarmos mais especificamente no texto freudiano que trata do luto, consideramos importante analisar mais uma relação, aparentemente improvável, entre o discurso do Padre Antônio Vieira e os estudos freudianos. Freud aponta que encontramos na ficção a pluralidade de vidas de que temos necessidade; na ficção, o homem poderia se reconciliar com a morte na medida em que, a cada morte, visse surgir uma nova vida, intacta. Vieira, referindo-se aos sábios da Grécia, como Eusébio Cesariense, explica que todo homem que chega a ser velho morre seis vezes. Ele se refere às fases da vida:

Passando da infância à puerícia, morre a infância; passando da puerícia à adolescência, morre a puerícia; passando da adolescência à juventude morre a adolescência; passando da juventude a idade do varão morre a juventude; passando da idade de varão à velhice, morre a idade de varão; e, finalmente, acabando de viver por tanta continuação e sucessão de morte, com a última, que só chamamos morte, morre a velhice. (VIEIRA, 1974 [1655], p.8).

Talvez por esse motivo a ficção represente a reconciliação com a morte. O homem sempre procura uma justificativa, um pensamento, uma verdade que produzirá sua compreensão do mundo. Em alguns casos essa verdade pode ser religiosa, em outros,

científica. O fato é que, no fundo, entendemos que estamos nessa vida de passagem, ou, como diria Vieira, em “perpétuo passamento” (1974 [1655]). Não somos hoje o que fomos ontem, nem seremos amanhã o que somos hoje.

Para o psiquismo, a morte natural, em si, é um evento traumático. A partir dessa confirmação da psicanálise, tentaremos analisar como a morte violenta de um ente querido pode causar sequelas excessivas, que podem levar, inclusive, a um quadro doentio.

Em *Luto e melancolia* (1974 [1917b]), Freud não limita o luto como uma reação apenas à perda de um ente querido. Para o autor, trata-se da reação à perda de alguma abstração, de algo significativo que tome as mesmas proporções da perda de um ente querido, tal como de um país, da liberdade, de um ideal, e assim por diante. Embora o luto tenha como característica uma profunda tristeza, ele jamais deve ser considerado uma condição patológica e não deve ser submetido a tratamento clínico. É um processo natural e somente pode ser superado após um lapso temporal, sendo inútil e até mesmo prejudicial qualquer interferência em relação a ele.

K. Relato de uma busca (KUCINSKI, 2014) e *O corpo interminável* (LAGE, 2019) são histórias que envolvem o luto. No entanto, os agravantes da morte violenta e da ausência do corpo rompem com a noção de luto enquanto processo natural da condição humana e caminham para uma análise melancólica da perda. Nesse caso, o processo é de um luto inconcluso. O corpo, nesse contexto de morte violenta seguida do desaparecimento, tem para os familiares um valor mais que simbólico, ele é essencial para que o luto siga seu curso natural. Quando isso não acontece, seja pela ausência do corpo ou por outros fatores, o luto pode adquirir um caráter patológico, de modo a se transformar na melancolia.

De acordo com a CNV, as famílias de Ruy Carlos Vieira Berbert e de Cilon Cunha Brum⁴⁸ decidiram fazer um ritual simbólico para os dois militantes desaparecidos, enterrando urnas vazias ou com pertences pessoais. No cemitério de São Sepé, há um túmulo com a lápide contendo o nome e a foto de Cilon Cunha Brum, mas que está vazio, pois seu corpo nunca foi localizado. Dona Lóia, mãe de Cilon, nunca perdeu as esperanças de encontrar o filho. Nos últimos anos de vida, todos os dias, ela pedia para se sentar na porta e dizia: “Acho que hoje meu filho vem”. (ZOLIN, 2015, s/p). Assim, o túmulo simboliza ainda uma espera:

⁴⁸ A história de Cilon Cunha Brum é contada no livro *Antes do passado: o silêncio que veio do Araguaia* (2012) cuja autora é sua sobrinha Liniane Haag Brum.

Tanto o pai quanto a mãe de Cilon morreram sem ter certeza do paradeiro do filho. Seu Lino faleceu em 1976, e dona Lóia foi descansar ao lado do marido em 1989. No jazigo da família, em São Sepé, traz a inscrição: “Esta sepultura aguarda o corpo de Cilon Cunha Brum”. (ZOLIN, 2015, s/p).

A angústia causada à família só termina quando os restos mortais são encontrados. Em depoimento à CNV, Gertrud Mayr, mãe do desaparecido Frederico Eduardo Mayr, relata:

Senti-me gratificada e só agora, com a identificação, com o traslado e o sepultamento, é que a coisa foi consumada. Antes era uma coisa só para dentro, não que eu não quisesse tirar de dentro de mim, mas eu não conseguia, não saía. Agora é o normal, acontece com qualquer pessoa: morrer e ser enterrada. Eu comecei a viver (essa normalidade) só agora. (BRASIL, 2014, p. 505).

Quando o luto não segue seu curso natural, o ego se torna pobre e vazio e a perda passa a implicar numa condição patológica, que é a melancolia. Esta é uma predisposição doentia e produz uma perturbação da autoestima e um empobrecimento do ego em larga escala. Enquanto no luto o sujeito reconhece o objeto perdido, na melancolia ele não sabe o que perdeu, pois há uma perda objetual inconsciente. No caso do corpo desaparecido, essa perda objetual inconsciente a que Freud se refere é reforçada pela ausência do objeto que é o próprio corpo do indivíduo querido. Se mesmo diante do objeto perdido o sujeito, muitas vezes, tende a negar a morte, supõe-se que diante da falta dele a negação adquira um potencial ainda maior de recusa. Segundo Freud, o pensamento é de que “o objeto talvez não tenha realmente morrido, mas tenha sido perdido enquanto objeto de amor (como no caso, por exemplo, de uma noiva que tenha levado o fora)”. (FREUD, 1974 [1917b], p. 144).

No trabalho de luto, as energias que estavam envolvendo as memórias traumáticas são, aos poucos, retiradas do objeto perdido e devolvidas ao ego, de forma que, a partir dessa devolução, ele pode investir em outros objetos. Esse é o processo de luto normal, no qual se consegue substituir um objeto pelo outro, um processo que se dá naturalmente com o passar do tempo. O ego precisa renunciar ao objeto, considerá-lo morto para continuar vivo. Só assim, após a consumação do trabalho do luto, ele fica novamente livre e desimpedido. Bernardo Kucinski, em artigo do jornalista Leonardo Cazes, “Os desaparecidos da ditadura e da democracia no Brasil” (2013), comenta que, no caso do desaparecimento, a aceitação da morte acontece de forma tardia, e que numa mesma família ocorre em momentos diferentes para cada um. O escritor aponta: “Esse método é

perverso porque você mesmo precisa “matar” a pessoa para continuar vivendo” (KUCINSKI apud CAZES, 2013, s/p).

No mesmo artigo citado anteriormente, a psicanalista Maria Rita Kehl, que fez parte da Comissão Nacional da Verdade, aborda dois fatores para a impossibilidade de se encerrar o luto. O primeiro corresponde à falta de um corpo para velar e enterrar. E o segundo é a culpa pela decisão de encerrar a busca do desaparecido. Segundo a psicanalista:

A morte é um evento tão inaceitável para qualquer um, e a morte violenta ainda mais, que precisamos velar o corpo morto para conseguir acreditar nela. Sem o corpo, fica-se com a sensação de que a realidade da morte foi decidida não por quem causou o desaparecimento, mas pelos que desistiram de buscar o desaparecido. Por isso o luto dos familiares é uma ferida que nunca deixa de doer diz a psicanalista. (apud CAZES, 2013, s/p).

Na melancolia, por sua vez, acontece outro processo; a perda do objeto se transforma numa perda do ego, que não aceita a referida perda e passa a se massacrar. Diante disso, ele passa a ser acometido por esse sentimento, a pessoa vai perdendo energia psíquica e não mais consegue reestabelecer relações objetais, porque o próprio ego se torna o objeto perdido.

Em *K. Relato de uma busca*, o autor afirma que todo sobrevivente sofre de algum grau de melancolia:

Embora cada história de vida seja única, todo sobrevivente sofre em algum grau o mal da melancolia. Por isso, não fala de suas perdas a filhos e netos; quer evitar que contraiam esse mal antes mesmo de começarem a construir suas vidas. Também aos amigos não gosta de mencionar suas perdas e, se são eles que as lembram, a reação é de desconforto. K. nunca revelou a seus filhos a perda de suas duas irmãs na Polônia, assim como sua mulher evitava falar aos filhos da perda da família inteira no Holocausto. (KUCINSKI, 2014, p. 166).

A melancolia é um luto acompanhado da perturbação da autoestima, da perda do ego, conforme explica Freud: “O complexo de melancolia se comporta como uma ferida aberta, atraindo a si as energias catexiais [...] provenientes de todas as direções, e esvaziando o ego até este ficar totalmente empobrecido.”. (FREUD, 1974 [1917b], p. 149). De acordo com o psicanalista, “no luto, é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia, é o próprio eu” (FREUD, 1974 [1917b], p. 144).

A diferença do luto para a melancolia, portanto, é a existência de um quadro depressivo. Enquanto o luto, assim como a tristeza, faz parte da vida, na melancolia há uma renúncia do interesse pelo mundo externo. Segundo Freud, há uma expectativa de

punição, trata-se da “perda da capacidade de amar, inibição de toda atividade e diminuição da autoestima, que se expressa em recriminações e ofensas à própria pessoa” (FREUD, 1974 [1917b], p. 143).

De acordo com Freud, durante um surto melancólico o superego se torna extremamente severo:

insulta, humilha e maltrata o pobre ego, ameaça-o com os mais duros castigos, recrimina-o por atos do passado mais remoto, que haviam sido considerados, à época, insignificantes - como se tivesse passado todo o intervalo reunindo acusações e apenas tivesse estado esperando por seu atual acesso de severidade a fim de apresentá-las e proceder a um julgamento condenatório, com base nelas. (FREUD, 1980 [1932], p. 43).

Após um certo período, cerca de meses, o superego silencia e o ego volta a ter todos os direitos de volta, até o surto seguinte.

LaCapra (2005) reforça a tese de Freud de que há pessoas que não superam o luto, que vivem o processo melancólico, no qual insistem em cultivar a memória traumática e resistem à elaboração. É como se sobreviver desencadeasse nessas pessoas um sentimento de culpa que somente pode ser aliviado com a ritualização contínua da dor.

Em depoimento à CNV, Elzira Vilela relata que foi presa com sua filha, Carmem de Souza Nakasu, de apenas treze meses. O sentimento dela é de culpa por ter colocado a filha naquela situação:

Foi tortura o dia inteiro, bateram muito. E eu só pensava na Carminha. Eu estava absolutamente desesperada. [...] Olha, para falar a verdade, eu nem sentia muita dor. Porque o meu foco inteiro era assim, a loucura [...] Ela estava nas mãos dele [...] e essa para mim foi a maior tortura da vida. Eu creio que nunca mais, na vida, eu vou sofrer tanto como naqueles dias eu sofri. Porque você fica o tempo todo se questionando: pô, eu escolhi, é uma opção de vida minha. [...] se tiver que morrer, morro. Agora, e minha filha? E a menina? Ela tinha um ano e um mês, estava começando a andar. Era uma criança linda, linda, japonesinha. [...] Nas mãos deles. (BRASIL, 2014, p. 409).

De acordo com LaCapra, as pessoas traumatizadas resistem à elaboração por algo que poderiam classificar como fidelidade ao trauma. Nesse sentido, seria como se o sofrer fosse um dever de fidelidade. Essa situação pode gerar um desejo inconsciente de não se desprender do trauma, porque “talvez parte dessa sensação venha do sentimento melancólico de que, ao elaborar o passado para sobreviver ou participar de novo da vida,

o sobrevivente trai aqueles que foram aniquilados e destruídos pelo passado traumático”. (LACAPRA, 2005, p. 46)⁴⁹.

Maria Rita Kehl, em prefácio do livro organizado por Marilene Carone, *Luto e melancolia: Sigmund Freud* (2013), que se propõe a fazer uma nova tradução do texto freudiano, parte de algumas perguntas para tentar compreender o trabalho psíquico empreendido pelo enlutado: “O que é sofrer? Em que consiste a dor do enlutado? O que caracteriza a angústia?” (KEHL, 2013, p. 9-10). Diante da perda do ente querido, o sofrimento, a angústia e a culpa acompanham o enlutado. Kehl (2013) explica esse estado psíquico a partir de uma comparação com ter sido arrancado, arrebatado sem sair do lugar. É uma dor que permanece mesmo diante da ausência do objeto perdido. A falta não cessa a dor, pelo contrário, à medida que o enlutado vai percebendo o lugar vazio, tende a angustiar-se ainda mais: “A perda de um ser amado não é apenas perda do objeto, é também a perda do lugar que o sobrevivente ocupava junto ao morto. Lugar de amado, de amigo, de filho, de irmão”. (KEHL, 2013, p. 14).

Como apontamos anteriormente, o luto não é patológico e, com o tempo, o apego do enlutado diminui e a dor cede lugar à aceitação da realidade. Segundo Kehl (2013), por mais doloroso que seja esse processo, aos poucos o ego vai ficando novamente livre e pronto para voltar a viver. Assim, a elaboração não equivale a uma amnésia ou ao esquecimento daquilo que se viveu e que representou a pessoa amada. O sentimento não desaparece com a consolidação do trabalho de luto; pelo contrário, tudo aquilo que foi construído entre o enlutado e a pessoa que se foi estará no passado, mas marcará permanentemente a história do sujeito que ficou, dentro de um novo ponto de vista, que é o da simbolização.

A autora chama a atenção para os sentimentos que envolvem o melancólico, pois, segundo explica, são mais difíceis de serem entendidos. O sujeito melancólico não sabe o que perdeu e, mesmo quando sabe, não consegue mensurar o que foi perdido junto com o objeto. Nesse caso, a sombra do objeto encobre o ego; eles “debatem-se em autoacusações delirantes sem saber que os insultos furiosos voltados contra si próprios em verdade correspondem às características de alguma outra pessoa”. (KEHL, 2013, p. 14).

⁴⁹ “Quizá parte de esta sensación provenga del sentimiento melancólico de que, elaborando el pasado para poder sobrevivir o participar nuevamente en la vida, uno traiciona a los que quedaron aniquilados o destruidos por el pasado traumático”. (LACAPRA, 2005, p. 46).

Os processos de elaboração, tanto do luto quanto da melancolia, são inconscientes. No entanto, no luto não há barreiras para que se chegue à consciência. O enlutado, embora carregue a angústia e a tristeza da perda objetal, consegue pensar que está menos triste e que o tempo tem cooperado para um desapego do objeto perdido. O melancólico, por sua vez, quando consegue recuperar a libido, não a lança em outro objeto, mas a retorna para o ego, que se revitaliza com o retorno dessa libido. Kehl (2013) explica que, nesse momento, diante do alívio de ter se livrado, ainda que temporariamente, da identificação com objeto perdido, o melancólico se entrega a períodos de mania.

A mania seria um estado de humor radicalmente oposto à melancolia, mas a primeira não determina o fim da última; trata-se apenas de um outro polo, configurando-se naquilo que hoje a psiquiatria chama de bipolaridade. De acordo com a autora, “mesmo os mais graves episódios de tormento melancólico tendem a desaparecer depois de algum tempo e a dar lugar a um estado de humor radicalmente oposto, a mania” (KEHL, 2013, p. 15). Assim, o melancólico vive num estado de tensão: de um lado está a vontade de abandonar o objeto perdido e refazer a vida; do outro, a tendência da libido de se manter ligada a ele.

O sentimento de culpa e o desejo de punição presentes na melancolia foram estudados por Freud de forma particular em *O mal-estar na civilização* (1980 [1930]). Para ele, a culpa é uma perturbação dolorosa que leva a uma necessidade inconsciente de punição. Ela está diretamente ligada à melancolia, já que a tensão entre o superego e o ego faz com que o sujeito desenvolva uma necessidade de se penitenciar: “A tensão entre o severo superego e o ego, que a ele se acha sujeito, é por nós chamada de sentimento de culpa; expressa-se como uma necessidade de punição”. (FREUD, 1980 [1930], p. 77-78). Freud complementa, afirmando que “o superego atormenta o ego pecador com o mesmo sentimento de ansiedade e fica à espera de oportunidades para fazê-lo ser punido pelo mundo externo”. (FREUD, 1980 [1930], p. 79).

Depois do desaparecimento da filha, K. vira exímio colecionador de culpas (KUCINSKI, 2014). Sente a culpa por não ter sido mais presente, por não ter percebido que a filha precisava dele. Sente também a culpa de não ter compartilhado com os filhos a história de sua vida. Ele, que reagiu de forma natural à perda das irmãs, não o fez do mesmo modo quando perdeu a filha, talvez por reviver as memórias traumáticas como militante, ou porque tentara evitar que a história se repetisse ao silenciar sua biografia militante aos filhos:

A culpa. Sempre a culpa. A culpa de não ter percebido o medo em certo olhar. De ter agido de uma forma e não de outra. De não ter feito mais. A culpa de ter herdado sozinho os poucos bens do espólio dos pais, de ter ficado com os livros que eram do outro. De ter recebido a miserável indenização do Governo, mesmo sem a ter pedido. No fundo a culpa por ter sobrevivido. (KUCINSKI, 2014, p. 167).

Em relato à CNV, Eva Teresa Skazufka conta que os dois filhos tiveram que acompanhá-la várias vezes ao DOPS, onde tinham que passar o dia todo. Ainda que ela não cite a palavra “culpa” de forma direta, há no seu relato uma culpabilidade implícita:

Os dois filhos são sequelados [...]. A Kátia acha que eu não devia ter tido filhos [...]. Eu nunca conversei com eles sobre isso [...] Hoje se sabe muito bem que [...] o bebê sabe de tudo, né? Sente tudo, né? Pode não saber, mas as sensações estão lá, né? [...] Ela esteve internada várias vezes, a Kátia, em clínica. Por quê? Porque eu posso dizer que umas 15 vezes ela tentou o suicídio. E sempre na minha frente. Sempre na minha frente. (BRASIL, 2014, p. 428-429).

Ademais, não é incomum que filhos culpem os pais por terem vivido suas escolhas políticas. Em depoimento à CNV, Ângela Telma Lucena conta que tinha três anos e seis meses quando seu pai, Antônio Lucena, foi morto e sua mãe, torturada diante dela:

Foi esse momento, em que você vive um misto de pânico, com surpresa e a perda da inocência, tudo ao mesmo tempo. Seu pai ali. Seu pai foi baleado. Seu pai leva um tiro na cabeça. Eu comecei a ter uma dor de cabeça muito forte, tive uma enxaqueca terrível, não parava de chorar. Naquele momento [...] minha mãe começou a ser torturada na nossa frente. Me arrancaram dos braços dela. Levaram a gente, minha mãe já num estado muito delicado. E eu chorando. [...] Agora, a lembrança da morte, é, é muito forte. Porque foi um momento que você perde... a inocência. É aquele momento em que você passa daquela fase infantil pra fase do... comprometimento. Eu vou chamar de comprometimento porque é aquele momento em que você tem que viver com a escolha que seus pais fizeram. (BRASIL, 2014, p. 431).

Quanto à origem do sentimento de culpa, ela está associada ao medo que o ego desenvolve do superego, sujeitando-se a ele. O superego é severo às exigências da consciência, demandando punição. Conforme explica Freud: “Uma ameaça de infelicidade externa – perda de amor e castigo por parte da autoridade externa – foi permutada por uma permanente infelicidade interna, pela tensão do sentimento de culpa”. (FREUD, 1980 [1930], p. 80). É crucial atentar-se para a associação que Freud faz com a perda, a permanente infelicidade e a culpa. O sentimento de culpa é um fator relevante para que o sujeito vá do luto à melancolia.

Freud também nos adverte para uma nomenclatura equivocada em relação à culpa: “Na verdade, estamos habituados a falar de uma ‘consciência de culpa’, em vez de um ‘sentimento de culpa’”. (FREUD, 1980 [1930], p. 84). A culpa não está atrelada à

consciência, a um suposto reconhecimento de que é necessário se castigar. Ao contrário, é um sentimento que destrói a autoestima e pode levar ao esgotamento psíquico sem que o indivíduo se dê conta.

Na ficção, Bernardo Kucinski, ao longo de sua obra, sempre reitera a presença da culpa no âmbito familiar após o desaparecimento da irmã. Na narrativa, de teor testemunhal, em alguns momentos a culpa é atribuída ao pai, em outros, a ele próprio, como irmão sobrevivente. Aquele que sobrevive se culpa a todo tempo por ter conseguido escapar:

O sobrevivente só vive o presente por algum tempo; vencido o espanto por ter sobrevivido, superada a tarefa da vida normal, ressurgem com forças inauditas os demônios do passado. Por que eu sobrevivi e eles não? É comum esse transtorno tardio por parte do sobrevivente, décadas depois dos fatos. (KUCINSKI, 2014, p. 166).

Na narrativa, observamos, igualmente, o transtorno tardio por parte dos sobreviventes, pois ele permanece intenso mesmo décadas após os fatos. O sobrevivente se culpa de ter sobrevivido, ao passo que outros não tiveram a mesma sorte, e pensa que, se tivesse agido diferentemente, a tragédia poderia ter sido abortada. É o caso de K., pai da personagem desaparecida, que se responsabiliza a todo momento. A culpa emerge de forma crescente, de modo que K. é atormentado por seu monólogo interior e se penaliza com suas perguntas sem respostas: Por que escolheu o Brasil em vez da América do Norte? Por que não participou mais da vida da filha? Por que deu mais atenção à literatura iídiche do que àquilo que acontecia com sua família? Por que se casou com aquela alemã com quem a filha não simpatizara? Onde ele errou?

Na psicanálise freudiana, a culpa é um indicativo do luto patológico, situação em que existe uma disposição para a neurose obsessiva. Segundo Freud, “o conflito devido à ambivalência empresta um cunho patológico ao luto, forçando-o a expressar-se sob forma de auto-recriminação, no sentido de que a própria pessoa enlutada é culpada pela perda do objeto amado”. (FREUD, 1974 [1917b], p. 147). Nesse sentido, a própria pessoa enlutada é responsável pela perda do objeto amado.

Segundo Freud, o melancólico perde seu amor-próprio, pois a perda relativa do objeto leva à perda relativa do ego. Isso acontece porque, ainda que não seja manifesta, há no melancólico uma reação de revolta, “as reações expressas em seu comportamento ainda procedem de uma constelação mental de revolta, que, por um certo processo, passou então para o estado esmagado de melancolia”. (FREUD, 1974 [1917b], p. 146).

K. é um pai obstinado na procura da filha, mas se revolta ao longo da obra com a possibilidade de sua história cair no esquecimento. O tempo é implacável e a vida, cedo ou tarde, seguirá seu curso:

O pai que procura a filha desaparecida ainda empunhará obstinado a fotografia ampliada no topo do mastro, mas os olhares de simpatia escassearão. Surgirão outras bandeiras, mais convenientes, outros olhares. O ícone não será mais necessário; até incomodará. O pai da filha desaparecida insistirá, afrontando o senso comum. Alguns anos mais e a vida retomará uma normalidade da qual, para a maioria, nunca se desviou. Velhos morrem, crianças nascem. O pai que procurava a filha desaparecida já nada procura, vencido pela exaustão e pela indiferença. Já não empunha o mastro com a fotografia. Deixa de ser um ícone. Já não é mais nada. É o tronco inútil de uma árvore seca. (KUCINSKI, 2014, p. 90).

Em *O corpo interminável*, Melina, assim como K., revolta-se com a ideia do esquecimento:

uma competição esportiva foi realizada num estádio que pertencia a uma sede militar, onde houve prisões, torturas, mortes. Cinquenta anos depois atletas corriam na pista, torcedores ovacionavam na arquibancada, pódios e medalhas exibidos à espera do vencedor. Nenhum registro dos acontecimentos. [...] A sua mãe pode ter ficado presa ali, ter sido torturada e assassinada naquele lugar, e um dia você acorda e sai de casa para assistir a um jogo, a uma corrida, e se senta na arquibancada, e você torce e vibra, sem a menor ideia do que aconteceu. É aterrorizante. (LAGE, 2019, p. 63-64).

Darian Leader em *Além da depressão: novas maneiras de entender o luto e a melancolia* (2011), trata da alucinação que acomete as pessoas enlutadas. Ainda que elas acreditem na morte do ente querido, vez ou outra são acometidas por devaneios que as perturbam a ponto de questionarem se o familiar teria sobrevivido:

Pensamos em sua presença em nossas vidas; recordamos momentos passados juntos; imaginamos que o veremos na rua; esperamos ouvir sua voz quando o telefone toca. De fato, os pesquisadores afirmam que [...] pessoas enlutadas realmente experimentam alguma forma de alucinação com seus entes queridos perdidos. Eles estão lá, assombrando-nos durante o processo de luto, mas, a cada vez que pensamos neles, parte da intensidade de nossos sentimentos está sendo fracionada. (LEADER, 2011, p. 34).

Por isso, é recorrente que pessoas que passam por essas experiências desenvolvam, ainda que em menor grau, a melancolia. Trata-se de uma luta que nunca tem fim. Na epígrafe da obra, com um texto de Mia Couto, Bernardo Kucinski deixa explícito como a narrativa teve um papel fundamental para que as memórias recalçadas pudessem vir à tona: “Acendo a história, /me apago a mim. / No fim destes escritos, serei/ de novo uma sombra sem voz.” (COUTO apud KUCINSKI, 2014, p.5).

5.1 FAZER DESAPARECER: A TORTURA REMANESCE DE MUITAS FORMAS

Embora o desaparecimento forçado de pessoas tenha ganhado notoriedade no período da ditadura civil-militar brasileira, essa é uma prática que não permanece institucionalizada na contemporaneidade – pelo menos não oficialmente. Para que possamos entender como esse *modus operandi* se instalou na história do Brasil como uma política, perpassando a formação social e econômica brasileira, é necessário definir o conceito de “desaparecimento forçado”. Segundo a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas:

entende-se por desaparecimento forçado a privação de liberdade de uma pessoa ou mais pessoas, seja de que forma for, praticada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas que atuem com autorização, apoio ou consentimento do Estado, seguida de falta de informação ou da recusa a reconhecer a privação de liberdade ou a informar sobre o paradeiro da pessoa, impedindo assim o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes. (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1994).

Assim, a maior parte desses desaparecimentos forçados envolve agentes de segurança pública e/ou pessoas da estrutura institucional do próprio Estado. De acordo com uma nota técnica de defesa da cidadania do Ministério Público Federal (MPF), os métodos de desaparecimentos forçados de corpos no Brasil foram utilizados constantemente como forma de terror do Estado em diferentes tempos históricos, desde a colonização até o período atual.

O período colonial deixou um rastro de extermínio dos povos originários em um brutal processo de colonização do continente, marcado pela captura e desaparecimento dos indígenas que já viviam aqui quando os portugueses chegaram. Em relação aos povos africanos, esses eram forçados a deixar sua terra natal e transportados como mercadoria em navios. Essas pessoas eram forçadamente desaparecidas de seu território sem que jamais pudessem ser encontradas:

Ademais, o grau de violência na captura de negras e negros do continente africano e o processo de desumanização e, em seguida, as suas transformações em simples mercadorias dispostas no comércio ultramarino, sendo reféns dos anseios do capital, portanto, o violento nascimento do capitalismo está totalmente associado à escravidão do povo negro servindo como alavanca do processo de acumulação originária. (WILLIAMS apud FLORENTINO e GOULART, 2020, s/p).

Diante disso, é possível constatar, mais uma vez, que por não acontecer a elaboração do passado traumático a consequência imediata é sempre a repetição, numa recriação permanente da história. Por essa razão, o desaparecimento forçado de pessoas passou pela ditadura e ainda hoje produz suas vítimas.

Durante a ditadura, pessoas eram sequestradas, torturadas, mortas e tinham seus corpos descartados para que seu sumiço não deixasse rastros. Hoje, a população negra e periférica é a maior afetada pelas violações cometidas pelo Estado. De acordo com o MPF, o perfil das vítimas, em geral, é o de jovens, pretos e pardos, com baixa escolaridade, do sexo masculino e moradores de favelas e periferias (FLORENTINO e GOULART, 2020).

Em relação à ditadura, o desaparecimento forçado foi utilizado como instrumento político de cerceamento de liberdade e cassação de direitos políticos. De acordo com a CNV, essa foi uma prática implementada como política de Estado nas ditaduras militares do Cone Sul. Ela consistia na detenção, seguida da execução e da ocultação de cadáveres de milhares de pessoas. Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, Paulo Malhães⁵⁰, torturador e assassino confesso, conta o motivo pelo qual fazer desaparecer corpos causa um impacto ainda mais violento que a própria morte:

Quando o troço virou guerra, guerra mesmo, é que as coisas mudaram. [...] isso foi uma grande lição que eu aprendi – o que causa maior pavor não é você matar a pessoa. É você fazer ela desaparecer. O destino fica incerto. [...] O que aconteceu, o que irá acontecer comigo? Eu vou morrer? Não vou morrer? Entendeu? O pavor é muito maior com o desaparecimento do que com a morte. A morte, não, você vê o cadáver do cara, o cara ali, acabou, acabou. [...] Já quando você desaparece – isso é ensinamento estrangeiro – quando você desaparece, você causa um impacto muito mais violento no grupo. Cadê o fulano? Não sei, ninguém viu, ninguém sabe. Como? O cara sumiu como? (BRASIL, 2014, p. 500).

Com base nesse depoimento, podemos constatar que um dos objetivos do desaparecimento forçado é atingir os familiares. Isso porque o desaparecimento projeta sobre as pessoas do entorno do desaparecido uma constante incerteza. E, reforçamos, como a morte não é conclusa materialmente, o luto não segue seu curso natural, o que faz com que a tortura não tenha fim. Nesse sentido, os familiares passam a ser também vítimas da tortura. A imposição a eles de uma constante incerteza provoca como reação um processo de busca que nunca termina. Sendo assim, a dúvida ocupa esse espaço vazio e, por mais que as evidências levem à conclusão da morte, os familiares continuam a

⁵⁰ Paulo Malhães, tenente-coronel reformado do Exército Brasileiro, admitiu envolvimento em torturas, mortes e ocultação de corpos de vítimas da ditadura.

nutrir a esperança de que algo possa ter acontecido e que o familiar possa ter conseguido escapar com vida.

À medida que o tempo vai passando, as famílias atingidas vão perdendo a esperança e a busca pela vida é substituída pela busca pelo corpo, tão importante na nossa cultura. Em *K. Relato de uma busca*, essa questão é explicitada: “O pai que procura a filha desaparecida nunca desiste. Esperanças já não tem, mas não desiste. Agora quer saber como aconteceu. Onde? Quando exatamente? Precisa saber, para medir sua própria culpa. Mas nada lhe dizem”. (KUCINSKI, 2014, p. 73).

A falta de um atestado de óbito impede que a vida continue e a decisão de “matar” o desaparecido passa a ser do familiar. Por isso é tão difícil e doloroso colocar um ponto final na história. A partir dessa reflexão, entendemos que um arquivo do desaparecimento forçado de pessoas perpassa pela busca do familiar ainda com vida e, diante da ausência de resposta das autoridades, pela busca do corpo morto. E no curso dessa procura, a tortura se estende aos familiares de desaparecidos numa atrocidade que se mostra ainda maior, por abarcar mais pessoas.

Em *K. Relato de uma busca* (KUCINSKI, 2014) e no caso de Stuart Angel Jones, tanto K. quanto Zuzu Angel, respectivamente, ficção e testemunho, os familiares, pai e mãe dos desaparecidos, incomodaram a repressão com suas buscas. Eles tiveram o curso de suas vidas totalmente alterado em virtude dos desaparecimentos dos filhos. Zuzu Angel inclusive pagou com a própria vida o enfrentamento ao regime; ela foi morta em um acidente de carro provocado pelos mesmos que tiraram a vida de seu filho. K., ao mesmo tempo em que importunou o sistema, foi também vítima dele, tendo sido enganado diversas vezes durante a busca pelo paradeiro da filha.

Nesse sentido, tanto K. como Zuzu podem ser definidos pela busca destemida. Lembramos que Zuzu chegou a ficar conhecida por “mãe coragem”, em referência à forma como afrontou o regime. Como pais, eles não se calaram; pelo contrário, suas vozes atravessaram oceanos e fizeram da história individual de suas famílias bandeiras de luta internacional por verdade e justiça. Uma frase, em especial, marca essa postura corajosa de K. que, sem dúvida, se aplica a Zuzu Angel: “um pai à procura da filha desaparecida não tem medo de nada; pouco lhe importa o que possa lhe acontecer, depois do que já aconteceu”. (KUCINSKI, 2014, p. 98).

Em *K. Relato de uma busca* (2014), Bernardo Kucinski detalha como foi a busca empreendida por K. e como suas ações desencadearam numa ofensiva da repressão, a fim de desestruturá-lo. Na narrativa, parte da memória é recuperada pelo autor e outra parte é

preenchida pela ficção, refletindo como a arte ocupa as lacunas e promove um movimento reflexivo que a justiça não foi capaz de fazer.

Em suas buscas pela filha viva, K. não poupou esforços e não teve medo:

O pai que procura a filha desaparecida não tem medo de nada. Se no começo age com cautela não é por temor, mas porque, atônito, ainda tateia como um cego o labirinto inesperado da desapareição. O começo é um aprendizado, o próprio perigo precisa ser dimensionado, não para si, porque ele não tem medo de nada, mas para os outros. (KUCINSKI, 2014, p. 88).

O pai começou pelo caminho institucional, mas, ao perceber que a rede de proteção do sistema no Brasil era impenetrável, resolveu procurar ajuda no exterior. No Brasil, K. deu início à busca pelo trabalho da filha, ela era professora do Instituto de Química da USP. Ao chegar no local, perguntou sobre a filha para as amigas, que também se revelaram preocupadas com a companheira. As amigas disfarçaram o desassossego, numa mostra de que o assunto era proibido naquele lugar, e disseram que a filha de K. não aparecia havia onze dias. Além disso, o orientaram a não procurar as autoridades universitárias.

A perseguição às universidades, como narrada na obra, não se trata de um enredo ficcional. Sendo essas instituições centros de formação da elite intelectual, política e econômica do país, professores e estudantes que se opunham ao golpe e ao regime militar, e não o faziam de forma silenciosa, eram duramente perseguidos. De acordo com a CNV, um balanço das cassações e perseguições políticas mostra a amplitude da repressão durante os governos militares entre 1964 e 1973: “foram aposentados ou demitidos 3.783 funcionários públicos, dentre os quais 72 professores universitários e 61 pesquisadores científicos”. (BRASIL, 2014, p. 101).

De acordo com documentos oficiais, entre essas demissões está justamente a de Ana Rosa Kucinski, forçadamente desaparecida em 22 de abril de 1974. Ela foi dispensada pelo abandono do cargo no segundo semestre de 1975. No processo aberto pela USP para dar andamento à demissão de Ana Rosa constam documentos enviados pelo pai, comprovando que a filha estava desaparecida, e que ele permanecia empenhado em buscar informações sobre seu paradeiro. Entre esses documentos, constam ofícios enviados ao Congresso e à embaixada americana, bem como um anúncio de jornal assinado por Majer Kucinski.

Figura 4 – Anúncio assinado por Majer Kucinski



Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2015, p. 40. Anúncio do jornal *O Estado de S. Paulo* assinado por Majer Kucinski.

Em 2014, após diligências da Comissão da Verdade da USP, o Instituto de Química anulou o processo e pediu desculpas formais à família de Ana Rosa. Para perpetuar sua memória, um monumento foi erguido e instalado na porta principal de acesso ao Instituto, onde se lê: “Ana Rosa Kucinski, professora sequestrada e morta pela ditadura: que sua lembrança inspire as futuras gerações a lutar, como ela, contra os que tentam sufocar a liberdade”.

Ainda em relação às buscas empreendidas por K., ele decide prestar queixa na delegacia, mesmo sabendo que de nada adiantaria, uma vez que, com o AI-5, no caso das prisões políticas os tribunais estavam impedidos de aceitar pedidos de *habeas corpus*. Na delegacia, K. não se abriu, apenas insinuou, retomando hábitos da militância em sua juventude na Polônia. Foi orientado a esperar e a não falar mais em política. Procurou o Instituto Médico Legal (IML), sem sucesso, mas com alívio, por ser um indício de que a filha ainda estaria viva; abordava fregueses na loja, vizinhos e até desconhecidos. A todos contava a história da filha, contudo, muitos dissimulavam ou se afastavam do assunto logo no início, pois não queriam se comprometer.

Ficou sabendo de uma reunião que aconteceria na Cúria Metropolitana e então, ele, que nunca havia entrado num templo católico, colocou-se ali, diante do arcebispo, em busca de algo que o levasse ao paradeiro da filha. A reunião durou toda a noite; todos queriam falar, contar sua história na esperança de que, a partir dos relatos, alguma lógica pusesse fim ao desespero das famílias. No entanto, a única característica comum era a de que todos haviam sumido sem deixar vestígios.

Além de procurar os órgãos oficiais, K. procurou uma rede paralela de informantes que estavam espalhados nas mais diversas regiões. Se não fosse pelo desaparecimento da filha, K. nunca os teria notado. Havia, no bairro do Bom Retiro, uma quadrilha de delatores. K. resolve se envolver e fica perplexo, pois descobre que os informantes estão por toda a parte. Lembra-se que, quando chegara ao Brasil, havia sido advertido sobre os espíões de Getúlio Vargas. Anos depois, lá estavam eles novamente – ou sempre estiveram, eram acionados segundo a necessidade do momento. A rede de informantes do Bom Retiro era farta e diversificada; os agentes de informação tinham uma doutrina de segurança, e K. sabia que não poderia dizer com quem conversava.

Fora do Brasil, K. procurou a Cruz Vermelha, a Anistia Internacional, a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o *American Jewish Committee*. A Cruz Vermelha o recebera bem; os responsáveis anotaram os dados e prometeram iniciar uma busca, mas, ao que se pode depreender da narrativa, não era possível esperar muito de sua seção brasileira. A Anistia Internacional sugeriu a ele pedir a ajuda do *American Jewish Committee*, por ser uma organização experiente e com muita influência nos altos círculos americanos. A Comissão de Direitos Humanos da OEA, por sua vez, rejeitou sua petição, alegando que, segundo o governo brasileiro, nada constava sobre a filha. O *American Jewish Committee* prometeu ajudar e explicou a K. que, nos casos como o de sua filha, a tática a ser adotada era a de um trabalho silencioso, a modelo da Anistia Internacional, que usava de dois tipos de expediente: um ostensivo e outro discreto: “Muitas pessoas foram salvas dessa forma. O senhor não faz ideia da nossa capacidade de chegar a certas autoridades, diz Blaumstein”. (KUCINSKI, 2014, p. 58).

Diante de tantas negativas, aos poucos K. se desespera: algo escabroso aconteceu, a ponto de as pessoas interessadas em ajudá-lo se afastarem. Uma das informações dava pistas de que havia um silêncio imposto em torno do desaparecimento da filha. Um dos informantes, no entanto, diz ter notícias, diz que ela estaria em Portugal, mas o pai não acredita: “Mentira feia. A filha não o faria sofrer assim. Mesmo não podendo contatar o Brasil, de Portugal poderia se comunicar com parentes em Israel, ou com o irmão na Inglaterra, com quem se correspondia”. (KUCINSKI, 2014, p. 35).

Como forma de ludibriar K., na semana após ter recebido a falsa notícia de que a filha estaria em Portugal, chegou pelos Correios um pacote cilíndrico do país, endereçado a K., com o nome da filha como remetente, escrito à mão. O pai, mais uma vez, expõe sua dúvida: “Não é a escrita da filha, ele logo vê. A letra da filha é ligeiramente inclinada

para a direita e uniforme, de traços elegantes, como num exercício de caligrafia. Montaram uma farsa. Um teatro para me torturar”. (KUCINSKI, 2014, p. 35).

A saga continua, agora com K. demonstrando um pouco mais de sagacidade. Um amigo consegue uma reunião com um general, a pedido da comunidade judaica, porém o militar o acusou de propagar mentiras na comunidade, além de sugerir que a filha teria fugido com um amante para Buenos Aires.

No âmbito internacional, a ajuda efetivamente veio do *American Jewish Committee*. Dois meses se passaram até que K. foi procurado. Sobre Ana Rosa, chegaram a admitir que fora presa, mas logo negaram. Do marido, nem isso disseram: “Era como se em torno dela e do marido tivessem erguido uma muralha de segredos impenetrável”. (KUCINSKI, 2014, p. 61).

Diante de tantas recusas, silêncios e mentiras, a esperança se esvai e K. passa a não mais buscar pela filha viva, mas sim, por seu corpo. Essa saga do desaparecimento coloca o familiar em uma situação na qual a constatação da morte parece ser um consolo. O que podemos confirmar, com essa história, é que o coronel Paulo Manhães estava certo: fazer desaparecer corpos é muito mais cruel do que reconhecer o assassinato. A ausência do corpo impede que os rituais ligados à morte aconteçam e, conseqüentemente, o luto não cessa, o que representa uma extensão duradoura, ou até mesmo, perpétua do sofrimento dos familiares.

O desaparecimento da filha fez com que K. iniciasse uma batalha contra o sistema, acreditando que o “Estado não tem rosto nem sentimentos, é opaco e perverso”. (KUCINSKI, 2014, p. 16). O pai em busca da filha desaparecida tenta de todas as formas penetrar nesse sistema blindado que é a repressão.

Segundo o professor Joachim Michael, da Universitat Bielefeld, em “Memória do desaparecimento: a ditadura no romance ‘K. Relato de uma busca’, de Bernardo Kucinski” (2017), a obra em questão demonstra que o desaparecimento forçado de pessoas é uma estratégia de extermínio que não destrói só a vítima, mas também as pessoas ao seu redor. Além disso, trata-se de um procedimento de barbárie que se atualiza, ou seja, que não se detém no tempo passado, é um aniquilamento expansivo, nas palavras do autor. No artigo, o professor faz uma análise de duas obras literárias contemporâneas sobre o desaparecimento forçado – *K. Relato de uma busca* (KUCINSKI, 2014) e *Palavras cruzadas* (GRAMMONT, 2015). Ambas apresentam algumas semelhanças significativas para além do desaparecimento forçado de pessoas, uma vez que os dois

romances enfocam a perturbação emocional que envolve o sumiço e a falta de notícias do familiar desaparecido. Conforme aponta o autor:

Ao conferir o protagonismo aos familiares, os textos demonstram que esse crime de Estado estende a vulnerabilidade de seus inimigos a todos aqueles que lhes são próximos. Dito com outras palavras, o aniquilamento vai muito além dos alvos individuais e imediatos, e se prolonga num número indeterminado de pessoas relacionadas com os desaparecidos. (MICHAEL, 2017, p. 16).

Fazer desaparecer é, portanto, estender o sofrimento das famílias para além do tempo, além de infligir a esses indivíduos outros tipos de angústias, muitas delas de ordem pessoal, como adverte o professor. Em relação a K., o sumiço da filha fez com que ele se questionasse como um pai ausente, que não participou da sua vida a ponto de não saber que ela estava casada. O desaparecimento obriga o pai a reconhecer que, no fundo, não conhecia sua filha: “Isso deixa claro que o tema do romance é o que aconteceu não com a desaparecida, mas com o pai dela”. (MICHAEL, 2017, p. 22).

Um dos efeitos da estratégia do desaparecimento forçado é a culpa. A clandestinidade dos filhos e a falta de envolvimento dos pais nas causas políticas faz com que, após os desaparecimentos, eles se questionem sobre seus próprios erros. Assim que a filha desapareceu, K. foi à sua procura em um endereço dado por ela para que ele a procurasse em caso de emergência. Nesse momento, ele reflete sobre o absurdo da situação, sobre como ele não questionara tudo isso; a filha chegava correndo e saía correndo, tendo lhe dado uma orientação despropositada de apenas a procurar no referido em último caso e com a recomendação de não o passar a ninguém.

K. atribui à sua dedicação à literatura iídiche aquilo que acontecera com a filha. Sentia a perda dela como punição por seu comprometimento com algo adverso: “Tudo o que fizera nesses cinquenta anos não passou de um autoengano [...]. Seus livros, suas novelas, seus contos, seu fascínio por esse fim de mundo que acabou por engolir sua filha”. (KUSCINSKI, 2014, p. 172).

No entanto, podemos constatar, a partir de *K. Relato de uma busca* (KUCINSKI, 2014), que o aniquilamento vai muito além da busca pelo familiar vivo. Na verdade, a procura realmente tem início quando o objeto buscado é o corpo da vítima. Isso porque, conforme apontamos anteriormente, não se tratava de matar apenas, sendo preciso destruir os corpos, aniquilar o “inimigo” em todas as suas dimensões. A tortura aos familiares não cessava com a morte, ela tinha um início ainda mais intenso quando a morte cobrava o corpo e o corpo jamais aparecia.

No capítulo intitulado “A abertura”, o narrador é o delegado Fleury, uma conhecida figura que atuou com mãos de ferro durante a ditadura. Fleury conversa com Mineirinho, um militar a seu serviço. Como os contatos de K. haviam começado a incomodar, Fleury mandou chamar Fogaça, um presidiário que lhe prestava serviços sujos em troca de liberdade:

Mineirinho, traz o Fogaça lá da carceragem, vou dar um servicinho pra esse malandro, depois solto ele. Diga pra custódia que ele vai sair. [...] Esses filhos da puta pensam que eu tenho medo de figurão. Não tenho medo de figurão porra nenhuma. Pode ser esse canalha do Golbery que agora quer dar uma de bacana, pode ser o presidente da República, pode ser o papa, pode ser esse senador americano de merda, eu estou é cagando para eles todos. Me deram carta branca, que era para acabar com os comunistas, não deram? Acabei com eles, não acabei? Então que não encham o saco. E daí que o velho falou com esse senador, que entregou carta, que tão pressionando – vão pressionar na puta que os pariu. (KUCINSKI, 2014, p. 69).

A estratégia era confundir o adversário; primeiro ofereciam pistas da filha viva, depois passavam a dar instruções de onde localizar o corpo. Fogaça deveria ligar para K. e dizer que foi solto do DOPS e que lá tinha visto sua filha. Assim, K., desesperado, faria de tudo para encontrá-lo e daria um tempo para a repressão. Conforme Fleury havia previsto, seu plano dá certo, mostrando que a guerra psicológica era também uma forma de tortura eficaz:

Mineirinho, aí é que está o truque, a psicologia. Ele tinha que vir, mesmo não acreditando. E sabe por quê? Porque se ele está correndo atrás desses figurões, mesmo depois desse tempo todo, é porque não quer aceitar que a filha já era. Se recusa. Daí se agarra em qualquer coisa, mesmo sabendo que é armação. Não pode deixar de ir, de tentar. Sabe de uma coisa, Mineirinho, foi uma puta ideia essa que eu tive. (KUCINSKI, 2014, p. 71).

A repressão ganha tempo, mas K. não desiste e Fleury coloca em ação um novo plano para desestruturá-lo. Liga, então, para um contato em Portugal e manda que enviem uma carta em nome da filha para o endereço do pai. E, para completar sua estratégia, dá ordens para que o dono da Galeria no Bom Retiro avise a K. que a filha chegaria de Portugal num voo da TAP. Tudo isso para exaurir o pai: “Vamos quebrar a espinha desse velho. Vamos dar uma canseira nele, uma canseira de matar, até ele ter um infarto, filho da puta”. (KUCINSKI, 2014, p. 72).

A busca de K. perturbava o sistema, tendo se tornado não mais um problema pessoal, mas um caso era político. À época, já se falava em abertura, mas não era a hora; precisavam de mais tempo e, por isso, passariam à tortura psicológica daqueles que procuravam seus familiares: “O inimigo agora são as famílias desses terroristas. Mas

temos que usar mais a cabeça, a psicologia”. (KUCINSKI, 2014, p. 73). Numa referência a Zuzu Angel que, assim como K., não dava descanso para as forças da repressão, a ideia é que um possa servir como exemplo para que outros se calem por medo: “Se não tivessem mandado parar tudo eu matava um desses velhos só pros outros pararem de encher o saco. Matava ele ou aquela grã-fina filha da puta da Zuzu que também andou mexendo os pauzinhos lá nos esteites”. (KUCINSKI, 2014, p. 73).

Com objetivo de despistar K., Fleury implanta outra falsa pista, informando que a filha de K. estava internada, juntamente com outras desaparecidas, no hospital de Juqueri, tendo sido dada como louca. Sem desistir, K. vai atrás de qualquer pista que possa levar à filha. As falsas informações não paravam e ele continuava procurando. Em outra ocasião, também a mando da repressão, K. ouviu de uma informante que estava no Canadá que este teria visto sua filha. Mas, dessa vez, não deu tanta atenção. O episódio é narrado a partir de Fleury:

Pensando bem, Mineirinho, a gente tem que estar sempre na frente, a gente podia usar mais o nosso pessoal do exterior. A Lurdes, por exemplo, lá de Ottawa, ela é boa. Diga pra ela telefonar pra esse velho filho da puta e dizer que viu a filha dele lá. Ela que invente uma história. (KUCINSKI, 2014, p. 74).

Diante das desconfianças de K., a estratégia precisara mudar. Assim, espalhariam entre os familiares de desaparecidos que os corpos finalmente tinham sido encontrados e enterrados cada vez em um lugar. De acordo com um jornalista, presos políticos estariam enterrados em um ferro velho na baixada fluminense. Numa atitude impensada, K. seguiu sozinho o enalço da filha desaparecida. Chegando no local, ele se convence de que devia ter passado o informe à comissão de desaparecidos, que mobilizariam os demais órgãos envolvidos. Isso ainda estava em seu poder de fazer. Pensa que seria uma irresponsabilidade iniciar uma escavação sem a presença da perícia, da OAB e de testemunhas lavrando o acontecido em ata.

A busca de K. não teve fim; ele morreu sem saber o que acontecera com a filha. Contudo, na medida em que percebeu que não havia mais esperanças de encontra-la viva, K. começou uma nova saga para obter uma lápide simbólica.

Sobre o impacto de não encontrar o corpo do familiar, em testemunho prestado à CNV, Tessa Moura Lacerda lamenta a impossibilidade de enterrar seu pai, Gildo Macedo Lacerda, que desaparecera quando a mãe de Tessa descobriu que estava grávida dela. Seu depoimento nos ajuda a compreender o motivo pelo qual K. lutou para que a filha tivesse

uma lápide, ainda que simbólica: “O fato de não ter um corpo para que eu faça o rito impede que eu possa ter o luto por essa morte [...]. Queria poder levar meus filhos ao túmulo de meu pai. É uma história que não fecha, não é justa com ninguém”. (BRASIL, 2014, p. 432).

A falta da lápide é como se a pessoa não tivesse existido, uma vez que familiares já não têm a materialidade do corpo. Logo no início do romance de Kucinski, em “Cartas à destinatária inexistente”, narra-se que as cartas continuam a chegar trinta e seis anos após o desaparecimento de Ana Rosa. A grande questão que se coloca é a negação do luto pela supressão do corpo; sem corpo não há morte:

É como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse; como se além de nos haverem negado a terapia do luto, pela supressão do corpo morto, o carteiro fosse um Dybbuk⁵¹, sua alma em desassossego, a nos apontar culpas e omissões. Como se além da morte desnecessária, quisessem estragar a vida necessária, esta que não cessa e que nos demandam nossos filhos e netos. (KUCINSKI, 2014, p. 10).

Assim que entendeu que já não havia mais possibilidade de encontrar a filha viva, ao se completar um ano de sua perda, K. procurou o rabino para colocar uma lápide em nome da filha ao lado do túmulo de sua esposa. O que ele não esperava era a negativa enfática do rabino: “K. sente com intensidade insólita a justeza desse preceito, a urgência em erguer para a filha uma lápide, ao se completar um ano da sua perda”. (KUCINSKI, 2014, p. 78/79).

O rabino não apenas rejeitou o pedido de K., como mostrou frieza ante ao drama vivido por ele. O argumento foi o de não poderia haver *matzeivá* sem que existisse um corpo, mas K. não se convence:

O que é o sepultamento senão devolver à terra o que veio da terra? Adam, adamá, homem e terra, a mesma palavra; o corpo devagar se decompõe e a alma devagar se liberta; por isso, entre nós, é proibido cremar ou embalsamar, é proibido usar caixões de metal, proibido lacrar com pregos, e tantas outras proibições. Não tem sentido sepultamento sem corpo. (KUCINSKI, 2014, p. 78).

K. procura argumentar, usando o caso dos judeus mortos no Holocausto, a quem foram dedicadas lápides mesmo que não houvesse corpos; eles foram homenageados no cemitério do Butantã. Em reação, o rabino o admoesta por comparar o que aconteceu com a filha ao Holocausto, além de justificar o fato dela não poder ser enterrada no cemitério israelita: era casada com um não judeu. Em suas palavras, o rabino se mostrou cruel com

⁵¹ *Dybbuk*, na mitologia judaica, é uma alma insatisfeita que se cola a outra pessoa.

K., acusando-o de, na verdade, ambicionar um monumento em homenagem à sua filha e chamando-a de terrorista. Essa não era a primeira vez que K. se deparava com esse tipo de acusação; em outra ocasião, respondera com firmeza: “Ela era professora universitária na USP”. (KUSCINSKI, 2014, p. 82). O rabino insistiu em seu posicionamento negativo:

A colocação da *matzeivá* é apenas a última etapa do sepultamento, para que os familiares e amigos possam reverenciar o morto e rezar o *kadish* por sua alma. Qual a origem da *matzeivá*? Por que ela era colocada por nossos antepassados? Era colocada para os túmulos não serem profanados, os corpos não serem violados, de modo que voltamos à questão inicial, se não há corpo não há o que profanar, não há o que violar, não há por que colocar uma *matzeivá*. (KUSCINSKI, 2014, p. 80).

Perplexo diante da resposta do rabino, K. resolveu fazer para a filha e o genro uma lápide em forma de um livro de memórias, embora sem substituir a desejada *matzeivá*. Dessa vez, ele decide por colher depoimentos e organizar um material para, de fato, ser transformado em livro. Ao levar para a gráfica, mais uma vez é surpreendido pelo medo que ronda a sociedade e pela forma como a narrativa dos militares é aceita como verdade universal: “Como o senhor teve o atrevimento de trazer material subversivo para minha gráfica? Pegue isso e dê o fora, nunca mais apareça com esse tipo de coisa”. (KUCINSKI, 2014, p. 83). Mas K. não se dá por vencido: “A falta da lápide equivale dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou seu mundo, formou-se na universidade, casou-se”. (KUSCINSKI, 2014, p. 79).

Nesse sentido, K. sofre a falta da lápide como um desastre a mais. De acordo com a CNV, a impossibilidade de enterrar seus mortos também impactou a vida de filhos e netos de vítimas fatais da ditadura, cujos sentimentos de incompletude permanecem. Kátia Elisa Pinto, filha de Onofre Pinto, visto pela última vez em julho de 1974, em Foz do Iguaçu, não esquece o sofrimento de sua avó:

Minha avó, até o último dia, quando ela faleceu, ela ainda esperava por ele [Onofre Pinto]. Esperava mesmo. [...] O fato de não ter o corpo, principalmente, na nossa cultura ocidental, dá uma sensação de que a pessoa está viva, está em algum lugar, de que ela vai aparecer em algum momento [...] Pelo que tenho de informação, acho que não encontra mais nada. [...] Ele levou um tiro na nuca, foi aberta a barriga dele, colocaram um motor de carro e jogaram num rio. [...] Assim, eu acho que também, mesmo que encontrasse, nessa altura do campeonato, não teria mais sentido [...]. (BRASIL, 2014, p. 432).

Iara Xavier Pereira, que procura pelo corpo do marido Arnaldo Cardoso Rocha e dos irmãos Alex Xavier Pereira e Iuri Xavier Pereira, todos assassinados pelos órgãos da repressão, mantém a luta e a esperança:

A ilusão de que o esquecimento é suficiente, para eliminar do cenário histórico determinados períodos, sempre foi desmascarada. [...] a história não pode ser sepultada como indigente, sob nome falso. Assim como eles fizeram com os mortos enterrados em Perus, como é o caso do meu irmão, Alex, para que eles desaparecessem. Para que não restasse memória. Para que não pudéssemos sequer sepultá-lo. Os desaparecidos do Araguaia, que estão enterrados no cemitério de Xambioá, nas selvas, na serra da Andorinha, quicá onde eles foram sepultados para que permanecessem no esquecimento da história desse país. Um dia a verdade ressurge em sua plenitude. Presente e futuro são resultado de ações passadas e ignorá-las, deliberadamente, não leva ao seu desaparecimento. Reestabelecer a verdade histórica é um compromisso com o presente e com as gerações futuras. (BRASIL, 2014, p. 432).

Exatamente como diz Iara, presente e futuro são resultado de ações passadas, e ignorá-las não leva a seu desaparecimento.

Voltando à ficção, K. recebe uma citação com o timbre e a assinatura de um general do Exército, e pensa se tratar de algo relacionado ao desaparecimento da filha. No entanto, a citação faz referência a um falso general que o chantageou em troca de informação; não passava de (mais) uma armação.

Diante disso, K. se questiona sobre sua ingenuidade, sobre como podia acreditar que, em troca de dinheiro, fosse possível derrubar o muro de silêncio que envolve o desaparecimento de pessoas pela ditadura militar. Justamente ele, que havia conseguido chegar em várias pessoas importantes que nada puderam fazer. Fora ingênuo ou talvez ainda tivesse um fio de esperança.

Outras vezes, lastimava ter acreditado que em troca de dinheiro era possível derrubar o muro de silêncio em torno do sumidouro de pessoas, o que nem gente muito importante havia conseguido. Ele não podia saber que quarenta anos depois esse muro ainda estará de pé, intocado. Mas já sabia que estava muito amarrado, para ninguém saber de nada. Como eu pude ser tão ingênuo – ele concluía nesses outros momentos. (KUCINSKI, 2014, p. 146).

No julgamento, ficou claro que o militar estava sendo julgado não porque extorquiria K., mas porque colocou as forças armadas em má situação quando afirmara ter visto sua filha. Durante o interrogatório, admite nunca ter visto a moça presa e que inventara tudo. Com a sentença, K. confirma aquilo que havia deduzido:

O réu, sargento Valério, é condenado a perda da patente e um ano de reclusão, ao final da qual será expulso do exército, por ultrajar as forças armadas ao

propalar com objetivos criminosos a falsa informação de que civis estiveram detidos em dependências militares. (KUCINSKI, 2014, p. 149).

Diante da sentença, K. se revolta, dirigindo-se aos militares presentes e questionando acerca de informações sobre a filha. A única resposta que consegue, contudo, é a mesma que ecoa por anos, a de que nenhum civil esteve detido em dependências militares. Compelido por dois soldados, K. deixa a sala.

Esse é apenas um recorte dos esforços que K. empreendeu na busca por sua filha. Com isso, procuramos mostrar que, mais do que acometer a vítima principal, o desaparecimento forçado faz da família também uma vítima. Além da tortura psicológica, própria desse modelo de barbárie, ao se envolver mais pessoas em um verdadeiro clima de horror e incerteza, o medo atravessa a sociedade e mina qualquer tentativa de resistência no âmbito social.

Por suas conexões, K. se sentia protegido, pensava que com ele não fariam nada, pois, se o fizessem, estariam assumindo a culpa pelo desaparecimento da filha: “Sente-se intocável. Vai aos jornais, marcha com destemor empunhando cartazes na cara da ditadura, desdenhando a polícia; desfila com as mães da Praça de Maio, mortas vivas a assombrar os vivos; imbuído de uma tarefa intransferível, nada o atemoriza”. (KUCINSKI, 2014, p. 89).

Todavia, num sistema que não presa por nenhuma garantia constitucional, nem mesmo a vida do cidadão está protegida. Zuzu Angel é a prova de que, mesmo deixando visível seu envolvimento com desaparecimentos, os militares não temiam nada, pois ela própria foi assassinada pela repressão. K., assim como Zuzu, gritava, importunava e incomodava profundamente os militares:

O sorvedouro de pessoas não para, a repressão segue cruenta, mas o pai que procura sua filha teme cada vez menos. Desgraçado mas insolente, percebe então o grande paradoxo da sua imunidade. Qualquer um pode ser engolido pelo vórtice do sorvedouro de pessoas, ou atropelado e despejado num buraco qualquer, menos ele. Com ele a repressão não mexe, mesmo quando grita. Mexer com ele seria confessar, passar recibo. (KUCINSKI, 2014, p. 73).

Da mesma forma que K., a trajetória de Zuzu Angel foi marcada pela busca do filho forçadamente desaparecido. No caso de Stuart Angel Jones, os registros não são de uma obra literária, mas do testemunho de Alex Polari e de Hildegard Angel Jones sobre seu desaparecimento e sobre como a mãe, Zuzu Angel, reagiu a ele. O desaparecimento forçado de pessoas é o fio condutor para a interpretação das narrativas, contudo, ainda que a base dos romances seja inspirada em uma experiência, seja ela particular ou

coletiva, não se deve confundir o que se passa na vida real com aquilo que se lê em um livro. Segundo Eurídice Figueiredo, “são universos diferentes, com códigos diferentes, pois a realidade nos escapa sempre. Em outras palavras, a literatura sempre lidou com a verossimilhança, não com a verdade, mesmo se o autor se inspira nos fatos de sua vida”. (FIGUEIREDO, 2017, p. 123).

O caso de Stuart Edgar Angel Jones teve ampla repercussão nacional e internacional o que, inclusive, inspirou uma produção cinematográfica, *Zuzu Angel* (2006), dirigida por Sérgio Rezende e produzida por Joaquim Vaz de Carvalho. Stuart foi torturado e assassinado pela ditadura militar e sua mãe, Zuleika Angel Jones, estilista famosa, não se calou e incomodou a repressão a ponto de ser vítima de um acidente de carro forjado pelos militares, levando à sua morte. Nesse caso, a história do filho desaparecido se mistura com a história da mãe, que, ao não se calar diante da barbárie, foi calada pelos mesmos que fizeram seu filho desaparecer.

Zuzu Angel, como era conhecida, foi uma importante estilista de alta-costura da época e usou toda sua influência para denunciar ao mundo o desaparecimento do filho. Stuart Angel Jones era filho da estilista e de Norman Angel Jones, de nacionalidade inglesa e norte-americana. cursava economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro quando foi sequestrado por agentes da repressão em 14 de maio de 1971. Alvo visado, ele estava à frente do comando das ações armadas no grupo MR-8, sendo identificado como fazendo parte da equipe responsável pelo sequestro do embaixador americano em 1969 e como fonte que poderia ser usada para se chegar a Carlos Lamarca⁵².

Após ser detido, Stuart foi submetido, como em todos os casos de prisão política, a seções exaustivas de tortura. Quem prestou testemunho à CNV foi Alex Polari, amigo que, inclusive, foi usado como isca em sua captura. Polari afirma que, na noite em que Stuart foi levado para a base aérea, ele e Maria Cristina de Oliveira Ferreira, outra militante presa, ouviram gemidos a noite toda e dão por certo que, naquela mesma noite, Stuart veio a óbito. O informe confidencial nº 1.008 da agência Rio de Janeiro do SNI, de 14 de setembro de 1971, tem como assunto a morte de Stuart: “No caso de Stuart, o dia indicado é 16 de maio de 1971”. (BRASIL, 2014, p. 603).

⁵² Carlos Lamarca foi um dos líderes da luta armada contra a ditadura militar. Ex-capitão do Exército Brasileiro, tornou-se um dos comandantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização da guerrilha armada de extrema-esquerda que combatia o regime. De acordo com a CNV, “supõe-se que as prisões de Stuart e de outros integrantes do MR-8 e da VPR estivessem ligadas ao fato de Carlos Lamarca, em abril de 1971, ter deixado a VPR e ingressado no MR-8. No início de maio de 1971, o CISA já sabia que Lamarca tinha ido para o MR-8 e queria capturá-lo de qualquer maneira”. (BRASIL, 2014, p. 571).

Em carta enviada a Zuzu Angel em 23 de maio de 1972, Alex Polari narra a queda de Stuart e a forma como foi torturado, com riqueza de detalhes. Além das tradicionais torturas – espancamento, pau-de-arara, afogamento e choque elétrico seguido da falta de água –, Stuart foi amarrado a um jipe e arrastado até que a pele fosse descolada do corpo. Além disso tudo, que já basta para que o corpo desfaleça, ele foi obrigado, por várias vezes, a respirar gases tóxicos ao ter sua boca colada ao cano de descarga do veículo. A carta de Alex Polari na íntegra pode ser encontrada no Acervo Zuzu Angel, disponível no Projeto Ocupação Zuzu Angel do Itaú Cultural.

No dia 14 de maio os interrogatórios prosseguiram com as idas e vindas da sala de tortura. Antes, durante a tarde, ouvi durante muito tempo um grande alvoroço no pátio do CISA. Havia barulho de carros sendo ligados, acelerações, gritos, perguntas e uma tosse constante de engasgo e que pude notar que se sucedia sempre as acelerações. Consegui com muito esforço, devido à minha situação física, olhar pela janela que ficava a uns dois metros do chão e me deparei com algo difícil de esquecer. Junto a um sem número de torturadores, oficiais e soldados, Stuart já com a pele semi esfolada, era arrastado de um lado para o outro do pátio amarrado a uma viatura e de quando em quando, obrigado, com a boca quase colada a uma descarga aberta, a aspirar os gases tóxicos que eram expelidos. Essa era a causa da tosse que, misturada à voz de Stuart e à da dos torturadores, eu tinha ouvido durante toda tarde. Tudo isso ante as chacotas e riso dos torturadores. Essa fase durou praticamente até escurecer. Ao anoitecer, houve um grande reboiço e montaram uma operação às pressas onde diziam aos gritos que iam pegar “gente quente” etc...À noite, alguém foi colocado numa cela ao lado da minha. Esse alguém estava em estado precário e pude ver pelo postigo da porta se tratar de Stuart. Tossia a mesma tosse angustiante que ouvia durante toda tarde. Distingui e reconheci-o também pela voz. Três frases dele se repetiam sempre: “Água”, “Vou morrer”, “Estou ficando louco”. De noite, o Cel Muniz e o Cel Alcântara entre outros, inclusive um enfermeiro, depois de passarem em todas as celas, passaram na de Stuart. Alguém disse: “_ Deixe de frescura Paulo, vou te dar uma injeção, você não vai morrer ainda não”. A tosse aumentou, as frases se tornaram ininteligíveis e depois cessaram por completo. De madrugada, quase ao amanhecer, houve grande ruído de vozes, alvoroços, (...) e retiraram de lá Stuart inerte, certamente já morto. Foi na madrugada de 14 para 15 de maio que provavelmente ele veio a falecer. (POLARI, 1972).

Segundo Hildegard Angel, jornalista e filha de Zuzu Angel, a mãe passou os últimos anos da vida juntando os fragmentos da memória como forma de permutar lembranças, dada a ausência do corpo do filho:

Minha mãe passou os últimos anos de vida juntando fragmentos da memória de meu irmão Stuart, como se através deles quisesse recompor o corpo que não conseguia encontrar para enterrar. Eram o cacho louro do chuca-chuca do bebê, achado no antigo missal, a cartinha infantil com a frase “para a melhor mãe do mundo”, a flâmula da Copa de 1958, a coleção de apitos de trinado de passarinho, as sandálias com as quais deu os primeiros passos, a camisa verde-água, única peça de roupa deixada por ele em casa, e até o prosaico “compadre”, com que foi atendido quando fraturou a perna e ficou de cama. Cabeça, tronco, membros simbólicos para a *mater dolorosa*, que, sem ter nos

braços o corpo do filho, nos momentos de desespero o comparava a Jesus. (ANGEL, 2016, s/p).

Após o recebimento da carta de Alex Polari, Zuzu Angel fica em choque. Se anteriormente contava com a angústia da dúvida, depois da leitura atenta da carta, a mãe tem a certeza da morte, com o agravante da violência e do excesso de crueldade. Sua missão passa a ser outra: a busca pelo corpo do filho. Inicialmente, para dar a ele um enterro digno, mas sua missão passa também a ser pelo clamor de verdade e justiça.

O longa-metragem *Zuzu Angel* (CARVALHO, 2006), simboliza de forma verossímil as dores pelas quais a mãe passou. Na ficção, durante um interrogatório em que agentes da repressão tramam para incriminar Stuart, Zuzu responde:

Se o Stuart cometeu algum crime e foi preso, que seja julgado. E se ele for justamente condenado, eu venho trazer maçãs a ele no dia de visita. Agora, o que eu não aceito é que vocês finjam que ele não existe; e nem que ele seja condenado sem julgamento. Isso vocês não podem fazer. (CARVALHO, 2006).

O cineasta Sérgio Rezende buscou trazer à tona a exata dimensão do propósito de Zuzu, que denuncia os caminhos obscuros do Estado, o qual nega que o filho tenha sido preso quando, naquele momento, já estava inclusive morto. Desde então, Zuzu Angel dedicou sua vida e sua carreira de estilista a denunciar a morte do filho e a cobrar das autoridades a responsabilização pela violência de Estado. A partir disso, passou a usar apenas roupas pretas como protesto e como sinal do luto e realizou um desfile em Nova York, em 1971, que definiu como a primeira coleção de moda política do mundo. Durante o evento, usava um vestido preto longo, um cinto decorado com cem pequenos crucifixos e, no pescoço, um pingente de um anjo branco em porcelana. Ao final, surgiu enrolada numa bandeira do Brasil manchada de sangue, dizendo:

Ano passado, meus vestidos eram de flores, eu estava alegre. Este ano, assassinaram meu filho, torturaram-no até a morte. A ditadura brasileira está ensanguentando o país, assassinando dezenas de jovens patriotas. Há um clima de terror no país, causado pela ditadura militar-fascista que o governa. (BRASIL, 2014, p. 654).

De acordo o com relatório da CNV, quanto maior a exposição dada por Zuzu Angel ao caso de seu filho, maior eram o monitoramento e a atenção dos órgãos da repressão sobre suas ações, conforme se verifica em comunicado interno:

Convém verificar a notícia “Exemplo de Mãe”, relativa à figurinista Zuzu Angel, que indica claramente as verdadeiras intenções dessa senhora, em denegrir o Brasil no exterior. [...] Zuleika Angel Gomes, recentemente motivo

de notícia que o Jornal do Brasil fez há poucos dias, sobre desfile de modas em Nova York, que foi qualificado como “passarela da tortura”. Todos os modelos tinham a tonalidade do negro e se relacionavam com temas políticos. Na apresentação final “Zuzu” apareceu toda de negro com uma caveira branca e relatou a morte violenta do seu filho, o terrorista Stuart Edgard Angel Jones (“Paulo”, “Henrique”), que na realidade está foragido. (BRASIL, 2014, p. 655).

A estilista denunciou amplamente, no Brasil e no exterior, as circunstâncias de prisão, tortura, morte e ocultação de cadáver que envolveram o desaparecimento forçado do filho. Ademais, verteu a carta enviada por Alex Polari para o inglês e enviou para autoridades estrangeiras e nacionais, bem como para organizações políticas internacionais e parlamentares estadunidenses, como o senador Edward Kennedy, uma vez que Stuart tinha cidadania norte-americana. Como sinal de que não temia o sistema, remeteu a carta ao presidente brasileiro, general Ernesto Geisel, e ao então ministro do Exército, Sylvio Frota.

Em relação às autoridades internacionais, ela conseguiu entregar um dossiê sobre o caso ao secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger e, como Stuart era filho de um americano, Zuzu Angel denunciou o governo brasileiro no Congresso dos Estados Unidos através de vários parlamentares. Naquele momento, ela começou a representar um risco para o regime militar, quando, de acordo com a CNV, sua voz começou a ameaçar pessoas influentes do governo:

A forte pressão internacional resultou, em 15 de março de 1972, no afastamento de Burnier, dos coronéis-aviadores Roberto Hipólito da Costa, Carlos Affonso Dellamora e Márcio César Leal Coqueiro e de outros três oficiais, além da demissão do ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Mello. (BRASIL, 2014, p. 602).

Zuzu usou da prerrogativa de que o filho tinha cidadania estadunidense e não poupou esforços para que suas iniciativas tivessem impacto sobre a ditadura brasileira através de sua visibilidade no exterior. Ela conseguiu o apoio de diversas personalidades internacionais da época, como Liza Minnelli, Joan Crawford, Kim Novak e Margot Fontein.

Como resultado de sua expressão nos cenários nacional e internacional, ela passou a ser monitorada e sabia que sua vida estava em risco. Tendo em vista as várias ameaças anônimas recebidas, a estilista escreve a Chico Buarque e diz que, se aparecer morta, os responsáveis são os mesmos que tiraram a vida do filho. Na página virtual *Memórias da*

*Ditadura*⁵³ (ABREU; VILALTA, s/d), na seção “Biografias da resistência”, os perfis dos militantes ganham forma com depoimentos de pessoas ligadas às vítimas, de indivíduos que naquele momento político estiveram próximas e sobreviveram, ou de familiares que falam sobre a dor que carregam com a ausência do ente querido. Sobre Zuzu Angel, Chico Buarque deixa seu depoimento, que podemos encontrar no *site* do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, na base de dados do *Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas*:

Eu conheci muito a Zuzu. Ela foi uma mulher que durante anos depois da morte do filho (Stuart Angel Jones, preso político em 1971) não fez outra coisa senão se dedicar a denunciar os assassinos do filho, a reivindicar o direito de saber aonde é que estava o corpo dele. Ela ia de porta em porta mesmo. E lá em casa ela ia com muita frequência, como em outras casas também. Ela sabia, inclusive, das ameaças que pairavam sobre ela e dizia que tinha certeza que se alguma coisa acontecesse com ela a culpa seria dos mesmos assassinos do filho, que ela citava nominalmente. Na manhã do dia em que aconteceu o acidente com ela, ela tinha estado lá em casa e deixado as camisetas que ela fazia, gravadas com aqueles anjinhos que eram a marca dela, para as minhas três filhas. (BUARQUE apud BRASIL, 2009, s/p).

Chico Buarque, um dos compositores mais perseguidos pelos censores, recebeu de Zuzu um bilhete antes de sua morte:

Há dias recebi documento descrevendo com pormenores as torturas e o assassinato de que foi vítima meu filho Stuart A. Gomes, pelo governo militar brasileiro. Este documento está fora do país, em mãos de um dos parentes americanos do meu filho mártir. Se algo vier a acontecer comigo, se eu aparecer morta, por acidente, assalto, ou qualquer outro meio, terá sido obra dos mesmos assassinos do meu amado filho. (BUARQUE apud BRASIL, 2009, s/p).

Embora os militares soubessem que a morte de Zuzu inevitavelmente seria associada a eles, mantê-la viva poderia representar uma ameaça ainda maior. O relatório final da CNV revelou documentos sobre o intenso monitoramento de Zuzu Angel e de suas atividades por parte dos órgãos de informações e repressão, dentre eles um ofício que orienta monitoramento de Zuzu: “Documento do Estado-Maior do Exército, no qual o adido militar brasileiro nos Estados Unidos recomenda que as viagens de Zuleika fossem monitoradas”. (BRASIL, 2014, p. 1838).

⁵³ “O projeto do portal Memórias da Ditadura é uma realização do Vlado Educação – Instituto Vladimir Herzog, que responde à demanda da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República de criação de um portal com o objetivo de divulgar a História do Brasil no período de 1964 à [sic] 1985 junto ao grande público, em especial à população jovem”. (ABREU; VILALTA, s/d).

Por ocasião do evento "Em Torno de Zuzu - Encontros Sobre Moda, Criação e Política" (ITAÚ CULTURAL, 2014), que reuniu artistas, estilistas e pesquisadores para falar sobre a obra de Zuzu Angel, Elke Maravilha, que à época da ditadura era modelo e amiga da estilista, disse que pedira para ela tomar mais cuidado, pois temia que fosse morta. À preocupação de Elke, Zuzu respondia: "Já me mataram. Mataram Stuart. Eu já estou morta" (ITAÚ CULTURAL, 2014). Esta frase reforça a ausência do medo; assim como K., ela não temia o que podia lhe acontecer, depois do que já havia ocorrido: "Um pai a procura da filha desaparecida não tem medo de nada; pouco lhe importa o que possa acontecer, depois do que já aconteceu". (KUCINSKI, 2014, p. 98).

Zuzu Angel morreu num acidente na saída do túnel Dois Irmãos, na estrada da Gávea, no Rio de Janeiro, no dia 14 de abril de 1976. Diante de sua história de luta e resistência, logo surgiu a desconfiança de que o acidente teria sido provocado por agentes dos órgãos repressivos, o que não pode ser provado na época.

A morte de Zuzu teve repercussão na imprensa internacional. O jornal *Washington Post*, por exemplo, trouxe a manchete "O fim da procura pelo filho" (BRASIL, 2014) e lembrou de sua campanha para mobilizar a opinião pública, alertando que com sua morte a campanha contra o governo brasileiro havia chegado ao fim: "A reportagem destacava que o último projeto de Zuzu era sensibilizar a opinião pública da Grã-Bretanha e da França, onde o presidente Ernesto Geisel teria agenda oficial nas semanas seguintes". (BRASIL, 2014, p. 657).

Em 1998, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos reconheceu a responsabilidade do Estado na morte da estilista. Contudo, uma das principais informações recolhidas pela Comissão Nacional da Verdade sobre o caso de Zuzu Angel está no depoimento do ex-delegado do DOPS, Cláudio Guerra. Ele apresentou uma fotografia em preto e branco tirada pelo fotojornalista Otávio Magalhães, de *O Globo*, que não chegou a ser publicada à época. Nela, o coronel Perdigão aparece encostado em um poste, olhando para o carro da vítima:

o agente identificou a presença, em uma fotografia feita logo após o acidente, do coronel do Exército Freddie Perdigão Pereira, e afirmou ter ouvido do próprio Perdigão que ele havia participado do atentado que vitimou Zuleika Angel Jones. (BRASIL, 2014, p. 1838).

Diante dessa revelação, a CNV solicitou ao Ministério da Defesa e ao Comando do Exército uma fotografia do coronel da mesma época para que fosse realizada uma

perícia. No entanto, o Comando do Exército insistiu na retórica da negação e respondeu que não existia qualquer tipo de registro fotográfico dos seus agentes.

Além da própria história de vida, Zuzu Angel fez de sua arte um elemento de resistência, conforme mencionamos anteriormente. Antes mesmo do desaparecimento do filho, o viés de resistência já aparecia na moda que Zuzu produzia. A filha, Hildegard Angel, no evento "Em Torno de Zuzu - Encontros Sobre Moda, Criação e Política" (ITAÚ CULTURAL, 2014) lembra que, naquela época, nossa moda era influenciada pela moda europeia e Zuzu já trazia a brasilidade em suas peças, tanto nas matérias-primas quanto nas técnicas e na escolha das modelos. Zuzu apresentava suas peças fora do Brasil com uma manequim negra, atitude inovadora e transgressora para a época. O objetivo era romper com a mentalidade colonizante na moda e apresentar uma moda genuinamente brasileira, eliminando a metragem das bainhas, criando estilos, usando tecidos simples e colocando seus modelos nas ruas, no corpo de pessoas comuns. Sua primeira coleção chamou-se "Moda e liberdade: liberdade de movimento, liberdade de ter seu próprio corpo".

Depois da morte de Stuart, ela criou símbolos para que, através da moda, pudesse denunciar a repressão a que os jovens brasileiros estavam submetidos, e que havia vitimado seu filho. O principal símbolo criado por Zuzu foi o anjo, que remetia ao filho. Hildegard associa a imagem desse anjo à criação de um mito, de um luto alegórico, nesse caso, ligado à militância. Na leitura da filha, ela potencializa seus instrumentos, ou seja, a moda, para denunciar a morte de Stuart.

O que Zuzu queria era contar a história dos filhos do Brasil sendo massacrados pelos tiranos; de um lado estavam os jovens militares e de outro, os jovens idealistas. Os tiranos os colocam em lados contrários, como inimigos. A crítica de Zuzu Angel não tem como principal foco a instituição das Forças Armadas, mas aqueles que, naquele momento, estavam à frente, no comando. Além dos anjos, suas peças eram bordadas com figuras que remetiam, de um lado, à pureza infanto-juvenil, e de outro, à violência que acometia esses jovens. Em suas peças, tanques de guerra, soldados, canhões, quepes militares se misturavam a árvores, flores, casinhas com chaminé, tambores e passarinhos. A pomba da paz é branca e negra, o sol é quadrado, a criança se veste de soldadinho.

Hildegard explica que a figura do anjo e dos soldadinhos remetem aos jovens, vítimas da tirania perpetrada pelo poder estabelecido. Zuzu não tem um olhar acusatório sobre as Forças Armadas: ela criminaliza a tirania que a invadiu, de modo que os soldadinhos trazem nos bordados a dimensão da inocência infantil. Nas palavras da filha,

Zuzu queria mostrar que, no seu corporativismo, as Forças Armadas se apequenaram e não conseguiram ser maiores que o momento que viviam (ITAÚ CULTURAL, 2014).

Para Zuzu, a instituição das Forças Armadas, que em sua visão também seria uma vítima, foi dominada por tiranos, por perversos que oprimiam os pensamentos e os sonhos de liberdade de uma juventude que ousava sonhar. Essa é a análise que Hildegard Angel faz da obra da mãe, que em 2014, na ocasião dos cinquenta anos do golpe, foi tema da “Ocupação Itaú Cultural”, em São Paulo, instalação realizada no prédio que leva o nome da instituição.

Figura 5 – Vestido de noiva



Fonte: INSTITUTO ZUZU ANGEL, 2016. Vestido de noiva - desfile de protesto⁵⁴.

A história de Zuzu Angel vem sendo lembrada em músicas, exposições, desfiles, livros e filmes. Na música, a dor pela morte do filho foi representada de forma afetuosa por Chico Buarque, artista importante na trajetória da estilista. Após a morte da mãe, que se tornou um ícone de resistência, Chico Buarque, amigo pessoal de Zuzu e considerado o mais engajado compositor de músicas de protesto contra o regime militar, grava a

⁵⁴ “Vestido de noiva do desfile protesto político, que faz parte da coleção International Dateline Collection III, dividida em três temas, sendo o último deles roupas de protesto. Esse desfile é considerado um marco na trajetória profissional de Zuzu Angel, pois foi quando ela lançou sua moda de protesto. Segundo Hildegard Angel, (depoimento em 20/01/ 2017) o vestido é todo bordado com referências a ditadura militar, aviões dos quais eram jogados os presos políticos, passarinhos enjaulados que seriam os jovens, tudo visto através das grades. Enfim, uma maneira singela, com traços infantis, tudo isso mostrava aquele momento de tristeza que vivia o País. Tudo tinha que ser dito de uma maneira muito sutil, muito subliminar para entenderem a mensagem e naquele momento o significado era extraordinário. A moda tem uma força revolucionária que nunca se apaga”. (INSTITUTO ZUZU ANGEL, 2016).

canção “Angélica” em 1977. O nome da canção está associado à imagem que Zuzu criou na sua moda-protesto para representar o filho: um anjo:

Quem é essa mulher/ Que canta sempre esse estribilho?/ Só queria embalar meu filho/ Que mora na escuridão do mar/ Quem é essa mulher/ Que canta sempre esse lamento?/ Só queria lembrar o tormento/ Que fez meu filho suspirar/ Quem é essa mulher/ Que canta sempre o mesmo arranjo?/ Só queria agasalhar meu anjo/ E deixar seu corpo descansar/ Quem é essa mulher/ Que canta como dobra um sino?/ Queria cantar por meu menino/ Que ele já não pode mais cantar. (BUARQUE, 1977).

A canção fala sobre persistência, aflição, dor e martírio e denuncia o que era cogitado na época, que o corpo de Stuart teria sido jogado no mar. A questão da ausência do corpo como parte de um ritual fúnebre necessário ao luto é reproduzida na letra da música para reforçar que essa foi a questão central pela qual Zuzu perdeu a vida.

Essas duas histórias, de K. (KUCINSKI, 2014) e de Zuzu Angel, retratam a dimensão de tudo por que passam os familiares de desaparecidos. A falta de um momento de luto, de um ritual fúnebre de encerramento, faz com que essas pessoas vivam numa eterna espera. Ainda que o tempo e as evidências os levem a constatar que o ente querido faleceu, permanece, nos familiares, uma esperança, que vez ou outra se renova na fé de que algo possa ter acontecido e que a vítima tenha conseguido se salvar. Soma-se a isso a narrativa oficial que, ao negar que o Estado tenha culpa no desaparecimento e ao produzir falsas pistas sobre os desaparecidos, não deixa que os familiares, de fato, encerrem a história. Por isso, reiteramos que é necessário e urgente que as Forças Armadas reconheçam as graves violações dos direitos humanos que os militares cometeram entre 1964 e 1985 e que centros de memória sejam criados para lembrar aqueles que ousaram sonhar com a democracia neste país.

Os casos de K. e de Zuzu são semelhantes a muitos outros. A história dos caminhos percorridos por Felícia, mãe da desaparecida política Ísis Dias de Oliveira, encontra paralelo na ficção – ou a ficção é que encontra, nos casos como o de Felícia, a força propulsora para a uma possível representação. Ísis Dias de Oliveira foi forçadamente desaparecida em 30 de janeiro de 1972, juntamente com o companheiro, Paulo César Massa. De acordo com a CNV, a história de Felícia Mardini de Oliveira, mãe de Ísis, revela uma trajetória semelhante à de diversas mães de desaparecidos: a família de Ísis a procurou em unidades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em prisões e em arquivos de treze cemitérios controlados pela Santa Casa de Misericórdia, e de outros localizados em Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João do Meriti, Itaguaí e São

Gonçalo, cidades fluminenses. A família de Ísis era de São Paulo e tinha ido morar no Rio de Janeiro. Em uma ocasião, quando foi visitar a mãe, deixou uma orientação que preocupou a família. Assim como, na ficção, a filha de K. deixou uma recomendação para que ele a procurasse em um endereço clandestino se algo de grave acontecesse e se ela não atendesse ao telefone, Ísis também disse à mãe que, se alguma coisa acontecesse a ela, uma companheira daria notícias (BRASIL, 2014).

Segundo a mãe, em 23 de janeiro de 1972, Ísis chegou pela madrugada na casa de uns amigos em Niterói com ferimentos no pescoço. Em 4 de fevereiro de 1972, o pai de Ísis recebeu, em seu escritório, um telefonema de uma moça dizendo que a filha tinha sido presa, no Rio de Janeiro, pelo I Exército, e que sua vida corria perigo. Mais tarde, a família soube que a autora do telefonema era a companheira de Ísis, Aurora Maria do Nascimento Furtado, posteriormente assassinada pela repressão. Em 10 de fevereiro de 1972, a família impetrou um *habeas corpus* em favor de Ísis e tiveram resposta negativa sobre sua prisão. Ao todo, foram cinco *habeas corpus*. A partir do terceiro, a resposta a resposta passou a ser a de que Ísis Dias de Oliveira “encontra-se foragida” (SÃO PAULO, 2015).

Em busca de informações sobre a filha, Felícia conseguiu apurar parte do que aconteceu. De acordo com a CV-SP, no dossiê sobre Ísis Dias de Oliveira, disponível na página da Comissão⁵⁵:

Em meados de fevereiro de 1972, esteve presa no DOI-CODI/RJ. Março de 1972, quando era transferida do Rio para São Paulo, juntamente com outros presos, foi desligada desse grupo por apresentar problemas renais. No mesmo mês de março, [...] esteve hospitalizada em São Paulo. Ainda no mês de março, foi transferida para a base Aérea de Cumbica (SP). Em 13 de abril de 1972, uma Assistente Social, Maria do Carmo de Oliveira, lotada no Hospital da Marinha (Ilha das Cobras) no Rio, informa [...] “Ísis Dias de Oliveira foi presa pelo I Exército [...] encontra-se incomunicável na Ilha das Flores”. [...] No dia seguinte, [...] fomos intimadas a comparecer no I Exército. Lá nos atendeu um coronel e o primo da Maria do Carmo. Alegaram que “fora um lamentável engano”. Logo em seguida, a Dra. Eny esteve na Ilha das Flores, onde foi negada sua presença. Eu estive por três vezes na Ilha, sem nada conseguir. (SÃO PAULO, 2015).

A recusa dos órgãos oficiais em admitir a prisão de militantes políticos fazia com que a busca das famílias não tivesse fim. Sem saber o que de fato aconteceu, esses familiares eram enganados e caíam em falsas pistas, como aconteceu com K. Felícia também foi vítima dessa estratégia psicológica de fazer enlouquecer os familiares dos

⁵⁵ Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/isis-dias-de-oliveira>. Acesso em: 1 de mai. 2021.

desaparecidos. Em 20 de fevereiro de 1974, um conhecido do pai de Ísis, que atuava com seguros e também no DOPS, prometeu conseguir informações. Chegando de uma excursão de turismo no exterior, disse que a guia que os acompanhara na cidade de Londres era uma brasileira de nome Íris, e que tinha tudo para ser Ísis. Em 4 de março de 1974, Felícia e um filho viajaram para Londres e encontraram a moça, que não tinha nada a ver com a desaparecida. De acordo com Felícia: “Nós chegamos à triste conclusão que todas essas séries de desinformações serviam a um objetivo específico, que era de confundir-nos e fazer-nos reaver a cada sinal uma esperança”. (SÃO PAULO, 2015).

Felícia foi uma das vozes que se juntaram a K. e a Zuzu na busca por verdade e justiça. Ela, assim como outros familiares de desaparecidos políticos, escreveu cartas pedindo ajuda e informação. Entre os destinatários estiveram o próprio presidente da República, os ministros das três armas, o Comandante do I e do II Exércitos, a OAB, a OEA, a ONU, a Anistia Internacional, os arcebispos do Rio de Janeiro e de São Paulo: “Foram tantas as cartas e inúteis que não gosto de lembrar. Só não esquecerei uma em especial, pelo trabalho e pela satisfação que me deu”. (SÃO PAULO, 2015).

Felícia conta um episódio também narrado por K. (KUCINSKI, 2014): o dia em que os familiares esperaram junto à TV o pronunciamento do ministro da Justiça sobre o paradeiro dos desaparecidos políticos. Embora as sequências de negações indicassem que essa era mais uma cortina de fumaça que serviria para confundir as pessoas em suas buscas, K. e outros familiares tiveram um fio de esperança. Todavia, as expectativas iniciais se confirmaram, e “os militares cumpriram a promessa do presidente à luz da doutrina da guerra psicológica adversa. Nessa modalidade de guerra, confundir o inimigo com mentiras é um recurso legítimo”. (KUCINSKI, 2014, p. 67).

Na ficção, sobre a filha de K. e o marido, o comunicado dizia que não havia nenhum registro nos órgãos oficiais. Felícia, por sua vez, não se conformou com as informações, ou com a falta delas; resolveu escrever uma carta e tentar que fosse publicada em um jornal:

Mas, como publicar minha carta? A censura não respeitava nem o malote dos deputados. Não tive dúvidas. Fui pelo caminho mais longo, mas o que me pareceu seguro. Viajei 20 horas até Brasília para entregar minha carta ao deputado Lisâneas Maciel. O deputado Lisâneas não se encontrava em Brasília, entreguei então a minha carta em mãos do deputado Fernando Lira. Mais 20 horas de volta. No meio do caminho, em uma parada de ônibus, comprei um jornal “O Estado de S. Paulo”. Lá estava a minha carta publicada. Valeu-me uma grande satisfação no momento. Mas foi só. Porque até hoje estou esperando saber o que eles fizeram com minha filha Ísis. (SÃO PAULO, 2015).

De acordo com a CV-SP, em dossiê sobre Ísis, em 28 de janeiro de 1979, sua morte de foi confirmada pelo general Adyr Fiúza de Castro em matéria na *Folha de S. Paulo*. Fiúza de Castro foi criador e primeiro chefe do CIE, chefe do DOI-CODI do I Exército, comandante da PM/RJ e, depois, da VI Região Militar. Em 8 de abril de 1987, a revista *IstoÉ*, na matéria “Longe do ponto final”, publicou declarações de Amílcar Lobo, que reconheceu ter visto Ísis no DOI-CODI/RJ, sem precisar a data. No Arquivo do DOPS/PR, em uma gaveta com a identificação “falecidos”, foi encontrada sua ficha. De acordo com a denúncia de Inês Ettiene Romeu, única sobrevivente da Casa da Morte de Petrópolis, Ísis Dias de Oliveira teria passado pelo local.

Essas e outras histórias se entrecruzam e se complementam e mostram que o *modus operandi* do desaparecimento faz dos familiares de desaparecidos vítimas *ad eternum* da tortura psicológica. De acordo com a CNV, nos casos de desaparecimento forçado, a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos presume, como consequência do crime, a ocorrência de violação à integridade psíquica e moral dos familiares diretos, devido ao sofrimento, à angústia, ao sentimento de insegurança, à frustração e à impotência causados pela recusa das autoridades públicas em investigar os fatos:

A presunção vale para mães e pais, filhas e filhos, esposos e esposas, companheiros e companheiras, consideradas as particularidades do caso. A Corte analisa se houve prova de afetação à integridade pessoal da suposta vítima; verifica, em particular, se existia vínculo especialmente estreito entre ela e a pessoa desaparecida, se a primeira participou da busca de justiça no caso concreto e se passou por sofrimentos próprios. No mesmo sentido, a Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados, de 1992, já estabelecia que o desaparecimento forçado provoca grandes sofrimentos a essas pessoas e às suas famílias, constituindo violação do direito a não ser sujeito à tortura ou a outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. (BRASIL, 2014, p. 376).

Em *O corpo interminável* (LAGE, 2019), desde a infância Daniel buscava alguma referência da mãe. De acordo com Beatriz Sarlo, os filhos de desaparecidos sentem uma sensação de abandono que é inevitável:

Sentir-se abandonado, no caso dos filhos de desaparecidos, é inevitável. A tragicidade dos fatos tocou ali onde não havia sujeitos em condições de responder nem de se defender, sujeitos que não tinham escolhido um destino que incluía a morte como possibilidade, sujeitos que pura e simplesmente não estavam em condições de escolher. Trinta anos depois, esses filhos de pais desaparecidos dão desses fatos testemunhos diferentes. (SARLO, 2007, p. 109).

Como observamos nas narrativas e nos casos relatados, a forma como cada vítima reage à experiência traumática determina não só a sua vida, mas a vida de todo o seu entorno.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos compreender, nesta tese, como as narrativas literárias e os testemunhos dos sobreviventes e familiares de desaparecidos políticos cooperaram para a instauração do debate, ainda que tardio, sobre o trauma da ditadura civil-militar brasileira. Com base em levantamento realizado pela pesquisadora Regina Dalcastagné, professora da Universidade de Brasília, publicado por ela na página do *Facebook* do “Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea” em março de 2020; e nos estudos da professora Eurídice Figueiredo em *A literatura como arquivo da ditadura* (2017), de 2011, ano da instauração da Comissão Nacional da Verdade, observamos que, até os dias de hoje, foram publicadas quarenta e sete obras literárias que tratam da ditadura como tema central.

QUADRO 1

	Obras literárias publicadas após a publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade
1	<i>A importância dos telhados</i> (2020), de Vanessa Molnar
2	<i>A noite da espera</i> (2017), de Milton Hatoum
3	<i>A resistência</i> (2015), de Julián Fuks
4	<i>A vida invisível de Eurídice Gusmão</i> (2016), de Martha Batalha
5	<i>Ainda estou aqui</i> (2015), de Marcelo Rubens Paiva
6	<i>Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia</i> (2012), de Liniane Haag Brum
7	<i>Aqui, no coração do inferno</i> (2016), de Micheline Veruschk
8	<i>Cabo de guerra</i> (2016), de Ivone Benedetti
9	<i>Correio do fim do mundo</i> (2018), de Tomás Chiaverini
10	<i>Damas da noite</i> (2014), de Edgard Telles Ribeiro
11	<i>Dois</i> (2017), de Oscar Nakasato
12	<i>Felizes poucos</i> (2016), de Maria José Silveira
13	<i>Há um débito em seu nome</i> (2020), de Maurício Corrêa
14	<i>Imaculada</i> (2013), de Denise Assis
15	<i>Julia nos campos conflagrados do senhor</i> (2020), de Bernardo Kucinski
16	<i>K., relato de uma busca</i> (2011), de Bernardo Kucinski

17	<i>Mar azul</i> (2012), Paloma Vidal
18	<i>Mulheres que mordem</i> (2015), de Beatriz Leal
20	<i>Noite dentro da noite</i> (2017), de Joca Reiners Terron
21	<i>No fundo do oceano, os animais invisíveis</i> (2020), de Anita Deak
22	<i>Nos idos de março</i> (2014), org. de Luiz Ruffato
23	<i>O amor dos homens avulsos</i> (2016), de Victor Heringer
24	<i>O amor, esse obstáculo</i> (2018), de Micheliny Verunschik
25	<i>O corpo interminável</i> (2019), de Cláudia Lage
26	<i>O indizível sentido do amor</i> (2017), de Rosângela Vieira Rocha
27	<i>O peso do coração do homem</i> (2017), de Micheliny Verunschik
28	<i>O segredo da boneca russa</i> (2018), de Celma Prata
29	<i>O último dia da inocência</i> (2019), de Edney Silvestre
30	<i>Os visitantes</i> (2016), de Bernardo Kucinski
31	<i>Outono</i> (2018), de Lucília Garcez
32	<i>Outros cantos</i> (2016), de Maria Valéria Rezende
33	<i>Palavras cruzadas</i> (2015), de Guiomar de Grammont
34	<i>Pesadelo</i> (2019), de Pedro Tierra
35	<i>Pontos de fuga</i> (2019), de Milton Hatoum
36	<i>Qualquer maneira de amar</i> (2014), Marcus Veras
37	<i>Quarenta dias</i> (2014), de Maria Valéria Rezende
38	<i>Que fim levaram as flores</i> (2019), de Otto Leopoldo Winck
39	<i>Rio – Paris – Rio</i> (2017), de Luciana Hidalgo
40	<i>Setenta</i> (2019), de Henrique Schneider
41	<i>Silêncio na cidade</i> (2017), de Roberto Seabra
42	<i>Sob os pés, meu corpo inteiro</i> (2018), de Márcia Tiburi
43	<i>Tempos extremos</i> (2014), Míriam Leitão
44	<i>Tocaia do norte</i> (2020), de Sandra Godinho
45	<i>Vidas provisórias</i> (2013), Edney Silvestre
46	<i>Você vai voltar para mim</i> (2014), de Bernardo Kucinski
47	<i>Volto semana que vem</i> (2015), de Maria Pilla

Reforçamos, nesta tese, que não se pode confundir testemunho com ficção. Entendemos que o texto literário tem sua especificidade, uma vez que, baseado naquilo

que nos adverte Eurídice Figueiredo, o testemunho pertence ao domínio do vivido e o texto literário, ao domínio da linguagem:

Não se pode confundir o que se passa na vida real de cada um de nós com o que se lê num livro, são universos diferentes, com códigos diferentes, pois a realidade nos escapa sempre. Em outras palavras, a literatura sempre lidou com a verossimilhança, não com a verdade, mesmo se o autor se inspira em fatos da sua vida. (FIGUEIREDO, 2017, p. 123).

Em relação ao período histórico analisado, procuramos entender como o trauma da ditadura está associado ao trauma da colonização, da escravidão e ao cenário político atual. Nosso objetivo foi realizar uma reflexão teórica sobre o trauma individual e o trauma histórico, a fim de compreender como a ausência de políticas de memória favoreceram e favorecem a perpetuação do autoritarismo e da violência no cenário político brasileiro desde a chegada dos portugueses.

Em relação à escrita da história, é importante citar os esforços da historiografia contemporânea, que busca esclarecer e discutir alguns aspectos relacionados à reescrita da história, criticando a forma como o conhecimento histórico foi sendo construído ao longo dos anos. Quando afirmamos que as artes podem agir no imaginário social e acessar lugares que a história pode não atingir, não estamos questionando a importância do conhecimento histórico; pelo contrário, entendemos que os diversos campos do conhecimento precisam se associar para que um número maior de pessoas tenha acesso às pesquisas e ao conhecimento. Inclusive, lembramos que um importante teórico em quem nos embasamos para a pesquisa desta tese é historiador, Dominick La Capra.

Sempre tivemos na história do Brasil uma parcela da população sem nenhum apreço à democracia e às liberdades individuais. O fato é que elas se atualizam no tempo, mas seus interesses permanecem os mesmos: produzir riquezas para si. Assim foi desde a colonização. De acordo com Tásia Souza, em *O trágico e os mortos sem sepultura da ditadura civil-militar brasileira: K., Ainda estou aqui e Antes do passado* (2017), a construção da identidade brasileira é frágil por três aspectos: a relação conflituosa com o tempo, o confronto com o outro e a herança violenta.

A construção da identidade brasileira, frágil, parte de cada um desses três aspectos: uma relação conturbada com a própria história, rendendo inclusive a pecha de que brasileiro tem memória curta; a intolerância, por mais que se tente disfarçá-la, às diferenças raciais, sociais e culturais; e a fundação de uma nação sob o signo da eliminação e da exploração desse outro diferente, haja vista a dizimação de populações indígenas, a escravidão, as revoltas e guerrilhas populares na colônia, no Império e na República, os vários golpes de Estado, da Proclamação da República em 1889 ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016. (SOUZA, 2017, p. 114).

Como mencionamos anteriormente, a ausência de uma política da memória no Brasil é um dos motivos que impedem a nossa sociedade de elaborar seus traumas e coopera para que ela continue repetindo os mesmos erros do passado.

Assim, de acordo com a teoria que tenho defendido neste texto, o testemunho é o elo entre o trauma individual e o trauma coletivo. É através dele que uma experiência individual alcança a testemunha que pode agir no plano coletivo contra o esquecimento. A testemunha, nesse caso, não é quem participou da cena traumática, mas sim aquele que é capaz de ouvir o testemunho até o fim. De acordo com Seligmann-Silva: “Sem um ouvido, não se dá o testemunho. Testemunhar é um ato que ocorre no presente”. (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 15).

Acredito que o próprio conceito de testemunha tenha de ser potencializado, isso porque para se alcançar o imaginário social e fazer emergir políticas de memória, ele é indispensável. A testemunha não é apenas alguém que participou da cena traumática ou alguém que esteja sentimentalmente vinculado à vítima. Todos nós que de alguma forma tivemos contato com as narrativas no tempo presente, seja pelos testemunhos, pelos textos literários ou pelas artes de forma geral, somos testemunhas das violências da colonização, da escravidão e das torturas e mortes de militantes de todos os tempos. Com efeito, a testemunha passa a ser responsável por fazer repercutir na sociedade, como diz Benjamin (1987 [1940]), ecos de vozes que emudeceram. Talvez seja esse o grande legado do testemunho, ao tornar pública a experiência do horror impedir que o debate seja sufocado.

Quando os testemunhos dos sobreviventes se tornarem parte dos currículos escolares, quando arquivos forem abertos, mais memoriais debatidos e construídos, quando os tribunais forem abertos aos testemunhos dos que sofreram sob a ditadura, quando a verdade começar a se delinear e os responsáveis forem levados a pagar pelo que fizeram, aí sim teremos a nossa cultura da memória. (SELIGMANN-SILVA, 2010, p.15).

Afim de encontrar caminhos possíveis, buscamos modelos e encontramos, na sociedade alemã, um exemplo de quem não negou a barbárie; pelo contrário, foram criadas leis bastante duras para quem publicamente aprova, nega ou mesmo minimiza o Holocausto, o que pode levar à detenção. São políticas públicas austeras que impedem, de certa forma, uma permanência e o avanço do antissemitismo.

Nesse sentido, Maurício Santoro, cientista político e assessor de direitos humanos da Anistia Internacional Brasil, no artigo “Quatro lições alemãs sobre memória” (2014), elenca lições a favor da memória que podemos aprender com a Alemanha. Entre as iniciativas consta o esforço da sociedade civil em lutar por políticas de memória que, aos

poucos, foram ganhando força até se consolidarem na construção de museus, memoriais e fundações. Isso porque produções artísticas têm enorme impacto sobre a memória pública, uma vez que a arte detém o poder de desvelar histórias de pessoas que tiveram o curso de suas vidas alterado para sempre pela perversidade e desumanidade de uma ideologia totalitária e excludente. Em razão do passado violento que o país experienciou, além dos museus, o lançamento de filmes ou programas de televisão sobre o nazismo e suas atrocidades impulsionaram e ainda impulsionam mobilizações e debates.

Outro aspecto não menos relevante para se elaborar o trauma e não se manter na repetição do passado é a punição dos culpados, para que sejam devidamente responsabilizados por seus feitos. Processos judiciais foram instaurados e puniu-se aqueles que foram considerados criminosos. Ademais, incluiu-se nesse processo o esforço em reconhecer os vários grupos que foram vítimas de perseguições na Alemanha nazista, entre eles homossexuais, ciganos e deficientes. Por fim, o mais importante é educar as novas gerações. Assim, segundo Santoro (2014), na Alemanha, o repúdio ao nazismo está inserido em todo o currículo escolar, a fim de que os jovens conheçam os fatos como realmente ocorreram.

Entendemos, então, que no Brasil, há uma falta de políticas efetivas de memória, a começar pela colonização, passando pela escravidão e por cada luta regional ou nacional que buscou romper com ciclos de dominação e de autoritarismo. Países como Argentina, Chile e Uruguai conseguiram levar aos tribunais os casos de violação dos direitos humanos oriundos das ditaduras militares que acometeram seus governos. O fato é que, no Brasil, não houve um reconhecimento público dos erros do passado, além de ainda existir um grupo considerável de indivíduos que propaga visões negacionistas de violências históricas, como aquelas que ocorreram na própria ditadura.

De acordo com Pierre Nora (1993), a forma como cada sociedade conduz seus processos de memória é determinante para a (re)construção de uma identidade, sobretudo após catástrofes históricas:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais [...]. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não tivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. (NORA, 1993, p. 13).

Para Pierre Nora, os lugares de memória são “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e

idênticos” (NORA, 1993, p. 13). Por isso é tão importante que o processo de memorialização no Brasil avance.

Nesse âmbito, mais uma vez, chamamos a atenção para a escassez de memoriais da escravidão. Uma das nossas maiores chagas não é sequer representada pela oficialização nacional de uma data rememorativa, havendo ainda muita resistência para se estabelecer o dia 20 de novembro como feriado em todo território nacional. Embora a Lei nº 12.519 de 2011 tenha formalizado a data como “O Dia da Consciência Negra”, alguns estados e municípios resistem em reconhecer a importância do dia para construção de uma identidade brasileira. Essa resistência não é ingênua, nem inconsciente: o que está em jogo é o poder do discurso. A escolha do dia é uma homenagem a Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares e respeitado herói da resistência antiescravagista, que foi morto em 20 de novembro de 1695. No entanto, aceitar Zumbi dos Palmares como o mais importante representante da causa abolicionista é, ao mesmo tempo, rejeitar a historiografia oficial que atribui à Princesa Isabel esse papel. Nada é desproposital em nossa sociedade.

A falta de políticas de memória faz com que medidas contra um revisionismo embasado na história escovada a contrapelo (BENJAMIN, 1987 [1940]) ganhem apoio da sociedade. Assim, com base no desconhecimento dos fatos históricos, a população ecoa a negação ao reconhecimento de atores da resistência, como Zumbi, afirmando, por exemplo, que o Dia da Consciência Negra, a política de cotas, a indenização para presos políticos, a demarcação de terras indígenas, entre outras políticas de reparação fariam parte do passado ou estariam reforçando uma suposta divisão da sociedade. Repetindo a ideia de que seríamos todos iguais, alegam que temos de avançar e “superar” essas questões a fim de nos tornarmos uma nação próspera.

O que muitos de nós não esperávamos com essa tentativa de forçar o esquecimento é aquilo que Freud alertou em relação à compulsão à repetição. Se aplicarmos a teoria freudiana à história do Brasil, colocando-a em um divã, chegaremos à conclusão de que nosso passado se repete justamente por falta de elaboração. Por essa insistência, ao longo da nossa história, em tentar esquecer, acabamos recordando aquilo que pode ser lembrado enquanto repetimos o recalcado. Afinal, o traumatizado repete em vez de recordar, porque, para ele, a compulsão à repetição é uma forma de recordação. Quanto mais ele resiste em recordar, mais ele repete. O que observamos se dar no Brasil de hoje é essa repetição da violência, da repressão, da tendência a se apoiar políticas autoritárias e punitivistas.

A superação das resistências tem início quando o paciente começa a pensar sobre o que o levou àquele lugar. A elaboração é uma forma de vencer a resistência. Ao rememorar eventos traumáticos, o paciente se torna consciente, racionaliza seu comportamento. Assim, ele acessa o recalado e transforma a lembrança em recordação, de forma simbólica e consciente, e não mais repete o recalque. Essa elaboração se dá via linguagem.

Concluimos, a partir da teoria freudiana, que o Brasil é um país recalado. Por não elaborarmos nossos traumas, ainda estamos repetindo o passado. É preciso colocar o Brasil no divã, é preciso olhar para nosso passado com olhar atento e crítico. Reconhecer os erros é o mínimo a ser feito, se quisermos construir uma nação democrática.

Terminamos esta conclusão tomando as palavras de uma amiga pesquisadora citada nesta tese. Buscando palavras para descrever essa experiência que tanto nos mudou e moldou, não encontrávamos uma descrição à altura. Até que as palavras de Tásia Souza tocaram fundo a ponto de descrever essa jornada:

Vida, paixão, morte, lamento. De certa forma, sinto como se também eu tivesse percorrido cada um dos quatro passos originais do mito trágico ao longo desta pesquisa, vivenciando-a em sua integridade, apaixonando-me por ela, mas também sofrendo por essas dores e essas mortes — as reais e as simbólicas — e usando a escrita acadêmica, a exemplo do que os autores estudados aqui fizeram com a literária, para, ao mesmo tempo, derramar um pranto e fazer um manifesto. (SOUZA, 2017, p. 189).

Em muitos momentos, foi difícil seguir com a pesquisa. Consideramos que isso tenha acontecido por dois motivos: o primeiro, pelo impacto do choque com um passado tão recente e tão cruel e, ao mesmo tempo, tão ignorado, inclusive pela geração que o viveu; o segundo, por termos sido atropelados pelo curso da história. O Brasil elegeu para o cargo maior da república uma “viúva” da ditadura.

Os atos antidemocráticos de 7 de setembro de 2021, convocados por Jair Bolsonaro⁵⁶, pediam o fechamento do STF, a destituição de seus ministros, o voto impresso e a intervenção militar com Bolsonaro no poder. O próprio presidente participou dos eventos, em Brasília, na esplanada dos ministérios, e em São Paulo, na Av. Paulista, com falas agressivas contra a democracia.

⁵⁶ Em discurso na Av. Paulista, Bolsonaro inicia sua fala fazendo uma analogia com Israel. “São Paulo, minha terra querida, boa tarde! Deus nunca disse para Israel ‘fica em casa que eu luto por você’. Ele sempre disse ‘vai a luta que eu estou com você’”. (HENRIQUE, 2021, s/p).

Bolsonaro ameaçou agir fora da Constituição. A página bolsonarista *Relevante News* transcreveu na íntegra o discurso do presidente:

Eu jurei um dia, juntamente com Hamilton Mourão, vice-presidente do meu lado, juntamente com Braga Netto, ministro da defesa, darmos as nossas vidas pela pátria. Todos vocês que porventura não fizeram esse juramento, fizeram outro igualmente importante, de dar a vida pela sua liberdade. A partir de hoje uma nova história começa a ser escrita aqui no Brasil. Peço a Deus, mais que sabedoria: força e coragem para bem decidir. Não são fáceis as decisões. Não escolho o lado do conforto. Sempre estarei do lado do povo brasileiro. (GUILHERME, 2021, s/p).

No entanto, como reação às ações de Bolsonaro, os ministros Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal; Luís Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral; Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados; e Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, deixaram claro que não vão tolerar qualquer atentado contra a democracia.

O ministro Luiz Fux fez duras críticas em respostas às ameaças feitas ao poder judiciário por Jair Bolsonaro. Mesmo que tenhamos críticas a fazer ao STF, essa reação marca uma tendência da corte em não deixar que a democracia seja atacada:

"Ninguém fechará esta Corte. Nós a manteremos de pé, com suor e perseverança. No exercício de seu papel, o STF não se cansará de pregar fidelidade à Constituição e, ao assim proceder, esta Corte reafirmará, ao longo de sua perene existência, o seu necessário compromisso com a democracia, com os direitos humanos e com o respeito aos poderes e às instituições deste país". (LUSA, 2021, s/p).

De igual modo, o ministro Luís Barroso, do TSE, reafirmou que a democracia é plural, mas que não tem lugar para quem quer destruí-la:

A democracia tem lugar para conservadores, liberais e progressistas. O que nos une na diferença é o respeito à Constituição, aos valores comuns que compartilhamos e que estão nela inscritos. A democracia só não tem lugar para quem pretenda destruí-la. (TSE, 2021, s/p).

A ameaça de golpe de Jair Bolsonaro, felizmente, fracassou. Ao atacar de forma agressiva a democracia, o presidente se viu acuado e forçado a recuar. Com uma carta escrita com a ajuda do ex-presidente Michel Temer, o presidente tentou acalmar os ânimos que ele mesmo agitou. Dessa forma, ao não conseguir constranger as instituições como suas ameaças o que o presidente conseguiu foi um incontornável isolamento político.

No entanto, mesmo diante desse conflituoso cenário político, ao concluir esta tese, olhamos para trás e somos confrontadas, por razões que não conseguimos explicar, a falar

como pesquisadoras que se permitem, em meio ao caos, “esperançar”, como ensina Paulo Freire:

É preciso ter esperança. Mas tem de ser esperança do verbo esperançar. Por que tem gente que tem esperança do verbo esperar. Esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. [...] Já esperançar é ir atrás, é se juntar, é não desistir. [...] Esperança é a capacidade de olhar e reagir àquilo que parece não ter saída. Por isso, é muito diferente de esperar; temos mesmo é de esperançar! (FREIRE, 1992).⁵⁷

Em certa medida, mesmo que as opiniões sejam conflituosas e que parte ruidosa, porém pouco numerosa, da população defenda a volta da ditadura, o fato é que a sociedade civil organizada tem reagido de forma consistente aos ataques contra a democracia. Esperamos, nesse contexto, que esta pesquisa tenha cumprido seu papel e que nossa voz ecoe na busca de uma sociedade mais justa e democrática.

⁵⁷ Esse trecho sobre “esperançar”, encontrado no artigo “Esperança: tarefa necessária e urgente”, soma-se a uma reflexão mais longa e mais densa de Paulo Freire no livro *Pedagogia da esperança - um reencontro com a pedagogia do oprimido*, publicado pela Editora Paz e Terra em 1992. Ambos os textos são citados nas referências.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Rosa; VILALTA, Lucas Paolo (coord.). **Memórias da ditadura**. [site]. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, s/d. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso em: 30 de jul. 2021.

ACHUGAR, Hugo (Comp.). **En otras palabras, otras historias**. Montevideo: Universidad de la República, 1994.

ACHUGAR, Hugo. Historias paralelas/historias ejemplares: La historia y la voz del outro. In: ACHUGAR, Hugo; BEVERLEY, John (Orgs.). **La voz del otro: testimonio subalternidad y verdad narrativa**. Ciudad de Guatemala: Universidad Rafael Landívar, 2002. p. 61-83.

ACHUGAR, Hugo; BEVERLEY, John (Orgs.). **La voz del otro: testimonio subalternidad y verdad narrativa**. Ciudad de Guatemala: Universidad Rafael Landívar, 2002.

ADORNO, Theodor. Crítica cultural e sociedade. In: **Prismas**. São Paulo: Ática, 1998. p. 7-26.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

ALZUGARAT, Alfredo. El testimonio en la revista *Casa de las Américas*. ACHUGAR, Hugo (Comp.). **En otras palabras, otras historias**. Montevideo: Universidad de la República, 1994. p. 171-210.

ALMEIDA, Wilson Castello. Além da catarse, além da integração, a catarse de integração. **Rev. Bras. Psicodrama**, São Paulo, v.18, n. 2, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932010000200005. Acesso em: 10 de ago. 2019.

ANGEL, Hildegard. Mãe coragem – Juntando retalhos. **Itaú Cultural – Ocupação**, 2016. Disponível em: https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/zuzu-angel/mae-coragem/?content_link=11. Acesso em: 08 de set. 2021.

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (org.). **Brasil**: nunca mais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

AZEVEDO, Solange. “A ditadura não acabou”. **IstoÉ**, 29 de jan. 2010. Disponível em: https://istoe.com.br/46424_A+DITADURA+NAO+ACABOU+/. Acesso em: 08 de set. 2021.

AZEVEDO, Tiago. Primeira e Segunda Tópica do Aparelho Psíquico – Resumo | Psicanálise; Freud. **Psicoativo**, 03 de abr. 2017. Disponível em: <https://psicoativo.com/2017/04/primeira-segunda-topica-aparelho-psiquico-resumo-psicanalise-freud.html>. Acesso em: 08 de set. 2021.

BARNET, Miguel. [1977]. **Biografía de un Cimarrón**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 2018.

BENJAMIN, Walter. [1936]. O Narrador – considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**: Ensaio sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 197-221.

BENJAMIN, Walter. [1940]. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política**: Ensaio sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 222-232.

BETTO, Frei. [1987]. **Batismo de Sangue**: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. 14. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BEVERLEY, John. Anatomía del testimonio. **Revista de Crítica Literaria Latinoamericana** 8, n. 25, p. 7-16, 1987.

BEVERLEY, John. **Del Lazarillo al Sandinismo** - Estudios sobre la función ideológica de la literatura. Minneapolis: Prisma Institute, 1987.

BEVERLEY, John. Introdução. In: ACHUGAR, Hugo; BEVERLEY, John (Orgs.). **La voz del otro**: testimonio subalternidad y verdad narrativa. Ciudad de Guatemala: Universidad Rafael Landívar, 2002. p. 17-29.

BOSI, Alfredo. Narrativa e Resistência. In: **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 118-135.

BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Ática, 1985.

BRASIL. Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas. **Arquivo Nacional**. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 03 de ago. 2021.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório. V. I. Brasília: CNV, 2014. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 02 de ago. 2021.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório. V. II – Textos temáticos.

Brasília: CNV, 2014. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 02 de ago. 2021.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório. V. III – Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. Acesso em: 02 de ago. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995**. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República/Casa Civil, 1995.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm. Acesso em: 14 de dez. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011**. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República/Casa Civil, 2011. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 25 de ago. 2021.

BRASIL; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à memória e à verdade**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/459>. Acesso em: 02 de ago. 2021.

BRUM, Liniane Haag. **Antes do passado**: o silêncio que vem do Araguaia. Porto Alegre: Arquipélago, 2012.

CANAL CIÊNCIAS CRIMINAIS. Veja na íntegra o pedido de explicações de Felipe Santa Cruz contra Bolsonaro. **Jusbrasil**. 2019. Disponível em:

<http://s.oab.org.br/arquivos/2019/07/ef21a69d-c241-4775-9ff5-519eaa682cb7.pdf>. Acesso em: 03 de fev. 2021.

CAPELATO, Maria Helena. Memória da ditadura militar argentina: um desafio para a história. **Clio Revista de Pesquisa Histórica**, n. 24, p. 61-81, 2006.

CARNEIRO, Julia Dias. Brasil viveu um processo de amnésia nacional sobre a escravidão. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 10 de mai. 2018. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44034767>. Acesso em: 28 de mar. 2019.

CARVALHO, Daniel; FERNANDES, Talita. Bolsonaro muda comissão sobre a ditadura e diz que agora governo é de direita. **Folha de S. Paulo**, 1º de ago. 2019.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/bolsonaro-muda->

comissao-de-mortos-e-desaparecidos-em-meio-a-ataques-sobre-o-tema.shtml. Acesso em: 03 de mar. 2021.

CAZES, Leonardo. Os desaparecidos da ditadura e da democracia no Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de set. 2013. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/os-desaparecidos-da-ditadura-da-democracia-no-brasil-509472.html>. Acesso em: 6 jul. 2016.

CHICARINO, Tathiana. Tancredo Neves: o desenrolar de uma liderança política. **Aurora**: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.5, n.14, p. 47-67, jun.-set. 2012.

COELHO NETO, Raphael. Memória da violência política da ditadura chilena na literatura de testemunho publicada pelas revistas Literatura Chilena e Araucaria de Chile. **Palimpsesto** - Revista Científica de Estudios Sociales Iberoamericanos, v. IX, p. 97-113, 2017.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”. **Infância roubada** - Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf. Acesso em: 02 de ago. 2021.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS et al. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: CEPE – Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas**. Belém do Pará, 9 de Junho de 1994.

COSTA, Adriolli; FACHIN, Patrícia. Comissão da Verdade não buscava investigar, mas sistematizar. **Carta Maior**, 21 de jan. 2015. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Comissao-da-Verdade-nao-buscava-investigar-mas-sistematizar-/5/32635>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

COSTA, Gilberto. Cresce total de negros em universidades, mas acesso é desigual. **Agência Brasil**, Brasília, 20 de nov. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/cresce-total-de-negros-em-universidades-mas-acesso-e-desigual>. Acesso em: 25 de ago. 2021.

COSTA, Lucas Esperança da. **“O que é que estamos a fazer aqui?”**: A relação com o lugar para os “Retornados”. 2019. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/9999>. Acesso em: 02 de ago. 2021.

COUTO, Ronaldo Costa. Rasteira do destino. **Revista USP**, São Paulo, n. 65, p. 6-17, mar./mai. 2005.

CYTRYNOWICZ, Roney. O silêncio do sobrevivente: diálogos e rupturas entre memória e história do Holocausto. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, Memória e Literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro**. Brasília: Editora da UnB, 1996.

DANZIGER, Leila. Shoah ou Holocausto: a aporia dos nomes. **Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, out. 2007.

DEAK, André. No Brasil, a tradição é o golpe. **Revista Fórum**, Santos, 01 de abr. 2016. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/no-brasil-a-tradicao-e-o-golpe/> Acesso em: 25 de mar. 2018.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FAVERO, Ana Beatriz. **A noção de trauma em psicanálise**. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2009. Disponível: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13362/13362_1.PDF. Acesso em: 03 de ago. 2021.

FELMAN, Shoshana. Educação e crise, ou as vicissitudes do ensinar. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000.

FELMAN, Shoshana. **O Inconsciente Jurídico: julgamentos e traumas no século XX**. São Paulo: Edipro, 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FICO, Carlos. 50 anos do AI-5: negar ditadura é ignorância histórica, diz pesquisador. Entrevista concedida a Júlia Dias Carneiro. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 10 de dez. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46496289>. Acesso em 08 de out. 2021.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho: os livros secretos da ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FLORENTINO, Giselle; GOULART, Fransérgio. Desaparecimentos forçados na Baixada Fluminense. **WikiFavelas**, 22 de dez. 2020. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Desaparecimentos_for%C3%A7ados_na_Baixada_Fluminense. Acesso em: 08 de set. 2021.

FON, Antonio Carlos. Tortura. **A história da repressão política no Brasil**. São Paulo: Global, 1979.

FÓRUM. Bolsonaro extingue grupo que identificava ossadas de desaparecidos políticos. **Revista Fórum**, 22 de abr. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro-extingue-grupo-que-identificava-ossadas-de-desaparecidos-politicos/>. Acesso em: 26 de jul. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1992.

FREUD, Sigmund. [1913]. Tabu e ambivalência emocional. In: **Sigmund Freud** – Totem e Tabu e outros trabalhos (1913-1914). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. [1913b]. Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I). In: **Sigmund Freud** – O Caso Schreber, Artigos sobre Técnica e outros trabalhos (1911-1913). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. [1914]. Fluctuat Nec Mergitur (No brasão da cidade de Paris). In: **Sigmund Freud** – A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FREUD, Sigmund. [1914b]. Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). In: **Sigmund Freud** – O Caso Schreber, Artigos sobre Técnica e outros trabalhos (1911-1913). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. [1915]. O inconsciente. In: **Sigmund Freud** - A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FREUD, Sigmund. [1915b]. Reflexões para os tempos de guerra e morte. In: **Sigmund Freud** - A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FREUD, Sigmund. [1917]. Conferência XVIII – Fixação em traumas – O inconsciente. In: **Sigmund Freud** – Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (Parte III) (1915-1916). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. [1917b]. Luto e melancolia. In: **Sigmund Freud** - A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FREUD, Sigmund. [1919]. Introdução à psicanálise e as neuroses de guerra. In: **Sigmund Freud** – Uma Neurose Infantil e outros trabalhos (1917-1918). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. [1920]. Além do princípio do prazer. In: **Sigmund Freud** – Além do Princípio do Prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos (1925-1926). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. [1923]. A consciência e o que é inconsciente. In: **Sigmund Freud** – O Ego e o Id e outros trabalhos (1923-1925). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. [1923b]. O ego e o id. In: **Sigmund Freud** – O Ego e o Id e outros trabalhos (1923-1925). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. [1925]. Um estudo autobiográfico. In: **Sigmund Freud** – Um Estudo Autobiográfico, Inibições, Sintomas e Ansiedade, Análise Leiga e outros trabalhos (1925-1926). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. [1930]. O mal-estar na civilização. In: **Sigmund Freud** – O Futuro de uma Ilusão, o Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos (1927-1931). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

FREUD, Sigmund. [1932]. Conferência XXXI – A dissecação da personalidade psíquica. In: **Sigmund Freud** – Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise e outros trabalhos (1932-1936). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

FREUD, Sigmund. [1939]. Moisés, o seu povo e a religião monoteísta. In: **Sigmund Freud** – Moisés e o Monoteísmo, Esboço de Psicanálise e outros trabalhos (1937-1939). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2. ed. São Paulo: 34, 2009.

GALEANO, Eduardo. [1940]. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

GARCÍA, Gustavo V. **La literatura testimonial latinoamericana**. Madrid: Pliegos, 2003.

GARCÍA, Victoria. Literatura testimonial en la Argentina: un itinerario histórico (1957-2012). **Cuadernos del CILHA**, Buenos Aires, a. 18, n. 26, p. 11-43, 2017.

GASPARETTO Junior, Antonio. Shoah. **InfoEscola** – Navegando e Aprendendo. [s/d]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/segunda-guerra/shoah/>. Acesso em: 25 de ago. 2021.

GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. *Revista Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, mai. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/55604/33808>. Acesso em: 20 de mai. 2021.

GONZAGA, Eugênia Augusta. Relatório final da presidência da comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos exercida entre os anos de 2014 e 2019. **Ministério Público Federal** - Procuradoria Regional da República - 3ª região, 2019. Disponível em: <http://s.oab.org.br/arquivos/2019/09/9847ceea-ee33-4df3-a03a-0b28b304a5c5.pdf>. Acesso em: 23 de fev. 2021.

GRAMMONT, Guiomar de. **Palavras cruzadas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

GRAU, Eros. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153 Distrito Federal**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 28 de abr. 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf153.pdf>. Acesso em: 25 de ago. 2021.

GUEVARA, Ernesto Che. **El diario en Bolivia**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1985.

GUILHERME, Henrique. Em discurso histórico, Bolsonaro diz que o “momento chegou” **Relevante News**, Brasília, 07 de set. 2021. Disponível em: <https://relevante.news/politica/emdiscurso-historico-bolsonaro-diz-que-omomentochegou/>. Acesso em: 30 set. 2021.

GULLINO, Daniel. 'Agora o presidente é de direita', diz Bolsonaro sobre mudanças na Comissão de Mortos e Desaparecidos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 de ago. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/agora-presidente-de-direita-diz-bolsonaro-sobre-mudancas-na-comissao-de-mortos-desaparecidos-23847185>. Acesso em: 03 de mar. 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUYSSSEN, Andreas. Mídias e discursos da memória. **Revista Brasileira da Ciência da Comunicação**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 98-106, 2004.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: Arquitetura, monumento, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO ZUZU ANGEL. **Acervo Digital Zuzu Angel**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://zuzuangel.com.br/>. Acesso em: 30 de jul. 2021.

JARDIM, Lauro. Novo integrante da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos exalta Ustra e defende tiro para revidar cusparada. **O Globo**, 1º ago. 2019. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/integrante-da-comissao-da-verdade-exalta-ustra-e-defende-tiro-para-revidar-cusparada.html>. Acesso em: 03 de mar. 2021.

JOVEM PAN. Defensor da Ditadura, Jair Bolsonaro reforça frase polêmica: "o erro foi torturar e não matar". **Jovem Pan**, 8 de jul. 2016. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/panico/defensor-da-ditadura-jair-bolsonaro-reforca-frase-polemica-o-erro-foi-torturar-e-nao-matar.html>. Acesso em: 26 de jul. 2021.

JUNGES, Márcia. A literatura de testemunho e a afirmação da vida. **Revista do Instituto Humanista Unisinos**. São Leopoldo, ed. 344, ano X, p. 29-31, set. 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao344.pdf>. Acesso em: 14 de mai. 2019.

KEHL, Maria Rita. Os crimes do Estado se repetem como farsa: artigo de Maria Rita Kehl sobre o trauma da ditadura. **Blog Boitempo**, São Paulo, 25 de mar. 2013. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/03/25/os-crimes-do-estado-se-repetem-como-farsa-artigode-maria-rita-kehl-sobre-o-trauma-da-ditadura/>. Acesso em: 13 de jun. 2019.

KEHL, Maria Rita. Marilene Carone tradutora de Freud. In: CARONE, Marilene (org.). **Luto e melancolia: Sigmund Freud**. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.

KUCINSKI, Bernardo. **K. Relato de uma busca**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. **Você vai voltar pra mim e outros contos**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Buenos Aires: Nueva Vision, 2005.

LAGE, Cláudia. **O corpo interminável**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2006.

LEADER, Darian. **Além da depressão: novas maneiras de entender o luto e a melancolia**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2011.

LEAL, Luciana Nunes. Em velório, filho defende ex-ministro acusado de ser torturador. **Estadão**, 06 de jun. 2015. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-velorio--filho-defende-ex-ministro-leonidas-pires-goncalves-de-acusacoes,1701235>. Acesso em: 10 de abr. 2021.

LETIERI, Rebeca. Um país varrido pelo AI-5. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 de dez. 2018. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/2018/12/964891-um-pais-varrido-pelo-ai-5.html> Acesso em: 24 de jan. 2021.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, Primo; BENEDETTI, Leonardo. **Assim foi Auschwitz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUSA. Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro, Luiz Fux, teceu esta quarta-feira duras críticas às ameaças feitas ao poder judiciário pelo chefe de Estado, Jair Bolsonaro. **TSF Rádio Notícias**, 8 de set. 2021. Disponível em: <https://www.tsf.pt/mundo/presidente-do-supremo-diz-que-desobediencia-de-bolsonaro-configura-crime-de-responsabilidade-14101860.html>. Acesso em: 30 set. 2021.

MACÊDO, Kátia Barbosa. O trabalho com o desamparo e o trauma na clínica psicanalítica. **Revista EDUCAmazônia**, ano 7, v. XIII, n. 2, p. 185-202, jul.-dez. 2014.

MACIEL, Nahima. O corpo interminável mergulha nos porões da história brasileira. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 14 de jun. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2020/06/14/interna_cultura,1156207/o-corpo-interminavel-mergulha-nos-poroos-da-historia-brasileira.shtml. Acesso em: 24 de mar. 2021.

MAIA, Tatyana de Amaral; NUNES, Paulo Giovani Antonino. As ditaduras no Cone Sul: um passado presente, um debate urgente! **Sæculum** – Revista de História, v. 39, n. 39, p. 13-18, 17 de dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/43629>. Acesso em: 03 de ago. 2021.

MARTÍN, Alfredo Guillermo. As seqüelas psicológicas da tortura. **Psicologia**: ciência e profissão, Brasília, v. 25, n. 3, p. 434-449, set. 2005. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 de mai. 2021.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. O trauma do colonialismo e da escravidão nas narrativas de Mia Couto e Maria Firmina dos Reis: um estudo comparativo. **Antares: Letras e Humanidades**, v. 5, n. 10, jul.-dez. 2013.

MENCHÚ, Rigoberta; BURGOS, Elizabeth. **Meu nome é Rigoberta Menchú**: e assim nasceu minha consciência. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

MENEGAT, Rodrigo. Bolsonaro mencionou a ditadura em 1/4 de seus discursos como deputado. **Estadão**, 30 de mar. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,bolsonaro-mencionou-a-ditadura-em-14-de-seus-discursos-como-deputado,982285>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

MENEZES, Felipe. Ministro Barroso arquiva interpelação de Felipe Santa Cruz contra Jair Bolsonaro. **Canal Ciências Criminais**, jul. 2019. Disponível em: <http://s.oab.org.br/arquivos/2019/07/ef21a69d-c241-4775-9ff5-519eaa682cb7.pdf>. Acesso em: 03 de fev. 2021.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (Orgs.). **Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino**. São Paulo: Caros Amigos, 2010.

MICHAEL, Joachim. Memória do desaparecimento: a ditadura no romance "K. Relato de uma busca", de Bernardo Kucinski. **Teresa – revista de literatura brasileira**, n. 17, p. 15-30, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/123339>. Acesso em: 18 de abr. 2021.

MOLICA, Fernando; SIQUEIRA, André. Bolsonaro omite prisão ao dizer que esquerda matou pai de dirigente da OAB. **Revista Veja**, 29 de jul. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-omite-prisao-ao-dizer-que-esquerda-matou-pai-de-dirigente-da-oab/>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVIERI-GODET, Rita; GARCIA, Mireille. Apresentação: literatura e ditadura. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 60, e. 600, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/30752>. Acesso em: 03 de ago. 2021.

PACHECO, Ronilso. Não consigo entrar no Museu do Amanhã. **Geledés**, 05 de fev. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-consigo-entrar-no-museu-do-amanha/>. Acesso em: 24 jul. 2021.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Arké, 2006.

PARADOXO. Freud e o inconsciente. **Paradoxo da existência**, 19 de fev. 2016. Disponível em: <http://paradoxoexiste.blogspot.com/2016/02/freud-e-o-inconsciente.html>. Acesso em: 08 de set. 2021.

PODER360. Bolsonaro já defendeu tortura para quem pediu para ficar em silêncio em CPI; assista. **Poder360**, 18 de mai. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-ja-defendeu-tortura-para-quem-pediu-para-ficar-em-silencio-em-cpi/>. Acesso em: 26 de jul. 2021.

POLARI, Alex. Carta a Zuzu Angel. **Acervo Zuzu Angel**. Rio de Janeiro, 23 de mai. 1972. Disponível em: <http://acervo.zuzuangel.com.br/documental/fotocopia-de-carta-de-alex-polari-de-alvarenga-relatando-a-prisao-e-as-sessoes-de-tortura-sofridas-por-stuart>. Acesso em: 30 de jul. 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POZZEBOM, Fábio Rodrigues. Filho de Bolsonaro diz em vídeo: “Se quiser fechar o STF, você não manda nem um jipe”. **Congresso em Foco**. 21 de out. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/filho-de-bolsonaro-diz-em-video-se-quiser-fechar-o-stf-voce-nao-manda-nem-um-jipe/>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

PRUDENTE, Eunice. Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra. **Jornal da USP**, São Paulo, 31 de jul. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>. Acesso em: 25 de ago. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. Fracasei em tudo que tentei na vida. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <http://revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/34>. Acesso em: 25 de ago. 2021.

RICOEUR, Paul. [1913]. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ROSA, Johnny Roberto. Trauma, história e luto: a perlaboração da violência. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 289 - 327, jul./set. 2018.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República**, Dilma Rousseff, durante Entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Brasília, DF: Presidência da República, 14 dez. 2014. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-entrega-do-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade-brasilia-df>. Acesso em: 20 de set. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. **Importância da Comissão Nacional da Verdade**, destinada à investigação de violações de direitos humanos durante a ditadura militar. Discurso proferido pela Presidenta Dilma Rousseff ao ensejo de sua instalação. Brasília, DF: Presidência da República, 24 mai. 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=138.2.54.O&nuQuarto=82&nuOrador=2&nuInsercao=1&dtHorarioQuarto=18:09&sgFaseSessao=CP%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=24/05/2012&txApelido=PERP%C3%89TUA%20ALMEIDA&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>. Acesso em: 20 de set. 2019.

RUDGE, Ana Maria. Sonhos traumáticos na clínica psicanalítica. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 603-615, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/XndxxFBQFJCH8wYsjZmWNBS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 de ago. 2021.

SANTORO, Maurício. Quatro lições alemãs sobre memória. **Anistia Internacional**, 2014.

SANTOS, Bruno Mendes dos. **Memória e ficção: o teor testemunhal na obra de Günter Grass**. 2014. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270054>. Acesso em: 03 de ago. 2021.

SANTOS, Sheila Cristina. **A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a reparação do Estado às vítimas da ditadura militar no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3911>. Acesso em: 03 de ago. 2021.

SÃO PAULO. Isis Dias de Oliveira. **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo** – Rubens Paiva. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/isis-dias-de-oliveira>. Acesso em 01 de mai. 2021.

SÃO PAULO. Relatório – Tomo II – Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo** – Rubens Paiva. São Paulo, Imprensa Oficial, 2009. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-ii/>. Acesso em: 03 de ago. 2021.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SARLO, Beatriz. **Tiempo Pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

SCHWARCZ, Lilia. Brasil viveu um processo de amnésia nacional sobre a escravidão, diz historiadora. Entrevista concedida a Júlia Dias Carneiro. **BBC Brasil**, 10 de mai. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44034767>. Acesso em: 10 de abr. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Unicamp, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **Palavra e imagem, memória e escritura**. Chapecó: Argos, 2006.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Zeugnis” e “Testimonio”: um caso de intraduzibilidade de conceitos. **Letras**, Santa Maria, n. 22, p. 121-131, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11829/0>. Acesso em: 03 de ago. 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença**. Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: 34, 2005.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunha e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História**, São Paulo, v. 30, p.71-98, 2005b. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2255>. Acesso em: 03 de ago. 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/5SBM8yKJG5TxK56Zv7FgDXS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 de ago. 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Estética e política, memória e esquecimento: novos desafios na era do Mal de Arquivo. **Remate de Males**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 271-281, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636279>. Acesso em: 03 de ago. 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Tempo e Argumento: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/1894/1532>. Acesso em: 03 de ago. 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Testemunho da Shoah e literatura**. 2010. Disponível em: <https://texsituras.files.wordpress.com/2010/03/testemunho-da-shoah-e-literatura-seligmann-silva.pdf>. Acesso em: 23 de ago. 2015.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Entrevista – Márcio Orlando Seligmann-Silva. Entrevista concedida a Márcia Tiburi. **Trama Interdisciplinar**, v. 2, n. 1, p. 8-18, 2011. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/3963>. Acesso em: 18 de mar. 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. In: BONNICI, Thomas; FLORY, Alexandre Villibor; PRADO, Márcio Roberto do (Orgs.). **Margens instáveis: Tensões entre teoria, crítica e história da literatura**. Maringá: UEM, 2011. pp. 261-85.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Repensando el campo literário a partir del testimonio, in: APREA, Gustavo; CAMPERO, Augustín (Ed.). **Del documento a la ficción: la comunicación y sus fraudes**. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2011. pp. 157-184.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Direito pós-fáustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais. In: ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na história: Memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Prefácio. In: FELMAN, Shoshana. **O Inconsciente Jurídico: julgamentos e traumas no século XX**. São Paulo: Edipro, 2014. pp. 7-13.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho, catástrofe e historiografia: Entrevista com Márcio Seligmann-Silva. Entrevista concedida a Sabrina Costa Braga. **Revista de Teoria da História**, v. 19, n. 1, p. 297-304, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/53907>. Acesso em: 11 maio. 2021.

SERRÃO, Raquel de Araújo. **Narrativa de si sob outras vozes silenciadas em: una sola muerte numerosa, de Nora Strejilevich**. 2017. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25881>. Acesso em: 03 de ago. 2021.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl. A historiografia dos traumas coletivos e o Holocausto: desafios para o ensino da história do tempo presente. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 744-772, mai.-ago. 2016.

SIMÓN, Paula. La memoria en los márgenes: la literatura testimonial concentracionaria de Nora Strejilevich escrita desde el exilio. **Gramma**, v.1, n. 4, p. 2-9, 2012. Disponível em: <https://p3.usal.edu.ar/index.php/gramma/article/view/3513>. Acesso em: 29 de abr. 2019.

SOUZA, Tásia. **O trágico e os mortos sem sepultura da ditadura civil-militar brasileira: K., Ainda estou aqui e Antes do passado**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017.

STOLL, David. **Rigoberta Menchú y la historia de todos los guatemalcos pobres**. Madrid: Unión Editorial, 2008.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **RIDH**, Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/viewFile/173/97>. Acesso em: 03 de ago. 2021.

TITO, Frei. [1987]. **Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella (2006 [1987])**.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

TOLENTINO, Átila. Os museus e as vozes das memórias de resistência. **Revista Museu**, 18 de mai. 2017. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2017/2798-os-museus-e-as-vozes-das-memorias-de-resistencia.html>. Acesso em: 10 de abr. 2021.

TSE. Luís Barroso. **Pronunciamento do ministro luís roberto barroso na abertura da sessão do tribunal superior eleitoral de 9.09.2021**. Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral, 2021. Disponível em: https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/pronunciamento-presidente-do-tse-9-9-2021/rybena_pdf?file=https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/pronunciamento-presidente-do-tse-9-9-2021/at_download/file. Acesso em: 30 set. 2021.

UFRGS. Charcot. **Psicopatologia Wiki**, 09 de mai. 2011. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/psicopatologia/wiki/index.php?title=Charcot>. Acesso em: 08 de set. 2021.

UMBACH, Rosani Úrsula Ketzer. Violência, memórias da repressão e escrita. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio; GINZBURG, Jaime; HARDMAN, Francisco Foot (Orgs.). **Escritas da violência: o testemunho**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 217-228.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Processo Ana Rosa Kucinski. **USP – Comissão da Verdade**, São Paulo, mai. 2015. Disponível em: <https://sites.usp.br/comissaodaverdade/wp-content/uploads/sites/59/2015/05/Processo-Ana-Rosa-Kucinski.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

VIEIRA, Antônio. [1655]. Sermão da Primeira Dominga do Advento (1655). In: **Sermões**. Col. Obras Imortais da Nossa Literatura. Rio de Janeiro: Três, 1974. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000007pdf.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2017.

VIEIRA, Luis Duarte; MALACARNE, Maicon André; ROSA, Cleci Teresinha Werner da; Esperança: tarefa necessária e urgente. **Dignidade Re-Vista**, v.7, n.12, jul 2021.

ZOLIN, Deni. Irmão de Cilon Cunha Brum ainda tem esperança de achar corpo de guerrilheiro morto em 1974. **GZH**, 8 de nov. 2015. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/11/irmao-de-cilon-cunha-brum-ainda-tem-esperanca-de-achar-corpo-de-guerrilheiro-morto-em-1974-4897267.html>. Acesso em: 30 de mai. 2021.

ZUZU Angel. Produção de Joaquim Vaz de Carvalho. Direção de Sérgio Rezende. Roteiro de Sérgio Rezende e Marcos Bernstein. Brasil, 2006. DVD. 104 min.

YÚDICE, George. Testimonio y concientización. ACHUGAR, Hugo; BEVERLEY, John (Orgs.). **La voz del otro: testimonio subalternidad y verdad narrativa**. Ciudad de Guatemala: Universidad Rafael Landívar, 2002. p. 221-242.

Redes Sociais

BOLSONARO, Carlos. **Por vias democráticas...** 09 de setembro de 2019. Twitter: @CarlosBolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/CarlosBolsonaro/status/1171201933891244033>. Acesso em: 15 de out. 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As declarações do dep...** 21 de outubro de 2018. Twitter: @FHC. Disponível em: <https://twitter.com/FHC/status/1054042039665471489>. Acesso em: 15 de out. 2019.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Compartilho, mais uma vez...** 27 de março de 2020. Facebook: regina.dalcastagne.3. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/140650239343696/posts/3592354840839868>. Acesso em: 15 de nov. 2020.

SANTA CRUZ, Felipe. **Por fim, afirmo...** 29 de julho de 2019. Twitter: @felipeoabrj. Disponível em: <https://twitter.com/felipeoabrj/status/1155918845825228801>. Acesso em: 15 de out. 2019.

WERNECK, Jurema. **Sobre a declaração do presidente Jair Bolsonaro...** 29 de julho de 2019. Facebook: anistiainternacionalbrasil. Disponível em: <https://www.facebook.com/anistiainternacionalbrasil/photos/a.672573382787386/2814172461960790/?type=3>. Acesso em: 25 de ago. 2021.

Vídeos digitais:

CASO Ana Rosa Kucinski. Publicado no canal Comissão Estadual da Verdade. 01 de nov. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VcrR1JbfH9w>. Acesso em: 07 de jan. 2019.

CERIMÔNIA de entrega do acervo da CNV ao Arquivo Nacional - Sra. Hildegard Angel. Publicado no canal Comissão Nacional da Verdade. 5 de ago. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=luOSVg2s348>. Acesso em: 06 de abr. 2020.

CONFERÊNCIA de Encerramento - Prof. Márcio Seligmann-Silva - 8º EIEL. Exibido ao vivo pelo canal Wellington Furtado Ramos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P2S7kYzy3n8&t=3163s>. Acesso em: 25 de ago. 2021.

DIÁLOGOS sem Fronteiras - História, Memória e Trauma – Márcio Seligmann-Silva. Publicado no canal CEAV UNICAMP. 03 de abr. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tDpg8E-3qbA>. Acesso em: 09 de ago. 2019.

EM TORNO de Zuzu - Encontro com Elke Maravilha e Hildegard Angel - Ocupação Zuzu (2014). Publicado no canal Itaú Cultural. 03 de jun. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oblavJws0M0>. Acesso em: 20 de jun. 2019.

HILDEGARD Angel - Ocupação Zuzu (2014) - Parte 9/9. Publicado no canal Itaú Cultural. 04 de abr. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VLhunSVYw-k&t=437s>. Acesso em: 20 de jun. 2019.

SBT HD - Amor e Revolução - Depoimento #1 Maria Amélia Teles. Publicado no canal SOVIDEOEMHD. 05 de abr. 2011. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=WwQmM8ci9cI>. Acesso em: 08 de set. 2021.